

II.5.3. MEIO SOCIOECONÔMICO

INTRODUÇÃO

O presente estudo refere-se ao diagnóstico do meio socioeconômico da Área de Influência do Piloto do Sistema de Produção e Escoamento de Óleo e Gás da Área de Tupi no Bloco BM-S-11, na Bacia de Santos.

Os critérios utilizados para a delimitação da Área de Influência seguiu o “Termo de Referência – Proposta de definição de Área de Influência” elaborada pela CGPEG/DILIC/IBAMA, a seguir enunciados:

Os impactos decorrentes da instalação de estruturas, considerando a área de segurança no entorno das unidades e dos equipamentos submarinos;

- (ii) Impactos decorrentes do descarte de efluentes (fluidos de perfuração/completação, cascalho, água produzida, fluidos de preenchimento, efluentes provenientes de planta de dessulfatação, e outros);
- (iii) Interferência com a atividade de pesca artesanal;
- (iv) A distribuição de *royalties* estabelecida pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP);
- (v) As rotas das embarcações utilizadas durante a atividade até as bases de apoio, incluindo os próprios portos ou terminais.

Com base nesses critérios, a Área de Influência (AI) do Piloto do Sistema de Produção e Escoamento de Óleo e Gás Natural para o meio socioeconômico compreende assim, os municípios de Niterói e do Rio de Janeiro, situados no estado do Rio de Janeiro.

O município do Rio de Janeiro será contemplado na Área de Influência por sediar a base de apoio terrestre e ser rota de navegação dos barcos de apoio entre o FPSO e a base de apoio, além de ser considerado como beneficiário de *Royalties* segundo critérios da ANP, conforme **Figura II.5.3-1** apresentada a

seguir. O município de Niterói será contemplado somente por ser beneficiário de *Royalties*.

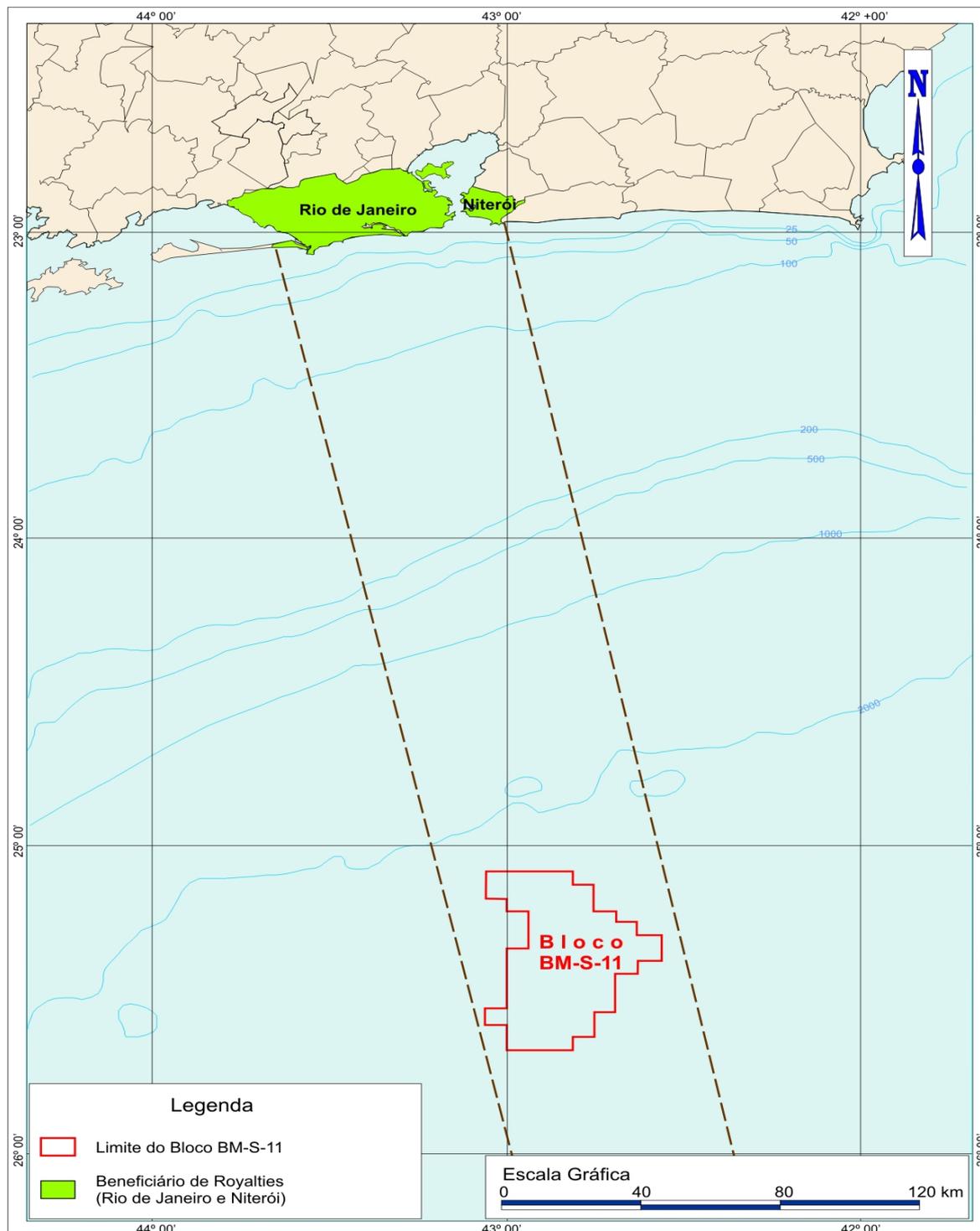


Figura II.5.3-1 - Distribuição de Royalties para o Piloto do Sistema de Produção e Escoamento de Óleo e Gás da Área de Tupi no Bloco BM-S-11 na Bacia de Santos.

Nesse estudo, a modelagem de dispersão de óleo relacionada a eventos acidentais não foi utilizada como critério para a definição da Área de Influência da atividade, pois conforme o referido “Termo de Referência – Proposta de definição de Área de Influência” elaborada pelo CGPEG/DILIC/IBAMA esse critério é utilizado apenas para verificação e avaliação de impactos potenciais associados a eventuais derramamentos de óleo, analisados na seção de Identificação e Avaliação de Impactos Ambientais (seção II.6). Como nos resultados obtidos a partir da modelagem de dispersão de óleo, a probabilidade de toque na costa foi descartada (**Mapa II.4.1 - Mapa da Área de Influência da Atividade**), nenhum município será potencialmente atingido em caso de acidente.

As atividades que potencialmente poderiam ser afetadas pelo empreendimento seriam aquelas ligadas diretamente à região costeira: a pesca artesanal quanto industrial, e as atividades náuticas voltadas para o turismo. Entretanto, nos estudos realizados não foram verificadas a utilização do espaço marítimo por embarcações de pesca ou turismo na Área de Tupi, localizada a 280 km de distância da costa e a 2.200 metros de profundidade (**Figura II.5.3-2**).

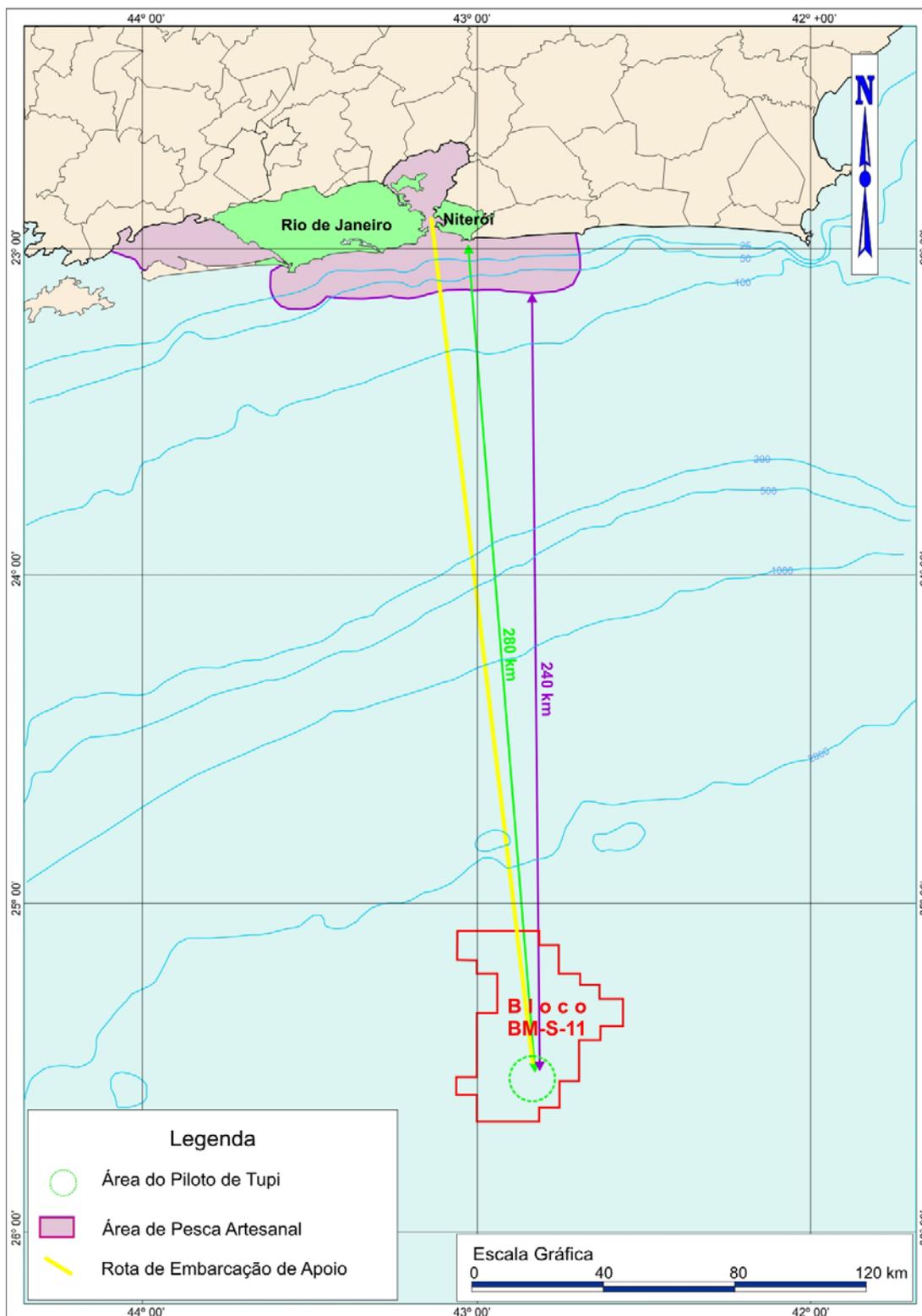


Figura II.5.3-2– Área de Pesca Artesanal e suas distâncias em relação ao Piloto do Sistema de Produção e Escoamento de Óleo e Gás na Área de Tupi no Bloco BM-S-11 na Bacia de Santos

Para os municípios da Área de Influência serão abordados os itens do Termo de Referência nº 015/08, a saber: (a) Uso e Ocupação do Solo; (b) Grupos de Interesse; (c) Organização Social; (d) Dinâmica Populacional; (e) Fluxos Migratórios; (f) Infra-Estrutura; (g) Estrutura Produtiva; (h) Educação; (i) Lazer, Turismo e Cultura; (j) Controle e Fiscalização Ambiental; (k) Instrumento de Gestão Ambiental; (l) Principais Recursos Naturais Utilizados e sua Importância no Contexto Socioeconômico; (m) Qualidade da Paisagem Natural; (n) Caracterização da Atividade Pesqueira; (o) Identificação e Caracterização de Etnias Indígenas e Populações Extrativistas e (p) Identificação e caracterização de Tombamentos.

A seguir será apresentada a descrição das bases de apoio marítima e aérea que serão utilizadas para este empreendimento.

Bases de Apoio

No município do Rio de Janeiro estão sediadas a Poliportos Operadora Portuária S.A. e o Aeroporto de Jacarepaguá que servirão de Bases de Apoio.

A Poliportos Operadora Portuária S.A. está localizada no bairro do Caju, zona portuária da cidade do Rio de Janeiro, na costa oeste da baía de Guanabara. No Complexo Portuário onde está inserida a Poliportos, destacam-se também os seguintes terminais: (i) Multi-Rio (Terminal de Container); (ii) Multi-Car (Terminal de veículos) e (iii) TRA (Terminal Retroportuário Alfandegário).

O Aeroporto de Jacarepaguá será utilizado como terminal de apoio aéreo para embarque e desembarque dos trabalhadores. O transporte para a Unidade do FPSO será realizado por via aérea (helicóptero) a partir deste aeroporto. A base aérea está localizada na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, tem área total de 2.364.721,80 m² e possui uma pista de 900 X 30 m. Operam no aeroporto 17 empresas de táxi aéreo, que contabilizam um total de 15 pequenos aviões e 30 helicópteros.

Os dados da Infraero (in <http://www.infraero.gov.br>), indicam que no período janeiro-setembro de 2006, o aeroporto de Jacarepaguá recebeu cerca de 33.885

pousos e decolagens, sendo 33.869 domésticos. No mesmo período circularam 49.666 passageiros sendo 49.648 em vôos domésticos.

O Aeroporto de Jacarepaguá está localizado no seguinte endereço comercial:
Av. Ayrton Senna, nº 2541, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ. Cep: 22.775-001.
Tel: (21)2432-7070. Fax: (21)2432-7040.

A) USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Os principais instrumentos para a gestão do uso e ocupação do solo na Área de Influência do empreendimento incluem planos e programas federais, com abordagens setoriais, visando à gestão da zona costeira e os planos diretores municipais, que visam disciplinar o uso e ocupação do solo no interior dos municípios do Rio de Janeiro e Niterói que compõem a Área de Influência do empreendimento.

A principal ação identificada na esfera federal e que visa o ordenamento do uso e ocupação do solo na zona costeira pertinente a atividade em questão é o Programa de Gerenciamento Costeiro (GERCO), que tem vinculado em suas diretrizes várias iniciativas como a geração e atualização de um sistema de informações geográficas com o objetivo de balizar as implementações das políticas estaduais de Gerenciamento Costeiro, monitoramento regular de indicadores ambientais e o desenvolvimento de Planos Municipais de Gerenciamento Costeiro em atendimento às diretrizes Federais e Estaduais para a zona costeira, além da elaboração de relatórios de monitoramento (Relatórios da Qualidade Ambiental da Zona Costeira – RQA-ZC) que visam aferir a eficácia das ações de gerenciamento costeiro. Estes dados são utilizados para balizar o Zoneamento Ecológico Econômico da Zona Costeira (ZEEC) e o Plano de Gestão da Zona Costeira (PGZC) que contempla as ações para o ordenamento territorial nessa área.

Para o ZEE, foram desenvolvidos como objetivos gerais dois aspectos principais:

- a) Propor o Zoneamento Ecológico-Econômico das Áreas Costeiras do Estado de Alagoas;
- b) Elaborar o Plano Estadual de Gestão e Desenvolvimento Sustentável da Zona Costeira do Estado.

O Projeto apresentou os seguintes objetivos específicos:

- a) Diagnosticar as variáveis das características ambientais e sócio-econômicas da região costeira do estado, identificando os principais ecossistemas existentes, com base em informações pré-existentis;

b) Criar um banco de dados georeferenciado, a partir das informações pré-existentes a serem levantadas, incluindo os aspectos relacionados com as características ambientais (biológicas, químicas, físicas e geológicas);

c) Identificar as possíveis áreas a serem utilizadas, principalmente aquelas relacionadas com as atividades de importância sócio-econômica, de forma a classificar o litoral alagoano, considerando três tipos: áreas apropriadas, áreas apropriadas com restrição e áreas não apropriadas.

d) Apresentar um conjunto de normas e propostas que visarão ordenar a utilização do espaço, promovendo medidas necessárias à correção de possíveis problemas ambientais já existentes ou previsíveis, com base em parâmetros técnicos a serem respeitados, dando ênfase às atividades ligadas ao turismo e aquicultura no que concerne ao Plano de Desenvolvimento, a fim de assegurar a sustentabilidade ambiental de toda a região em questão.

A regulamentação do uso do solo nas regiões litorâneas vem sendo objeto de preocupação constante, nas últimas décadas, do poder público e da sociedade civil, resultando em múltiplos dispositivos legais voltados para a regulamentação do uso e ocupação de seus territórios e a proteção de seus recursos naturais.

O estabelecimento de Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais e o tombamento de bens do patrimônio cultural pelas três esferas do poder representam mecanismos significativos, embora não suficientes, para assegurar o controle de processos espontâneos de ocupação do território.

Em um âmbito mais localizado, nos municípios do Rio de Janeiro e Niterói, existe outro tipo de instrumento de gestão do uso e ocupação do solo denominado de Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU). Rio de Janeiro e Niterói possuem planos diretores municipais (Lei Municipal 16/92 e Lei Municipal 1.157/92, modificada pela Lei 2.123/04, respectivamente) reguladores do uso do solo que se encontram atualmente em processo de revisão e atualização.

O Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento do Município. Sua principal finalidade é orientar a atuação do poder público e da iniciativa privada na construção dos espaços urbano e rural na oferta dos serviços públicos essenciais, visando assegurar melhores condições de vida para a

população. Por exigência constitucional, este é elaborado para municípios com mais de 20.000 habitantes, o plano tem como objetivo uma melhor qualidade de vida para todos.

Ambos os municípios da Área de Influência, são litorâneos e inserem-se na Região Metropolitana Fluminense. Nestes municípios a beleza cênica e o acervo histórico propiciam um grande atrativo para o desenvolvimento do setor turístico. A importância dos ecossistemas nesse trecho da costa, particularmente, dos ambientes litorâneos e insulares foi reconhecida pela designação de um conjunto expressivo de Unidades de Conservação.

A Região Metropolitana reúne as duas maiores cidades do estado do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro e Niterói), com características essencialmente urbanas e cuja zona litorânea lhe assegura a primazia na atividade turística do país.

A ocupação desordenada do solo representou, historicamente, um grave problema com reflexos significativos sobre seus recursos naturais ameaçando, inclusive, suas vocações turísticas relacionadas à qualidade ambiental de suas áreas litorâneas.

A Região Metropolitana está presente na área de influência com seus dois principais municípios: Rio de Janeiro e Niterói, a atual e a antiga capital fluminense. Segundo dados da Fundação CIDE/2007, a área urbana corresponde a 38% do território na região. São áreas complexas, com presença de usos residenciais, comerciais, de serviços e industriais, com expressiva presença de usos institucionais, decorrentes de suas funções como capital estadual (Rio de Janeiro) e da função do Rio de Janeiro como antiga capital federal. As regiões litorâneas são áreas nobres, onde predominam os usos residenciais, comerciais e de serviços de melhor padrão e que concentram a principal atividade turística do país, principalmente na cidade do Rio de Janeiro. As faixas litorâneas na região metropolitana abrigam, também, a atividade pesqueira.

A cobertura vegetal responde por 40% do uso do solo na região (FUNDAÇÃO CIDE, 2007). O uso agrícola e a presença de pastagens são praticamente inexistentes correspondendo a 12,9% do território, restrita quase que exclusivamente ao município do Rio de Janeiro.

Os corpos d'água representam 1,7% do território da região, estando praticamente representados pelo sistema lagunar de Jacarepaguá, pelas lagoas de Marapendi e Rodrigo de Freitas. As áreas degradadas são bastante expressivas constituindo 4,9% do território (Fundação CIDE, 2007).

Outra forma de avaliação do padrão de uso e ocupação no município em questão é dada pelos resultados do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006). O **Quadro II.5.3.A-1** a seguir apresenta esses dados para a Área de Influência.

Quadro II.5.3.A-1- Área total e áreas ocupadas por lavouras, pastagens e matas nos municípios da Área de Influência do Piloto do Sistema de do Piloto do Sistema de Produção e Escoamento de Óleo e Gás Natural da Área de Tupi no Bloco BM-S-11, Bacia de Santos.

Município	Área total (ha)	Ocupação das áreas							
		Lavouras Permanentes		Lavouras Temporárias		Pastagens Naturais (ha)		Áreas de Matas e Florestas (ha)	
		%	(ha)	%	(ha)	%	(ha)	%	(ha)
Rio de Janeiro	15.398	27,3	4.197	28,3	4.354	9,4	1.443	35,1	5.404
Niterói	114	43,9	50	9,6	11	37,7	43	11,4	10

Fonte: Censo Agropecuário, 2006.

As **Figuras II.5.3.A-1** e **II.5.3.A-2** apresenta o gráfico referentes às áreas ocupadas por lavouras, pastagens e áreas de mata e florestas, de acordo com os dados do Censo Agropecuário do IBGE, 2006. O Rio de Janeiro destacou-se, em 2006, pelas áreas expressivas de matas naturais e plantadas.

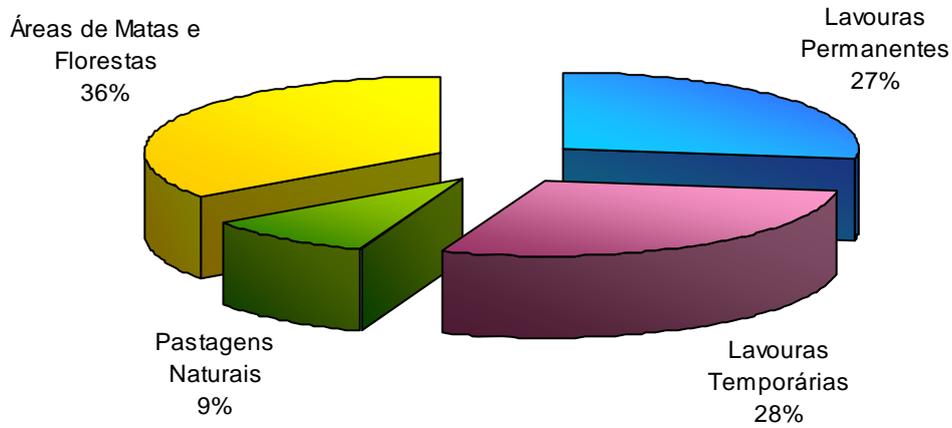


Figura II.5.3.A-1 - Dados de uso e ocupação do município do Rio de Janeiro.

Fonte: Censo Agropecuário. Ano: 2006.

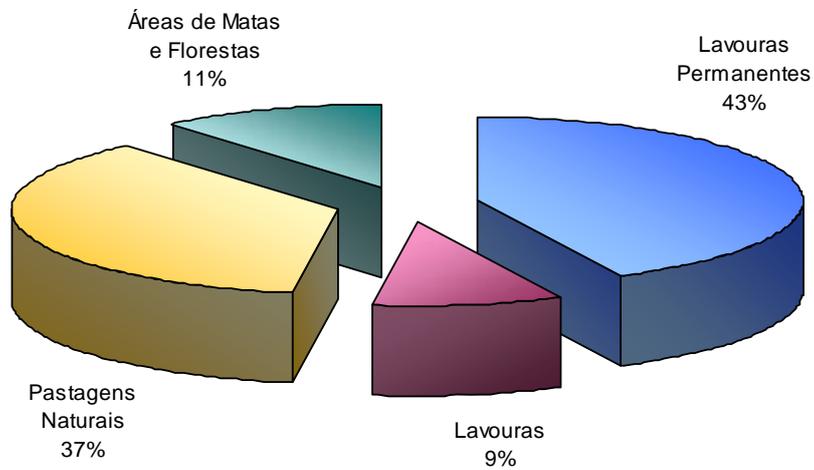


Figura II.5.3.A-2 - Dados de uso e ocupação do município de Niterói.

Fonte: Censo Agropecuário. Ano: 2006.

B) GRUPOS DE INTERESSE

A atividade relacionada ao Sistema Piloto de Produção e Escoamento de Óleo e Gás na Área de Tupi, do Bloco BM-S-11, na Bacia de Santos, não apresenta impactos diretos às comunidades presentes no município do Rio de Janeiro. No entanto, dois grupos de interesse apresentam em destaque duas atividades relacionadas ao espaço marinho, a atividade pesqueira e a atividade turística no litoral.

Considerando os grupos de interesse inclusos na área pertinente ao Relatório do EIA/RIMA em questão, descrevemos a seguir as partes interessadas, subdivididos em grupos, sendo estes:

- Instituições governamentais,
- Setor empresarial,
- Organizações da Sociedade civil.

Instituições Governamentais

Âmbito Federal

- **IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis**

Conforme definido por lei, as atividades *offshore* são passíveis de licenciamento ambiental na esfera Federal, representada pelo IBAMA, que exerce a função de coordenar, supervisionar, regulamentar e orientar a execução e implementação das ações e atividades relacionadas à gestão do uso dos recursos pesqueiros, além de gerenciar as demandas inerentes aos dispositivos dos acordos nacionais e internacionais, relativos a recursos pesqueiros.

A Gerência Executiva do IBAMA no estado do Rio de Janeiro é o órgão gestor do meio ambiente na sua jurisdição e têm sob sua responsabilidade executar o ordenamento pesqueiro e todas as portarias federais sobre a pesca no nível do Estado, com amplos poderes de fiscalização e aplicação de penalidades. Segue o endereço de contato da Coordenação Geral de Uso e Gestão da Fauna

e Recursos Pesqueiros – CGREP / IBAMA.

- **Coordenação Geral de Autorização de Uso e Gestão da Fauna e Recursos Pesqueiros – CGREP**

Endereço: Sede IBAMA - SCEN Trecho 2 - Bloco B - Cx. Postal nº 09870 - CEP 70818-900 - Brasília-DF

Telefone: (61) 3316.1480 - 3316.1481 Fax: (61) 3316.1238.

Coordenador: Jose Dias Neto

E-mail: coordenacao.pesca.sede@ibama.gov.br

- **SEAP – Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República**

Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República – SEAP/PR - foi criada com a finalidade de atuar na formulação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento e o fomento da produção pesqueira, promovendo a execução e a avaliação de medidas, programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da pesca artesanal e industrial, bem como de ações voltadas à implantação de infra-estrutura de apoio à produção e comercialização do pescado e de fomento à pesca e aqüicultura, organizar e manter o Registro Geral da Pesca e estabelecer medidas que permitam o aproveitamento sustentável dos recursos pesqueiros bem como supervisionar, coordenar e orientar as atividades referentes às infra-estruturas de apoio à produção e circulação do pescado e das estações e postos de aqüicultura e manter, em articulação com o Distrito Federal, os estados e os municípios, programas racionais de exploração da aqüicultura em águas públicas e privadas. O endereço de contato da SEAP é apresentado a seguir.

Endereço: Esplanada dos Ministérios Bloco D

CEP: 70043-900 Brasília - DF.

Telefone: (61) 3218-3801 / Fax: (61) 3224-5049.

Ministro Especial de Aqüicultura e Pesca: Altemir Gregolin

E-mail: Gregolin@seap.gov.br

- **Subsecretaria de Planejamento de Aqüicultura e Pesca**

Endereço: Esplanada dos Ministérios Bloco D Edifício Sede – sala 252

Brasília - DF.

Telefone: (61) 3218-3707.

Subsecretário: José Claudenor Vermohlen

- **Subsecretaria de Desenvolvimento de Aqüicultura e Pesca**

Endereço: Esplanada dos Ministérios Bloco D Edifício Sede – sala 220

Brasília - DF.

Telefone: (61) 3218-3865.

Subsecretário: Karim Bacha

- **Diretoria de Desenvolvimento de Aqüicultura e Pesca**

Endereço: Esplanada dos Ministérios Bloco D Edifício Sede – sala 239

Brasília - DF.

Telefone: (61) 3218-3894

Coordenadora: Maria Luiza Moretzsohn.

- **Coordenação de Pesca Artesanal**

Endereço: Esplanada dos Ministérios Bloco D Edifício Sede – sala 232

Brasília - DF.

Telefone: (61) 3218-3874

Coordenador: Fabiano Duarte Rosa.

- **Ministério Público**

O Ministério Público - MP é uma instituição que tem como atribuição a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Para dar conta de atender às demandas de todo território nacional, nas mais diversas questões e instâncias judiciais, o MP está estruturado em Ministério Público Estadual e Ministério Público da União. O endereço de contato do Ministério Público – MP é apresentado a seguir.

Ministério Público da União: SAF Sul.

Endereço: Quadra 4 Conjunto C

Brasília / DF

CEP 70050-900

PABX: (61) 3031-5100.

Âmbito Estadual

- **IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis**

Gerência Executiva do IBAMA no Estado do Rio de Janeiro está situada a Coordenação Geral de Petróleo e Gás (CGPEG), que tem como principal atribuição o licenciamento ambiental de empreendimentos no setor de Petróleo e Gás Natural. Os dados de contato dessa coordenação são:

Superintendência do IBAMA no Rio de Janeiro

Endereço: Praça XV de Novembro, 42 – Centro – Rio de Janeiro/RJ

CEP: 20.010-010.

Telefone: (61) 3218-3838 / Fax: (61) 3224-5049.

Superintendente: Rogério Rocco

Coordenação Geral de Petróleo e Gás – CGPEG.

Telefone: (21) 3077-4266 ou 3077-4267. Fax: (21) 3077-4265.

Coordenador: Sr. Edmilson Comparini Maturana.

E-Mail: edmilson.maturana@ibama.gov.br

Gerência Executiva do IBAMA

Endereço: Praça Quinze de Novembro, 42 - 4º andar – Centro

Cep: 20010-010.

Telefone: (21) 3077-4282 ou (21) 3077-4284.

E-mail ascom.rj@ibama.gov.br

- **FEEMA – Fundação Estadual e Engenharia do Meio Ambiente**

A política de gestão ambiental do Estado do Rio de Janeiro apóia-se em um sistema coordenado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, do qual faz parte a FEEMA - Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente, responsável pelo licenciamento, controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras, bem como pelo monitoramento dos corpos d'água do Estado.

Criada pelo Decreto-lei nº. 39, de 24 de março de 1975, por ocasião da fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, a FEEMA resultou da unificação e ampliação de objetivos de quatro órgãos que atuavam setorialmente - o Instituto de Engenharia Sanitária, o Instituto de Conservação da Natureza, a Divisão de Combate a Insetos e a Divisão de Controle da Poluição. O endereço da FEEMA é apresentado a seguir.

Endereço: Av. N. S. de Copacabana, 493, 10º andar - Copacabana.

Rio de Janeiro/RJ

CEP: 22.031-000

Telefone/FAX: 21- 2236-2364.

- **Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagos – SERLA**

A Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas – SERLA, criada como autarquia pelo Decreto-Lei nº 39, de 24 de março de 1975, e transformada em Fundação através do Decreto-Lei nº 1.671, de 21 de junho de 1990, é uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira. Desde a sua criação, a SERLA foi responsável pela realização de obras de proteção de rios, canais e lagoas.

Sem perder essa característica de órgão executor de obras em defesa dos cursos d'água estaduais, a SERLA passa a desenvolver uma política de recursos hídricos no Estado do Rio de Janeiro, que acompanha o quadro descrito por ambientalistas de todo o mundo. O contato da SERLA é apresentado a seguir.

Endereço: Campo de São Cristóvão, 138, 3º andar.

CEP: 20.921-440 – São Cristóvão Rio de Janeiro/RJ

Telefone: 21- 2299-4802.

Presidente: Sr. Ícaro Moreno Júnior.

- **Capitania dos Portos - CPRJ**

Estão a cargo da Capitania dos Portos todos os aspectos relativos à segurança das embarcações e de navegação. Desse modo, estão dentre suas atribuições o cumprimento das normas que regulam os tráfegos marítimos, fluvial e lacustre; exercer a fiscalização do serviço de praticagem; exercer a fiscalização do tráfego aquaviário (FTA), anteriormente denominada "Polícia Naval" e auxiliar o serviço de salvamento marítimo; dentre outras coisas.

Endereço: Av. Alfred Agache, s/nº - Praça XV – Centro

CEP: 20021-000.

Telefone: (21) 2104-5320.

Capitão: Wilson Pereira de Lima Filho.

- **Comando do Controle Naval do Tráfego Marítimo**

*Endereço: Barão de Ladário, s/nº - Edifício Almirante Tamandaré – 6º andar -
– Centro – Rio de Janeiro/RJ*

CEP: 20091-000.

Telefone: (21) 2104-5320.

Vice Almirante: Mauro Ballousier

- **Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro**

Endereço: Marechal Câmara, 370 - Centro – RJ

CEP: 20020-080

Telefone: (21) 2550-9050

Procurador-Geral: Marfan Martins Vieira

Secretarias Estaduais

- **Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento - SEAAPA**

Endereço: Alameda São Boaventura, 770, Fonseca – Niterói.

CEP: 20.030-001.

Telefone: (21) 2627-1580.

Secretário: Cristino Áureo da Silva.

- **Secretaria de Estado de Turismo, Esporte e Lazer – SETE/TURISRIO**

Endereço: Rua da Ajuda 5, 8º andar, Centro / Rio de Janeiro.

CEP: 20.040-000.

Telefone: (21) 2299-3070.

Secretária: Márcia Beatriz Lins Izidoro.

- **Secretaria de Estado e Planejamento e Gestão – SEPLAG**

*Endereço: Rua Pinheiro Machado s/nº Prédio Anexo, Laranjeiras
Rio de Janeiro.*

CEP: 22.231-090.

Telefone: (21) 2299-5438.

Secretário: Sergio Ruy Barbosa Guerra Martins.

- **Secretaria de Estado Meio Ambiente – SEAMB**

Endereço: Rua Graça Aranha 182, 6º andar – Centro / Rio de Janeiro.

Telefone: (21) 2299-2403.

Secretária: Marilene Ramos.

Âmbito Municipal

No município do Rio de Janeiro, existem secretarias relacionadas às atividades de pesca, turísticas e culturais e de meio ambiente, vinculadas às Prefeituras, estando em alguns destes com dedicação compartilhada com outras

secretarias. A seguir é apresentada a relação de secretarias municipais com interesse potencial nas atividades do empreendimento.

- **Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro**

*Endereço: Rua Afonso Cavalcanti 455/ sl. 1271, Cidade Nova
Rio de Janeiro.*

CEP: 20.211-010.

Telefone: (21) 2503-3000.

Prefeito: César Maia.

- **Prefeitura Municipal de Niterói**

Endereço: Rua Visconde de Sepetiba, 987 – Centro – Niterói/RJ

CEP: 24.020-206.

Telefone: (21) 2620-0403.

Prefeito: Godofredo Pinto

- **Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro – SMAC**

Endereço: Rua Afonso Cavalcanti 455/ sl. 1271, Cidade Nova – Rio de Janeiro.

CEP: 20.211-010.

Telefone: (21) 2250-2977.

Secretária: Rosa Maria Orlando Fernandes da Silva.

- **Secretaria Especial de Turismo – SETUR**

Endereço: Praça Pio X, nº 119, 9º andar.

CEP: 20.040-020.

Telefone: (21) 2588-9023.

Secretário: Rubem Medina.

- **Subsecretaria Municipal de Meio Ambiente de Niterói**

Endereço: Rua São João, 214 – Centro – Niterói/RJ.

CEP: 24.020-971.

Telefone: (21) 2613-2283.

Subsecretário: Robert Vass

- **Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro S.A. – RIOTUR**

Endereço: Praça Pio X 119, 10º andar. CEP: 20.040-020.

Telefone: (21) 2588-9146.

Secretário: Luis Felipe Bonilha.

- **Niterói Lazer e Turismo. – NELTUR**

Endereço: Estrada Fróes, 773 – São Francisco – Niterói/RJ

CEP: 24.360-005.

Telefone: (21) 2710-2727.

Secretário: José Mauro Haddad.

No âmbito estadual, destaca-se a Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ).

- **A FIPERJ - Fundação Instituto de Pesca do estado do Rio de Janeiro** tem o propósito de promover a utilização racional dos recursos aquáticos, fomentar a pesca marinha e a aqüicultura. A FIPERJ é a representação do Governo do Estado do Rio de Janeiro, junto aos sindicatos e entidades da pesca, pescadores e produtores rurais que operam no ramo da aqüicultura.

Endereço: Alameda São Boaventura, 770. Fonseca, Niterói.

CEP: 24.120-191.

Telefone: (21) 2625-2742.

Presidente: Sra. Vasti Ferreira Norris Aranha.

E-mail: fiperj@fiperj.rj.gov.br

- **Secretaria de Estado de Agricultura, Pesca e Abastecimento do Rio de Janeiro.**

Endereço: Alameda São Boaventura, 770. Fonseca, Niterói.

CEP: 24.120-191.

Telefone: (21) 2627-1580.

Secretário: Christino Áureo da Silva.

Setor Empresarial

O setor empresarial está representado por entidades do turismo, comércio, indústria e de serviços.

Âmbito Federal

- **Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – ABIH**

No âmbito nacional, a entidade que se destaca no setor de turismo é a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – ABIH, que vem atuando como um órgão técnico consultivo e solução dos problemas do setor. Tem como principal objetivo a defesa dos interesses de ordem jurídica, moral e econômica dos hoteleiros do Brasil, a ABIH consolidou-se no decorrer dos anos como uma confiável fonte de dados e informações. A entidade conta com representações nos diversos estados da Federação. Os dados de contato do escritório central, em Brasília são apresentados a seguir:

*Endereço: SCN, Quadra 01, Bloco F, Lojas 121 e 125, Térreo, Ed. América
Office Tower, Brasília, DF*

CEP. 70.711-905.

Telefone/FAX: (61) 3326-1177.

Presidente: Sr. Eraldo Alves da Cruz.

E-mail: presidencia@abih.com.br

Âmbito Estadual

As entidades representativas no turismo, comércio, indústria e serviços estão relacionadas a seguir:

- **ABIH – Associação Brasileira da Indústria de Hotéis / Rio de Janeiro**
Endereço: Avenida Américas, 3120, Bl 1, Lj 213, Barra da Tijuca. Rio de Janeiro.
CEP: 22640-102.
Telefone: (21) 3410-5131.
Presidente: Alfredo Lopes Junior.
- **Federação das Indústrias do Rio de Janeiro – FIRJAN**
Endereço: Avenida Graça Aranha, nº1 – Centro, Rio de Janeiro.
Cep: 20030-002.
Telefone: (21) 2563-4455.
Presidente: Eduardo Eugênio Govea Vieira
- **SEBRAE**
Endereço: Rua Santa Luzia 685 6º andar, Centro – Rio de Janeiro
CEP: 20030-041
Telefone: 2212-7700
Superintendente: Sergio Malta
- **Federação do Comércio – FECOMERCIO**
Endereço: Rua Marques de Abrantes 99/11. Flamengo – Rio de Janeiro.
CEP: 22230-060.
Telefone: (21) 3138-1105 / 2246-9067.
Presidente: Orlando Santos Diniz.

Âmbito Municipal

Os atores econômicos estão representados pelas entidades do comércio, da indústria e de serviços, dada a importância das atividades e a sua representatividade para as economias dos municípios da área de influência. Foram identificadas algumas entidades do setor empresarial destacadamente presentes na área de influência:

- **SEBRAE - Escritório Regional Rio de Janeiro**

Endereço: Avenida Calógeras, 23, loja, Centro

Cep: 2003040.

Telefone: (21) 2212-7800 Fax: (21) 2212-7808.

- **SEBRAE - Escritório Regional Niterói**

Endereço: Rua São João, 119 loja 101- Centro

Cep: 24020-042.

Telefone: (21) 2622-3610 / 2722-4656.

Organização da Sociedade Civil

Entidades Ligadas ao Setor Pesqueiro

Os Sindicatos e Federações de Pesca atuam como representantes dos trabalhadores na Pesca.

- **FEPERJ - Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro**

*Endereço: Rua Visconde de Rio Branco, nº 10 – A - Ponta da Areia, Centro -
Niterói – RJ*

CEP: 24.020-000.

Tel: (21) 2618-0032 / 2629-7178

Presidente: José Maria Pugas.

- **Federação das Associações de Pescadores Artesanais e Aqüiculturas do RJ – FAPA**

Endereço: Av. Amaral Peixoto, 450 sala 804 – Niterói –RJ.

Telefone: (21) 3822-1969 ou (21) 2648-7313.

Coordenador: Jorge Nunes de Souza (Seu Chico).

- **SIPERJ - Sindicato da Indústria do Pescado do Estado do Rio de Janeiro.**

Endereço: Rua Visconde do Uruguai, 535/ 11º andar – Centro – Niterói – RJ

CEP: 24030-077.

Telefone: 21 - 2717-6892.

Presidente: Antônio Moreira da Silva.

E-mail: rr.niteroi@firjan.org.br

Colônias de Pesca

As colônias de pesca e associações representam uma forma de associação de pescadores vinculados principalmente à pesca artesanal, que residem nos municípios costeiros. São locais de congregação dos pescadores pertencentes às colônias, onde os mesmos encontram maior facilidade para a estocagem e distribuição do pescado, guarda e manutenção de embarcações, e o contato social com outros associados e estão descritos no **Quadro II.5.3.B-1**, e tiveram como fonte o Cadastro Nacional de Pescadores, produzido pela Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP, 2006).

Quadro II.5.3.B-1: Listagem de associações, colônias e Cooperativas de pesca dos municípios do Rio de Janeiro e Niterói de acordo com o Cadastro Nacional de Pescadores.

ASSOCIAÇÃO / COLÔNIA
Colônia de Pescadores Z-07 Endereço: Praça de Itaipu s/n - Itaipu - Niterói CEP: 24340-005 Telefone: 2609-4332 Pres: Aurivaldo Jose Almeida
Colônia de Pescadores Z-08 Rua Visconde do Rio Branco, 10 Centro - Niterói CEP: 240200-000 Telefone: 2618-0032 / 2621-8488 Pres: Gilberto Alves
Associação dos Maricultores Livres de Jurujuba – AMALJ Av. Carlos Hermelindo Marins, 294 – Jurujuba – Niterói CEP: 24.370-195 Telefone: 21 2610-2599 Presidente: Misael de Lima
Associação Livre dos Pescadores e Amigos da Praia de Itaipu Travessa Tereza, 22 , Itaipu – Niterói CEP: 24.340-005 Pres. Chico de Itaipu
Associação dos Pescadores e Amigos da Praia Grande Centro – Niterói Pres: Robson Barbosa
Colônia de Pescadores Z-10 Praça São Pedro, 04 Zumbi. CEP 21930-170 Telefone: 21 3396-9051 / 9279-8068 Pres. Anibal Ferreira de Almeida Nolau
Colônia de Pescadores Z-11 Av. Brasil, 8.666, Ramos. Telefone: 21 2270-5989 Pres. Gilberto Gonçalves

(continua)

Conclusão do Quadro II.5.3.B-1

<p>Colônia de Pescadores Z-13 Av. Atlântica, s/nº - Posto 6 Copacabana. Telefone: 21 2522-1768 Pres. Joaquim Fernandes</p>
<p>Colônia de Pescadores Z-14 Rua Barros de Assunção, 401. Telefone: 21 2417-0022 Pres. Alda Francisca da Silva Soares</p>
<p>Colônia de Pescadores Z-15 Praia de Sepetiba, 1.886 – Sepetiba. Telefone: 21 2419-6021 Pres. Geraldo da Silva</p>
<p>Associação Carioca de Pesca Amadora Boqueirão – ACPESCAB Av. Almirante Silvio de Noronha, 100 – Aeroporto Santos Dumond</p>
<p>Cooperativa de Pescadores de Marcílio Dias LTDA – MARCOOP Av. Lobo Junior, 02 – Penha. Telefone: 21 2584-4040</p>
<p>Cooperativa Mista dos Pescadores de Colônia Caju – COOPESCAJU Rua Carlos Seil, 910 - Caju. Telefone: 21 2580-8331.</p>
<p>Cooperativa Mista dos Pescadores Sindicalizados do Estado da Guanabara – COOPESINGUA Rua Sete de Setembro, 67 – Centro. Telefone: 21 2221-1440/2221-1611</p>

C) ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Além dos Grupos de Interesse descritos neste diagnóstico, como sindicatos e federações de pesca de cada estado envolvido, existem outros tipos de organizações com interesse na atividade e identificadas a seguir.

Estas entidades apresentam objetivos diversos, mas estão envolvidos em causas ligadas à conservação ambiental, desenvolvimento sustentável e redução das desigualdades sociais e desenvolvem projetos voltados para o atendimento desses objetivos, com estreita relação com as comunidades onde atuam.

De acordo com a linha de atuação e objetivos das organizações sociais localizadas na Área de Influência do empreendimento, existe o empenho na atuação em tópicos abordados, como a promoção e valorização dos direitos humanos e cidadania; a capacitação do público-alvo das organizações em gestão comunitária e defesa dos interesses sociais e a preservação e conservação ambiental.

O principal interesse dessas entidades está em relacionar e identificar a possível ocorrência de impactos no meio marinho e na zona litoral, como por exemplo:

- **Instituto Baía de Guanabara – IBG**

Endereço: Alameda São Boaventura, 770 Fonseca / Niterói.

CEP 24120-992

Telefone: (21) 2625-4311.

Representante: Dora Heeis de Negreiros.

- **Fundação CIDE – Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro**

A Fundação CIDE é um órgão vinculado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, tendo por finalidade prover o Estado do Rio de Janeiro de todo o acervo de dados e informações básicas necessários ao conhecimento e acompanhamento da realidade física, territorial, ambiental, econômica, demográfica e social do Estado, disponibilizando ferramentas imprescindíveis para tomada de decisões nas mais variadas áreas de atuação governamental,

empresarial e acadêmica.

*Endereço: Palácio Guanabara - Rua Pinheiro Machado, s/nº - Anexo – sala
503, Laranjeiras - Rio de Janeiro - RJ*

CEP: 22238-900

Telefone: (21) 2299-5362 / 2299-5363 - FAX: 2552-5381.

E-mail: correio@cide.rj.gov.br

- **Organização social dos pescadores no Brasil**

Oficialmente, as áreas de pesca ou jurisdições pesqueiras surgiram em 1846, com a promulgação da Lei 447, que atribuía à Marinha do Brasil a responsabilidade administrativa pelas áreas de pesca ou distritos de pesca, como foi denominada a divisão da costa brasileira. Cabia à Marinha a identificação matrícula de todos os pescadores que atuavam nos distritos.

Posteriormente, em 1912, o governo brasileiro criou a Inspetoria de Pesca, com a determinação da criação de colônias de pescadores, ampliando a responsabilidade do Ministério da Marinha sobre as embarcações, as colônias e a fiscalização da pesca.

As primeiras colônias de pescadores foram criadas através das cruzadas da Marinha, a partir de 1919 (LOPES, 2004), denominadas de “tríplice missão” por terem como pontos norteadores: a nacionalização da pesca, a organização dos serviços de pesquisas oceanográficas e o saneamento do litoral. O objetivo dessas colônias, segundo seus idealizadores, era criar pontos de fiscalização da pesca, vigilância da costa e de defesa nacional de fácil mobilização.

Junto à criação das colônias, foram criadas as federações de pesca, responsáveis pela supervisão e apoio às colônias existentes em determinada Unidade da Federação, que por vez estavam submetidas à Confederação Nacional da Pesca – CNP, criada em 1920.

Com a I Guerra Mundial, a defesa e a fiscalização da costa brasileira foram intensificadas. O lema das colônias passou a ser “Pátria e Dever”. O objetivo era mobilizar os pescadores para a defesa da costa nacional. No entanto, a estrutura dessas novas colônias determinava que somente seus sócios pudessem exercer oficialmente a profissão de pescador, o que apesar de ter contribuído para um

sentido de corporação, não permitia esquecer que eram entidades criadas pelo governo, não sendo livres associações de classe (LOPES, 2004).

Com a instituição do Estado Novo, na Era Vargas, a organização dos pescadores passou a se subordinar ao Ministério da Agricultura deixando de estar sob o controle do Ministério da Marinha. Foi criada a Divisão de Caça e Pesca para o gerenciamento da atividade pesqueira no Brasil. Durante muito tempo as federações e a confederação de pesca estiveram fortemente relacionadas ao aparelho do Estado, de forma que o cargo de presidente da confederação, segundo o próprio estatuto, teria que ser de confiança do Ministro da Agricultura (DIEGUES, apud. DIAS-NETO; MARRUL-FILHO).

Com o início da II Guerra Mundial, as entidades pesqueiras deixaram de ser subordinadas ao Ministério da Agricultura e o controle das colônias voltou a ser do Ministério da Marinha.

Na década de 1960, a Divisão de Caça e Pesca foi extinta e foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE para promover, desenvolver e fiscalizar a atividade. A verba destinada à pesca foi centralizada no desenvolvimento da indústria pesqueira nacional (DIAS-NETO; MARRUL-FILHO, op. cit.).

Durante a ditadura militar, entre 1964 e 1985, as entidades de classe, em geral, tiveram dificuldade de organização e articulação, em especial as colônias de pesca, que não possuíam autonomia legal para representar os interesses dos pescadores. Diante disso, em 1980, surgiu a Comissão Pastoral dos Pescadores – CPP, órgão ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, que atuava na mobilização e articulação dos interesses dos pescadores, além de orientá-los com relação à comercialização, aposentadoria e previdência social.

Somente em 1988, com a equiparação das colônias aos sindicatos rurais, estabelecida na Constituição Federal, ganham autonomia para aprovarem seus próprios estatutos e estabelecerem suas normas e regras. No mesmo ano, foi criado o Movimento Nacional dos Pescadores – MONAPE para levar adiante o trabalho de organização. Juntas, as duas entidades são consideradas mais modernas do que a própria Confederação Nacional da Pesca.

Os adeptos da pesca de lazer, os proprietários de terrenos na praia e outros indivíduos também podiam afiliar-se às colônias. A diversificação de associados enfraquecia a organização e a representação da classe pesqueira, uma vez que a entidade representava múltiplos interesses.

Em 1989 o setor foi transferido da competência do Ministério da Agricultura e Abastecimento e passou a ser gerenciado pelo Ministério do Meio Ambiente / IBAMA, deixando de pertencer ao órgão de fomento para pertencer ao órgão fiscalizador. A atividade passou por diversas restrições entre 1989-1998, levando a uma grande desmobilização dos pescadores em função da dificuldade encontrada para desenvolver a atividade.

Com o intuito de fomentar a atividade pesqueira e ao mesmo tempo dirimir os conflitos existentes entre as entidades de pesca, a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, criada pelo governo federal em 2003, passou a reconhecer as associações de pescadores como órgãos de representação social do grupo, apesar de não ter representação de classe, como sindicatos e colônias de pesca.

- Organização social dos pescadores de representação estadual Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro – FEPERJ presidida atualmente pelo Sr. José Maria Pulgas.
- APREC - Associação de Proteção a Ecosistemas Costeiros:

Localizada na Área de Influência, em Niterói, é uma organização ambientalista, sem fins lucrativos, cujos objetivos estatutários são: a proteção da fauna e da flora dos ecossistemas costeiros; praias; costões rochosos; estuários; manguezais; lagoas; lagunas e da mata atlântica. Promove o intercâmbio técnico - científico e cultural com outras instituições de proteção ambiental, universidades, empresas e comunidades, participando ou organizando ações de proteção/desenvolvimento ambiental e desenvolvendo pesquisas aplicadas para a utilização racional e sustentável do meio ambiente.

Fundada em 1992, a APREC Ecosistemas Costeiros possui cerca de 1.300 (hum mil e trezentos) associados e/ou voluntários participantes, interagindo com diversas Instituições/ ONG's/ Universidades, de acordo com as áreas temáticas envolvidas em suas ações.

A entidade que vem atuando em defesa da APA - Área de Proteção

Ambiental do Sistema Costeiro Itaipu - Piratininga, desenvolvendo atualmente o projeto Manguezais de Niterói, complementar ao Programa de Recuperação dos Manguezais da Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara, com apoio do IBAMA. Realiza ações e projetos para reflorestamento de espécies nativas em Mata Atlântica, como o projeto Bromélias, facilitadoras da biodiversidade, projetos de Ecoturismo, turismo ecológico - cultural, além de ter desenvolvido em 1994 o projeto CULTIMAR, estudos e cultivos de organismos marinhos, e parcerias em projetos nacionais e internacionais. A APREC instituiu o Serviço Voluntário para Ações Ecológicas, que vem coordenando ações e projetos para estudo e dimensionamento da capacidade de suporte, da resiliência, de preservação e do desenvolvimento econômico – ecológico dos ecossistemas.

- Centro de Ensino Interdisciplinar:

Desenvolve os projetos Telecurso Comunidade, Informática Popular e Alfabetização de Adultos, integrados ao CEI - APREC, contando com a parceria de cidadãos e empresários, os quais ajudaram na construção da sala de aulas, no fornecimento das carteiras escolares, alimentação e transporte para os Agentes da Cidadania, como são chamados os jovens que lá estudam. Ocupa lugar na Comissão Pró - Parque Estadual da Serra da Tiririca, é filiada a APEDEMA/RJ - Assembléia Permanente das Entidades de Defesa do Meio Ambiente, ao CEREJA Centro de Justiça Ambiental, a Rede de ONG's da Mata Atlântica e ao CNEA - Cadastro Nacional das Entidades Ambientistas do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente, dentre outras representações. Por todo esse trabalho, foi declarada de utilidade pública por lei municipal e estadual.

Em Niterói, cidade de porte médio vizinha do Rio de Janeiro, o governo municipal foi o grande catalisador e motivador da participação de ONGs e Ocs da cidade. Através da participação do próprio prefeito e de seus secretários criaram-se parcerias entre a Secretaria de Urbanismos e Meio Ambiente da Prefeitura de Niterói, a Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ), o Departamento de Oceanografia e Hidrografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), o Departamento de Tecnologia de Alimentos da Universidade Federal Fluminense (UFF), e ONGs como o Instituto Niteroiense de Estudos Urbanos (INEU), o Instituto de Arquitetos do Brasil - seção Niterói (IAB), a

Secretaria de Estado de Planejamento e Controle (SECPLAN), grupos comunitários como a Federação de Moradores de Niterói (FANIT) e a Federação de Pescadores do Estado (FAPESCA).

Outras parcerias surgiram tais como Exército Brasileiro, Faculdade Maria Theresa (Dpto. Biologia Marinha), Federação das Associações de Pescadores do Estado do Rio de Janeiro (FAPESCA), Pontifícia Universidade Católica (PUC/RJ), Agência de Desenvolvimento Regional Metropolitana III (SEBRAE/RJ), Secretaria Municipal do Meio Ambiente/Prefeitura de Niterói (SMMA) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Projetos de pesquisa subvencionados pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), através de bolsas e apoio financeiro, vêm sendo desenvolvidos pelo grupo do Laboratório do Pescado da UFF e os resultados obtidos apresentados em congressos nacionais, internacionais e publicados em periódicos da área.

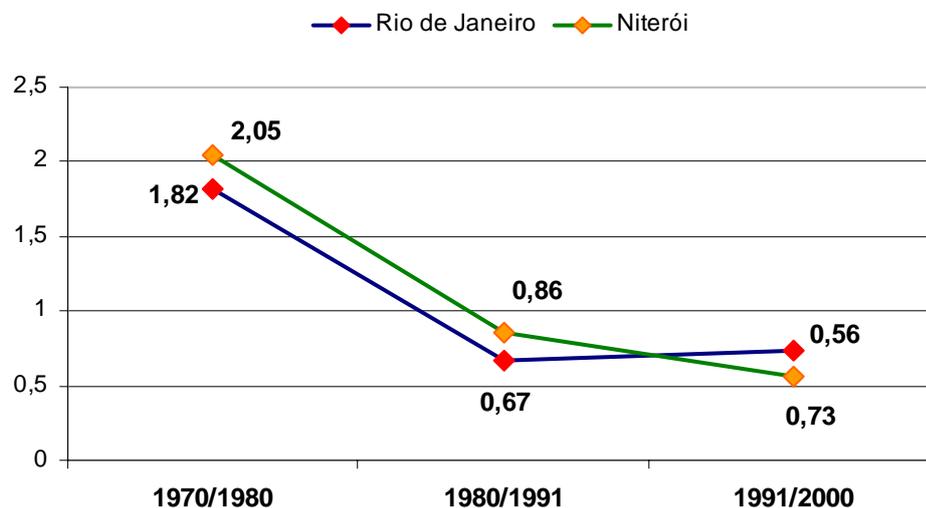
D) DINÂMICA POPULACIONAL

Segundo dados do Censo Demográfico de 2000 a população residente nos municípios da Área de Influência somou 6.317.355 habitantes, o Rio de Janeiro com 5.857.904 habitantes e Niterói com 459.451 habitantes. Sendo que o município do Rio de Janeiro deteve 40,70% do total do contingente populacional residente em relação ao total do estado.

No IBGE encontra-se disponibilizado os resultados da estimativa da população para o ano de 2007. O Rio de Janeiro apresentou uma população de 6.093.472 habitantes e Niterói 474.002.

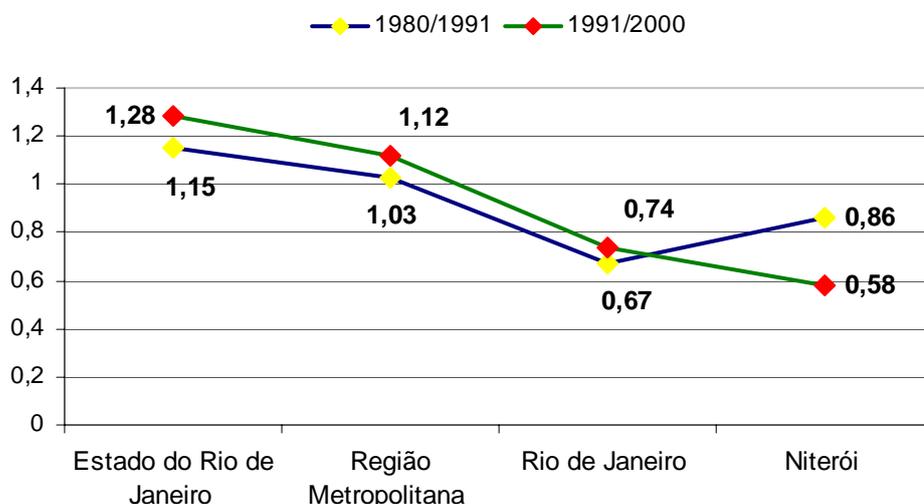
Quanto ao crescimento demográfico tendo como referência os Censos 1970, 1980, 1991 e 2000, segundo o IBGE, verifica-se na **Figura II.5.3.D-1 e II.5.3.D-2** que os municípios do Rio de Janeiro e Niterói, embora tenham apresentado taxas de crescimento positivas entre os períodos, foram consideradas baixas em relação as taxas do próprio estado (1,15%, 1,28%).

Figura II.5.3.D-1 – Taxa de crescimento populacional – 1970-2000



Fonte: IBGE e Fundação CIDE, 2007

Figura II.5.3.D-2 – Taxa média geométrica de crescimento anual – 1980/1991 e 1991/2000



Fonte: IBGE e Fundação CIDE, 2007

Rio de Janeiro e Niterói apresentam como explicação para o crescimento populacional inferior a 1% o fato de já serem áreas populosas registrando crescimento muito mais no âmbito da Região Metropolitana.

Com relação à distribuição da população urbana e rural, observa-se que ambos os municípios são 100% urbanizado.

No âmbito nacional, o Censo Demográfico (IBGE, 2000), mostra que cerca de 80% dos brasileiros vivem na cidade, restando pouco da sociedade rural que caracterizava o país nos anos 1940, quando cerca de 70% da população brasileira morava no campo.

A densidade demográfica nos municípios do Rio de Janeiro e Niterói é bastante alta, apresentando índice superior a 3.400 hab./km², (**Quadro II.5.3.D-1**).

Quadro II.5.3.D-1 - Densidade Demográfica na Área de Influência Direta (2000).

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	ÁREA (km ²)	HAB/km ²
Estado do Rio de Janeiro	14.392.106	43.696,054	329,37
Rio de Janeiro	5.857.904	1.182,30	4.858,11
Niterói	459.451	129,38	3.415,99

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (2000).

O município do Rio de Janeiro é dividido em 160 bairros, agrupados em 34 regiões administrativas. A cidade conta com 19 subprefeituras.

1. Subprefeitura Centro;
2. Subprefeitura Centro Histórico;
3. Subprefeitura Zona Sul 1;
4. Subprefeitura Zona Sul 2;
5. Subprefeitura Tijuca e adjacências;
6. Subprefeitura Grajaú e Vila Isabel;
7. Subprefeitura Grande Méier;
8. Subprefeitura Lins de Vasconcelos;
9. Subprefeitura Ilha do Governador;
10. Subprefeitura Zona Norte;
11. Subprefeitura Leopoldina Norte;
12. Subprefeitura Leopoldina Sul;
13. Subprefeitura Jacarepaguá;
14. Subprefeitura Barra da Tijuca;
15. Subprefeitura Zona Oeste;
16. Subprefeitura Bangu;
17. Subprefeitura Vila Militar;
18. Subprefeitura Santa Cruz/Pedra de Guaratiba;
19. Subprefeitura Grande Irajá

Os bairros estão distribuídos em quatro Zonas: Central, Sul, Norte e Oeste, conforme apresentada a seguir.

- Zona Central: Bairro de Fátima, Centro, Catumbi, Estácio, Cidade Nova, Gamboa, Paquetá, Santo Cristo, Saúde.
- Zona Sul: Botafogo, Catete, Copacabana, Cosme velho, Flamengo, Gávea, Glória, Humaitá, Ipanema, Jardim Botânico, Lagoa, Laranjeiras, Leblon, Leme, Santa Teresa, São Conrado, Urca.
- Zona Norte: Abolição, Acari, Água Santa, Alto da Boa Vista, Anchieta, Andaraí, Bancários, Barros Filho, Benfica, Bento Ribeiro, Bonsucesso, Brás de Pina, Cachambi, Cacuia, Caju, Campinho, Cascadura, Cavalcanti, Cidade Universitária, Cocotá, Coelho Neto, Colégio, Cordovil, Costa Barros, Encantado, Engenheiro Leal, Engenho da Rainha, Engenho de Dentro, Engenho Novo, Freguesia da Ilha, Galeão, Del Castilho, Grajaú, Guadalupe, Higienópolis, Honório Gurgel, Inhaúma, Irajá, Jacaré, jardim América, Jardim Carioca, Jardim

Guanabara, Lins de Vasconcelos, Madureira, Maracanã, Marechal Hermes, Maria da Graça, Méier, Moneró, Olaria, Oswaldo Cruz, Parada de Lucas, Parque Anchieta, Parque Colúmbia, Pavuna, Penha, penha Circular, Piedade, Pilares, Pitangueiras, Portuguesa, Praça da Bandeira, Praia da Bandeira, Quintino Bocaiúva, ramos, Riachuelo, Ribeira, Ricardo Albuquerque, Rio Comprido, Rocha, Rocha Miranda, Sampaio, São Cristóvão, São Francisco Xavier, Tauá, Tijuca, Todos os Santos, Tomás Coelho, Turiaçu, Vasco da Gama, Vaz Lobo, Vicente de Carvalho, Vila da Penha, Vigário Geral, Vila Isabel, Vila Cosmos, Vista Alegre, Zumbi.

- Zona Oeste: Anil, Bangu, barra da Tijuca, Barra de Guaratiba, Camorim, Campo Grande, campo dos Afonsos, Cidade de Deus, Cosmos, Curicica, Deodoro, Freguesia de Jacarepaguá, ardenis Azul, Gericinó, Grumari, Guaratiba, Inhoaíba, Itanhangá, Jacarepaguá, Jardim Sulacap, Joá, Magalhães Bastos, Paciência, Padre Miguel, pechincha, Pedra de Guaratiba, Praça Seca, Realengo, Recreio dos Bandeirantes, Santa Cruz, Santíssimo, Senador Camará, Senador Vasconcelos, Sepetiba, tanque, Tauqara, Vargem Grande, Vargem Pequena, Vila Militar, Lila Valqueire.
- Ilhas: Fundão, Ilha do Governador, Paquetá, Ilha Villegaignon.
- Favelas: Complexo do Alemão, Jacarezinho, Mangueira, Manguinhos, Maré, Rocinha Vidigal...

A Região Central é o centro histórico, administrativo e financeiro da cidade do Rio de Janeiro. Vem passando por uma grande revitalização desde que redescoberta pelos cariocas, na década de 90, que se seguiu a diversos projetos de renovação e enriquecimento, com reforma de praças e áreas de grande interesse turístico como o Campo de Santana, onde são encontradas obras de Mestre Valentim e outros notáveis artistas do Brasil Colonial e Imperial.

Locais de interesse turístico incluem a histórica Igreja da Candelária, o riquíssimo Mosteiro de São Bento e a moderna Catedral Metropolitana, o Teatro Municipal e incontáveis museus, e Igrejas, assim como locais que rememoram o

Rio Antigo, como é o caso do Arco do Teles, a Praça XV (antigo Largo do Paço) e diversos outros monumentos e construções admiráveis.

Os "Arcos da Lapa" são uma atração à parte. Estes são, na verdade, um antigo aqueduto em estilo romano construído por volta de 1750 pelo governo colonial português para abastecimento de água da cidade, que foi convertido em viaduto em 1896 com o objetivo de possibilitar o transporte de passageiros por bondes para o bairro vizinho de Santa Teresa: o famoso bondinho de Santa Teresa, que até hoje funciona de forma regular.

Há também na Região central a maioria dos prédios administrativos do governo, o porto e várias sedes de grandes empresas, assim como imensos edifícios-garagem. O centro tem seu quadrilátero mais valorizado da Av. Nilo Peçanha até a Rua do Ouvidor, compreendendo esta área os edifícios mais valorizados para escritórios, assim como as lojas mais "chiques" e conhecidas. Pontos verdadeiramente nevrálgicos da região são as ruas da Assembléia (que se inicia no Palácio Tiradentes, sede da Assembléia Legislativa fluminense) e a avenida Erasmo Braga (onde se localiza o Fórum).

Recentemente, e após alguns anos, as construtoras voltaram a dar atenção ao Centro, construindo novos edifícios e "retrofitando" vários outros, como é o caso do conhecido "Amarelinho", e da Torre Almirante, que sucedeu ao Edifício Andorinha, onde teve lugar, na década de 80, um incêndio de grandes proporções.

A Zona do Comércio Popular, o "Saara", rivaliza com a paulistana Rua 25 de Março em público e variedade, assim como a área do Largo de São Francisco de Paula, que conta com grandes magazines e restaurantes tradicionais que merecem a visita de pessoas de todas as idades.

A Zona Portuária, composta principalmente dos bairros da Saúde e Gamboa, vem passando também - embora mais recentemente - por forte processo de revitalização, que engloba a abertura de novos empreendimentos comerciais e industriais, a restauração dos belos casarios, e projetos da Prefeitura como a Vila Olímpica da Gamboa e a Cidade do Samba, além do já licitado Aquário Municipal, todos lá localizados. Os investimentos na parte cultural da Zona Portuária do Rio de Janeiro também vêm crescendo, e a Gamboa, região em grande ascensão,

vem sendo chamada de " a nova Lapa " devido à inauguração de Casas de Show, Bares, Restaurantes e Boates que vêm transformando a noite no local.

Os bairros próximos à região central são a Glória, Catete, Flamengo, Tijuca e São Cristóvão.

A Zona Sul é a região geográfica da cidade do Rio de Janeiro localizada entre o Maciço da Tijuca, o Oceano Atlântico e a Baía de Guanabara. É composta sobretudo de bairros que se localizam na orla atlântica, como São Conrado, Vidigal, Leblon, Ipanema, Copacabana e Leme. Há também os bairros Botafogo, Flamengo, Urca e Glória, que se situam na orla da Baía de Guanabara, além de Lagoa, Jardim Botânico, Gávea Humaitá, Cosme Velho, Silvestre Catete e Laranjeiras , que são bairros interiores.

Nessa região se encontram as principais praias e hotéis da cidade, além da Lagoa Rodrigo de Freitas, o parque Nacional da Tijuca, o morro do Pão de Açúcar com o seu famoso Teleférico (o "Bondinho do Pão de Açúcar"), o morro do Corcovado, no qual se localiza a famosa estátua do Cristo Redentor, bem como outras maravilhas naturais e atrações turísticas. É a região mais nobre da cidade.

A Zona Norte do Rio de Janeiro é uma área da cidade bastante heterogênea, em que existem bairros com trechos bastante valorizados como Tijuca, Vila Isabel, Alto da Boa Vista, Grajaú, Maracanã e Jardim Guanabara; bairros com comércio popular muito movimentado como Madureira, Penha, e Méier; bairros estritamente residenciais, com comércio muito fraco, como Quintino Bocaiúva, Maria da Graça, Vila Cosmos, Higienópolis e Água Santa; bairros industriais como Bonsucesso, Manguinhos, Pavuna, Ramos, Vigário Geral, Jardim América e Parque Colúmbia e bairros com população de baixa renda como Jacarezinho, Colégio, Mangueira, Manguinhos, Maré, Parque Colúmbia, Costa Barros, Barros Filho, Acari, Parada de Lucas, Vigário Geral, Cordovil, etc. É a terra do Estádio do Maracanã - estádio que um dia foi o maior do mundo, quando tinha capacidade total para 200.000 pessoas (hoje reduzida para 103.000 para adequação de normas de segurança), que sediou em junho de 2007 as cerimônias de abertura e encerramento dos Jogos Pan-americanos - e do Estádio João Havelange, no bairro do Engenho de Dentro - no qual ocorreram as provas de atletismo destes jogos.

Também se situa nesta área da cidade o Aeroporto Internacional Antonio Carlos Jobim, também conhecido pelo seu antigo nome, Galeão, na Ilha do Governador; o Mercado de Madureira, considerado o maior mercado popular do Brasil, no bairro de Madureira, absolutamente comercial e também famoso pela tradicional escola de samba Portela, maior vencedora do Carnaval Carioca; o Santuário de Nossa Senhora da Penha, famoso por sua escadaria de 365 degraus, no bairro da Penha; o Ceasa, maior abastecedor de hortifrutas da cidade, no bairro de Irajá; o Norte Shopping, um dos maiores e o que mais fatura na cidade, no bairro do Cachambi e o morro da Mangueira, famoso por sua tradicional escola de samba.

Por sua heterogeneidade, os bairros são divididos em cinco sub-regiões:

- Tijuca (bairros como Tijuca, Grajaú, Vila Isabel, Alto da Boa Vista, Maracanã, etc...);
- Ilha (bairros da Ilha do Governador como Jardim Guanabara, Galeão, Ribeira, Bancários, Cocotá, Cacuia, etc...);
- Subúrbio da Leopoldina (bairros: Bonsucesso, Manguinhos, Ramos, Complexo do Alemão, Olaria, Penha, Maré, Brás de Pina, Cordovil, Vigário Geral e Jardim América);
- Subúrbio da Central (bairros: São Cristóvão, Benfica, Sampaio, Riachuelo, Rocha, Jacaré, Méier, Engenho Novo, Cachambi, Engenho de Dentro, Del Castilho, Maria da Graça, Inhaúma, Engenho da Rainha, Tomás Coelho, Cavalcante, Pilares, Abolição, Piedade, Quintino Bocaiúva, Cascadura, Madureira, Vaz Lobo, Campinho, Oswaldo Cruz, Bento Ribeiro e Marechal Hermes).
- Irajá/Pavuna(bairros: Irajá, Acari, Colégio, Rocha Miranda, Honório Gurgel, Vila da Penha, Vila Cosmos, Vicente de Carvalho, Vista Alegre, Pavuna, Parque Colúmbia, Coelho Neto, Barros Filho e Costa Barros).

A Zona Oeste do Rio de Janeiro é a região com os bairros mais distantes do centro da cidade. Ocupa mais da metade do município e é composta pelos bairros de Anil, Bangu, Barra da Tijuca, Barra de Guaratiba, Camorim, Campo Grande, Campo dos Afonsos, Cidade de Deus, Cosmos, Curicica, Deodoro, Freguesia,

Gardênia Azul, Gericinó, Grumari, Guaratiba, Inhoaíba, Itanhangá, Jacarepaguá, Jardim Sulacap, Joá, Magalhães Bastos, Paciência, Padre Miguel, Pechincha, Pedra de Guaratiba, Praça Seca, Realengo, Recreio dos Bandeirantes, Rio das Pedras, Santa Cruz, Santíssimo, Senador Camará, Senador Vasconcelos, Sepetiba, Tanque, Taquara, Vargem Grande, Vargem Pequena, Vila Militar e Vila Valqueire.

É a maior região da Cidade do Rio de Janeiro ocupando mais da metade do território de município e conta com mais da metade da população residente na cidade.

Temos como destaque na atualidade a Barra da Tijuca que é um bairro residencial de classe média e média-alta que recebe um grande numero de novos especuladores imobiliários, incluindo grandes hipermercados, shoppings e sedes de empresas. É um dos bairros que mais cresce na cidade e onde foi construída a Vila Panamericana, em que foram alojados os atletas durante os Jogos Pan-americanos de 2007.

Outros destaques ficam com o bairro de Campo Grande onde situa-se o Centro Esportivo Miécimo da Silva e o Campo Grande Atlético Clube. Em Santa Cruz situa-se a Base Aérea de Santa Cruz, um dos principais aeródromos militares da América Latina, onde está também construído o único Hangar para uso de Zepelins ainda existente.

Em Realengo e Padre Miguel há algumas atividades culturais interessantes como a escola de samba Mocidade Independente de Padre Miguel e o Bar do Baiano na Rua do Imperador. Também conta-se com uma unidade escolar do tradicional Colégio Pedro II, na rua Bernardo de Vasconcelos, em Realengo. Além destas atrações ainda existe o Armazém do Jazz, citado no guia de botequins - Rio Botequim de 2005.

O município de Niterói se divide em quarenta e oito bairros agrupados em doze regiões administrativas.

Regiões Administrativas:

1. Barreto;
2. Centro;
3. Engenhoca;
4. Fonseca;
5. Icaraí;
6. Ingá;
7. Pendotiba;
8. Região Oceânica;
9. Rio do Ouro;
10. Santa Bárbara e Caramujo;
11. Santa Rosa;
12. São Francisco.

A região Oceânica é uma região habitada, em sua maioria, por indivíduos de classe média e média-alta, tendo alguns redutos de pobreza, como nas áreas ao redor das lagoas de Piratininga e Itaipu, e também de elites, como em certos condomínios de Piratininga e Itaipu, além de alguns locais de Camboinhas e o bairro de Itacoatiara.

Bairros:

1. Badu;
2. Baldeador;
3. Barreto;
4. Boa Viagem;
5. Cachoeiras;
6. Cafubá;
7. Camboinhas;
8. Cantagalo;
9. Caramujo;
10. Centro;
11. Charitas;
12. Cubango;
13. Engenhoca;
14. Engenho do Mato;
15. Fátima;
16. Fonseca;
17. Gragoatá;
18. Icaraí;
19. Ilha da Conceição;
20. Ingá;

21. Itacoatiara;
22. Itaipu;
23. Ititioca;
24. Jacaré;
25. Jurujuba;
26. Largo da Batalha;
27. Maceió;
28. Maria Paula;
29. Matapaca;
30. Morro do Estado;
31. Muriqui;
32. Pé Pequeno;
33. Piratininga;
34. Ponta d'Areia;
35. Rio do Ouro;
36. Santa Bárbara;
37. Santana;
38. Santa Rosa;
39. São Domingos;
40. São Francisco;
41. São Lourenço;
42. Sapê;
43. Tenente Jardim;
44. Várzea das Moças;
45. Viçoso Jardim;
46. Vila Progresso;
47. Viradouro;
48. Vital Brazil.

O bairro do Centro de Niterói é onde estão localizados as repartições da administração pública e uma diversificada área comercial e de serviços, destacando-se principalmente o da travessia marítima para a cidade do Rio de Janeiro, conhecido como "as Barcas". Foi basicamente devido a este serviço que o bairro nasceu e se desenvolveu.

Icaraí é um bairro localizado no município de Niterói, capital do antigo Estado do Rio de Janeiro, antes da fusão com Estado da Guanabara, que perdeu, com a transferência da capital federal para Brasília, o status de Distrito Federal.

É um bairro de características residenciais, tendo sofrido no último quartel do século XX um incremento acelerado do índice concentração populacional, marcado por forte especulação imobiliária.

Jurujuba é um bairro é predominantemente ocupado por antigos moradores e um vila de pescadores - uma das mais tradicionais do estado, que organiza anualmente uma procissão marítima em louvor de seu padroeiro, São Pedro, no dia 29 de julho. A festa faz parte do calendário oficial da cidade.

Sua localização encontra-se no meio do caminho para o Complexo dos Fortes, antiga área de defesa da entrada da Baía de Guanabara contra invasores no Brasil Colônia, tendo como destaque a Fortaleza de Santa Cruz - ponto de interesse turístico da cidade. Ainda situam-se em sua área as praias da Várzea, do Canal, de Jurujuba, as pequenas Adão e Eva (separadas por um rochedo), de Fora e do Imbuí. As duas últimas já são consideradas oceânicas e contêm águas de coloração bastante azulada. Contudo são de acesso restrito, devido situarem em área militar. As demais são consideradas de interior de baía, com águas mais escuras e turvas.

São bairros vizinhos Charitas e Piratininga.

A Ilha da Conceição localiza-se no interior da baía de Guanabara, no município de Niterói, estado do Rio de Janeiro, no Brasil.

Atualmente é o principal pólo metalúrgico naval de Niterói. Abriga também parte da indústria pesqueira do município.

O bairro de Ponta D'Areia tem boa proximidade do centro de Niterói, porém sem tumulto e trânsito. Possui uma comunidade muito antiga, denominada Morro da Penha, devido a presença da Igreja Nossa Senhora da Penha.

A população da Ponta D'Areia, na sua maioria, tem origem operária, tradicionalmente ligada às indústrias locais e de ilhas próximas, vinculada à construção naval já que o bairro é pioneiro, no Brasil, neste ramo de atividade. Constituída de migrantes, em boa parte oriundos de Portugal, o bairro também conhecido como "Portugal Pequeno".

Sobre a indústria naval é importante ressaltar que Niterói já teve neste ramo industrial sua máxima expressão, apesar da decadência no Século XX e o resurgimento deste setor no início do Século XXI.

As residências da Ponta D'Areia apresentam padrão construtivo predominante do tipo médio degradado, com espacialização horizontal. Especialmente na Vila Pereira Carneiro, outrora núcleo residencial dos operários navais e que hoje abriga uma população de classe média, nota-se a presença de casas de padrão mais elevado.

O comércio de primeira necessidade localiza-se na entrada da Vila Pereira Carneiro (açougue, supermercado, padaria, etc) e o especializado em produtos náuticos e oficinas afins, nas ruas que margeiam a Baía de Guanabara - especialmente a Miguel Lemos e a Barão de Mauá. Merece registro especial o Mercado São Pedro, especializado na comercialização de peixes e crustáceos — de grande dimensão e que atrai clientes até de municípios vizinhos.

A presença de estaleiros é uma constante ainda hoje na Ponte D'Areia. Encontram-se em atividade lá os estaleiros Mauá, Mac-Laren e Cruzeiro do Sul, este pertencente ao Governo do Estado - responsável pela manutenção das barcas da Conerj, que interligam Niterói ao Rio de Janeiro e vice-versa.

Na Ponta da Armação, além de um conjunto residencial da Marinha, encontram-se situadas as instalações da Diretoria de Hidrografia e Navegação (D.H.N.), órgão responsável pela elaboração de cartas náuticas.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) calculado pela combinação de três indicadores (longevidade, educação e PIB) pretende levar em conta a qualidade de vida da população. Os Índices de Desenvolvimento Humano nos municípios da área de influência foram obtidos no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e estão apresentados na **Tabela II.5.3.D-1**.

Tabela II.5.3.D-1 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – 1991 e 2000.

Municípios	IDH-Municipal	
	1991	2000
Rio de Janeiro	0,798	0,842
Niterói	0,817	0,886

Fonte: IBGE e Fundação CIDE, 2007

Os municípios que apresentam os melhores índices de IDH no estado são aqueles pertencentes à Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Niterói e Rio de Janeiro ocupam respectivamente a primeira e a segunda posição em relação aos outros municípios do estado. Segundo a classificação do PNUD, esses municípios são considerados de alto desenvolvimento humano (IDH maior que 0,8). (PNUD, 2007).

Em relação ao estado, os municípios do Rio de Janeiro e Niterói apresentaram os melhores índices no ano de 2000, segundo o PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Niterói é considerada a terceira cidade em qualidade de vida no Brasil e a primeira em relação ao estado, seguido do município do Rio de Janeiro que se encontrou na 58ª colocação em relação ao país. Ambos apresentaram índices superiores a 0,8, classificados como de alto desenvolvimento.

E) FLUXOS MIGRATÓRIOS ATUAIS

A partir dos dados do Atlas do Censo Demográfico/2000 (IBGE, 2000) é possível observar o panorama nacional em relação aos saldos migratórios no Brasil. Cabe ressaltar que esses dados referem-se ao período compreendido entre 1995 e 2000.

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o estado do Rio de Janeiro apresentou saldo migratório positivo no período avaliado. O saldo ficou entre 15.000 e 50.000 habitantes, sendo que os migrantes que chegaram ao estado se deslocaram desde os estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e o Nordeste do Brasil em geral.

A partir de dados registrados no Anuário Estatístico - CIDE (2000) e estudos realizados para identificação de fluxos migratórios, o estado do Rio de Janeiro apresentou taxas oscilantes no que se refere a SM (Saldos Migratórios) e dados de PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) nas últimas décadas.

Por estarem localizados em área litorânea, os municípios do Rio de Janeiro e Niterói sofrem grandes influências da atividade turística, que vêm sendo um dos grandes responsáveis pelo crescimento econômico desta região como um todo. Esta atividade se traduz em uma das grandes fontes de renda locais. Com isso, verifica-se uma forte dependência da economia local em relação a cadeia produtiva vinculada às atividades de turismo, desde as atividades de prestação de serviço direta até o incremento do mercado imobiliário e da construção civil, por exemplo.

Estima-se que a maioria dos migrantes seja proveniente do próprio estado, apesar do dado do Censo Demográfico de 2000 não contabilizar a migração interna.

De acordo com os dados disponíveis, a avaliação dos fluxos migratórios registrados nas últimas pesquisas revela um quadro variável no estado do Rio de Janeiro, recebendo fluxos de migração expressivos, provenientes principalmente da Região Sudeste e Nordeste.

Conforme mencionado no item anterior, de acordo com o Anuário Estatístico do CIDE, entre 1991 e 2000, a taxa média geométrica de crescimento anual dos

municípios da área de Influência, Rio de Janeiro (0,74%) e Niterói (0,58%) ainda que positiva foi inferior a apresentada no estado e na Região Metropolitana, com -1,30 e -1,12 respectivamente. Em relação a taxa líquida de migração, ambos os municípios apresentaram taxas negativas e inferiores ao estado (0,19%), sendo comprovado pelos valores da taxa de crescimento vegetativo que apresentou valores superiores e que representa o número de nascimentos sem levar em conta a população migrante.

Quadro II.5.3.E-1 Taxa média de crescimento anual, taxa líquida de migração e taxa de crescimento vegetativo na Área de influência.

Regiões de Governo e municípios	Taxa média geométrica de crescimento anual (%)	Taxa líquida de migração (%)	Taxa de crescimento vegetativo (%)
Estado	1,30	0,19	1,11
Região Metropolitana	1,12	0,06	1,06
Rio de Janeiro	0,74	-0,13	0,87
Niterói	0,58	-0,27	0,85

Fonte: Anuário Estatístico do CIDE, 2007.

Os municípios da Área de Influência apresentam dinamismo econômico diferenciado, como praias, monumentos e paisagens para o turismo, como grandes centros urbanos ou como áreas de intensa atividade portuária e industrial.

A análise dos fluxos migratórios foi elaborada com base nos últimos dados censitários do IBGE, que identificou as pessoas não naturais dos municípios de residência atual que tinham, na data do censo de 2000, menos de 10 anos ininterruptos de residência.

Os índices de pessoas não naturais com menos de 10 anos ininterruptos de residência correspondiam em 2000, segundo dados do censo, a 4,9% da população no Rio de Janeiro e 3,5% da população em Niterói.

Os dados relativos à chegada recente de população para a área de influência são apresentados na **Tabela II.5.3.E-1**.

Tabela II.5.3.E-1 – Pessoas não naturais do município que tinham menos de 10 anos ininterruptos de residência no município de residência atual – 2000.

Municípios	População Total	População não natural com menos de 10 anos de residência					
		Nº	%	Anos de residência (%)			
				Menos de 1	1 a 2	3 a 5	6 a 9
Rio de Janeiro	5.857.904	284.905	4,9	7,1	31,5	35,2	26,1
Niterói	459.451	16.053	3,5	8,7	29,5	34,4	27,5

Fonte: IBGE, 2000

F) INFRA-ESTRUTURA

Saúde

Os dados apresentados sobre a infra-estrutura de saúde no Brasil, estados ou municípios, de maneira geral, foram obtidos a partir da análise de dados disponibilizados pelo DATASUS referentes a junho de 2008.

De acordo com dados divulgados pelo CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, referente ao ano de 2008, a Área de Influência conta com um total de 3.041 estabelecimentos hospitalares (dentre federais, estaduais, municipais e privados), sendo 241 municipais, 36 federais e 72 estaduais, conforme pode ser observado no **Quadro II.5.3.F-1**.

Quadro II.5.3.F-1: Rede hospitalar, por regime nos municípios do Rio de Janeiro e Niterói, 2008.

Estabelecimentos por Tipo - Rio de Janeiro (Jun/2008)					
Município	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total
TOTAL	36	72	241	2.692	3.041
Niterói	2	10	33	1.014	1.059
Rio de Janeiro	34	62	208	1.678	1.982

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, 2008

Para os municípios do Rio de Janeiro e Niterói, são descritos no quadro abaixo os números de leitos por cada regime no ano de 2008.

A rede hospitalar existente nesta área apresentou um total de 29.052 leitos, estando 46,9% vinculados à rede pública e 53,1% à rede privada. (**Quadro II.5.3.F-2**).

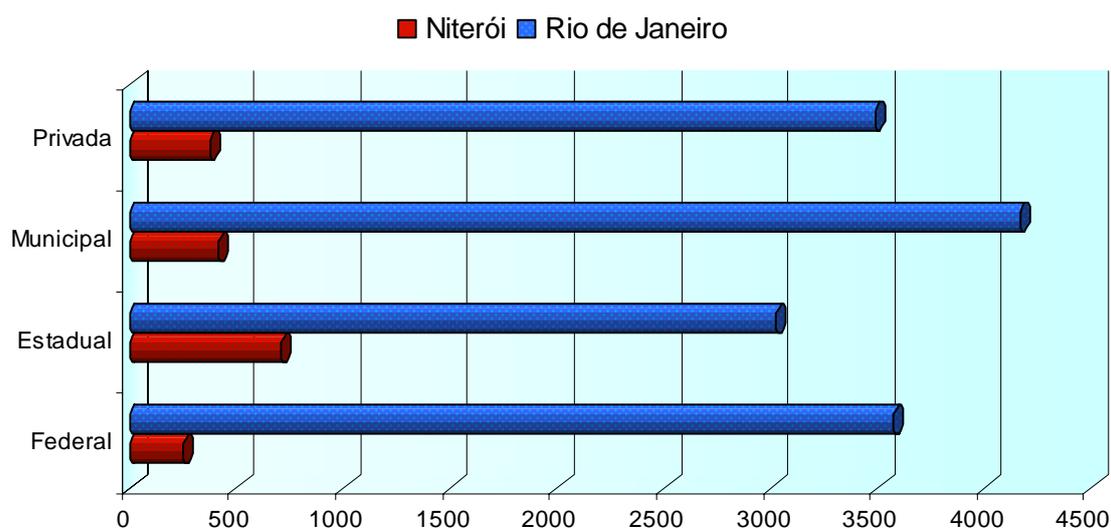
Quadro II.5.3.F-2 - Quantidade de Leitos de Internação Total e SUS existentes por Esfera Administrativa segundo Município (Jun/2008).

Quantidade de Leitos de Internação Total					
Município	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total
TOTAL	4.717	4.093	4.801	15.441	29.052
Niterói	267	826	440	1.621	3.154
Rio de Janeiro	4.450	3.267	4.361	13.820	25.898
Quantidade de Leitos de Internação do SUS					
Município	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total
TOTAL	3.827	3.736	4.582	3.863	16.008
Niterói	250	710	417	375	1.752
Rio de Janeiro	3.577	3.026	4.165	3.488	14.256

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, 2008

Na Área de Influência 55,1% do total de leitos disponíveis, são destinados os SUS, onde 89% estão no município do Rio de Janeiro. Comparando os municípios, prevalecem os leitos hospitalares municipais no Rio de Janeiro, com 29,2% e estaduais em Niterói com 40,5%, conforme pode ser observado na **Figura II.5.3.F-1** a seguir.

Figura II.5.3.F-1- Quantidade de Leitos de Internação do SUS existentes por Esfera Administrativa segundo Município



Fonte: DATASUS/ Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde-CNES, 2007

O quadro abaixo (**Quadro II.5.3.F-3**) mostra a distribuição da rede ambulatorial nos municípios do Rio de Janeiro e Niterói. Conforme pode ser observado, na Área de Influência, esta rede é composta, principalmente, por Clínicas e ambulatórios especializados, que respondem 29,1% das unidades existentes. Os consultórios isolados correspondem a 28,2% das unidades ambulatoriais dos municípios estudados, seguida das Unidades de apoio diagnose e terapia com 19,5%.

Quadro II.5.3.F-3 - Unidades Ambulatoriais por tipo nos municípios da Área de Influência, 2007.

Tipo de unidade (2007)	Regiões de Governo e municípios			
	Estado	AI	Rio de Janeiro	Niterói
Total	8 459	2387	1 511	876
Centro de saúde / unidade básica	1 445	154	137	17
Clínica / ambulatório especializado	1 560	694	572	122
Consultório isolado	2 885	672	99	573
Hospital especializado	211	128	107	21
Hospital geral	327	144	128	16
Policlínica	329	71	53	18
Posto de saúde	423	33	5	28
Unidade de apoio diagnose e terapia	1 027	466	393	73
Outras unidades	252	25	17	8

Fonte: Anuário Estatístico do CIDE, 2007

Em 2006, foram contabilizados 15 mil casos de dengue no município do Rio de Janeiro, ou seja, 48% do total dos casos registrados para o Estado. Em relação a Tuberculose o município do Rio de Janeiro também registrou um número alto para o total do estado, 55%. Os casos de meningite também ocorreram com mais freqüência no município do Rio de Janeiro, 57% dos casos registrados.

Quadro II.5.3.F-4 - Casos das Principais Doenças nos municípios da Área de Influência, 2006.

Regiões de Governo e municípios	Casos registrados das principais doenças (2006)				
	Hanseníase	Dengue	Tuberculose	Leptospirose	Meningites em geral
Estado	3.027	31.054	14.451	699	1.949
Rio de Janeiro	1.156	14.989	7.957	137	1.110
Niterói	68	948	596	46	149

Fonte: Anuário Estatístico do CIDE, 2007

Conforme pode ser observado no **Quadro II.5.3.F-5** abaixo, na Área de Influência as principais causas de mortalidade foram as doenças do aparelho circulatório que responderam por 28,2% dos óbitos, neoplasias com 16,4%, causas externas de morbidade e mortalidade com 11,4% e doenças do aparelho respiratório com 11,1%. Ao se analisar, isoladamente, os municípios estudados, verifica-se que estas três classes de morbidade respondem, na maior parte dos municípios, pelas principais causas de óbito.

Quadro: II.5.3.F-5 - Nº de Óbitos em 2005 nos municípios da Área de Influência.

Óbitos por grupos de causa (2005)	Regiões de Governo e municípios			
	Estado	Região Metropolitana	Rio de Janeiro	Niterói
Total	114 394	84 836	49 090	3 874
Cap.01 Algumas doenças infecciosas e parasitárias	5 701	4 485	2 692	225
Cap.02 Neoplasias (tumores)	16 644	12 632	7 968	706
Cap.03 Doenças do Sangue	633	460	262	16
Cap.04 Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	7 088	5 321	2 700	205
Cap.05 Transtornos mentais e comportamentais	828	555	332	32
Cap.06 Doenças do sistema nervoso	1 741	1 287	861	80

(Continuação)

Continuação do Quadro II.5.3.F-5 nº de óbitos em 2005 nos municípios da Área de Influência

Óbitos por grupos de causa (2005)	Regiões de Governo e municípios			
	Estado	Região Metropolitana	Rio de Janeiro	Niterói
Cap.07 Doenças do olho e anexos	2	-	-	-
Cap.08 Doenças do ouvido e da apófise mastóide	13	11	5	1
Cap.09 Doença do aparelho circulatório	32 892	23 938	13 893	1 045
Cap.10 Doença do aparelho respiratório	12 026	8 890	5 440	454
Cap.11 Doença do aparelho digestivo	4 957	3 638	2 136	157
Cap.12 Doenças da pele e dos tecidos subcutâneos	194	129	61	14
Cap.13 Doenças Sist. osteomuscular e Tec. Conjuntivo	338	257	171	12
Cap.14 Doença do aparelho geniturinário	2 579	1 960	1 222	108
Cap.15 Gravidez, parto e puerpério	141	93	36	1
Cap.16 Algumas afecções do período perinatal.	2 146	1 514	661	57
Cap.17 Mal formação congênita deform e anomalia crom.	753	528	286	19
Cap.18 Sint. Sinais e achados anorm ex clin e laborat	10 679	8 381	4 771	296
Cap.19 Causas externas de morbidade e mortalidade	15 039	10 757	5 593	446

Fonte: Anuário Estatístico do CIDE, 2007.

A AMS (Assistência Médico-Sanitária) contabilizou em 1999, um total de 55.226 estabelecimentos de saúde no país, sendo 73% sem infra-estrutura para internação, 14% com infra-estrutura para internação e 13% infra-estrutura de apoio à diagnose e terapia. A maior concentração está na Região Sudeste (38%), destacando-se os estados de São Paulo (16%) e Rio de Janeiro (13%).

A rede ambulatorial do SUS (Sistema Único de Saúde) integrava 61 mil unidades, em 2001, 77% de natureza pública, 23% privada e apenas 0,5% universitária. O setor público predomina em todo o país, com participação bem acima da média na região Norte (88%) e inferior na região Sul (66%).

Os centros e postos de saúde, os prontos-socorros gerais, as unidades móveis e as unidades de saúde da família vinculam-se quase que totalmente ao setor público. Nos serviços auxiliares de diagnose e terapia e centros de alta complexidade em oncologia, predomina o setor privado.

Na rede hospitalar do SUS, em 2001, o Brasil contava com 486 mil leitos em hospitais vinculados ao SUS – 2,8 por mil habitantes. Do total, 65% estão em hospitais da rede privada, 26% da pública e 9% da universitária.

Entre 1996 e 2001, houve, em números absolutos, redução no total de leitos, ocasionando discreta retração no coeficiente por mil habitantes. A diminuição no número de leitos, que vem ocorrendo ininterruptamente, ao longo dos anos 90, mostra coerência com a diretriz de mudança no modelo assistencial.

Para números de oferta de leitos, por mil habitantes, não houve destaques para a região em estudo. Dos leitos de UTI (Unidade de Terapia Intensiva) do SUS, que somam 11 mil, metade está em hospitais privados, 27% em universitários e 23% em públicos. Há extrema concentração na Região Sudeste (54%).

Segundo o último Anuário Estatístico da Saúde realizado pelo Ministério da Saúde, referente ao ano de 2001, no que dispõe sobre morbidades e fatores de riscos, dentre as doenças de notificação compulsória, as que apresentaram maior incidência, em 2000, foram a malária, a dengue e a tuberculose. Esta última registrou a maior taxa de incidência na Região Sudeste (54 casos novos por 100 mil habitantes). De forma geral, as capitais e as regiões metropolitanas detêm as maiores taxas.

Entre as doenças que podem ser prevenidas por vacinação no Brasil, destaca-se o sarampo, com significativa diminuição desde a epidemia de 1997. A incidência de tétano neonatal, coqueluche e difteria também encontra-se em declínio.

Para as doenças relacionadas ao trabalho, observou-se uma taxa de 11 casos por 10 mil segurados, em 2000, com 11 casos, na região Sudeste. Já os acidentes de trabalho típicos apresentaram uma taxa de 16 casos por mil segurados, no Brasil.

As principais causas de internação no SUS, em 2001, foram: gravidez, parto e puerpério (24%), doenças do aparelho respiratório (16%) e do aparelho circulatório (10%). A distribuição das causas apresenta diferenças regionais, como as doenças do aparelho circulatório, com a maior proporção na Região Sudeste e a menor, quando se trata de doenças infecciosas e parasitárias.

A maior parte das internações por causas externas, em 2001, deveu-se a quedas (43%), seguidas pelos acidentes de transportes (17%). Nas Regiões Sudeste e Sul, as quedas responderam por cerca da metade das internações por causas externas. Já os acidentes de transportes registraram maiores proporções na Região Sudeste (20%).

No Brasil, dos 3,2 milhões de nascimentos registrados em 1999, a maior concentração por idade da mãe correspondeu à faixa de 20 a 24 anos (31%), sobressaindo também o alto percentual de mães entre 15 e 19 anos (23%). A menor proporção de mães adolescentes foi observada na Região Sudeste (20%).

Segundo o Anuário Estatístico do CIDE, em 2007, 68,5% dos óbitos registrados no Estado do Rio de Janeiro, ocorreram no município do Rio de Janeiro e Niterói representou 43,7%. Em relação a região Metropolitana, o município representou 63,8% dos casos.

Os municípios do Rio de Janeiro e Niterói oferecem 4,10 e 6,48 leitos por 1000 habitantes, respectivamente, números superiores ao recomendado pela OMS – Organização Mundial da Saúde (3,3 leitos/1000 habitantes).

Quadro: II.5.3.F-6 - Indicadores Hospitalares em 2007 nos municípios da Área de Influência.

Regiões de Governo e municípios	Indicadores hospitalares dos hospitais credenciados, 2007		
	Óbitos	Taxa de mortalidade (100 internações)	Leitos por 1000 habitantes (1)
Estado	35 592	5,13	3,66
Região Metropolitana	24 371	5,38	3,56
Rio de Janeiro	15 548	6,49	4,10
Niterói	1 879	6,51	6,48

Fonte: Anuário Estatístico do CIDE, 2007

Transporte

O estado do Rio de Janeiro é servido por importantes rodovias federais e estaduais no cenário regional sudeste, que interligam os principais pólos econômicos macro-regionais e, conseqüentemente, absorvem uma parcela significativa do transporte de cargas e de passageiros do país, operadas pelo

atual Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes – DNIT ligado ao Ministério dos Transportes.

A Rede Rodoviária do estado do Rio de Janeiro é bem servida por rodovias pavimentadas, o que representa 0,13 km de extensão da rede rodoviária, por quilômetro quadrado da área total do estado. (IBGE, 2003).

A BR-101 é uma rodovia federal que interliga, de norte a sul, as cidades do litoral do país. Esta rodovia integralmente pavimentada apresenta, ao longo de seu traçado, características bastante diversas, especialmente quanto às seções transversais e aos volumes médios diários de tráfego ocorrentes. Na área de estudo, encontram-se diversas rodovias operadas pelo estado do Rio de Janeiro, através de seus Departamentos de Estradas de Rodagem – DER-RJ.



Figura II.5.3.F-1 – Estradas de Rodagem da Área de Influência
 Fonte: <http://www.der.rj.gov.br/>

O Departamento de Estradas de Rodagem do Rio de Janeiro (DER-RJ) foi criado pelo Decreto-Lei 693, de 11 de fevereiro de 1943, com autonomia administrativa e amplas atribuições, relativas a conservação e construção de rodovias. O novo órgão ficava responsável também pelas estatísticas, polícia rodoviária, estudos, análise dos solos, aperfeiçoamento técnico profissional, organização de congressos de estradas de rodagem e propaganda das rodovias.

Ao assumir o governo no final de 1937, Amaral Peixoto destinou recursos especiais, remodelou e reorganizou o setor, criando, no ano seguinte, a Taxa de Utilização das Estradas de Rodagem, que seria destinada à construção, reconstrução e conservação de rodovias. Foi quando o Departamento de Engenharia passou a ter autonomia administrativa e amplas atribuições para desempenhar tarefas não só relativas a estudos, conservação e construção, mas também em relação a estatísticas, polícia rodoviária, estudo e análise dos solos, colaboração com serviços florestais, organizações de congressos, aperfeiçoamento técnico profissional, propaganda das rodovias e cadastro das propriedades marginais, entre outros. O decreto estabelecia, também, a coordenação dos serviços rodoviários do estado com os dos municípios e autorizava o Departamento a firmar convênios com as administrações municipais. Tais parcerias transferiam para os municípios a responsabilidade dos serviços rodoviários a cargo da Diretoria, desde que acordada a forma de indenização das despesas referentes aos serviços.

Com a mudança da capital do país para Brasília e a criação do Estado da Guanabara em 1961, passou a cuidar do estado-cidade, o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado da Guanabara (DER-GB), que, ao atuar em área predominantemente urbana, foi forçado a adotar outras soluções para o tráfego rodoviário. O conjunto de obras passou a ser direcionado para desapropriações, drenagens, iluminação, elevados e viadutos. Além disso, o DER-GB tornou-se órgão integrante da estrutura administrativa do Estado da Guanabara e subordinado à Secretaria de Obras Públicas. Situação que se estendeu até 1975, data da fusão com o antigo Estado do Rio de Janeiro, quando o DER-GB foi substituído pelo DER-RJ.

Em agosto de 1990, o então governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco, transformou o DER-RJ em Fundação. Com isso, o órgão passou a ter receita própria e possibilidade de modernizar sua estrutura, que atualmente conta com 4.700 funcionários.

A seguir estão listados os contatos do DER/RJ disponibilizados no site:

- Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro – DETRAN

<http://www.detran.rj.gov.br>

- DENATRAN - Departamento Nacional de Trânsito

<http://www.denatran.gov.br>

- DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes

<http://www.dnit.gov.br/>

- DPRF _ Polícia Rodoviária Federal

<http://www.dprf.gov.br>

- LINHA AMARELA SA – LAMSA

<http://www.lamsa.com.br/>

- Ministério da Justiça - Registro de Ocorrência

<http://www.dprf.gov.br>

- Ministério dos Transportes

<http://www.transportes.gov.br>

- NOVA DUTRA - Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

<http://www.novadutra.com.br>

- PONTE S.A. - Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A.

<http://www.ponte.com.br/>

- Divisão de Controle de Multas: (21) 2283-1451

- Plantão Rodoviário - 24h: (21) 2233-7569

- DER-RJ Fundação Departamento de Estradas de Rodagem:

Avenida Presidente Vargas, nº 1100, Centro Rio de Janeiro-RJ CEP: 20071-002

PABX: (21) 2223-8080

Assessoria de Comunicação: (21) 2263-0178

Assessoria de Vias Concedidas: (21) 2263-0530 site: www.der.rj.gov.br

No estado do Rio de Janeiro, encontra-se um trecho da rodovia federal BR-101 que se desenvolve no sentido longitudinal, em dois ramos - nordeste e sudoeste, em relação à área central da cidade do Rio de Janeiro, podendo-se destacar em cada ramo, dois segmentos de acesso à área de interesse.

No ramo sudoeste, destaca-se a Avenida Brasil, com 54 km de extensão, operada pela Prefeitura do Rio de Janeiro, que representa o principal eixo de ligação da cidade do Rio de Janeiro com os bairros da zona oeste e com as cidades do litoral sul brasileiro, e a Ponte Presidente Costa e Silva, sobre a Baía de Guanabara, operada pela iniciativa privada, que faz a ligação rodoviária entre as áreas centrais das cidades do Rio de Janeiro e Niterói.

No sentido oposto tem-se o segmento da BR-101, caracterizado pela rodovia Niterói – Manilha, operado e administrado pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, com cerca de 24 km de extensão, até o entroncamento com a BR-493, de acesso ao município de Magé, interligando áreas dos municípios de Niterói, São Gonçalo e Itaboraí, seguindo em direção aos municípios litorâneos e ao nordeste do Estado.

- A rodovia estadual RJ-104, denominada Rodovia Amaral Peixoto, com cerca de 20 km extensão, interliga os municípios de Niterói, São Gonçalo e Itaboraí. O segmento inicial, desde a saída da Ponte até o bairro de Caramujo, no município de Niterói, caracterizado pela Alameda São Boaventura, é uma via urbana, com duas pistas separadas por canal, com passeios em ambos os lados, com tráfego de média/longa distância dificultado pela presença do tráfego local, semáforos, pontos de parada de ônibus e estacionamento de veículos.

No segmento seguinte, a rodovia se desenvolve em terreno ondulado até Manilha, em Itaboraí, em pista dupla e ocupação de periferia de área urbana, até o entroncamento com a BR-101.

- A RJ-106 é uma rodovia estadual, em pista simples, que parte do entroncamento com a RJ-104, em Tribobó e segue em direção ao município de Macaé, se desenvolvendo próximo ao litoral, atendendo ao município de Maricá e aos municípios da Região dos Lagos.

- A BR-116 – Jaguarão (RS) / Fortaleza (CE) – é a principal rodovia brasileira. Tem direção Sul e Norte, paralela ao litoral. Seu trecho de maior importância é o da Rodovia Presidente Dutra, que liga as duas maiores metrópoles brasileiras – Rio de Janeiro e São Paulo, onde se verificam os maiores fluxos de veículos de transporte do país, tanto de cargas quanto de passageiros. No estado do Rio de Janeiro, a BR-116, sob a responsabilidade da empresa NovaDutra S/A, se desenvolve entre a Avenida Brasil e a divisa com São Paulo, atravessando municípios da Baixada Fluminense e do Vale do Paraíba.

Trecho administrado: Rio de Janeiro a São Paulo

Concessionária: Novadutra - (0800) 173536

Municípios abrangidos: São Paulo, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Arujá, Mogi das Cruzes, Santa Isabel, Guararema, Jacareí, São José dos Campos, Caçapava, Taubaté, Pindamonhangaba, Roseira, Aparecida, Guratinguetá, Lorena, Cachoeira Paulista, Silveiras, Cruzeiro, Lavrinhas, Queluz, Itatiaia, Roseira, Barra Mansa, Volta Redonda, Piraí, Paracambi, Nova Iguaçu, Itaguaí, Belford Roxo, Nilópolis, São João de Meriti, Rio de Janeiro.

Pista: Dupla

- A BR-101 no estado do Rio de Janeiro desenvolve-se no sentido longitudinal nas direções Sul e Norte em relação à área central da capital do Estado. O setor Sul inclui dois segmentos de grande importância regional: a Avenida Brasil,

Trecho administrado: Rio de Janeiro a Niterói

Concessionária: Ponte S.A. - (21) 2620-9333

- A RJ-104 (Rodovia Amaral Peixoto) – inicia em Niterói sendo rota para a região das Baixadas Litorâneas;
- RJ 124 - Via Lagos

Trecho administrado: Rio Bonito a São Pedro da Aldeia

Concessionária: Vialagos - (24) 2665-6565

Municípios abrangidos: Rio Bonito, Boa Esperança, Araruama, Coqueiral, Iguaba Grande,

Iguaba Pequena, São Pedro da Aldeia.

Pista: Dupla

- BR 040 - Rod. Rio - Juiz de Fora

Trecho administrado: Rio de Janeiro a Juiz de Fora

Concessionária: Concer - (0800) 239587

Municípios abrangidos: Duque de Caxias, Petrópolis, Três Rios, Simão Pereira, Matias

Barbosa, Juiz de Fora.

Pista: Dupla

- BR 116 - Rio - Teresópolis

Trecho administrado: Rio de Janeiro a Além Paraíba

Concessionária: CRT - (21) 2678-0001

Municípios abrangidos: Duque de Caxias, Imbariê, Piabetá, Magé, Guapimirim, Teresópolis, Três Córregos, Laje, Ponte Nova, Além Paraíba.

Pista: Simples

- BR 356

Trecho administrado: Div. Dos Estado de Minas Gerais/Rio de Janeiro

Órgão responsável: 7º DRF/DNER

Municípios abrangidos: Retiro de Muriaé, Itaperuna, Nossa Senhora da Penha, São

Joaquim, Italva, Cardoso Moreira, Santa Rita, Campos.

Pista: Simples

- BR 393

Trecho administrado: Divisa do Espírito Santo/Rio de Janeiro/Minas Gerais

Órgão responsável: 7º DRF/DNER

Municípios abrangidos: Bom Jesus de Itabapoana, Bom Jardim, Aré, São José de Ubá,

Santa Maria, Monte Alegre, Ibitiguaçu, Santo Antonio de Pádua, Marangatu, Pirapetinga.

Pista: Simples

- BR 393

Trecho administrado: Divisa MG/RJ/Três Rios/Volta Redonda

Órgão responsável: 7º DRF/DNER

Municípios abrangidos: Além Paraíba, Taquara, Sapucaia, Anta, Três Barras, Bemposta, Três Rios, Paraíba do Sul, Engenheiro Viera Cortês, Andrade Pinto, Maçambará, Vassouras, Barra do Piraí, Vargem Alegre, Volta Redonda, Barra Mansa.

Segundo levantamento do IBGE, em 2007 a frota do Rio de Janeiro se apresentava como a segunda maior do país, composta por 1.396.083 automóveis, 123.612 motocicletas, 17.216 motonetas, 51.884 caminhonetes, 12.515 ônibus, 11.943 micro-ônibus e 27.190 caminhões.

O Rio de Janeiro é servido por rede metroviária que integra bairros e municípios distantes, conectando desde o bairro da Pavuna, na zona norte, até Copacabana. Estes são então integrados por ônibus especiais, que passam por Ipanema, Leblon, Botafogo, Humaitá, Jardim Botânico, Gávea, São Conrado e vão até a Barra da Tijuca. Também há integrações específicas da Pavuna para as cidades da Baixada Fluminense. Recentemente, foi aberta a terceira estação de Copacabana, Cantagalo. Em 2008/2009, segundo cronograma, entrará em funcionamento a estação General Osório, no bairro de Ipanema.

Possui 48km de extensão distribuídos em duas linhas e 38 estações e é a segunda mais extensa rede metroviária do Brasil. Diariamente, o metrô do Rio de Janeiro transporta 550 mil passageiros.

Além do metrô, o Rio de Janeiro conta com um sistema de trens urbanos. Sob direção da concessionária Supervia, constitui, juntamente com os ônibus, um amplo conjunto de transporte popular. Os veículos partem da estação Ferroviária Central do Brasil em direção aos subúrbios, à zona oeste e à Baixada, cruzando bairros como Méier, Penha, Bangu e Madureira, e as cidades de Nova Iguaçu e Duque de Caxias. Existem três linhas férreas principais, as quais possuem ramificações denominadas linhas auxiliares.

Contando com um sistema de ônibus insuficiente às suas dimensões de metrópole, e que sofre com carência de integração, sobreposição de linhas,

concorrência direta e indireta com os transportes de massa, regulamentação e fiscalização ainda deficitárias e excesso de poder dos operadores, a cidade necessita, atualmente, de uma eficiente reestruturação e ampliação em seu sistema de transporte coletivo.

Nos últimos dez anos, houve perda de usuários para demais meios, especialmente o transporte alternativo. Ainda assim, são cerca de quatro milhões de usuários/dia apenas nas linhas municipais.

Na cidade, as empresas de ônibus encontram-se interligadas ao metrô, visando transportar os passageiros que desembarcam nas linhas finais deste, mas ainda necessitam de um ônibus para chegar ao seu destino. Tais passageiros podem utilizar o chamado “bilhete integração” através do qual pagam pelo metrô e ainda têm direito ao ônibus de integração.

O serviço de ônibus urbanos no município de Niterói consiste no único meio de transporte público intramunicipal da cidade de Niterói. Há pouco menos de 50 linhas em atividade, todas operadas por empresas particulares.

A maior parte das linhas de ônibus municipais têm ponto final no Centro (no Terminal Rodoviário João Goulart), ou passam pelo Centro.

Aéreo

No município do Rio de Janeiro estão localizados três aeroportos: o Aeroporto Internacional Antonio Carlos Jobim – Galeão, o Aeroporto Santos Dumont e o Aeroporto de Jacarepaguá, administrados pela Infraero.

O Complexo Aeroportuário do Galeão possui a maior pista de pouso do Brasil, com 4.240 m de extensão, bem como com um dos maiores terminais de logística de carga do continente, tendo como principais clientes os setores químico e petrolífero.

O Aeroporto Santos Dumont, localizado no centro do Rio de Janeiro, opera, a partir de 2004, apenas vôos provenientes ou com destino ao Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, além da aviação regional.

O Aeroporto de Jacarepaguá está localizado na Baixada de Jacarepaguá, a sudoeste da cidade do Rio de Janeiro, aproximadamente 30 km do centro. Possui

uma estação de passageiros, um pátio para estacionamento de aeronaves e três hangares para manutenção, sendo o Aeroclub do Brasil responsável por grande parte das operações ali realizadas.

Segundo informações do Anuário Estatístico do CIDE, o **Quadro II.5.3.F-7** a seguir, apresenta a movimentação do tráfego aéreo em 2006 por aeroporto, localizados na Área de Influência.

Quadro II.5.3.F-7 Tráfego Aéreo por Aeroportos em 2006.

Discriminação	Tráfego aéreo, por aeroportos (2006)			
	Total	Internacional do Rio de Janeiro	Santos Dumont	Jacarepaguá
Pousos	134 413	50 420	32 302	22 384
Decolagens	134 403	50 483	32 301	22 318
Passageiros	12 849 756	8 856 613	3 553 172	64 940

Fonte: Anuário Estatístico do CIDE, 2007.

Marítimo

Na área de influência, há o principal porto do estado do Rio de Janeiro situado na costa oeste da Baía de Guanabara, na cidade do Rio de Janeiro, administrado pela Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ. Destacam-se como principais cargas movimentadas: produtos siderúrgicos, papel de imprensa, trigo, veículos e contêineres, petróleo e seus derivados.

Destacam-se ainda como importantes equipamentos e terminais marítimos nos municípios da área de influência os relacionados a seguir:

- O Porto de Niterói, fundado em 1925 e também administrado pela Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ desde 1976 teve suas atividades de carga e descarga encerradas em junho de 2004. Atualmente o porto é utilizado para armazenagem de produtos para atividades marítimas;
- O Cais da Ilha da Conceição, localizado em Niterói, também conhecido como “Cais da 88”, serve para o desembarque de pescado de armadores de pesca do Estado do Rio de Janeiro;

Em 1903, o Governo federal comprou a Empresa Industrial de Melhoramentos do Brasil, então pertencente ao Engenheiro Paulo de Frontin que, em 1890, recebera concessão para a construção de um cais de atracação com 3.500 metros de extensão para grandes navios, na Saúde e na Gamboa.

Um primeiro trecho do cais do porto, denominado Cais da Gamboa, é iniciado em 1904 e concluído em 1906. Porém, o trecho totalizando 2.500 metros de extensão, entre a Praça Mauá e o canal do Mangue, se dá somente em 1910.

Nesse trecho, aterrou-se superfície de 175.000m², que se somaria a aterros anteriores. Ao longo do aterro, é construída a Av. Rodrigues Alves e são instalados 18 armazéns internos, 96 armazéns externos, voltados para a importação e exportação, além de 90 guindastes elétricos.

Em 1907, é aprovada a extensão do cais do porto entre o canal do Mangue e o Caju. No entanto, as obras só se iniciam em 1924, sendo concluídas em 1932. Com o nome de cais de São Cristóvão, este trecho do cais do porto, com 2 mil metros, receberia a Av. Rio Branco.

Posteriormente, completando o sistema portuário, construiu-se de 1949 a 1952, mediante aterro, o Píer da Praça Mauá. Em 1962, foi a vez da construção do cais do Caju, ou cais dos Minérios, um prolongamento sobre o aterro, da Ponta do Caju, por sob a Ponte Rio-Niterói, esta construída de 1968 a 1974.

Ainda hoje, de acordo com o zoneamento urbano determinado pela Prefeitura do Rio de Janeiro, instituiu-se a Região Administrativa da Zona Portuária, a qual corresponde a 308,37 ha, ou 22,78% da área total do município.



Figura II.5.3.F-2 – Vista do Píer Mauá

Fonte: www.piermaua.com.br

A construção de um porto em Niterói começou a se tornar realidade quando, em 1911, o então prefeito da cidade, Feliciano Sodré, encaminhou à Câmara Municipal mensagem nesse sentido.

O porto teria cais curvo, com extremos na Ponta da Areia e porto do Méier; desse ponto, o cais passaria a ser retilíneo até a estação da estrada de ferro, em Maruí. A enseada diminuiria, mas seria convenientemente dragada e o lodo retirado.

Mas somente em 7 de setembro de 1924 era lançada a pedra fundamental das obras projetadas, as quais incluíam aterro com o lodo retirado da enseada e com o material resultante do desmonte parcial do morro da Rua Dr. Celestino, com as terras do morro junto ao Palácio da Soledade, em São Lourenço e, também, com as provenientes do morro cortado pela Rua São Sebastião.

O cais projetado ficaria com 562 metros de comprimento e profundidade mínima de 8 metros, após a dragagem necessária. Para embarcações de menor calado seria construído um cais de 1.629 metros de extensão e 2 metros de profundidade.

Em 1927, inaugurou-se o primeiro trecho de cais com 120 metros e em 1929 ficava pronto o cais de 562 metros e dois armazéns. A Estrada de Ferro The Leopoldina Railway prolongou suas linhas, da estação de Maruí (existente desde

1827) até o novo cais, onde foi construída estação de passageiros, esta aberta ao público em 1930.

O movimento do Porto de Niterói, sempre pequeno, consistia principalmente, na exportação de café para o exterior e de açúcar de Campos para portos nacionais. Era utilizado também na importação de madeiras e trigo.

O movimento portuário de Niterói, no entanto, esvaziou-se em quase 50% no período de 1964-1967, com a decadência da economia cafeeira do Norte Fluminense. O setor têxtil, tradicional na economia fluminense, também foi perdendo a competitividade desde então.

Para o setor portuário, a revitalização do Porto de Niterói - com 23.000m² de área aberta e 3.300m² de área coberta -, é estratégica ao desenvolvimento da produção industrial local, em especial a relacionada à indústria de construção e reparo naval, em franco crescimento.

Dois projetos estratégicos desse processo estavam previstos para implementação a partir de 2006, como o arrendamento da área portuária à iniciativa privada e a dragagem do canal, com a retirada de cerca de 300m³ de resíduos.

Autoridades federais e do município de Niterói, vislumbram o Porto de Niterói com a melhor infra-estrutura off-shore da América do Sul.

O tráfego marítimo na Baía de Guanabara é de grande movimentação está associado à circulação de embarcações de variados portes e tipos e relacionado a diversas atividades, quais sejam: transporte de cargas, transporte de passageiros, pesca artesanal e industrial, defesa nacional, lazer, construção e reparos de navios.

Dentre as instalações na Baía da Guanabara, destaca-se a base da esquadra da Marinha do Brasil, na Ilha do Mocanguê Grande, onde se encontra o Centro Almirante Moraes Rego, com diversos piers e cais, e uma unidade da Diretoria de Hidrografia e Navegação, na Ponta da Armação.

No que se refere ao transporte de passageiros, encontra-se o Terminal Hidroviário, em frente à Praça XV no município do Rio de Janeiro, para atendimento regular de passageiros, com cinco estações na Baía de Guanabara (Niterói, Praça XV, Cocotá, Paquetá e Charitas). O serviço público de transporte

possui características operacionais diversas, no que se refere ao operador, tipo de embarcação, frequência, dentre outros.



Figura II.5.3.F-3 - Estação das Barcas S.A em Niterói.
Fonte: www.wikipédia.com.br

A empresa Barcas S/A opera em todas as linhas de transporte na Baía de Guanabara. A principal, a Rio x Niterói, realiza ao todo mais de 100.000 viagens/ano, o que representa cerca de 280 viagens/dia, em média. A empresa chega a transportar, nessa linha, 70 mil passageiros por dia. Possui ainda os estaleiros Barcas – Rodriquez responsável pela construção de novas embarcações e o Cruzeiro do Sul, que realiza manutenções, ambos localizados em Niterói. A empresa emprega, entre funcionários e parceiros, cerca de 600 pessoas, sendo 80% na área operacional e 20% na área administrativa. (BARCAS S/A).

Os municípios com vocação turística apresentam também embarcações destinadas a passeios náuticos, onde foram instaladas inúmeras marinas e garagens náuticas.

Comunicações

Segundo o Anuário Estatístico do CIDE de 2007, constata-se com base no quadro abaixo que, a Região Metropolitana correspondeu a 80,3% das instalações de terminais telefônicos, onde o município do Rio de Janeiro recebeu 68,7% do total da Região metropolitana e 55,2% em relação ao estado.

Quadro II.5.3.F-8 Domicílios Particulares Urbanos com Telefone Fixo em 2006.

Regiões de Governo e municípios	2006	
	Terminais telefônicos instalados	Telefones públicos
Estado	5.071.709	99.350
Região Metropolitana	4.071.320	63.679
Rio de Janeiro	2.799.667	35.556
Niterói	201.918	4.099

Fonte: Anuário Estatístico do CIDE, 2007.

O estado do Rio de Janeiro sedia algumas das maiores empresas de serviços de telecomunicação do país: a OI e a EMBRATEL; sendo considerada a capital brasileira das telecomunicações. O Rio Janeiro também abriga o mais moderno projeto de teleporto do mundo - segundo a Associação Mundial de Teleportos.

São três as operadoras de TV a cabo que atuam no estado, oferecendo programação internacional: NET, SKY, TVA.

Os Correios estão presentes, com pelo menos uma agência, em todos os 92 municípios do estado do Rio de Janeiro. Em 2002 as suas 1.345 agências e postos de correios tiveram um tráfego postal de 510.028 mil objetos. (CIDE, 2002). Na Área de Influência, eram 254 agencias.

Quadro II.5.3.F-9- Agências de Correios e postos de venda em 2006 na Área de Influência.

Agências de correios e postos de vendas de produtos, por tipo, 2006.						
Municípios	Agências próprias			Outros tipos de agências		
	Correios	Comercial	Filatélica	Franqueada	Comercial	Comunitária
Rio de Janeiro	87	8	1	141	4	13
Niterói	7	1	-	16	-	-

Fonte: Anuário Estatístico do CIDE, 2007.

A Telefônica é a empresa concessionária responsável pelos serviços de telefonia fixa, disponibilizando serviços de discagem direta à distância e de discagem internacional, bem como, os serviços de transmissão de dados via fax e de acesso rápido à internet. Os municípios também dispõem de sistema de telefonia móvel (celular), tendo como principais operadoras as empresas Claro, OI, VIVO e TIM.

Alguns dos jornais mais representativos são: Jornal O Globo, Extra, O Dia, Jornal do Brasil, O Fluminense, Jornal do Comércio, com circulação diária em todo o estado.

Energia elétrica

Segundo a ANEEL, o sistema elétrico brasileiro apresenta como particularidade grandes extensões de linhas de transmissão e um parque produtor de geração predominantemente hidráulica. O mercado consumidor (47,2 milhões de unidades) concentra-se nas regiões Sul e Sudeste que por sua vez, são consideradas mais industrializadas.

O mercado de distribuição de energia elétrica é atendido por 64 concessionárias, estatais ou privadas, de serviços públicos que abrangem todo o País. As concessionárias estatais estão sob controle dos governos federal, estaduais e municipais. Em várias concessionárias privadas verifica-se a presença, em seus grupos de controle, de diversas empresas nacionais, norte-americanas, espanholas e portuguesas. São atendidos cerca de 47 milhões de

unidades consumidoras, das quais 85% são consumidores residenciais, em mais de 99% dos municípios brasileiros.

Segundo dados do IBGE em 2000, apresentados nos **Quadro II.5.3.F-10** e **Quadro II.5.3.F-11**, na Área de Influência a distribuição de energia é feita por duas empresas concessionárias, Light no Rio de Janeiro e Ampla em Niterói. A Light atende a 2.447.481 consumidores no município do Rio de Janeiro, sendo responsável por 40,54% do total de consumidores do estado e em Niterói a Ampla atende a 212.521 consumidores, ou seja, 3,52% do total do estado. Em relação a Região Metropolitana, o Rio de Janeiro correspondeu a 57,56% e Niterói 4,99%.

A classe de consumidores que obteve o maior percentual foi a residencial com 91,61% no Rio de Janeiro seguida da classe comercial com 7,80% e Niterói com 90,51% residencial e 8,78% comercial.

Da mesma forma que o número de consumidores residenciais prevalece, o consumo (MWh) também é mais expressivo para esta classe, onde o Rio de Janeiro consumiu 16.361.051 MWh e Niterói 1.091.985 MWh, representando 32,35% e 47,2% do total dos municípios respectivamente. A segunda categoria que mais consumiu foi a comercial com 29% e 32,3%, respectivamente, diferentemente do estado onde a classe industrial (28,7%) prevaleceu em relação a comercial (23,3%).

Quadro II.5.3.F-10 - *Consumidores de Energia Elétrica por Classe de Consumidores nos municípios da Área de Influência em 2000.*

Consumidores de Energia Elétrica por Classes de consumidores				
Regiões de Governo e Municípios	Estado	Região Metropolitana	Empresa concessionária	
			LIGHT	AMPLA
			Rio de Janeiro	Niterói
Total	6.036.583	4.251.350	2.447.481	212.521
Residencial	5.517.642	3.932.545	2.242.247	192.372
Industrial	19.322	13.607	8.921	436
Comercial	419.120	293.034	190.969	18.665
Rural	57.239	2.261	267	10
Outros	23.260	9.903	5.077	1.038

Fonte: IBGE, 2000.

Quadro II.5.3.F-11 *Consumo de Energia Elétrica (MWh) por Classe de Consumidores nos municípios da Área de Influência em 2000.*

Consumo de Energia Elétrica (MWh) por Classe de Consumidores				
Regiões de Governo e Municípios	Estado	Região Metropolitana	Empresa Concessionária	
			LIGHT	AMPLA
			Rio de Janeiro	Niterói
Total	31.730.379	23.176.687	16.361.051	1.091.985
Residencial	10.614.424	8.035.738	5.278.490	515.337
Industrial	9.130.744	5.608.951	3.964.568	70.662
Comercial	7.400.781	6.070.662	4.742.317	352.814
Rural	269.345	13.091	1.861	190
Outros	4.315.084	3.448.246	2.373.815	152.981

Fonte: IBGE, 2000.

Capacitação e Abastecimento de Água Potável e Saneamento

No Rio de Janeiro a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Estado do Rio de Janeiro - CEDAE passou a operar e manter a captação, tratamento, adução, distribuição das redes de águas e coleta, transporte, tratamento e destino final dos esgotos gerado dos municípios conveniados do estado do Rio de Janeiro. Esta empresa é oriunda das Empresas de Águas e Esgotos dos estados da Guanabara (CEDAG), da Empresa de Saneamento da Guanabara (ESAG) e da Companhia de Saneamento do estado do Rio de Janeiro (SANERJ).

O Sistema Integrado do Rio de Janeiro e Baixada Fluminense, compreendendo o abastecimento dos municípios do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, além de outros municípios que não correspondem a Área de Influência deste estudo.

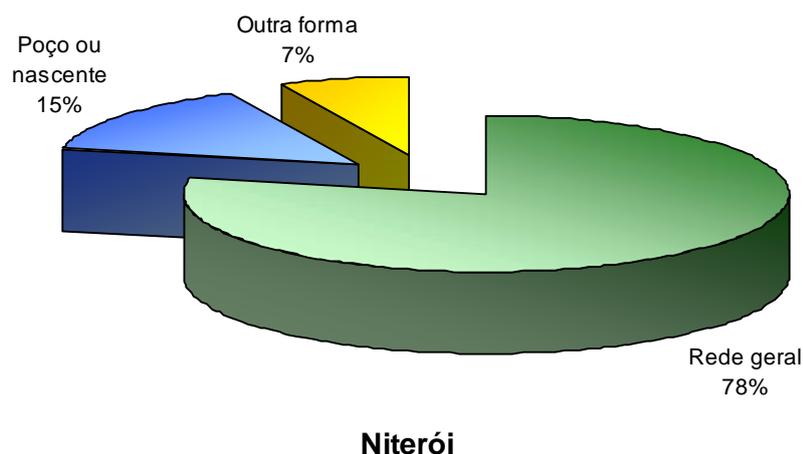
O Sistema Integrado de Niterói e São Gonçalo, que além de abastecer estes municípios, também atende ao distrito de Itambí, no município de Itaboraí, além de quatro sistemas isolados, que atendem além de outros municípios Itaboraí e Magé.

Segundo dados de 2005, fornecidos por este mesmo órgão, a CEDAE abastece atualmente uma população de mais de nove milhões de pessoas e

efetua esgotamento sanitário para uma população de mais de cinco milhões de pessoas, considerando uma taxa de ocupação de 3,61 pessoas por domicílio. Tem um faturamento mensal da ordem de aproximadamente R\$ 125.000.000,00. Atende 65 dos 92 municípios do estado com abastecimento de água e 17, com rede de esgoto.

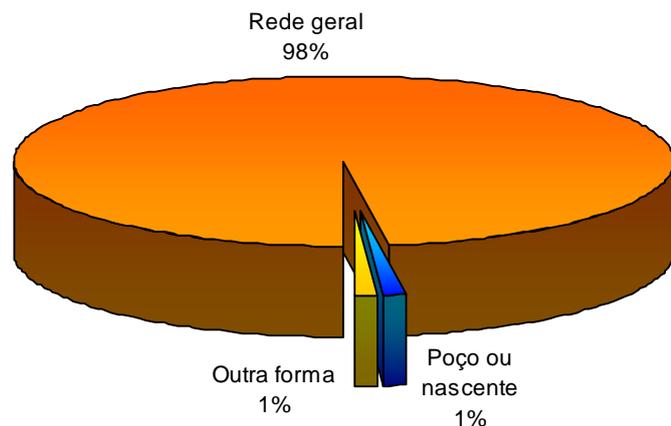
Segundo dados do DATASUS, 2000 para a Área de Influência, um total de 1.946.271 domicílios por utilização do abastecimento de água, dos quais 96,37% encontram-se ligados à rede geral de abastecimento de água. Os números de domicílios abastecidos por meio de poços ou nascentes alcançam 2,02% enquanto outras formas de abastecimento correspondem a 1,61% dos moradores.

A seguir são apresentadas as **Figuras II.5.3.F-4 e II.5.3.F-5** com a distribuição por município da Área de Influência.



Figuras II.5.3.F-4 - Domicílios por Abastecimento de Água nos Municípios da Área de Influência em 2000.

Fonte: DATASUS, 2008.



Rio de Janeiro

Figuras II.5.3.F-5 - Domicílios por Abastecimento de Água nos Municípios da Área de Influência em 2000.

Fonte: DATASUS, 2008.

Os serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário, bem como os de coleta e disposição final de resíduos sólidos, são importantes fatores que causam impactos ao meio ambiente e, conseqüentemente, ao bem-estar das populações.

Segundo o DATASUS, na Área de Influência existem 1.946.271 domicílios onde 77,62% estavam conectados a rede geral de esgoto, 15,47% utilizava a fossa séptica e 0,55% dos domicílios não possuía nenhum tipo de instalação sanitária. Rio de Janeiro e Niterói foram os municípios que apresentaram os melhores índices de esgotamento sanitário atendidos pela rede geral de esgotos em relação a Região Metropolitana e ao estado.

A seguir são apresentados os **Quadros II.5.3.F-12 e II.5.3.F-13** com totais para instalações sanitárias e coleta de lixo no ano de 2000, segundo o IBGE.

Quadro II.5.3.F-12 - Instalações Sanitárias por Domicílio nos Municípios da Área de Influência em 2000.

Município	AI	Rio de Janeiro	Niterói
Rede geral de esgoto ou pluvial	1.510.735	1.405.606	105.129
Fossa séptica	300.999	280.848	20.151
Fossa rudimentar	29.363	22.727	6.636
Vala	53.326	48.316	5.010
Rio, lago ou mar	33.795	29.740	4.055
Outro escoadouro	7.285	5.736	1.549

Não tem instalação sanitária	10.768	9.374	1.394
Total	1.946.271	1.802.347	143.924

Fonte: IBGE, 2000

Quadro II.5.3.F-13 - Coleta de Lixo por Domicílio nos Municípios da Área de Influência em 2000.

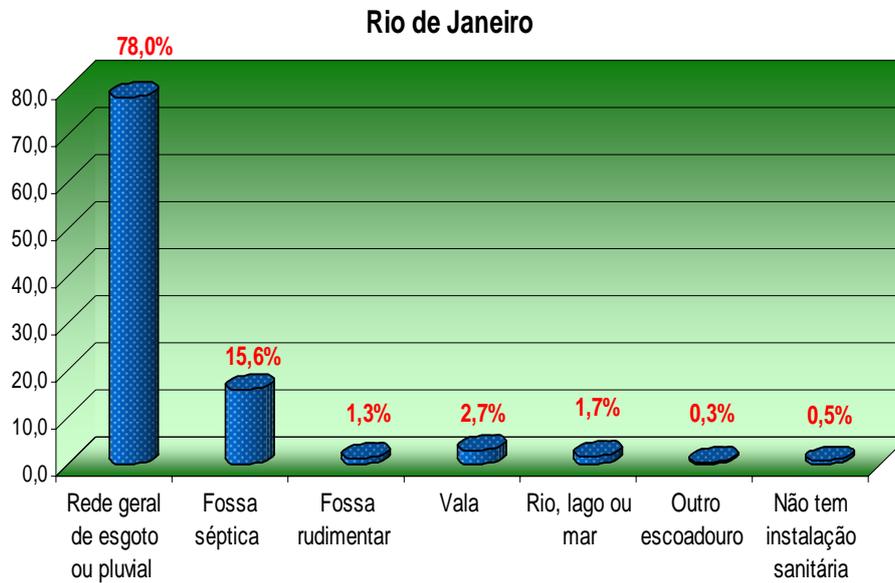
Município	AI	Rio de Janeiro	Niterói
Coletado por serviço de limpeza	1.718.932	1.601.052	117.880
Coletado por caçamba de serviço de limpeza	202.530	180.914	21.616
Queimado (na propriedade)	10.366	8.345	2.021
Enterrado (na propriedade)	367	320	47
Jogado em terreno baldio ou logradouro	9.912	7.837	2.075
Jogado em rio, lago ou mar	2.449	2.304	145
Outro destino	1.715	1.575	140
Total	1.946.271	1.802.347	143.924

Fonte: IBGE, 2000

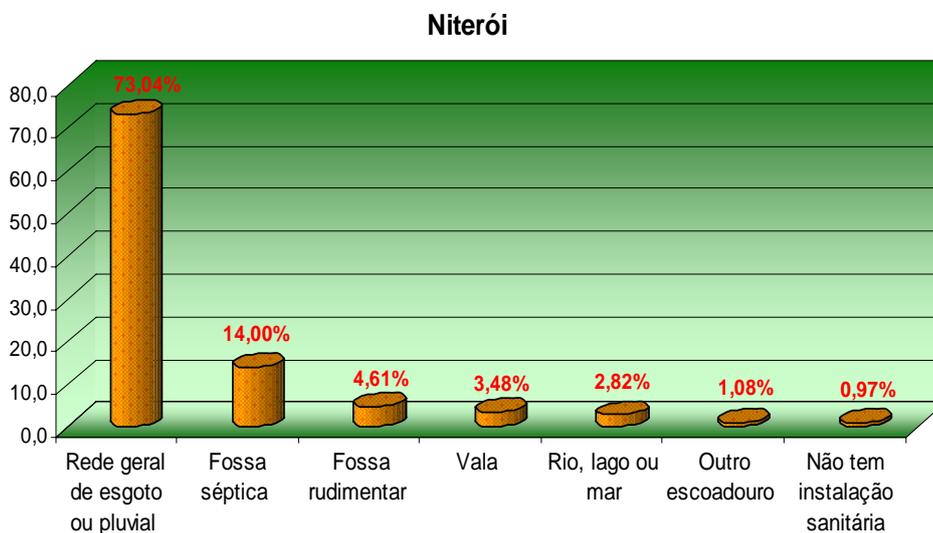
No município do Rio de Janeiro, em 2000, 78% dos domicílios estavam ligados a rede geral e 15,6% utilizam a fossa séptica. Niterói, por sua vez, apresentou 73% dos domicílios ligados a rede geral e 14% utilizando a fossa séptica, seguido de 4,6% dos domicílios que utilizavam a fossa rudimentar como forma de esgotamento sanitário.

Segundo relatório sobre acesso à serviços básicos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, os municípios do Rio de Janeiro e Niterói, apresentaram 100% de seus domicílios com acesso a energia elétrica, 97,8% e 91,6%, respectivamente, de acesso a água encanada e 98,7% e 96,9% dos domicílios urbanos tendo o seu lixo coletado. Estes percentuais foram superiores aos apresentado em 1991, onde 99% dos domicílios tinham acesso a energia elétrica, 96,7% e 88%, respectivamente, tinham acesso a água encanada e 95% e 84,1% tinham o seu lixo coletado.

Figuras II.5.3.F-6 e II.5.3.F-7 Tipo de Instalação Sanitária por Domicílio nos Municípios da Área de Influência em 2000.



Fonte: DATASUS, 2008



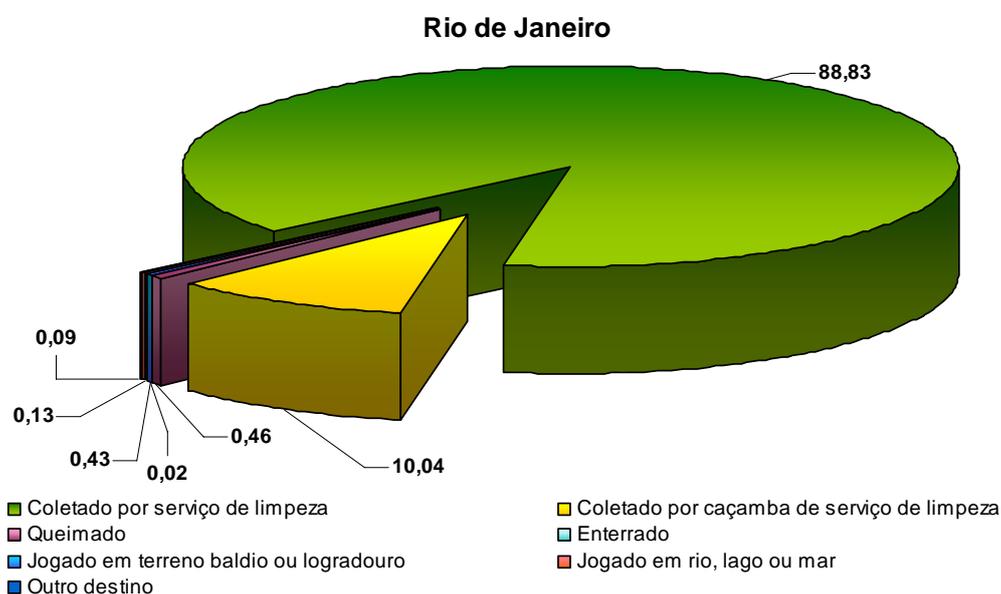
Fonte: DATASUS, 2008.

A partir da análise dos dados acima, fornecido pelo DATASUS, 2000, foi constatados que na AI, 88% do lixo gerado é coletado por serviço de limpeza e

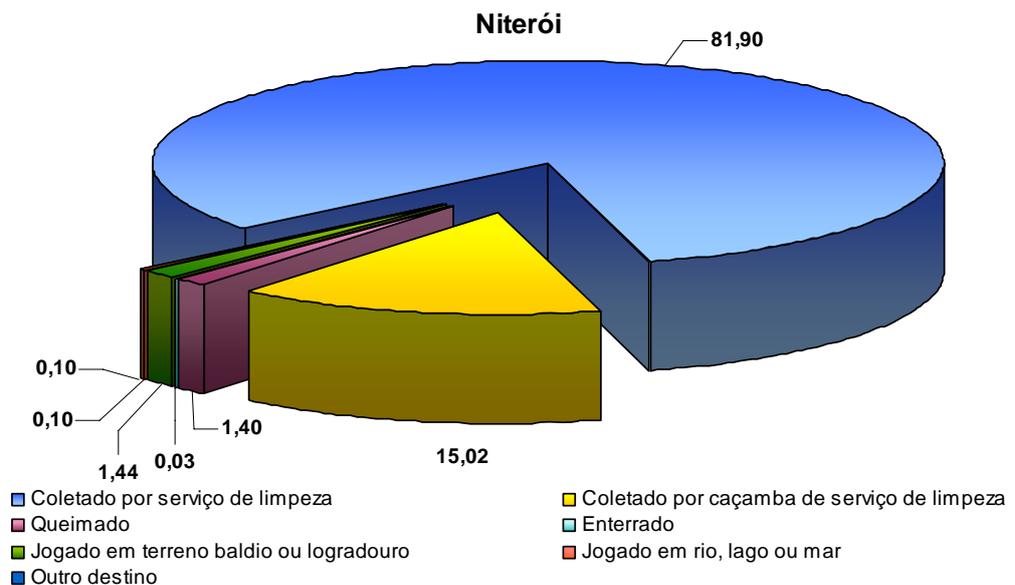
10% por este mesmo procedimento, porém através de caçamba convencionais. Vale lembrar que menos de 1% dos domicílios descartam seus lixos no rio, lago ou mar ou enterram.

Analisando os municípios isoladamente, verifica-se que no Rio de Janeiro 88,8% dos domicílios tiveram lixo coletado por serviços de limpeza e em Niterói foram 81,9%.

Figuras II.5.3.F-8 e II.5.3.F-9 Disposição Final do Lixo por Domicílio nos Municípios da Área de Influência em 2000.



Fonte: DATASUS, 2008



Fonte: DATASUS, 2008

A Região Sudeste deteve os maiores percentuais de moradias com iluminação elétrica, rede de abastecimento de água, coleta de lixo e esgotamento sanitário adequado (com instalações sanitárias ligadas à rede coletora de esgoto ou a fossa séptica), segundo PNAD, 2005.

Segurança pública

As forças regulares de segurança pública têm suas competências reguladas pelas esferas de atuação Federal, Estadual e Municipal.

Os dados da MUNIC – Informações Básicas Municipais de 2001, disponibilizados pelo IBGE, expõem a carência de instrumentos de justiça e segurança nos municípios brasileiros.

Apenas 7,3% dos municípios brasileiros possuem Delegacias de Mulheres, 11% possuem órgão de defesa do consumidor e 20% possuem Guarda Municipal. A presença desses três tipos de órgãos nos municípios de até 5 mil habitantes é insignificante. Por outro lado, todos os municípios com mais de 500 mil habitantes têm Delegacias de Mulheres, 84,4% deles possuem órgãos de defesa do consumidor e 75% possuem Guarda Municipal. (IBGE, 2001)

Cerca de metade dos municípios que têm órgão de proteção do consumidor e dos que têm Delegacias de Mulheres estão no Sudeste. Ainda assim, mesmo nessa região, onde o movimento de mulheres atua desde a década de 1970, é baixo o percentual de municípios que dispõem de Delegacias de Mulheres (12,7%), (IBGE, 2001).

Os Juizados de Pequenas Causas estão presentes em 34% dos municípios, com proporções em torno de Sudeste e Sul, de 28,3% perdendo apenas para o Centro Oeste (40%), (IBGE, 2001)

As Comissões de Defesa Civil estão presentes em 42,4% dos municípios, sendo que o maior percentual está na região Sul (63,5%). Cerca de um terço dos municípios com até 5 mil habitantes dispõe do órgão, que tem o papel de proteger a população em casos de emergência e calamidades, e todos os grandes municípios possuem o serviço. (IBGE, 2001).

Apenas os Conselhos Tutelares, cuja implantação é obrigatória e que têm a função de garantir o cumprimento dos direitos de crianças e adolescentes, estão presentes na maioria dos municípios (68%). Mesmo assim, as regiões onde há maior proporção de municípios com Conselhos são a Sul (89,9%), enquanto 70% da população infanto-juvenil está no Sudeste e no Nordeste. Os Conselhos Tutelares são o órgão de justiça com maior presença entre os municípios com até 5 mil habitantes (53,6%), e existem em todos os municípios com mais de 500 mil habitantes. (IBGE, 2001).

Na Área de Influência, o município do Rio de Janeiro sedia a Superintendência regional do da Polícia Federal e em Niterói foi verificada a existência de delegacia da Policia Federal.

Superintendência Regional do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Rodrigues Alves, 1/3º andar – Centro

CEP: 20.081-250

Telefone: 21 2203-4000/2203-4008

Superintendente: Delci Carlos Teixeira

Delegacia de Niterói

Endereço: Praça Fonseca Ramos, s/n – Centro

CEP: 24.030-020

Telefone: 21 2613-8800

A Polícia Militar é subordinada, em última instância, ao Governador do Estado, com função regulada pela Constituição Brasileira de policiamento ostensivo. No estado do Rio de Janeiro, a Polícia Militar atua em três grandes áreas, sendo uma na capital (compreendendo o município do Rio de Janeiro), Baixada (compreendendo os municípios da baixada fluminense: Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Nilópolis, Belford Roxo, Queimados, Japeri, São João de Meriti e Magé) e Interior (compreendendo os demais municípios do estado). Cada uma destas áreas está vinculada a um Comando de Policiamento e a eles se subordinam as unidades que executam as diversas formas de policiamento (geral, radiopatrulhamento, rodoviário, florestal, etc.). Existem outras unidades que pelo seu alto grau de especialização reúnem-se num Comando de Policiamento Especial que abrange todo o estado. É composto de unidades de polícia de choque, operações policiais especiais, patrulhamento rodoviário, florestal, montado e ferroviário. Na Área de Influência foram identificadas 17 Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP's), sendo 15 batalhões atendendo o município dos Rio de Janeiro e 2 atendendo Niterói.

As atribuições da guarda municipal estão traçadas no Capítulo III da Constituição Federal de 1988, que trata da segurança pública. O parágrafo 8º do art. 144 estabelece que os municípios podem criar guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

Guarda Municipal do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Pedro II, 111 – São Cristóvão – Rio de Janeiro

Telefone.: 21 3295-5500

Tenente Coronel Carlos Moraes Antunes

Guarda Municipal de Niterói

Endereço: Rua Coronel Mirando, 18 – Ponta d'Areia - Niterói

CEP: 24.040-025

Telefone: (21) 2613-3292

Coronel Carlos Alberto Victorino Guedes

Desde meados dos anos 1990, em decorrência da violência urbana, o Rio vem conquistando espaço na imprensa nacional e (nos últimos anos) internacional. A cidade apresenta índices elevados de criminalidade, em especial, o homicídio. Até o ano de 2007, na região metropolitana contabilizavam-se quase 80 mortos por semana – a maioria vítimas de assaltos, balas perdidas e do narcotráfico. Entre 1978 e 2000, 49.900 pessoas foram mortas no Rio, mais do que em toda a Colômbia no mesmo período. (O Globo Online Notícias, 01/01/2007)

A polícia do Rio de Janeiro também é demasiadamente violenta; em 2006 executou 1.063 pessoas no estado, sendo 1.195 apenas em 2003. Até abril de 2007, a média era de 3,7 por dia. A título de comparação, a polícia dos EUA matou apenas 347 pessoas em todo o território estadunidense ao longo de 2006. Os policiais recebem em média R\$ 874 por mês, ou o equivalente R\$ 10.488 em um ano. Baixos salários e equipamentos insuficientes fazem com que a polícia carioca consiga resolver apenas 3% de todos os assassinatos ocorridos na cidade.

Entretanto, pesquisas recentes demonstram que a violência vem caindo na cidade, sobretudo nos últimos anos. O Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros 2008, estudo realizado conjuntamente pela Rede de Informação Tecnológica Latino Americana (RITLA) e pelo Instituto Sangari, com o aval dos Ministérios da Saúde e da Justiça, divulgado em janeiro deste ano, revela que no Rio de Janeiro a taxa geral de homicídios por 100 mil habitantes retrocedeu 40% entre 2002 e 2006, levando-o da 4ª para a 14ª posição no ranking das capitais mais violentas do país. Em 2002, a capital fluminense registrava 62,8 casos de homicídio para cada 100 mil pessoas. Em 2006, após quedas anuais sucessivas, esta taxa chegou a 37,7 – abaixo da aferida para cidades menores como Recife

(90,9), Vitória (88,6), Curitiba (49,3), Belo Horizonte (49,2), Salvador (41,8) e Florianópolis (40,7). No entanto, apesar da salutar redução dos índices de criminalidade, o Rio ainda ocupa o segundo lugar com relação ao total de homicídios ocorridos em 2006, atrás apenas de São Paulo. Um relatório anterior, divulgado em outubro de 2007, também com a chancela dos Ministérios da Saúde e da Justiça, apontava uma redução inferior (17,5%) nos índices de homicídio entre 2003 e 2006, período no qual a capital respectivamente teria oscilado da 3ª a 5ª colocação entre as mais violentas do Brasil.

Segundo o "Mapa da Violência de 2008", a taxa de óbitos por armas de fogo também apresentou retração considerável (da ordem de 30%) no período analisado. Em 2002, foram computadas 52,7 mortes para cada grupo de 100 mil, ao passo que em 2006, o número caiu para 37,1. Em decorrência, o Rio deixou de ostentar a terceira colocação na lista das capitais com maior número de mortes desta categoria, caindo para o 8º lugar.

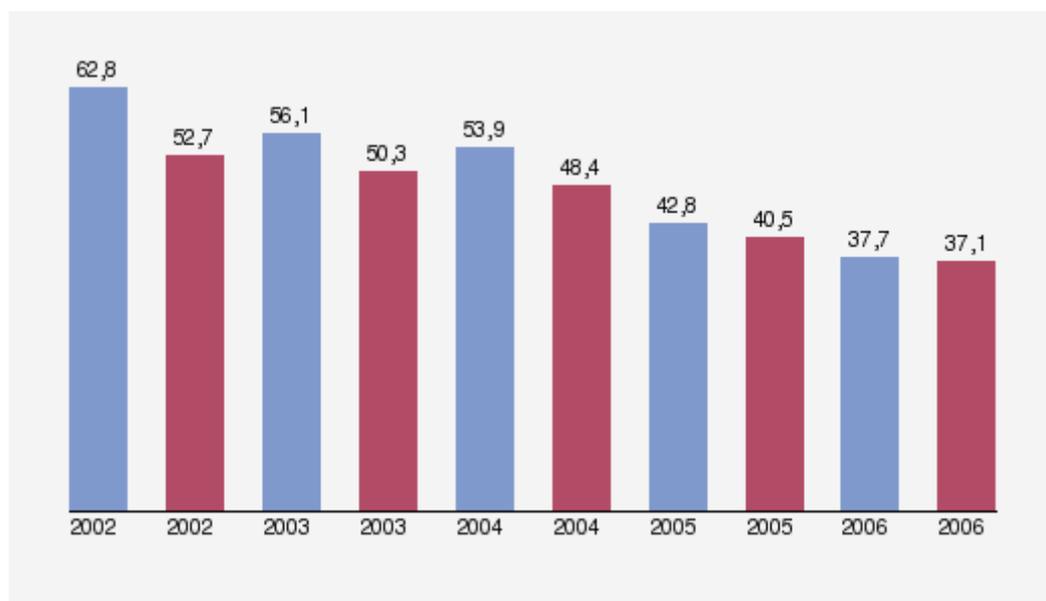


Figura II.5.3.F-10 - Taxas de homicídios e de mortes por armas de fogo por 100 mil habitantes na cidade do Rio de Janeiro.

Fonte: RITLA, Instituto Sangari, Ministério da Saúde e Ministério da Justiça – Janeiro de 2008.

Levando-se em consideração, para as todas as capitais, somente a média das taxas entre 2002 e 2006, a cidade fica na 9ª posição (44,8) quanto aos homicídios da população em geral, e na 7ª (42) com relação aos óbitos por armas de fogo. Dentro do universo dos 5.564 municípios pesquisados, operou-se uma queda do 124º (2002) para o 445º lugar (2006) quanto à taxa de homicídios, e do 105º (2002) para o 243º (2006) no índice de mortes por armas de fogo.[]

G) ESTRUTURA PRODUTIVA

Em relação à estrutura produtiva serão consideradas algumas informações relativas à economia do município do Rio de Janeiro, capital do estado do mesmo nome, tendo como foco principal os dados referentes ao valor adicionado por setor de atividade, Produto Interno Bruto - PIB, População Economicamente Ativa - PEA, População Ocupada - POC, taxas de desemprego, e as estimativas de geração de empregos associadas à implantação do empreendimento.

- **Estado do Rio de Janeiro**

Segundo análise da Fundação CIDE, em 2005 a economia estadual obteve um desempenho positivo. Assim, enquanto que em 2003 a atividade econômica declinou 0,73%, já no ano seguinte evoluiu 4,29%, para atingir então, em 2005, um crescimento de 5,06%, totalizando o PIB estadual o valor de R\$ 284,9 bilhões. Vale registrar que, neste ano, a evolução do PIB nacional foi de 2,28%.

Nesse último ano, o principal segmento industrial do estado, a extrativa mineral (petróleo e gás natural) apresentou crescimento de 15%, retomando assim índices de anos anteriores, interrompidos em 2003 e 2004, em decorrência das paradas para manutenção técnica programadas pela Petrobras em várias das plataformas localizadas na Bacia de Campos.

Na indústria de transformação, os maiores destaques foram os expressivos crescimentos dos gêneros Minerais não-Metálicos (20,1%), Têxtil (15,9%), Automobilístico (14,9%) e Bebidas (10,4%).

Cumprir observar a recuperação do setor naval, que tinha uma representação irrisória na indústria do Estado do Rio de Janeiro, de 0,3% em 1998, passando para 2,8% em 2004. Neste período, o setor obteve uma expansão de 50% no valor da produção e de 58% no número de empregos.

O PIB per capita estadual evoluiu de R\$16.797,15 em 2004 para R\$18.557,88 em 2005, em valores correntes, o que em termos reais representou um crescimento de 3,76%.

Em relação ao ano de 2004, os principais municípios com destaques em termos de crescimento foram Angra dos Reis, Niterói, Porto Real e Volta

Redonda. Os dois primeiros, em razão da retomada dos investimentos na atividade da indústria naval. Porto Real manteve o dinamismo já verificado em anos anteriores face ao crescimento da produção da indústria automotiva ali instalada, enquanto que Volta Redonda apresentou expressivo ganho em termos de PIB, principalmente, em face da grande elevação dos preços dos produtos siderúrgicos.

O estado do Rio de Janeiro é a segunda maior economia do Brasil, e a quarta da América do Sul, tendo um PIB superior ao do Chile, com uma participação no PIB nacional de 15,8% (CIDE e IBGE, 2005) e com a segunda renda per capita brasileira, perdendo apenas para o Distrito Federal. O estado do Rio de Janeiro possui cerca de 88% das reservas provadas de petróleo no país, e que responde por 80% do petróleo e por 42% do gás natural produzidos nacionalmente.

Segundo análise da Fundação CIDE o resultado orçamentário das contas do Governo do Estado do Rio de Janeiro em 2004, considerando a administração direta e indireta, revela um superávit nominal da ordem de R\$ 150,6 milhões ou de 0,06 % do PIB (estimado em R\$ 252,9 bilhões). No tocante às Receitas Tributárias, a expansão ocorrida na arrecadação de ICMS, de 14,1%, foi fortemente influenciada pelos Serviços de Comunicação (43,5%), pelo Comércio e Serviços Comerciais (20,7% de crescimento), pelos Serviços de Utilidade Pública (21,7%). Cabe destacar que a Indústria Petrolífera e Petroquímica registrou queda de 8,2%.

Em 2005, os repasses dos *royalties* do petróleo e do gás natural atingiram R\$ 2,3 bilhões, registrando crescimento nominal da ordem de 27,5%. Os principais municípios neste tipo de arrecadação e as taxas de crescimento no período 2004-2005 foram: Campos dos Goytacazes, com R\$ 670.847mil (crescimento de 26,5%); Macaé, com R\$ 361.264 mil (19,9%) e Rio das Ostras, com R\$ 259.898 (21,6%). O **Quadro II.5.3.G-1** a seguir apresenta os valores de *Royalties* acumulado nos municípios da Área de Influência até maio de 2008, segundo a site da ANP – Agência Nacional do Petróleo. É possível observar que o município do Rio de Janeiro foi responsável apenas por 3,11% do total acumulado no estado em 2008 e Niterói por 2,36%.

Em relação ao total creditado no mês de maio de 2008, o Rio de Janeiro contribuiu com 5,02% e Niterói com 3,98% da arrecadação.

Quadro II.5.3.G-1 Royalties arrecadados nos municípios da Área de Influência em 2008.

Regiões de Governo e Municípios	Valores Creditados em Maio de 2008			Acumulado em 2008
	Total	Royalties até 5%	Royalties excedentes a 5%	
Estado	101.970.311,41	73.962.818,40	175.933.129,81	822.049.973,38
Rio de Janeiro	5.114.102,54	540.696,93	5.654.799,47	25.538.333,87
Niterói	4.058.519,85	135.174,23	4.193.694,08	19.418.333,52

Fonte: Home Page da ANP. Agosto de 2008.

Junto com a atividade de turismo a produção de petróleo e gás tem contribuído para o incremento das receitas municipais. Segundo dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP), em 2008, foram creditados para o conjunto dos municípios da Área de Influência, um total de R\$ 44.956.667,39 em royalties de 5% e de royalties excedentes a 5%, o que corresponde à cerca de 5,46% do total creditado no estado do Rio de Janeiro, na mesma data.

Rio de Janeiro foi o município local que mais se beneficiou em termos quantitativos com o repasse dos royalties, respondendo por 56,8% do total acumulado em 2008 para a Área de Influência.

No setor de petróleo, verifica-se um arranjo consentâneo de mais de 700 empresas, dentre as quais as maiores do Brasil (Shell, Esso, Ipiranga, Chevron Texaco, El Paso, Repsol YPF). A maioria mantém centros de pesquisa espalhados por todo o estado e, juntas, produzem mais de 4/5 do petróleo e dos combustíveis distribuídos nos postos de serviço do território nacional. A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) (maior siderúrgica da América Latina) e a filial brasileira da BHP Billiton exercem papel de destaque no setor de mineração.

A cidade reúne os principais grupos nacionais e internacionais do setor naval e os maiores estaleiros do país e do estado – o qual detém cerca de 90% da produção de navios e de equipamentos offshore no Brasil.

O indicador Produto Interno Bruto (PIB) representa a medida do total do valor adicionado bruto gerado por todas as atividades econômicas em uma determinada unidade geográfica. O estado do Rio de Janeiro representou PIB de

12,64%, em relação ao Brasil. O **Quadro II.5.3.G-2** a seguir apresenta a distribuição dos valores agregados ao PIB no estado do Rio de Janeiro.

Quadro II.5.3.G-2: *Distribuição do Valor Adicionado por Setor de Atividade Brasil e Estado do Rio de Janeiro.*

Brasil e Estado do Rio de Janeiro	BRASIL	Estado do Rio de Janeiro
PIB (1) Em US\$ milhões	571.937,00	72.283,00
Agropecuária	9,61	0,59
Indústria Extrativa e de Transformação	29,29	40,11
Eletricidade, Gás e Água	3,43	3,5
Construção	7,34	5,99
Comércio	6,92	5
Serviços	43,41	44,82

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Contas Regionais do Brasil 2002.

Valores a preços de 2004, corrigidos pelo deflator implícito do PIB. ANO: 2000.

Segundo dados divulgados pela Fundação CIDE, o PIB do estado do Rio de Janeiro do ano de 2006, foi estimado em R\$ 305,8 bilhões, cresceu 3,90 % em relação a 2005, superior a do Brasil, com taxa estimada de 2,9% (IBGE). No mesmo período o emprego formal no estado cresceu 4,52%, ou seja, foram criados 116.158 novos empregos, com carteira assinada, considerando apenas o universo das empresas privadas.

O índice comprova que o crescimento manteve-se ainda em taxas razoáveis, dado o desempenho pouco expressivo da economia brasileira como um todo. Em 2005, essa taxa estadual foi de 4,14%. No entanto foi a Indústria de Petróleo e de Gás Natural, que mais puxou o crescimento do PIB com taxa de 15%, representando quase 50% da taxa de crescimento do PIB estadual, enquanto que em 2006 tal setor expandiu-se em 5,03 %.

A Região Metropolitana concentra capital, infra-estrutura e força de trabalho. Nela se encontra a maior parte das indústrias do estado, formando um parque industrial bastante diversificado. Reúne, também, serviços altamente especializados nos setores financeiros, comerciais, educacionais e de saúde, assim como órgãos e instituições públicas, entre outros. Congregando aproximadamente 80% da população do estado, a Região Metropolitana constitui-se, também, em espaço de pressão social marcado por grandes contradições,

pois, muitas vezes, o crescimento econômico não caminha junto com o atendimento das necessidades básicas da população. Essas questões podem ser diagnosticadas no espaço a partir de graves problemas, tais como: a distribuição desigual dos serviços e equipamentos urbanos; a crescente demanda por habitações, marcada pelo aumento de sub-moradias e pela expansão de favelas; a intensa degradação do meio ambiente e o conseqüente esgotamento dos recursos naturais.

Grande parte da economia fluminense baseia-se na prestação de serviços, tendo ainda uma parte significativa de indústria e pouca agropecuária. A prestação de serviços tem 62,1% de representação do PIB em áreas como telecomunicações, audiovisual, Tecnologia da Informação, turismo, turismo de negócios, ecoturismo e comércio. Em seguida, com 37,5% do PIB vem da indústria composta pelos setores: Metalúrgica; siderúrgica; gás-química; petroquímica; naval; automobilística; audiovisual; cimenteira; alimentícia; mecânica; editorial; gráfica; de papel e celulose; de extração mineral; extração e refino de petróleo. E, finalmente, com 0,4% do PIB, a Agropecuária, sendo assim pequena a expressão na produção econômica estadual.

Segundo dados extraídos da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego, em 2004, o estado do Rio de Janeiro possuía 21.848 estabelecimentos industriais, a maioria ligada à indústria de transformação (67,2%), com destaque para a indústria têxtil (14,6%).

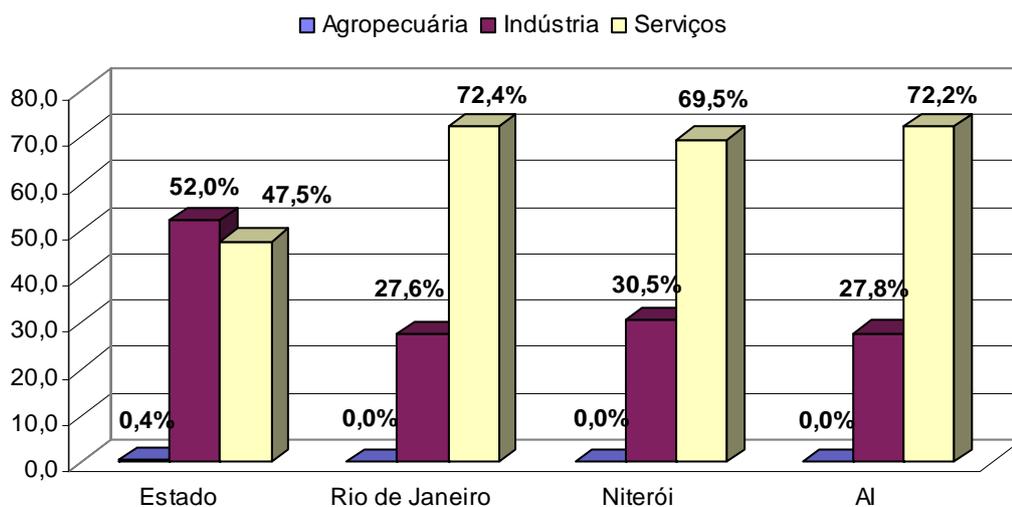
O PIB é composto por três setores da economia: agropecuário, industrial e de serviços. O **Quadro II.5.3.G-3** constam os valores do PIB, detalhado para cada setor econômico nos municípios da Área de Influência, segundo Anuário Estatístico do CIDE, 2005.

Quadro II.5.3.G-3 Valores do PIB para cada setor econômico no município do Rio de Janeiro (R\$ 1.000).

PIB por Setor de Atividade		Estado	Rio de Janeiro	Niterói	AI
Agropecuária		1 100 285	19 027	27	19 054
Indústria	Total	140 922 126	29 981 392	1 958 260	31 939 652
	Extração de petróleo	63 041 963	-	-	-
	Extração de outros minerais	138 190	79 167	476	79 643
	Indústria de transformação	50 328 202	16 446 923	1 187 077	17 634 000
	Construção civil	16 850 670	8 629 756	416 976	9 046 732
	Serviços industriais de utilidade pública	10 563 101	4 825 546	353 732	5 179 278
Serviços	Total	128 728 831	78 628 184	4 456 752	83 084 936
	Comércio	14 637 919	9 219 723	414 014	9 633 737
	Transportes	10 837 491	5 867 100	358 274	6 225 375
	Comunicações	9 274 922	6 588 738	567 203	7 155 941
	Instituições financeiras	5 176 746	4 323 169	159 541	4 482 710
	Administração pública	16 041 107	6 359 559	494 805	6 854 365
	Aluguéis	20 191 973	8 005 186	622 843	8 628 030
	Outros serviços	52 568 673	38 264 708	1 840 070	40 104 778
Total dos setores		270 751 243	108 628 603	6 415 039	115 043 642
Imputação intermediação financeira		-6 938 260	-2 783 712	- 164 392	-2 948 104
PIB a preços básicos		263 812 983	105 844 891	6 250 647	112 095 538
Impostos sobre produtos		21 962 472	11 486 019	678 304	12 164 323
PIB a preços de mercado		285 775 455	117 330 910	6 928 951	124 259 861

Fonte: Fundação CIDE, 2007.

Figura II.5.3.G-1 PIB por setor na Área de Influência.



Fonte: Fundação CIDE, 2007.

A maior parte do PIB no município do Rio de Janeiro foi da atividade industrial (72,4%), seguido de serviços (27,6%). Em Niterói, o setor de serviços prevaleceu com 69,5% e o setor da indústria contribuiu com 30,5%, diferentemente do total para o estado onde o setor industrial respondeu por 52% do PIB seguido do setor de serviços com 47,5%, conforme apresentado na **Figura II.5.3.G-2** a seguir.

Estudos realizados pelo CIDE, em 1996, permitiram concluir que o município do Rio de Janeiro é o que melhor oferece condições para atrair novos investimentos no estado. Rio de Janeiro, por ser o principal centro produtor e distribuidor de bens e serviços de todo o estado, além de ser a sede do Governo Estadual e de diversas instituições públicas e privadas.

No setor de serviços o turismo é o que mais cresce no mundo. Segundo a Embratur, estudos da World Travel & Tourism Council – WTTC – os investimentos estrangeiros aplicados diretos na atividade turística alcançaram uma taxa média de crescimento de 5% ao ano. Em 1999, o setor e suas atividades correlacionadas movimentaram cerca de US\$ 3,5 trilhões. No ano 2000, o setor de turismo gerou cerca de 5,3 milhões de empregos. A previsão da WTTC é de que o setor continue gerando cerca de 5,5 milhões de novos empregos por ano até 2010 (EMBRATUR, 2002).

No Brasil, o turismo segue a tendência global de crescimento, com uma média anual de 3,5%. Em 2000, a participação dessa atividade no PIB brasileiro foi da ordem de 7%. Os gastos diretos dos turistas estrangeiros representaram quase 10% do total das exportações brasileiras no mesmo ano, que foram da ordem de US\$ 55 bilhões. O turismo é um fenômeno da sociedade contemporânea que apresenta elevadas taxas de crescimento, tendo grande importância no desenvolvimento socioeconômico de uma região.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2000, o turismo possui interferência sobre 52 setores da economia. Existe cerca de um milhão de empresas atuando no setor turístico no país. Esta atuação chega a envolver mais de 10 milhões de postos de empregos diretos ou indiretos. Atualmente, esta atividade constitui-se em um dos principais indutores de crescimento econômico de grande parte das cidades litorâneas brasileiras.

A atividade de turismo se caracteriza no item I Turismo, Lazer e Cultura deste documento.

Emprego por Setor

Em 2005, segundo Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE o desempenho da economia fluminense foi extremamente positivo, observando-se uma recuperação significativa do emprego e da renda formais. Os resultados apóiam-se, principalmente, em dois fatores, um de natureza externa e outro interno à economia do Estado. Com o crescimento da economia em 2005, ocorreu o processo de recuperação da economia do Rio de Janeiro o ótimo desempenho dos setores mais dinâmicos, dentre os quais merecem ser destacados o metal-mecânico, o extrativo mineral, o de turismo e o de produção de alimentos e bebidas.

O desempenho macroeconômico teve significativo impacto sobre o mercado de mão-de-obra puxando para cima os rendimentos e o emprego. De acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, o rendimento real do pessoal ocupado elevou-se, em média, 2,9% de 2004 para 2005, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Considerando, apenas, o mercado formal de trabalho de acordo com o IBGE, em 2004, o rendimento expresso em salários-mínimos avançou, no estado como um todo, aproximadamente 7,9%. O aspecto mais interessante deste avanço refere-se à dicotomia entre o município do Rio de Janeiro e o Interior. Enquanto a Região Metropolitana registrou elevação dos rendimentos de 1,3%, algumas regiões do estado chegaram a alcançar 4,8% e 8,3%, como foram os casos do Norte Fluminense e da Costa Verde.

Quadro II.5.3.G-4 - Rendimento Médio Mensal do Pessoal Ocupado com Carteira Assinada nos Municípios da Área de Influência em 2004 e 2005.

Regiões de Governo e municípios	Rendimento médio mensal, em salários mínimos	
	2004	2005
Estado	4,45	3,91
Região Metropolitana	4,46	4,17
Rio de Janeiro	4,85	4,53
Niterói	3,90	3,65

Fonte: Fundação CIDE, 2007.

Segundo dados do CIDE, houve uma queda no rendimento mensal em 2005 se comparado com o ano de 2004.

Outro resultado, também, positivo está associado ao movimento da mão-de-obra entre os setores formal e informal da economia. Os empregados sem carteira e empregadores perderam espaço para o pessoal com carteira de trabalho assinada. Este número significa um primeiro indício de reversão de uma tendência que se acentuava desde 2001. A parcela de empregados sem carteira, que chegou a atingir 27,3% em 2002, em 2005 esteve próxima de 20%. Já o emprego com carteira, após uma queda, recuperou seu nível de 2002, situando-se em 41,7%.

Em 2006, ocorreu um saldo de 116 mil admissões sobre os desligamentos no mercado formal. Destas, 30 mil aconteceram no comércio ou nos serviços e 71 mil, na administração pública em todos os níveis. Apenas o setor de Serviços Industriais de Utilidade Pública apresentou saldo negativo, com a destruição líquida de aproximadamente 5 mil vagas.

Quadro II.5.3.G-5 - Total de Demissões e Desligamentos em 2006 para os municípios da Área de Influência.

Regiões de Governo e Municípios	2006	
	Admissões	Desligamentos
Estado	1 047 227	931 069
Região Metropolitana	786 180	704 112
Rio de Janeiro	585 408	527 190
Niterói	50 191	44 695

Fonte: Fundação CIDE, 2007.

A movimentação no setor de serviços foi maior em relação aos demais, representando 58% no Rio de Janeiro e 51% em Niterói, seguido do setor de comércio com 25% e 32% respectivamente.

Quadro II.5.3.G-6 - Demissões e Desligamentos por setor em 2006 para os municípios da Área de Influência.

Niterói (2006)						
Movimento	Indústria	Constr. Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Total
TOTAL	8.060	7.662	30.083	48.394	687	94.886
Admitidos	4.355	3.864	15.639	25.991	342	50.191
Desligados	3.705	3.798	14.444	22.403	345	44.695
Rio de Janeiro (2006)						
Movimento	Indústria	Constr. Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Total
TOTAL	89.106	94.630	279.700	646.949	2.213	1.112.598
Admitidos	47.295	52.087	146.462	338.350	1.214	585.408
Desligados	41.811	42.543	133.238	308.599	999	527.190

Fonte: Fundação CIDE, 2007.

Em relação a movimentação de Contratações e Demissões no período de janeiro de 2006, segundo Anuário Estatístico do CIDE, a proporção entre admitidos e desligados apresenta uma variação de até 11%, onde mais da metade das contratações estavam relacionadas ao ramo de serviços seguidas do ramos de comércio. Seguindo a mesma dinâmica, as principais demissões também foram referentes a serviços e comércio, com os mesmo valores em relação ao total de desligamentos na Área de Influência.

Mas o principal avanço do mercado de trabalho, em 2005, diz respeito ao comportamento da taxa de desocupação na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Quando comparada com a de 2004, esta experimentou um recuo considerável de, em média, 1,3 ponto percentual. Em termos absolutos, isto significou cerca de 400 mil novas vagas de emprego, com relação à procura dos trabalhadores. As taxas de serviços domésticos, da construção civil e do comércio foram aquelas que registraram a maior contribuição para o resultado final.

População Economicamente Ativa – PEA e População Ocupada - POC

Compõem a População Economicamente Ativa – PEA, as pessoas que, durante todos os doze meses anteriores à data do Censo, ou parte deles, exerceram trabalho remunerado, em dinheiro e/ou produtos ou mercadorias, inclusive as licenciadas, com remuneração, por doença, com bolsas de estudo, etc., e as sem remuneração que trabalharam habitualmente quinze horas ou mais por semana numa atividade econômica, ajudando à pessoa com quem residiam ou à instituição de caridade, beneficente ou de cooperativismo ou, ainda, como aprendizes, estagiárias, etc. Também foram consideradas nesta condição as pessoas de 10 anos ou mais de idade que não trabalharam nos doze meses anteriores à data de referência do Censo, mas, que nos últimos dois meses tomaram alguma providência para encontrar trabalho.

No **Quadro II.5.3.G-7** segue os dados da evolução do PEA, no período de 1980, 1991 e 2000 no município do Rio de Janeiro.

Quadro II.5.3.G-7: PEA em 2000, nos Municípios da Área de Influência.

Indicadores	Niterói	Rio de Janeiro
População Residente	459.451	5.857.904
População Economicamente Ativa	227.912	2.791.262
PEA Desocupada	32.122	443.089
PEA Ocupada	195.790	2.348.173
Rendimento Médio (em R\$)	1.205,83	981,84
Trabalhadores Formais (2)	97.662	1.240.631
Trabalhadores Informais (3)	67.170	827.992

(2) Compreende os empregados com carteira, militares e estatutários.

(3) Compreende os empregados sem carteira e os conta-própria.

Fonte: CAGED/2007.

Segundo dados disponibilizados no Cadastro Geral de Empregos e Desempregos - CAGED em 2000 o município do Rio de Janeiro apresentava uma população total de 5.857.904 onde 47,6% estava de idade economicamente ativa. Já o município de Niterói apresentou uma população total de 227.912 com 49,6% da população economicamente ativa.

Conforme apresentado na **Figura II.5.3.G-3**, no Rio de Janeiro 84,1% da PEA encontrava-se ocupada contra 15,9% desocupada. Os empregos formais

estavam representados por 60% da população. Em Niterói, a PEA ocupada representou 85,9% estando 14,1% desocupada. Quanto aos empregos formais, Niterói apresentou percentual de 59,2%.

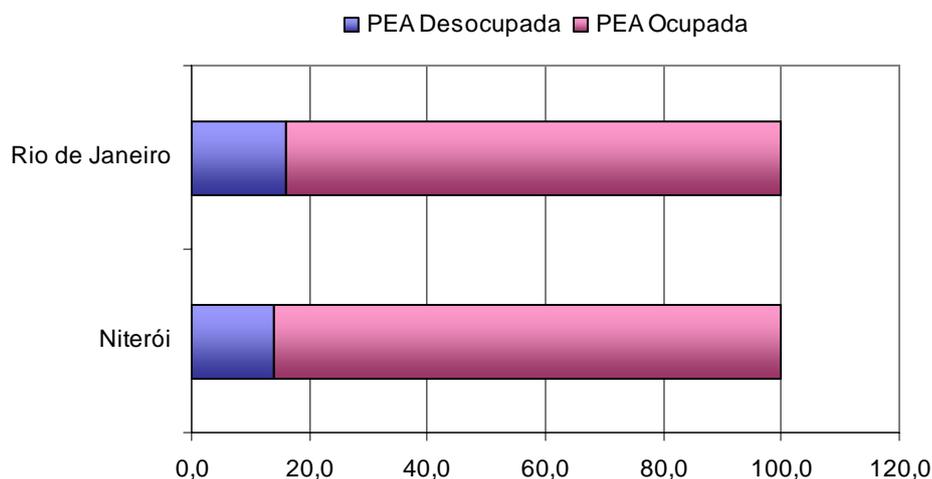


Figura II.5.3.G-3: PEA Ocupada e PEA Desocupada em 2000 na Área de Influência

Fonte: CAGED/2007

A predominância das atividades econômicas urbanas reflete-se na ocupação do pessoal empregado por setores econômicos, sendo o ramo de Comércio o principal empregador, conforme pode ser observado no **Quadro II.5.3.G-8**. Também é observado que o índice de pessoas procurando emprego foi relevante, representando em Niterói 14,09%, a frente do setor de comércio (13,62%) e 15,87% no Rio de Janeiro.

Quadro II.5.3.G-8: Distribuição do emprego por setor de atividade nos municípios da Área de Influência, em 2000.

Setor atividade	Niterói	Rio de Janeiro	AI (%)
TOTAL	227.888	2.791.212	3.019.100
Mal especificadas	1.414	62.817	2,13
Agric., Pecuária, Silvicultura e Explor. Florestal	933	7.387	0,28
Pesca	876	2.083	0,10
Indústrias Extrativas	477	5.085	0,18
Indústrias de Transformação	14.190	211.011	7,46
Produção e distrib. de eletricidade, gás e água	1.597	14.213	0,52
Construção	12.077	133.460	4,82
Comércio, Repar.veículos autom.,obj. pessoais/dom.	31.028	444.131	15,74
Alojamento e Alimentação	8.531	148.864	5,21
Transporte, Armazenagem e comunicações	19.387	250.032	8,92
Atividades Imobil., Aluguéis e Serv.Prest. Empresas	25.613	288.156	10,39
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	16.638	163.329	5,96
Educação	18.283	156.768	5,80
Saúde e Serviços Sociais	16.567	147.400	5,43
Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais	11.314	150.768	5,37
Serviços Domésticos	16.843	162.289	5,93
Organismos Internac. e Outras Instit.Extraterrit.	11	331	0,01
Procurando Emprego	32.109	443.088	15,74

Fonte: Fundação CIDE.

As informações referentes à situação da ocupação, em 2000, indicam que o ramo de Comércio participa com 15,91% do pessoal empregado, seguido pelo ramo de atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços prestados a Empresa, com 10,32% e, muito próximas, as atividades ligadas à Transporte Armazenagem e Comunicações, com 8,96%, e a Indústria de Transformação com 7,56%.

O perfil do mercado de trabalho apresenta algumas concentrações setoriais no município analisado. As atividades do ramo de Comércio e Serviços eram as maiores absorvedoras de mão-de-obra no mercado formal de trabalho, no ano de 2005. Os empregos da Administração Pública absorveram 23% da mão-de-obra seguida da atividade de comércio com 18%. Já a Indústria de Transformação somente empregou 3% da mão-de-obra do município. A **Figuras II.5.3.G-4 e**

II.5.3.G-5 apresenta os empregos formais por grupo de atividades nos municípios do Rio de Janeiro e Niterói para o ano de 2005.

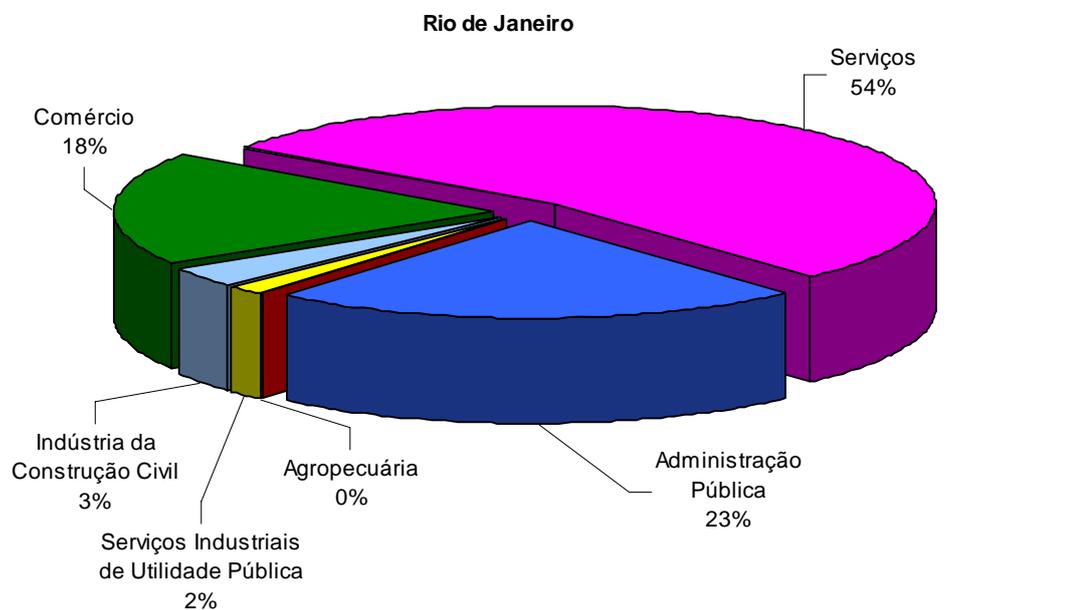


Figura II.5.3.G-4: Empregados por atividade Econômica no Rio de Janeiro
Fonte: Fundação CIDE, 2005

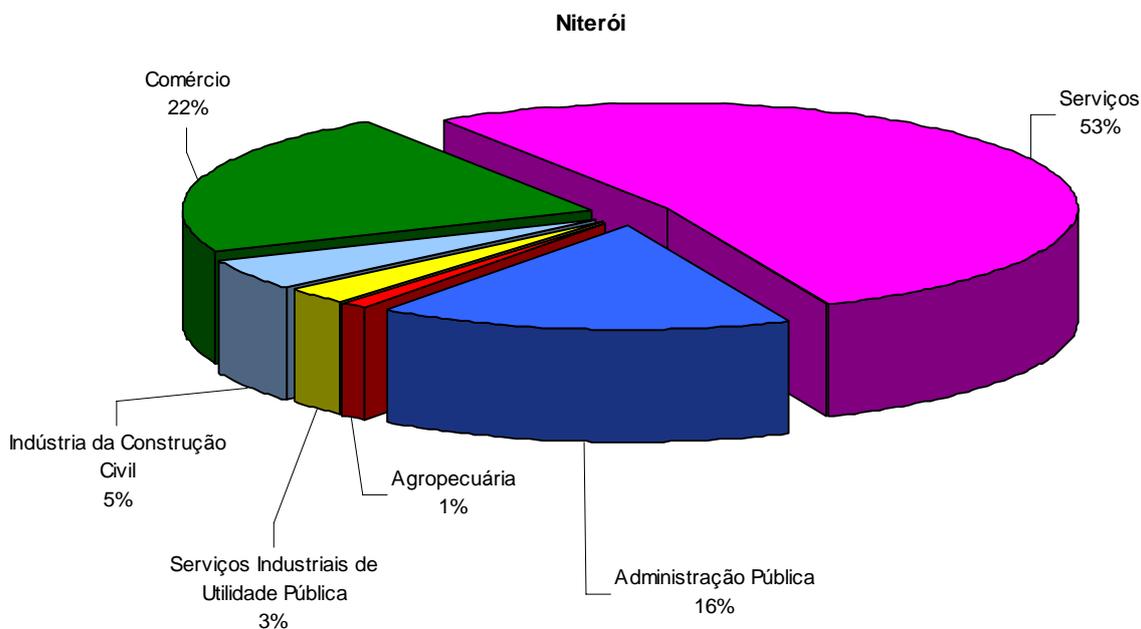


Figura II.5.3.G-5: Empregados por atividade Econômica em Niterói.
Fonte: Fundação CIDE, 2005.

Observa-se que a uma inversão do número de empregados entre os municípios da Área de Influência. Ambos apresentam o maior percentual no setor de serviços com 54% para o Rio de Janeiro e 53% para Niterói, porém, em relação aos setores classificados em seguida, no município do Rio de Janeiro prevaleceu a administração pública com 23% seguido do setor de comércio com 22% e em Niterói o setor de comercio apresentou maior percentual com 22% seguido da administração pública (16%).

Segundo dados do Cadastro de Empresas, 2005, o pessoal ocupado nas empresas do setor terciário representou 87% do total de pessoal ocupado no município do Rio de Janeiro e 94% em Niterói como mostram as **Figuras II.5.3.G-6 e II.5.3.G-7**, enquanto que 13% pessoal ocupado do Rio de Janeiro estava ocupado nos setor secundário e apenas 6% em Niterói.

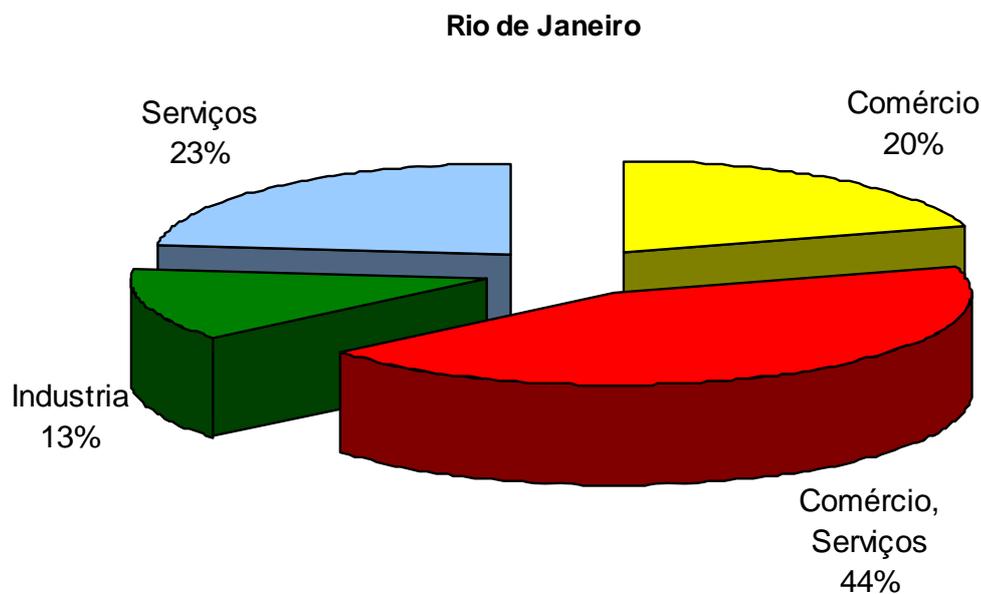


Figura II.5.3.G-6: Pessoal ocupado nas empresas no Rio de Janeiro por setor.

Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas, 2005 e IPEADATA, 2005.

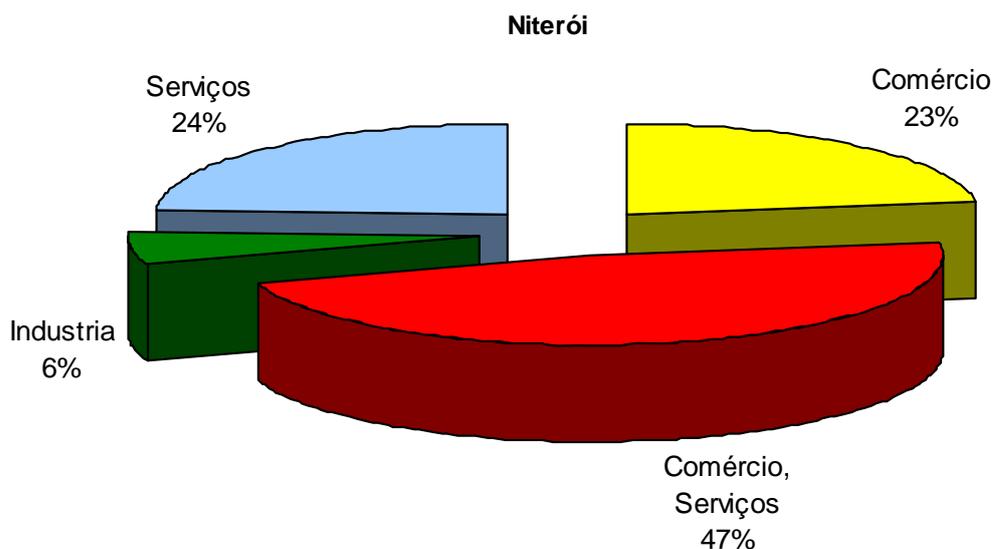


Figura II.5.3.G-7: Pessoal ocupado nas empresas em Niterói por setor.

Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas, 2005 e IPEADATA, 2005.

No Anuário Estatístico do CIDE, a faixa de rendimento para 19,6% população ocupada no ano de 2005 no município do Rio de Janeiro, estava entre 1 e 1,5 salários, seguida das faixas de 2 a 3 salários e 1,5 e 2 salários, com 16,8% e 16,6% respectivamente. As faixas de 3 a 4 e 5 a 7 salários representou 9,2% e de 5 a 5 e de 7 a 10 salários 6,8%. Em Niterói, o gráfico seguiu no mesmo perfil em relação às colocações, mas com percentuais maiores. A faixa de 1 a 1,5 salários foi representada por 23,1% da população ocupada, seguida da faixa de 2 à 3 salários com 19,1%. Já a faixa de 1,5 a 2 salários apresentou percentual de 17,6% e as faixas entre 3 à 4 e 5 à 7 salários apresentaram valores de 8,5% e 7,1% respectivamente. (**Figuras II.5.3.G-8 e II.5.3.G-9**).

■ Rio de Janeiro

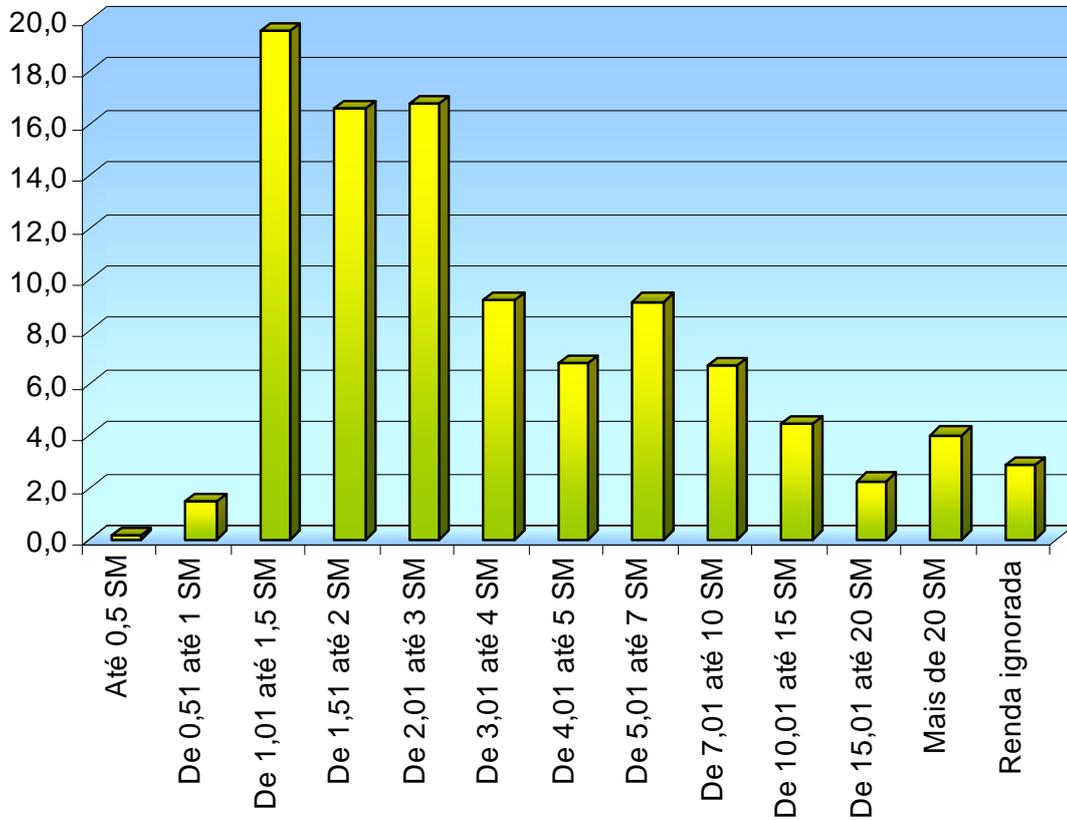


Figura II.5.3.G-8: Faixa de Rendimento no Rio de Janeiro, em 2005.

Fonte: Fundação CIDE.

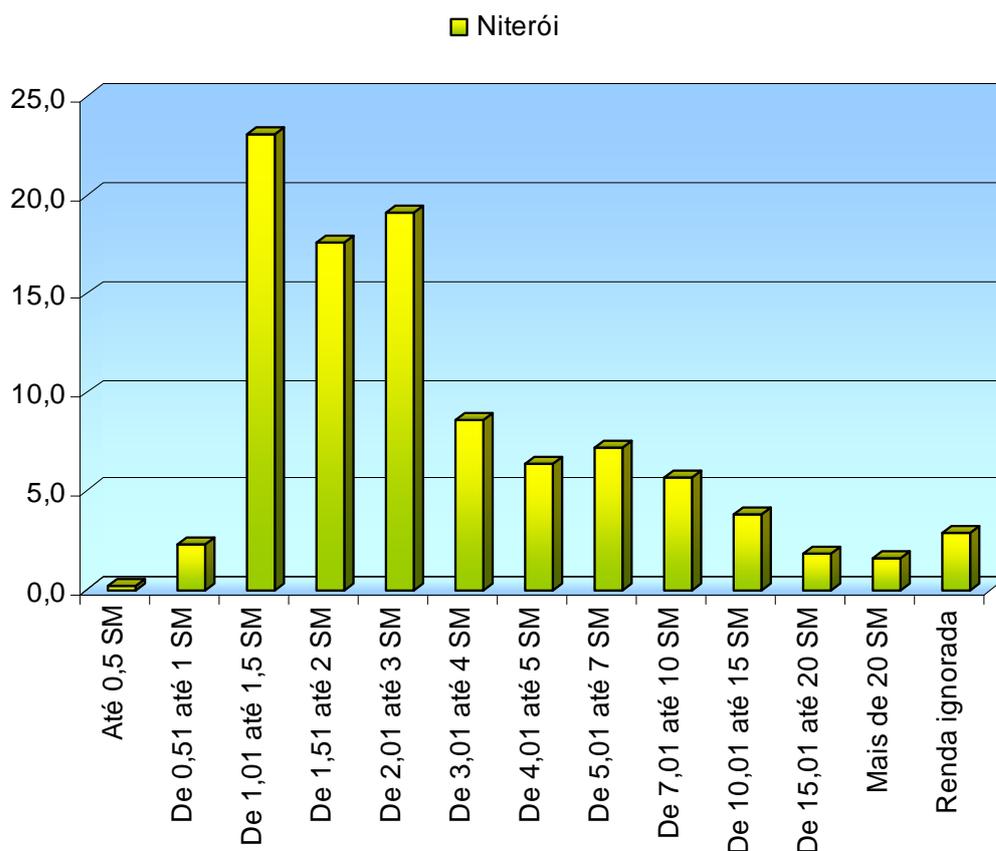


Figura II.5.3.G-9: Faixa de Rendimento em Niterói, em 2005.

Fonte: Fundação CIDE.

• Geração de empregos Diretos e Indiretos

Pelas características e particularidades técnicas da atividade do Piloto do Sistema de Produção e Escoamento de Óleo e Gás na Área de Tupi, Bloco BM-S-11, Bacia de Santos e o grau de especialização que esta demanda, estima-se a necessidade de 600 profissionais, que trabalharão em turnos, na unidade do FPSO Cidade de Angra dos Reis, nas embarcações para lançamento de linha, nas embarcações de ancoragem e nas embarcações de apoio (supply) a serem alocados ao longo das atividades de instalação e operação. Sendo distribuídos entre o nível superior, nível técnico e ensino médio. As vagas de nível superior totalizam 15%, para o nível técnico 20% e para o ensino médio 65% do total.

É possível que a realização da atividade estimule a abertura de novos

postos de serviços indiretos, no setor de alimentação, aluguel, hospedagem, transporte e aquisição de bens e serviços, dentre outros, sendo difícil estimar, nesta fase dos estudos, a quantidade de novos postos de serviços indiretos que podem ser gerados pela atividade, uma vez que já existem diversas empresas prestadoras deste tipo de serviço. Em caso de novas contratações a Petrobras tem como diretriz orientar as empresas contratadas para utilizar os serviços de mão-de-obra, sempre que possível, e preferencialmente, nos municípios que serão utilizados como base de apoio ao empreendimento.

H) EDUCAÇÃO

A análise educacional nos municípios da Área de Influência foi realizada com base na taxa de alfabetização da população, na infra-estrutura educacional e matrículas (pública e Privada) por nível de ensino (fundamental e médio). Foram também identificadas algumas iniciativas de educação ambiental existentes nesses municípios.

Segundo dados do Censo Educacional referente a 2006, fornecido no Anuário Estatístico do CIDE, os municípios da Área de Influência do empreendimento contavam com um total de 3.745 estabelecimentos de ensino, sendo 25 federais, 507 estaduais, 1.333 municipais e 1.880 particulares.

Quadro II.5.3.H-1 - Total de Estabelecimentos de Ensino em Atividade e Professores em Exercício em Sala de Aula, por Dependência Administrativa, segundo os municípios da Área de Influência em 2006.

Municípios		Rio de Janeiro	Niterói
Estabelecimentos de ensino em atividade	Total	3 408	337
	Federal	24	1
	Estadual	441	66
	Municipal	1 282	51
	Privada	1 661	219
Professores em exercício	Total	87 124	8 868
	Federal	2 344	20
	Estadual	17 771	3 748
	Municipal	36 521	1 357
	Privada	30 488	3 743

Fonte: Fundação CIDE, 2007

Dentre os municípios da Área de Influência, o município do Rio de Janeiro concentrou o maior número de unidades de Ensino Fundamental, com 2.101 estabelecimentos no estado do Rio de Janeiro, já Niterói apresentou 205 estabelecimentos. A competência da formação para o ensino fundamental em grande parte do Brasil é de responsabilidade dos municípios.

Os recursos humanos, constituídos pelo corpo docente do ensino fundamental, registram um total de 52.221 professores em exercício na Área de Influência, dos quais 7,3% são vinculados à rede estadual, 56,9% à rede municipal e 34% à rede particular. Para o município do Rio de Janeiro, 60%

faziam parte da rede municipal, seguido de 33,6% na rede particular e somente 4,4% a rede estadual. Já em Niterói, existiam 38,9% dos docentes ligados a rede estadual, 38,4% na rede particular e 22,6% na rede municipal.

Em relação às matrículas no ano de 2006, no município do Rio de Janeiro foram 78,5% na rede municipal, 26,2% na rede particular, e 4% na estadual. Em Niterói, 46,5% foram para a rede estadual, 36,3% particular e 27,1% na municipal.

O **Quadro II.5.3.H-2** a seguir, apresenta os números dos estabelecimentos para cada município por rede de ensino fundamental.

Quadro II.5.3.H-2 Estabelecimentos de ensino, pessoal docente e matrícula inicial na Educação Fundamental, por dependência administrativa, segundo os municípios da Área de Influência em 2006.

Municípios		AI	Rio de Janeiro	Niterói
Estabelecimentos de ensino	Total	2 306	2 101	205
	Federal	13	13	-
	Estadual	155	99	56
	Municipal	1 016	980	36
	Privada	1 122	1 009	113
Pessoal docente	Total	52 221	47 852	4 369
	Federal	962	962	-
	Estadual	3 824	2 123	1 701
	Municipal	29 696	28 707	989
	Privada	17 739	16 060	1 679
Matrícula inicial	Total	895 138	829 487	65 651
	Federal	10 273	10 273	-
	Estadual	57 685	29 907	27 778
	Municipal	607 936	591 741	16 195
	Privada	219 244	197 566	21 678

Fonte: Fundação CIDE, 2007

Em 2007, foi concluído no município de Niterói, o projeto municipal para erradicar o analfabetismo. Niterói é, portanto, um dos únicos municípios brasileiros que conseguiram erradicar o analfabetismo.

Segundo informações no site da Wikipédia, enciclopédia livre, a educação é marcada no município pela presença da Fundação Municipal de Educação, que atua em 90 unidades escolares da Rede Municipal de educação; 36 creches comunitárias; 18 Unidades de Educação Infantil UM EIS; 36 Unidades de Ensino Fundamental; na Educação de Jovens e Adultos (EJA), atendida em 15 Unidades

de Ensino Fundamental; no Programa de Educação; na Leitura e Escrita – PELE, em 50 Instituições e/ou escolas (875) alunos, (dados de julho 2007); e em 100% das Unidades Escolares possuem alunos com necessidades especiais (cerca de 700 alunos).

O ensino médio na Área de Influência é representado pelas esferas federal, estadual e particular. O corpo docente do ensino médio registrou um total de 20.992 professores em exercício no município do Rio de Janeiro e 2.336 no município de Niterói. Para o município do Rio de Janeiro, 61,5% faziam parte da rede estadual, seguido de 33,6% na rede particular e 5,1% na rede federal. No município de Niterói, existiam 58,2% dos docentes ligados a rede estadual, 41% na rede particular.

No município do Rio de Janeiro 78,5% das matrículas no ano de 2006, no foram na rede estadual, 18,8% na rede particular, e 2,8% na rede federal. Em Niterói, 66,4% foram para a rede estadual, 32,7% na particular e 0,8% na rede federal.

Para a Área de Influência, foram registrados 2.306 estabelecimentos de ensino na educação do ensino médio, conforme apresentado no **Quadro II.5.3.H-3** com dados referentes a quantidade de estabelecimentos de Ensino Médio segundo o Censo Educacional de 2006 nos municípios da área em estudo.

Quadro II.5.3.H-3 - Estabelecimentos de ensino, pessoal docente e matrícula inicial na Educação do Ensino Médio, por dependência administrativa, segundo os municípios da Área de Influência em 2006.

Municípios		AI	Rio de Janeiro	Niterói
Estabelecimentos de ensino	Total	763	685	78
	Federal	14	13	1
	Estadual	318	293	25
	Municipal		-	-
	Privada	431	379	52
Docentes	Total	23 328	20 992	2 336
	Federal	1 096	1 076	20
	Estadual	14 265	12 906	1 359
	Municipal		-	-
	Privada	7 967	7 010	957
Matrícula Inicial	Total	323 285	297 910	25 375
	Federal	8 434	8 222	212
	Estadual	250 627	233 767	16 860
	Municipal		-	-
	Privada	64 224	55 921	8 303

Fonte: Fundação CIDE, 2007

A oferta dos serviços educacionais medida pelo percentual de matrículas nos estabelecimentos públicos e particulares evidencia que é a rede pública que oferece a maioria das vagas do sistema, inclusive nos municípios onde as escolas particulares predominam sobre a rede pública, como é o caso do Rio de Janeiro e Niterói.

Nos municípios mais urbanizados, de maior porte populacional e maior dinamismo econômico, a rede escolar particular assume maior importância, fato que está ligado à queda de qualidade da educação pública e a um conseqüente aumento da procura dos setores médios urbanos por matrículas na rede particular.

Quadro II.5.3.H-4 - Taxa de Aprovação, por Ano e Dependência Administrativa em 2005.

Regiões de Governo e municípios	Taxa de aprovação, por ano e série (%)	
	Ensino fundamental	Ensino médio
Estado	81,50	71,18
Região Metropolitana	82,03	69,64
Rio de Janeiro	85,65	68,86
Niterói	84,57	72,78

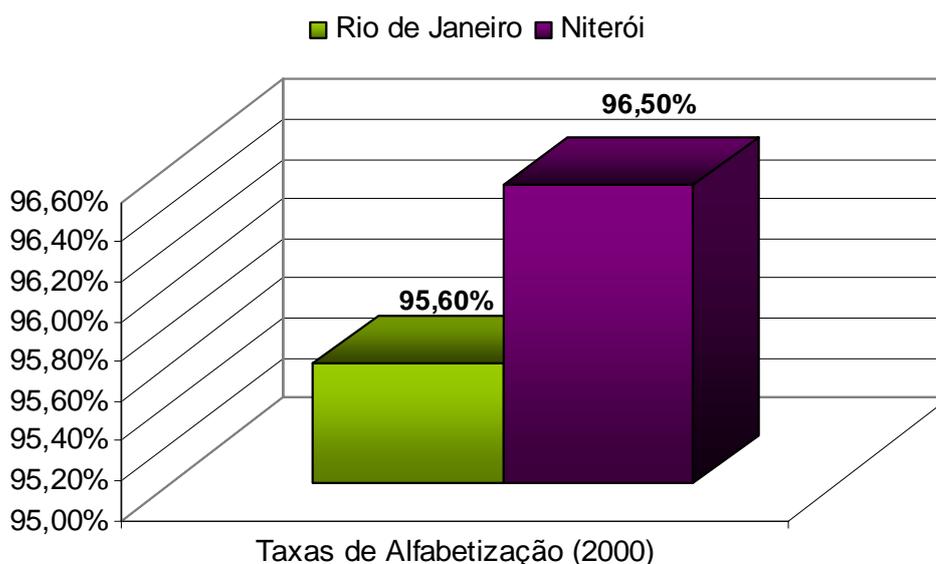
Fonte: Fundação CIDE, 2007.

O Índice de Analfabetismo na área de estudo, segundo dados do IPEA, 2000, corresponde ao percentual de pessoas com idade de 15 ou mais anos. Todos os estados contemplados neste estudo apresentam taxas próximas à média registrada para o estado do Rio de Janeiro como um todo. O município do Rio de Janeiro aparece taxa (5,4%). Niterói aparece com taxa de 4,5%.

A taxa de alfabetização consiste em importante indicador por refletir o acesso da população aos serviços educacionais em seu sentido mais elementar. Em 2000, os municípios do Rio de Janeiro (95,6%) e Niterói (96,5%) registraram taxas superiores à registrada para o estado (93,4%).

Na **Figura II.5.3.H-1** seguem os dados referentes a Taxa de Alfabetização nos municípios da área de influência.

Figura II.5.3.H-1 - Taxa de Alfabetização nos municípios da área de influência



Fonte: PNUD, 2000

Os níveis de escolarização da população em relação ao ensino superior e à especialização, são altos no Rio de Janeiro e Niterói, principalmente nos centros urbanos. Este fato tem ligação com a presença de grandes universidades públicas, especialmente no município do Rio de Janeiro, além de uma considerável rede de universidades particulares presente em ambos os municípios.

Contemplado por expressivo número de renomadas instituições de ensino e centros de excelência, o Rio de Janeiro é o segundo maior pólo de pesquisa e desenvolvimento do Brasil, responsável por 17% da produção científica nacional – segundo PNUD (2005). No cenário atual, destacam-se importantes universidades públicas e privadas, muitas delas consideradas centros de referência em determinadas áreas.

- Universidade federal do Rio de Janeiro – UFRJ
- Fundação Getúlio Vargas
- Instituto Militar de Engenharia – IME
- Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ

Completam o exemplário acima as seguintes instituições:

- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO
- Universidade Estadual da Zona Oeste – UEZO
- Universidade Candido Mendes – UCAM
- Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM
- Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC
- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio
- Universidade Gama Filho – UGF
- Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO
- Universidade Estácio de Sá – UNESA
- Universidade Santa Úrsula
- Universidade Veiga de Almeida – UVA

Principais institutos de pesquisa e normalização:

- Fundação Oswaldo Cruz
- Academia Brasileira de Ciências – ABC
- Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada – IMPA
- Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas – CBPF
- Centro de Aperfeiçoamento e Pesquisa de Petróleo – CENAP
- Observatório Nacional

- Instituto nacional de Tecnologia – INT
- Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO
- Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
- Instituto Brasileiro de Economia – IBRE
- Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB

Em Niterói, além da Universidade Federal Fluminense – UFF, há algumas universidades particulares, tais como:

- Uni La Salle,
- Universidade Salgado Filho de Oliveira,
- Universidade Plínio Leite – UNIPLI,
- Faculdades Integradas Maria Tereza – FAMATH,
- Universidade Candido Mendes
- Universidade Estácio de Sá.

O estado do Rio de Janeiro é contemplado por planos, projeto e subprojetos de Educação Ambiental do Núcleo de Educação Ambiental do Estado, integrantes das diretrizes estabelecidas pelo IBAMA em atendimento ao PRONEA – Programa Nacional de Educação Ambiental (PETROBRAS, 2004).

Segundo as diretrizes de operacionalização PRONEA, o IBAMA visa *“promover condições para que os diferentes segmentos sociais disponham de instrumental, inclusive na esfera cognitiva, para participarem na formulação de políticas para o meio ambiente, bem como na concepção e aplicação de decisões que afetam a qualidade do meio natural e sócio-cultural”*.

A operacionalização do Programa apóia-se em três linhas de ação que se inter-relacionam: Capacitação; Desenvolvimento de Ações Educativas e Desenvolvimento de Instrumentos e Metodologias.

As informações contidas nos subprojetos do PRONEA (Programa Nacional de Educação Ambiental), aplicados sob as diretrizes estabelecidas pelo IBAMA, destacando como público alvo os técnicos e educadores que atuam nos

Órgãos de Meio Ambiente e de Educação e ao apoio à participação, individual e coletiva, no processo de gestão ambiental.

Este público não é dimensionado, o que impede uma avaliação do percentual atendido por esta iniciativa.

Existem, no Rio de Janeiro, outros projetos de Educação Ambiental sendo desenvolvidas pela Pontifícia Universidade Católica - PUC, Universidade Federal do estado do Rio de Janeiro - UFRJ, e diversas empresas privadas. Estes projetos atendem aos mais variados públicos na região, destacando-se os professores da rede municipal de ensino fundamental.

No caso das iniciativas de implantação desses projetos por parte de empresas privadas, estas atuam, via de regra, em atendimento às medidas e programas decorrentes do processo de licenciamento ambiental de suas atividades *offshore* na região da Bacia de Campos e Santos (PETROBRAS, 2004).

A Educação Ambiental é um processo permanente a partir do qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação que os tornam aptos a agir - individual e coletivamente e a resolver problemas ambientais.

O Núcleo de Educação Ambiental (NEA) do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, criado em julho de 1992, desenvolve o Programa de Educação Ambiental e tem como missão desenvolver projetos e atividades que promovam uma mudança de comportamento e atitudes frente às questões ambientais, visando a conservação dos seus recursos e a melhoria da qualidade de vida, a partir da utilização de elementos do Arboreto do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

email: nea@jbrj.gov.br

Coordenação: Maria Manuela Mattos Rueda

Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro

(site: <http://www.jbrj.gov.br>)

O **Projeto Conhecendo Nosso Jardim** foi concebido de modo a oferecer aos professores da rede formal de ensino informações necessárias à implantação da prática da Educação Ambiental, com uso de roteiros didáticos orientados

através de treinamentos, transformando e otimizando a visita do público escolar ao Arboreto do Jardim Botânico.

Tem como objetivos:

- Sensibilizar e familiarizar o professor com o espaço físico do Jardim Botânico, possibilitando o desenvolvimento de atividades extra-classe.
- Possibilitar aos professores a utilização e a exploração do Arboreto do Jardim Botânico como instrumento para fixação de conteúdos curriculares e o desenvolvimento de práticas de educação ambiental.
- Estabelecer parceria entre professores e o NEA, visando o desenvolvimento de projetos educativos.

Roteiro Básico: aborda de forma abrangente informações sobre a História, espécies botânicas notáveis, estufas, monumentos, Regulamento de Uso Público, organização do Arboreto e sugestões de atividades a serem desenvolvidas durante a visita. é necessário agendamento prévio da atividade..

Horário do Treinamento:

3ª feira de 9:00 às 12:00 h

5ª feira de 13:30 às 16:30 h

O **Projeto Laboratório Didático** tem espaço destinado ao desenvolvimento de atividades lúdicas, criativas e educativas utilizando os recursos naturais presentes no Jardim Botânico como estímulo para discussão de temas ambientais e vivência de práticas educativas, dirigidas ao público infanto-juvenil.

Tem como objetivos:

- Valorizar o contato e a comunhão com a natureza - Promover situações que despertem uma reflexão crítica diante das questões ambientais;
- Propiciar um conhecimento histórico e técnico-científico do JBRJ, facilitando ao aluno a tradução e a internalização de uma prática conservacionista;
- Difundir a pesquisa científica realizada na área de meio ambiente.

A partir de um tema gerador associado a uma ambientação adequada, são desenvolvidas atividades utilizando recursos didáticos como: contação de histórias, observação de material botânico, jogos didáticos, videoteca, publicações

relacionadas a questões ambientais. São também realizadas atividades ao ar livre tais como: observação de espécimes, oficinas de reciclagem e práticas sensibilizadoras e criativas.

Durante o período letivo, os grupos escolares, cujos professores tenham participado previamente do treinamento oferecido pelo Projeto Conhecendo Nosso Jardim podem agendar a atividade dirigida pela equipe.

O **Centro de Educação Ambiental de Niterói** foi inaugurado no início de 2003, fruto da parceria de instituições privadas como o Instituto UNIBANCO, a ANFRA Construções e Incorporações e a DESK Móveis Escolares com o Instituto Baía de Guanabara. Localiza-se nas dependências da Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento do Interior - SEAAPI, dentro do Jardim Botânico de Niterói. É, portanto, produto de um esforço conjunto da sociedade civil, do Governo e de empresas que dotou a cidade de Niterói de um moderno e bem equipado espaço para atividades educacionais voltadas para a proteção do meio ambiente.

O Instituto Baía de Guanabara utiliza também este centro para difundir o conhecimento existente sobre o ambiente regional e discuti-lo com os interessados, não só de Niterói, mas de todo o Leste da Guanabara. Para tanto, mantém a biblioteca do Centro de Informações da Baía de Guanabara - CIGUA. Um dos parceiros que se juntaram a nós foi a Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, através do Projeto Sala Verde, do qual o IBG/CEAN passou a fazer parte em fevereiro de 2005, ajudando a aumentar o nível e a quantidade de informações disponíveis na biblioteca.

Projeto visitas orientadas ao Jardim Botânico de Niterói: Através deste projeto o IBG/CEAN recebe turmas de escolas de Niterói, e de municípios vizinhos, para uma visita ao Jardim Botânico e à sede do IBG/CEAN, onde são realizadas as seguintes atividades pré-programadas:

- Apresentação do IBG, do CEAN e do projeto;
- Seção de vídeo com discussão sobre o tema assistido;
- Caminhada por uma trilha na mata;
- Atividade lúdica (dinâmica, artes).

Endereço Alameda São Boaventura, 770

Fonseca, Niterói - RJ – Brasil

CEP 24120-192

Tel/fax: (021) 2625-4311 ou 2625-0226

e-mail: ibg@baiadeguanabara.org.br

O **Centro de Referência em Educação Ambiental do Parque Natural Municipal de Marapendi** está localizado em uma das mais importantes Áreas de Proteção Ambiental do município do Rio de Janeiro, criada para resguardar a restinga e a lagoa de Marapendi. O CEA Marapendi realiza diversos trabalhos na área: visitas monitoradas pelas trilhas do Parque, oficinas de reaproveitamento, projetos de educação ambiental com as escolas e a comunidade da região, palestras e cursos direcionados à estudantes e educadores ambientais. Conta ainda com um Centro de Informações, biblioteca, exposições, sala de artes, sala de vídeo, sala de aula, auditório e eco-loja. Promovendo a educação ambiental, instrumento essencial para a preservação, e favorecendo a participação da população para a melhoria da qualidade ambiental, o CEA Marapendi representa mais uma possibilidade de ampliação e consolidação das atividades educativas desenvolvidas com a população que vive no entorno desta Unidade de Conservação. Até o presente momento, cerca de 5000 pessoas participaram das atividades promovidas pelo CEA Marapendi.

Ao longo do processo de urbanização das áreas litorâneas da cidade do Rio de Janeiro, a vegetação nativa sofreu intensa destruição, comprometendo a qualidade de vida da população. Os cordões arenosos de restinga, que retificavam o litoral e formavam as lagunas da Baixada de Jacarepaguá, possuíam uma rica vegetação, hoje encontrada apenas em pequenos bolsões principalmente nas bordas da Lagoa de Marapendi, na Praia de Grumari e na Restinga da Marambaia. Esse processo de urbanização ocasionou a redução, e até a extinção, de inúmeras espécies vegetais e animais endêmicas da região.

Para reverter este quadro, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAC) em parceria com a Fundação Botânica Margaret Mee e a Shell Brasil, inaugurou em abril de 2002, o Centro de Referência em Educação Ambiental de Marapendi

(CEA Marapendi), localizado no Parque Natural Municipal de Marapendi (Parque Marapendi), na baixada litorânea de Jacarepaguá, município do Rio de Janeiro.

O Parque Marapendi é constituído pelas áreas marginais à Lagoa de Marapendi e foi criado em 1978 com o nome de Parque Zoobotânico de Marapendi. Em 1995 teve sua área ampliada em cinco vezes, totalizando hoje cerca de 195 hectares. (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 1998)

A Área de Proteção Ambiental (APA) de Marapendi foi criada em 1991, contando atualmente com uma área de 932 hectares. Ela engloba além de terrenos particulares, o Parque Marapendi e a Reserva Integral da Praia, um cordão arenoso com cerca de 2 km de extensão entre a avenida litorânea e o mar.

A restinga e o mangue são os ecossistemas típicos do Parque e da APA de Marapendi, onde são encontradas espécies da fauna e da flora raras e/ou ameaçadas de extinção como a lagartixa-da-praia (*Liolaemus lutzae*), a borboleta-da-praia (*Parides ascanius*), o jacaré-de-papo-amarelo (*Caiman latirostris*), a jarrinha (*Aristolochia macroura*) e clúsias (*Clusia lanceolata* e *C. fluminensis*). (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2000)

O CEA Marapendi representa uma possibilidade de ampliação das atividades educativas desenvolvidas com a população que vive no entorno destas Unidades de Conservação.

Seguindo a filosofia que a dimensão ambiental deve ser inserida no contexto local, sempre constituindo modelos através da realidade e pelas experiências dos próprios alunos (PIAGET, 1978), é que CEA Marapendi se propõe a desenvolver atividades e projetos na região.

Técnicas como visitas orientadas, jogos, simulações e produções de materiais pedagógicos são fortemente utilizadas nas atividades de educação ambiental promovidas pelo CEA Marapendi, pois possibilitam levar aos alunos e visitantes situações reais que muitas vezes são impossíveis de serem vivenciadas. Além disso, essas atividades possibilitam que os alunos sejam avaliados por suas atitudes, seus comportamentos ou atuações participativas (SATO, 2002).

O CEA Marapendi oferece gratuitamente diversas atividades às escolas e visitantes. Dentre elas destacam-se as visitas orientadas ao Parque Marapendi, que visam levar o conhecimento do ecossistema de restinga aos visitantes, enfocando aspectos ecológicos, fauna, flora, conservação e degradação, e as oficinas de reaproveitamento de PET e jornal, ambas realizadas diariamente com agendamento prévio.

Dentre os projetos em andamento podemos destacar o Projeto Alunos: O Projeto Alunos Guardiões da Orla objetiva unir a recuperação de áreas degradadas das restingas da Baixada de Jacarepaguá com a conscientização ambiental dos alunos das escolas municipais da região. Através deste programa, os alunos assistem a uma palestra sobre ecologia de restinga e participam da recuperação de trechos da orla nas praias do Recreio, do Pontal e de Grumari, com o plantio de mudas de espécies nativas. Dois meses após a primeira visita, os alunos retornam ao Parque Marapendi e apresentam os trabalhos que foram desenvolvidos em sala de aula sobre o projeto, assistem o vídeo filmado no dia do plantio e depois são levados à área onde foi feito o plantio, com o objetivo de acompanhar e avaliar o desenvolvimento das mudas.

O **Projeto Horta no Parque** visa o ensino de noções básicas de meio ambiente para alunos portadores de deficiências mentais e/ou auditivas, através do cultivo em horta e tem como objetivos a aproximação dos alunos ao meio ambiente, a disseminação de conceitos de educação ambiental e o estímulo de uma habilidade que pode vir a representar uma forma de geração de renda plenamente compatível com a realidade dos alunos. Semanalmente eles são levados ao CEA Marapendi para participar das atividades na horta. As atividades vão desde o preparo dos canteiros, produção de composto orgânico e húmus, semeadura, transplante e plantio, até a colheita. Fazem parte do elenco de plantas cultivadas: alface, chicória, cenoura, rabanete, beterraba e plantas aromáticas, como manjerição, alecrim e pimenta.

No Centro de Informações os alunos, pesquisadores e visitantes contam com uma biblioteca equipada com terminais de computadores, CDs sobre o meio ambiente, videoteca e mapoteca para consultas, além da distribuição de materiais educativos.

O CEA Marapendi dispõe ainda de salas de aula, vídeo e artes; auditório para realização de cursos e palestras; hall de eventos onde ocorrem exposições periódicas de fotos, artesanato e ilustrações botânicas, e permanentes com maquetes e painéis sobre a região e o meio ambiente.

O **Projeto Alunos Guardiões da Orla** contou, até o momento, com a participação de 760 alunos, que realizaram o plantio de aproximadamente 5000 mudas. Nas áreas em recuperação onde o projeto atua, as mudas plantadas (*Ipomoea pes-caprae*) apresentam taxa de sobrevivência em torno de 15%, o que é compensado pelo rápido crescimento das mudas, e em algumas áreas, pela expansão dos estolões das plantas já existentes no entorno. Em 4 a 6 meses após o plantio, as áreas apresentam-se totalmente cobertas pela vegetação.

O trabalho desenvolvido pela equipe do CEA Marapendi na horta, em conjunto com as atividades realizadas pelas professoras das turmas em sala de aula, tem contribuído em diversos aspectos para o desenvolvimento dos alunos. Já podem ser notadas mudanças significativas, que vão desde a melhora na coordenação motora até a socialização do grupo.

Promovendo a educação ambiental, instrumento essencial para a preservação, e favorecendo a participação da população para a melhoria da qualidade ambiental, o CEA Marapendi representa mais uma possibilidade de ampliação e consolidação educativas desenvolvidas pela SMAC, e também uma opção cultural e de lazer para toda a população.

Parque Natural Municipal de Marapendi – Av. Alfredo Baltazar da Silveira, s/ nº – Recreio dos Bandeirantes, Rio de Janeiro – RJ. CEP: 22.790-710. centroinfo@west.com.br

Anais do VII Encontro de Educação Ambiental do Estado do Rio de Janeiro - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 23-25 de setembro de 2004 (p. 355-360).

ONG Ecomarapendi: Apesar de até bem pouco tempo estar também restrita ao âmbito escolar, hoje a Educação Ambiental - EA encontra-se incluída em todas as iniciativas que visem a conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente e conseqüentemente da qualidade de vida, como pode ser visto na nova Lei de Educação Ambiental (Lei n. 3325 de 17 de

dezembro de 1999 - dispõe sobre a educação ambiental, institui a política estadual de educação ambiental, cria o Programa estadual de Educação Ambiental e complementa a Lei Federal Nº 9.795/99 no âmbito do Estado do Rio de Janeiro).

Sua abrangência, embasada nessa mesma lei, vai desde as instituições educativas (em todos os níveis e modalidades), os meios de comunicação de massa, as empresas, os órgãos públicos, os sindicatos, as organizações não-governamentais, os movimentos sociais até a sociedade como um todo.

A Associação Ecológica Ecomarapendi, ora denominada Ecomarapendi, é uma entidade não-governamental criada em 1989. Das áreas enfocadas, a geração de resíduos sólidos e o desperdício foram de relevante importância, culminando em 1992 com a criação do Projeto Recicloteca - um Centro de Informações sobre Reciclagem e Meio Ambiente, com o patrocínio da Brahma (atualmente Ambev). A Recicloteca tem como objetivo difundir informações sobre as questões ambientais, em especial os 3 erres (reduzir, reutilizar e reciclar) – dentro da prática da Educação Ambiental, de forma a sensibilizar o público em geral.

O **Projeto Recicloteca** atende à um público diversificado e disponibiliza documentos diversos relativos ao tema, um sítio virtual, produtos reciclados e reaproveitados, consultores especializados e oficinas de reaproveitamento e reciclagem artesanal de papel além de outras vivências práticas.

Dentre as atividades oferecidas, existem as oficinas de reciclagem artesanal de papel. Elas ocorrem como parte das visitas orientadas à Recicloteca, localizada na sede da Ecomarapendi, e são desenvolvidas em cinco etapas:

(1) discussão sobre reciclagem de resíduos sólidos; (2) exibição da reprodução de uma árvore feita de materiais reaproveitados; (3) exibição de objetos reaproveitados organizados em uma pequena exposição; (4) exibição de uma fita de vídeo sobre a problemática dos resíduos sólidos; e (5) a oficina de reciclagem artesanal de papel propriamente dita. As visitas orientadas são organizadas para grupos de até 30 pessoas, têm a duração total de cerca de 2 horas e seu agendamento é feito pela professora ou coordenadora de uma

escola interessada que liga para a Ecomarapendi e marca a data com um dos consultores.

O processo de transferência de informação no espaço social das oficinas de reciclagem artesanal de papel pode ser visto como prática da Educação Ambiental, utilizadas com intuito de modificar o comportamento de crianças de 6 a 15 anos com relação ao local de disposição apropriado do lixo.

Vale ressaltar que o conhecimento e a valorização de práticas que possibilitem a correta destinação do lixo é um dos itens de aprendizagem dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) inserido em Educação Ambiental. A E. A. é incluída como Tema Transversal do Meio Ambiente (entendido aqui como tema que permeia a concepção de diferentes áreas), no Bloco “Manejo e Conservação da Natureza” que, de acordo com a SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL (1998, p. 146), trata “das possibilidades, positivas e negativas de interferências dos seres humanos sobre o ambiente, apontando suas conseqüências.”

Dentro deste bloco, a referida secretaria propõe, uma série de atividades que vêm sendo empregadas pelas escolas das quais apresentaremos duas, que mais se aproximam dos objetivos desta pesquisa:

- apontar para os problemas à saúde humana e ambiental que a poluição e o lixo ocasionam;
- discutir os comportamentos responsáveis de produção e acondicionamento em casa e espaços comuns.

Estas atividades vêm sendo abordadas nas oficinas, identificadas como prática da Educação Ambiental, mas estudadas no campo da Ciência da Informação, demonstrando sua contribuição à área de EA.

Anais do VII Encontro de Educação Ambiental do Estado do Rio de Janeiro - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 23-25 de setembro de 2004 (p. - 329 – 343)

O **Quadro II.5.3.H-5** a seguir, descreve para o ano de 2006, as matrículas nos cursos profissionalizantes oferecidos em alguns dos municípios estudados, conforme dados disponibilizados pelo SENAC (Serviço Nacional de

Aprendizagem Comercial) e pelo SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) através do CIDE.

Quadro II.5.3.H-5 – Matrículas do Senac e Sanaí em 2006

SENAC - Serviço Nacional de aprendizagem Comercial			
Municípios		Rio de Janeiro	Niterói
Matrículas, por área de conhecimento	Total	231 276	17 768
	Administração	10 521	918
	Comércio	11 828	599
	Gestão Empresarial	1 746	-
	Informática	11 884	1 573
	Telecomunicações	951	-
	Comunicação	6 650	321
	Cultura	346	60
	Saúde	18 360	1 851
	Meio Ambiente	51	-
	Idiomas	20 909	-
	Beleza	30 917	6 531
	Design	3 140	269
	Moda	2 767	163
	Educação	13 493	1 332
	Ação Social	73 246	534
	Atividades com Animais	1 321	369
	Turismo e Hotelaria	12 800	59
Entretenimento e Esportes	414	16	
Gastronomia	9 932	3 173	
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial			
Municípios		Rio de Janeiro	Niterói
Matrículas, por segmentos industriais	Total	45 046	9 087
	Alimentos	1 534	318
	Automação	1 774	78
	Automotiva	6 686	1 494
	Construção Civil	3 108	662
	Eletricidade	6 670	1 579
	Gestão	2 847	72
	Gráfica	2 018	53
	Madeira/Mobiliário	273	36
	Mecânica	2 809	494
	Metalurgia	4 292	1 820

continuação

Conclusão do Quadro II.5.3.H-5 – Matrículas do Senac e Sanai em 2006

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial			
Municípios		Rio de Janeiro	Niterói
	Petróleo	737	454
	Refrigeração	1 760	196
	Segurança	2 827	785
	Tecnologia da Informação	3 633	610
	Telecomunicações	1 101	115
	Outros (1)	2 977	321

Fonte: Fundação CIDE, 2007

Em um total de 249.044 das matrículas para a Área de Influência, os cursos relacionados à ação social foram os mais escolhidos pelos alunos do SENAC. Esta modalidade de capacitação absorveu 29,6% do número total de matrículas. Analisando os municípios isoladamente, verifica-se que este valor foi reflexo do resultado do Rio de Janeiro (31,7%) do total para os demais cursos. Em Niterói as matrículas prevaleceram para o curso de beleza (36,8%).

Em segundo lugar o curso direcionado setor de estética, sendo um dos mais procurados e representando 15% das matrículas. Em Niterói este curso representou 36,8% no total. Os cursos voltados para o setor de saúde aparecem em terceiro lugar, com 8,1% das matrículas.

Nas matrículas junto às vagas disponibilizadas pelo SENAI a capacitação voltada para eletricidade e a indústria automotiva representaram 15,2% e 15,1% respectivamente do total das matrículas para a Área de Influência.

Dentre os cursos oferecidos, os direcionados ao setor de Petróleo, Gás e Energia apresentam índices de 2,2%, igualmente para telecomunicações, com 2,2% ainda existe a classificação como "Outros" (6,1%) que se refere aos cursos relacionados às áreas de Automação, Gráfica, Habilidades Básicas, Madeira/Mobiliário, Meio Ambiente, Metrologia, Ourivesaria, Plástico e Borracha, Química, Refrigeração, Serviços Gerais e Têxtil.

I) LAZER, TURISMO E CULTURA

O turismo realizado nos fins de semana é uma modalidade bastante presente na faixa costeira, demandando a implantação de toda uma infra-estrutura hoteleira. Quanto à origem do turista, este é bastante variável, visto que esta modalidade atende não só ao turismo nacional de média e longa distância, como também, ao turismo internacional.

O estado do Rio de Janeiro tem uma vocação turística natural. Seu litoral é bastante recortado geograficamente com grandes atrativos naturais. A Atividade de turismo no estado é dividida em regiões.

- Metropolitana: Niterói e Rio de Janeiro;
- Baixada Fluminense: Duque de Caxias e Magé;
- Baixada litorânea: São Gonçalo e Itaboraí;
- Costa Verde: Rio Claro, Itaguaí, Mangaratiba, Paraty e Angra dos Reis;
- Costa do Sol: Araruama, Arraial do Cabo, Maricá e Saquarema;
- Serra Verde Imperial: Guapimirim.

A atividade turística na Região Metropolitana do Rio de Janeiro é mais intensa no município do Rio de Janeiro, cujos atrativos naturais, históricos e culturais são conhecidos mundialmente. O município é o principal destino do país de turismo internacional. Além disso, o turismo de negócios na cidade também tem se consolidado como uma das principais modalidades turísticas.

O Rio de Janeiro é a segunda maior metrópole do Brasil, situada no Sudeste do país. É um dos principais centros econômicos, culturais e financeiros do país, sendo internacionalmente conhecida por diversos ícones culturais e paisagísticos, como o Pão de Açúcar, a estátua do Cristo Redentor, este eleito recentemente uma das sete maravilhas do Mundo, as praias dos bairros de Copacabana, Ipanema e Barra da Tijuca (entre outros), o Estádio do Maracanã, o Estádio Olímpico João Havelange, a floresta da Tijuca, a Quinta da Boa Vista, o Réveillon de Copacabana e o Carnaval.

O município do Rio de Janeiro é, hoje, um dos principais centros da indústria turística na América Latina. O turismo de eventos é muito praticado no município, principalmente devido às festas, como o carnaval e o reveillon. São realizados na cidade shows internacionais, exposições de grandes artistas, eventos esportivos, etc.

O turismo de negócio é outra categoria turística extremamente praticada. A cidade possui ampla infra-estrutura de serviços como hotéis, restaurantes e locais para realização de eventos como feiras de negócios, reuniões, seminários e cursos.

Os municípios do Rio de Janeiro e Niterói, devido à sua localização no litoral, ao patrimônio natural que abrigam e aos seus elevados graus de urbanização, tem impulsionado o setor terciário – comércio e serviços, que passou a representar o setor mais dinâmico das economias locais, nas atividades de suporte ao turismo.

Além dos eventos esportivos, como os Jogos Pan-Americanos que ocorreram em julho de 2007, a prática esportiva é amplamente realizada em toda a cidade do Rio de Janeiro e Niterói, principalmente ao ar livre nos calçadões, praias e parques. O turismo náutico também é muito praticado no ambiente marítimo e nas lagoas.

O Porto de Rio de Janeiro é um forte pólo de cruzeiros marítimos no Brasil e, segundo a Associação Comercial do Rio de Janeiro, é o principal porto de escala internacional e o de maior movimentação de passageiros do país.

A história colonial e imperial do Rio de Janeiro também atrai inúmeros turistas, que vêm à cidade para conhecer ícones desta arquitetura histórica, como os Arcos da Lapa e o Paço Imperial. O turismo cultural ocorre o ano inteiro, nos inúmeros museus e centros culturais do município, e de suas exposições permanentes e temporárias.

Além de todos estes atrativos, como destino turístico o Rio de Janeiro não depende das estações, uma vez que suas atrações podem ser apreciadas praticamente em qualquer época do ano.

O turismo confere mais do que um mero adendo à economia local, uma vez que, de todos os estrangeiros que visitam o país, 40% têm como destino a capital

fluminense, atraídos por uma miríade de ícones culturais e paisagísticos – o que leva à criação de diversos postos de trabalho, robustecendo os setores comercial e de hotelaria. De acordo com um levantamento recente da Associação Brasileira de Shopping Centers - Abrasce, para 2008, existem 32 estabelecimentos da categoria (segundo lugar no ranking), ou 8,7% do total nacional.

Segundo a Associação Hoteleira Carioca, em 2005, foram os paulistas da capital (19,65%) e do interior (6,02%), seguido dos fluminenses (4,87%) e dos mineiros (3,84%) os principais mercados emissores de hóspedes nacionais em hotéis no município do Rio de Janeiro. Quanto aos estrangeiros, foram os norte-americanos (10,57%), seguidos de franceses (4,02%), italianos (3,01%), argentinos (3,06%) e ingleses (2,82%) os principais mercados do exterior.

Ainda segundo a associação, em 2005 houve retração da taxa de ocupação dos hotéis cariocas: 59,65% contra 61,75% em 2004. Interessante notar um aumento a participação percentual da motivação de viagem por convenção/congressos/feiras em 2005, 14,02% contra 11,83% em 2004.

Segundo a EMBRATUR, 866.379 turistas entraram no Brasil via Rio de Janeiro no ano de 2005, resultado acima do ocorrido em 2004, quando chegaram 799.399 turistas (FUNDAÇÃO CIDE, 2007).

Segundo a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, a cidade foi descoberta em 1502, e recebeu o nome de Rio de Janeiro porque a Baía de Guanabara, ponto de desembarque, foi confundida com a foz de um grande rio, fato ocorrido no mês de janeiro, dia 1. O segundo maior centro urbano do país, oferece atrativos naturais de rara beleza, reflexo de suas características geográficas. A cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro foi fundada em 1565, por Estácio de Sá. Foi considerada como capital até a centralização do governo federal em Brasília, em 1960, passando a ser o Estado da Guanabara, e, em 1975, o Estado do Rio de Janeiro. Afastando-se um pouco do litoral é possível conhecer o Parque Nacional da Tijuca, considerado a maior floresta urbana do mundo. D. João VI, o primeiro imperador, do Brasil, contribuiu para o desenvolvimento da cidade em seu aspecto cultural. Como exemplo com a construção do Jardim Botânico, criado em 1809 como Horto Real. A ele deve-se também a fundação da Academia de Belas Artes.

Subdividida em trinta Regiões Administrativas e aproximadamente cento e sessenta bairros. Alguns destes têm a sua história ligada a fundação da cidade. No Centro é representado todas as épocas. Somente no século XVIII começou a ser modernizado e no início do século seguinte deu-se a sua expansão em direção as atuais Zonas Norte e Sul. O cartão postal da conhecida "Cidade Maravilhosa", é o bairro de Copacabana. Considerada uma verdadeira cidade, com população superior a de algumas capitais do país e um dos mais movimentados comércios. Oferece a sua famosa praia, além de teatros, cinemas, restaurantes, hotéis, casas noturnas, sempre cheios, sendo significativo o movimento de turistas. O bairro de Ipanema com sua praia, celebrizada pela música "Garota de Ipanema", de autoria de Vinícius de Moraes e Tom Jobim, reúne artistas, intelectuais e grupos de jovens. Considerado um dos bairros mais animados da cidade, dadas as opções de lazer que oferece entre ambientes requintados e populares.

A cidade não é apenas Zona Sul com seus bairros atraentes, e o Centro com sua memorável história. Destaca-se também uma vasta e populosa área de subúrbios, circundados por estradas de ferro, em torno das quais se aglomeram as casas comerciais e residências.

Atualmente o Rio de Janeiro é o mais importante centro turístico do país, sobressaindo-se, também, nas atividades industriais, comerciais, de serviços e, em particular, como pólo financeiro e centro de desenvolvimento de tecnologias de ponta. Sua influência se estende por todo o Estado e pelo Brasil.

Principais Pontos Turísticos do Rio de Janeiro:

- Mosteiro de São Bento
- Museu da Chácara do Céu
- Museu de Arte Moderna
- Museu Histórico Nacional
- Museu Internacional de Arte Naïf
- Palácio do Catete
- Morro do Pão de Açúcar



Figura II.5.3.I-1 – Morro do Pão de Açúcar
Fonte: www.wikipédia.com.br

- Parque Guinle: Localizado no bairro de Laranjeiras, conta com uma extensa área verde em aclave, onde se encontra a residência oficial do governador (Palácio Laranjeiras) – antiga mansão dos Guinle. O projeto original, da década de 1920, contemplava apenas os jardins e o palacete de Eduardo Guinle, concebidos pelo paisagista francês Gérard Cochet. As dependências do parque também comportam o primeiro conjunto de edifícios residenciais voltados à elite carioca (projeto de Lucio Costa), jardins com a assinatura de Burle Marx, playgrounds, passeios, córregos e um lago artificial.
- Ponte Rio Niterói: A Ponte Presidente Costa e Silva, popularmente conhecida como Ponte Rio-Niterói, localiza-se na baía de Guanabara, estado do Rio de Janeiro, no Brasil, e liga o município do Rio de Janeiro ao município de Niterói.

O conceito de seu projeto remonta a 1875, visando a ligação entre os dois centros urbanos vizinhos, separados pela baía de Guanabara ou por uma viagem terrestre de mais de 100 km, que passava pelo município de Magé.

À época havia sido concebida a construção de uma ponte e, posteriormente, de um túnel.

O tráfego da Rio-Niterói tem um acréscimo considerável em vésperas e finais de feriados prolongados, uma vez que ela é o caminho para ir da cidade do Rio de Janeiro para as rodovias que dão acesso às praias da Região dos Lagos, região turística do estado do Rio de Janeiro.

Em 1995 foi feita uma concorrência para concessão da administração da ponte para a iniciativa privada, que foi vencida pelo consórcio Ponte S/A, atualmente, empresa do Sistema CCR.



Figura II.5.3.1-2 Vista Aérea do Vão Central da ponte Rio-Niterói

Fonte: www.wikipédia.com.br

- Cristo Redentor e Trem do Corcovado: O Cristo Redentor é uma estátua de Jesus Cristo localizada na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. Está localizada no topo do morro do Corcovado, a 709 metros acima do nível do mar. De seus 38 metros, oito estão no pedestal. Foi inaugurado às 19:15 do dia 12 de outubro de 1931, depois de cerca de cinco anos de obras. Um símbolo do cristianismo, a estátua se tornou um dos ícones mais reconhecidos internacionalmente de ambos Rio e Brasil. No dia 7 de Julho de 2007, em Lisboa, no Estádio da Luz, foi eleita uma das novas sete maravilhas do mundo.

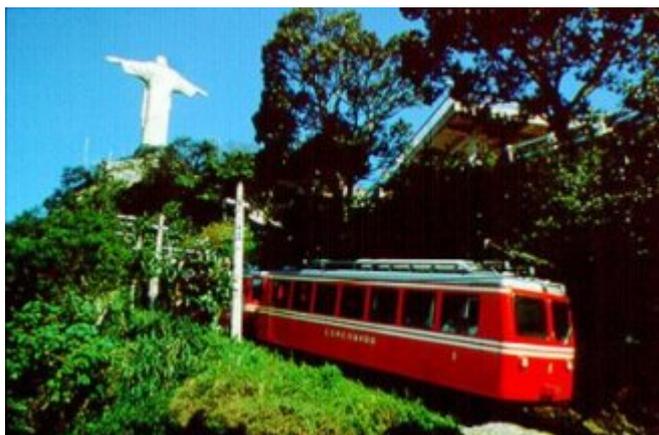


Figura II.5.3.I-3 - Cristo Redentor e Trem do Corcovado

Fonte: www.wikipédia.com.br

- Enseada de Botafogo



Figura II.5.3.I-4 – Enseada de Botafogo

Fonte: www.wikipédia.com.br

- Feira de São Cristóvão - Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas
- Monumento aos Pracinhas



Figura II.5.3.I-5- Monumento dos Pracinhas no Aterro do Flamengo

Fonte: www.wikipédia.com.br

- Praça Quinze de Novembro



Figura II.5.3.I-6 - Praça XV – Chafariz de Mestre Valentin
Fonte: www.wikipédia.com.br

- Quinta da Boa Vista: Localiza-se no bairro de São Cristovão, na cidade do Rio de Janeiro, Brasil.
Constitui atualmente um parque público de grande valor histórico. Nas dependências da Quinta localizam-se ainda o Jardim Zoológico do Rio de Janeiro e o Museu Nacional do Brasil, instalado no local do antigo Paço de São Cristóvão. O edifício é um magnífico palácio em estilo neoclássico, que foi utilizado no século XIX como residência pela Família Imperial Brasileira.



Figura II.5.3.I-7 Fachada do paço Imperial da Quinta da Boa Vista onde funciona o Museu Nacional da universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.
Fonte: www.wikipédia.com.br



Figura II.5.3.I-8 Na Quinta da Boa Vista, portão de entrada para o Jardim Zoológico do Rio de Janeiro
Fonte: www.wikipédia.com.br

- Santa Teresa
- Sítio Roberto Burle Marx
- Theatro Municipal
- Catedral Metropolitana: A Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, Sé Metropolitana da respectiva Província Eclesiástica, pertence ao Conselho Episcopal Regional Leste I da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) (instalada no Rio até 1977). Fundada em 1676, abrange um território de 1.721 km², organizado em 246 paróquias.

A Catedral de São Sebastião do Rio de Janeiro, ou Catedral Metropolitana, foi inaugurada em 1979, na região central da cidade. Suas instalações guarnecem um acervo de grande valor histórico e religioso: o Museu Arquidiocesano de Arte Sacra e o Arquivo Arquidiocesano. Lá também estão sediados o Banco da Providência e a Cáritas Arquidiocesana. Em estilo contemporâneo, apresenta formato cônico, com 96 metros de diâmetro interno e capacidade para receber até 20 mil fiéis. O esplendor da edificação, de linhas retas e sóbrias, deve-se aos cambiantes vitrais

talhados nas paredes até à cúpula. Seu projeto e execução foram coordenados pelo Monsenhor Ivo Antônio Calliari (1918-2005).

São Sebastião é reconhecido como o padroeiro da cidade, razão pela qual esta recebeu o nome canônico de "São Sebastião do Rio de Janeiro".



Figura II.5.3.I-9 – Catedral Metropolitana

Fonte: www.wikipédia.com.br

- Centro Cultural Banco do Brasil
- Confeitaria Colombo: Localiza-se no centro histórico da cidade do Rio de Janeiro, no Brasil, sendo um dos principais pontos turísticos da Região Central da cidade.

A confeitaria foi fundada em 1894 pelos imigrantes portugueses Joaquim Borges de Meireles e Manuel José Lebrão, tendo um extenso rol de clientes célebres entre a sociedade brasileira.

Sua arquitetura e ambiente permitem ter uma idéia de como terá sido a Belle Époque na capital da República. Entre 1912 e 1918 os salões do interior da confeitaria foram reformados, com um toque Art Nouveau, com enormes espelhos de cristal trazidos da Antuérpia, emoldurados por elegantes frisos talhados em madeira de jacarandá. Os móveis de madeira do interior foram esculpidos na mesma época pelo artesão Antônio Borsoi. Em 1922 as suas instalações foram ampliadas com a construção de um

segundo andar, com um salão de chá. Uma abertura no teto do pavimento térreo permite ver a clarabóia do salão de chá, decorada com belos vitrais.

Entre os clientes famosos da confeitaria estão Chiquinha Gonzaga, Olavo Bilac, Rui Barbosa, Villa-Lobos, Lima Barreto, José do Patrocínio, Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, entre muitos outros.

A tradicional casa possuiu uma filial na Av. Nossa Senhora de Copacabana, no bairro de Copacabana (atualmente uma agência do Banco do Brasil). Mais recentemente, abriu uma filial nas dependências do Forte de Copacabana.

- Copacabana Palace
- Fortaleza de São João/ Forte de São José
- Forte de Copacabana
- Ig N^a S^a da Glória do Outeiro
- Igreja da Candelária: A Igreja de Nossa Senhora da Candelária localiza-se no centro histórico da cidade do Rio de Janeiro, no Estado de mesmo nome, no Brasil. É um dos principais monumentos religiosos da cidade.

A igreja, palco de casamentos da sociedade carioca, teve seu nome tristemente associado a um massacre de menores de rua - a Chacina da Candelária, ocorrida em 1993.



Figura II.5.3.I-10 - Igreja da Candelária

Fonte: www.wikipédia.com.br

- Igreja de Nossa Senhora da Penha
- Igreja N^a S^a de Bonsucesso
- Jockey Club
- Lapa: O bairro da Lapa, no Rio de Janeiro, conhecido como berço da boemia carioca, também é famoso pela arquitetura, a começar pelos Arcos - conhecidos como Arcos da Lapa, construídos para funcionarem como aquedutos nos tempos do Brasil Colonial e que agora servem como via para os bondinhos que sobem o morro de Santa Teresa. Nos últimos minutos de sua existência o paisagismo da Lapa sofreu significativas alterações, para um viajante do tempo ele notaria que onde era o Largo dos Pracinhas (uma praça anexa aos arcos) hoje existe um enorme Circo Voador que se ensinam cambalhotas aos jovens cariocas. A Rua dos Arcos que atravessa o aqueduto, era um via ocupada de lado a lado com edificações centenárias, que foi literalmente tombada, sendo que no lugar onde existia ainda a (fundição Progresso) desocuparam a industria em detrimento de uma enorme escola de sambas.
Ponto de referência para os amantes da vida noturna, uma das características marcantes do bairro é a harmonia com que convivem as

mais diversas tribos musicais. Desde os anos 50, quando era chamado de "Montmartre Carioca", a Lapa é palco de encontro intelectuais, artistas, políticos e, principalmente, do povo carioca, que ali se reúne para celebrar o samba, o forró, a MPB, o choro e mais recentemente, a música eletrônica e o rock.

Por suas principais vias, Mem de Sá, Rua do Riachuelo e Rua do Lavradio, espalham-se atrações como a Sala Cecília Meireles, que é considerada a melhor casa para concertos de música de câmara existente no Rio.

O Passeio Público, a Escola Nacional de Música e a Igreja de Nossa Senhora da Lapa são referências para o turista que quer ver uma boa amostra da arquitetura do Rio antigo.



Figura II.5.3.I-11 – Arcos da Lapa

Fonte: www.wikipédia.com.br

- Largo do Boticário: É um dos mais famosos largos da cidade do Rio de Janeiro. Segundo o "Dicionário de Curiosidades do Rio de Janeiro" havia em 1818 25 largos na cidade, já 566 em 1963 e o do Boticário está certamente entre os dez mais conhecidos.

No bairro do Cosme Velho, ali estava o sítio ou chácara do sargento mor Joaquim Luís da Silva Souto, boticário da família real, conhecido por saber preparar bons xaropes e unguentos. Hoje tem lindas casas, algumas mansões muito reconstruídas ou construídas recentemente seguindo o padrão colonial, onde se abrigam alguns antiquários e pintores.

Visitado por D. Pedro II, hoje é ponto turístico da cidade - o calçamento é verdadeiramente antigo, o "pé-de-moleque".

O Largo do Boticário foi um dos cenários do filme 007 contra o foguete da morte.



Figura II.5.3.I-12 – Largo do Boticário

Fonte: www.wikipédia.com.br

- Maracanã: O Estádio Jornalista Mário Filho, mais conhecido como Maracanã, é um estádio de futebol localizado no Rio de Janeiro e inaugurado em 1950, tendo sido utilizado na Copa do Mundo de Futebol daquele ano. Desde então, o Maracanã foi palco de grandes momentos do futebol brasileiro e mundial, como o milésimo gol de Pelé, finais do Campeonato Brasileiro, Carioca de Futebol e Taça Libertadores da América, competições internacionais e partidas da Seleção Brasileira. Foi um dos locais de competição dos Jogos Pan-Americanos de 2007, recebendo o futebol, as cerimônias de abertura e de encerramento.

Ao longo do tempo, no entanto, o estádio também passou a assumir caráter de espaço multiuso ao receber outros eventos como espetáculos e partidas de outros esportes, como o voleibol em uma oportunidade. Após diversas obras de modernização, a capacidade atual do estádio é de 92 mil espectadores, sendo o maior estádio do Brasil.



Figura II.5.3.I-13 Estádio Jornalista Mário Filho

Fonte: www.wikipédia.com.br

- Marina da Glória
- Praia da Barra da Tijuca
- Praia da Joatinga
- Praia de Copacabana: Localiza-se no bairro de mesmo nome, na zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, no Brasil.

Considerada a praia mais famosa do mundo, e carinhosamente apelidada pela população de Princesinha do Mar, em função da canção, a sua história é um misto de tradição, glamour e glória.

Limitada pela avenida Atlântica, as suas areias são sede de grandiosos eventos como campeonatos mundiais de futebol de areia , campeonatos mundiais de vôlei, palco de shows que reuniram até 1 milhão de pessoas (como o dos Rolling Stones) e do maior réveillon do planeta com mais de 3 milhões de pessoas.

O desenho em curvas de seu calçadão (padrão Mar largo) é conhecido no mundo todo e foi inspirado no calçadão de Lisboa e usado por Burle Max na praia.



Figura II.5.3.I-14 – Praia de Copacabana

Fonte: www.wikipédia.com.br

- Praia de Ipanema



Figura II.5.3.I-15 - Praia de Ipanema

Fonte: www.wikipédia.com.br

- Praia do Pepê
- Praia do Pepino
- Guaratiba
- Parque Nacional da Floresta da Tijuca
- Ilha de Paquetá
- Ilha Fiscal: A Ilha Fiscal está situada no interior da Baía de Guanabara, fronteira ao centro histórico da cidade do Rio de Janeiro, no Brasil.

Primitivamente denominada como ilha dos Ratos, o seu atual nome provém do fato de ali ter funcionado o posto da Guarda Fiscal, que atendia o porto da então Capital, no século XIX.

A ilha celebrou-se por ter abrigado o famoso baile da Ilha Fiscal, a última grande festa do Império antes da proclamação da República, em Novembro de 1889.

Atualmente abriga um museu histórico-cultural, mantido pela Marinha do Brasil.



Figura II.5.3.I-16 – Ilha Fiscal

Fonte: www.wikipédia.com.br

A atividade turística de Niterói tem se realizado de forma complementar a do município do Rio de Janeiro. A prefeitura de Niterói busca desenvolver roteiros integrados com os da cidade do Rio de Janeiro, além de incentivar o turismo de negócio, visando absorver o excedente de turistas do município do Rio de Janeiro.

Niterói é um dos maiores centros históricos-culturais do Brasil, pois tem sua cultura marcada desde a vila de pescadores (Jurujuba), as fortalezas, os museus.

A arquitetura de Niterói é caracterizada por um contraste entre o passado e o presente. Edifícios históricos, como a Biblioteca Pública Estadual, o Fórum, os Correios, o Teatro Municipal, a Estação Cantareira, o Palácio do Ingá, o Solar do Jambeiro, prédio de arquitetura portuguesa do século XIX, e a Câmara Municipal, ficam lado a lado com obras de vínculo futurista, como por exemplo, o Museu de Arte Contemporânea (MAC), o símbolo do município, construído pelo arquiteto modernista Oscar Niemeyer (o arquiteto que projetou as principais construções e

marcos de Brasília), o Teatro Popular e o resto do Caminho Niemeyer e a Praça JK.

As igrejas católicas também expressam bastante a cultura niteroiense. A Igreja de São Lourenço dos Índios, o marco de fundação do município, a Igreja de São Sebastião de Itaipu, a Igreja da Boa Viagem e a Basílica Nossa Senhora da Auxiliadora constituem um complexo religioso e embelezam as ruas com suas arquiteturas barrocas, clássicas e coloniais.

A gastronomia de Niterói é bem marcante, pois atravessa gostos diversos, desde frutos-do-mar e Cozinha Mineira até as Cozinhas Portuguesa e Australiana. A orla de São Francisco é praticamente dominada por restaurantes e bares, servindo de point noturno. Os restaurantes de frutos-de-mar de Jurujuba são símbolos concretos do intenso sistema pesqueiro da vila de Jurujuba.

As praias oceânicas são o principal atrativo natural do município, onde são praticados a pesca amadora e o surfe. Rampas de vôo livre, localizadas no Parque da Cidade, que é área de proteção ambiental, são algumas opções do turismo na região.

Principais Pontos Turísticos de Niterói:

- Parque da Cidade: Reserva Biológica e Florestal do município, localizado no Morro da Viração a uma altitude de 270 metros. Ocupa uma área de 149.390 m². Inaugurado em 21 de setembro de 1976, possui um mirante de onde se tem uma visão panorâmica das lagoas de Piratininga e Itaipu, das praias de Piratininga, Itaipu e Camboinhas; dos bairros de São Francisco, Charitas, Jurujuba e Icaraí; da Baía de Guanabara e o Rio de Janeiro. As duas rampas, lá existentes, são utilizadas pelos praticantes de Asa Delta e Parapente.
- Pedra de Itapuca: Localizada entre os bairros do Ingá e Icaraí, Itapuca é uma pedra que invade a Praia das Flexas separando-a da praia de Icaraí, de onde se tem uma das vistas mais bonitas de Niterói. (**Figura II.5.3.I-1**)



Figura II.5.3.I-17 - Pedra de Itapuca e Pedra do Índio, símbolos naturais de Niterói.

Fonte: www.wikipédia.com.br

- Pedra do Índio: A pedra é um ponto ótimo para pescadores locais e apreciadores da Praia de Icaraí e do resto da Baía de Guanabara. O Pôr do Sol visto da Pedra do Índio é de extrema beleza, provada pelo representante da ONU que fez visita em Niterói no ano de 2007, para conhecer projetos e visualizar o chamado "fenômeno Cidade Sorriso", como chamado o rápido crescimento de Niterói, até alcançar o ápice de cidade com terceiro melhor IDH do Brasil.
- Caminho Niemeyer: Um complexo arquitetônico feito por Oscar Niemeyer, formado pelo Centro de Memória Roberto Silveira, a Fundação Oscar Niemeyer, o Museu Petrobras de Cinema, uma Catedral Batista, Uma Catedral Católica, a nova Estação das Barcas, a Estação de Barcas de Charitas, o Teatro Popular, uma Capela Flutuante, a Praça JK e o Museu de Arte Contemporânea de Niterói.
- MAC - Museu de Arte Contemporânea de Niterói: Projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, o Museu, construído no Mirante da Boa Viagem, local privilegiado que se debruça sobre as águas da Baía de Guanabara e leva o olhar do visitante até o outro lado, onde estão o Corcovado e o Pão de Açúcar.



Figura II.5.3.I-18- MAC - Museu de Arte Contemporânea de Niterói

Fonte: www.wikipédia.com.br

- **Fortaleza de Santa Cruz:** A Fortaleza de Santa Cruz, com seu complexo arquitetônico imponente e grandioso, causa ao observador o impacto do susto e o apaziguamento da beleza. As celas de prisioneiros, a lembrança das câmaras de tortura, as grades impenetráveis que miram a antiga força vigiada por guarita interna, as marcas de fuzilamento no paredão; a capela de Santa Bárbara, em estilo colonial, são elementos que constituem a Fortaleza.



Figura II.5.3.I-19 - Fortaleza de Santa Cruz localizada no Bairro de Jurujuba em Niterói.

Fonte: www.wikipédia.com.br

- Forte do Pico e Forte São Luís: As construções do Pico ainda preservam com imponência e grandiosidade guaritas e muros de pedra já cobertos de vegetação, dois imponentes portões de acesso, corredores, galerias e túneis carregados de mistério e largos pátios rochosos.
- Costão de Itacoatiara: Este monolito rochoso adentra o oceano, formando a Ponta de Itacoatiara. Com aproximadamente 250m de altura, esta rocha pertence ao Parque Estadual da Serra da Tiririca e possui uma vegetação predominantemente rupícola, com muitas bromélias e orquídeas, além de dois "oásis" de Mata Atlântica, um em seu cume e outro em sua encosta leste.
- Campo de São Bento: O parque, grande área verde do bairro Icaraí, é freqüentado assiduamente pela população. Abriga um pequeno parque de diversões e nos finais de semana uma feira de artesanato. Oferece inúmeras atrações, como retreta, encontros do Clube do Curió, exposições, lançamentos de livros, shows, cursos e apresentação de filmes e vídeos.
- Matriz São Lourenço da Várzea: Igreja do século XIX, destaca-se por sua grande volumetria. O seu interior é amplamente decorado. O altar-mor tem colunas salomônicas ladeando o nicho, onde se encontra a imagem de São Lourenço vinda de Portugal em 1897.

- Igreja de São Lourenço dos Índios: É considerado o monumento de fundação da cidade de Niterói. Sua arquitetura jesuíta é do século XVII. No altar-mor encontra-se um retábulo que é um precioso exemplar da arte barroca do fim do século XVI, assim como outras peças históricas totalmente restauradas.



Figura II.5.3.I-20-Igreja de São Lourenço, marco da fundação de Niterói.

Fonte: www.wikipédia.com.br

- Enseada de Jurujuba: Possui 300m de extensão, margeada por estreita calçada. Jurujuba é uma colônia de pescadores, que é cenário da Festa de São Pedro dos Pescadores, realizada anualmente em 29 de Junho. Além da Igreja de São Pedro dos Pescadores, na orla há vários restaurantes típicos de frutos do mar.
- Cantareira: Ruínas do antigo estaleiro da companhia Cantareira e estação das barcas Cantareira. A Estação era um centro cultural feito para shows, gastronomia, centros de compras e produção cultural. No entanto, hoje ela é da companhia Happy News.



Figura II.5.3.I-21- Estação Cantareira, ponto turístico e antigo estaleiro e estação das barcas.

Fonte: www.wikipédia.com.br

- Região Oceânica: A Região Oceânica é o grande ponto de belezas naturais, pois conta com as melhores praias - Praia de Fora e Praia do Imbuí, com seus valores históricos; Praia de Piratininga, Praia de Cambinhas, Praia de Itaipu e Praia de Itacoatiara as mais famosas e visitadas. Praia do Sossego, Praia Adão e Eva e Prainha, locais calmos e paradisíacos; além, da Lagoa de Piratininga e a Lagoa de Itaipu.
- Horto Botânico de Niterói: (Também conhecido por Jardim Botânico de Niterói), no bairro do Fonseca, foi criado, por decreto do governador Nilo Peçanha, em maio de 1906, com a finalidade de cultivar e distribuir aos lavradores sementes e mudas de frutíferas e plantas medicinais. Sua história é marcada por sucessivas fases de prestígio e declínio e sofreu duas grandes reformas, em 1950 e 1975.

Com mais de um século de existência, o Horto conta com espécies de plantas e árvores como jatobás, jequitibás, jacarandás e sapucaias e também com espécies raras como o “Pau Mulato”, só encontrado no Jardim Botânico do Rio de Janeiro e na Amazônia.

Com área de 258 mil metros quadrados recebe diariamente, cerca de 300 pessoas em busca de ar puro, contato com a natureza e tranquilidade para práticas esportivas e de lazer.

Funciona no local, também o Jardim Zoológico de Niterói, onde animais machucados são tratados e depois muitas vezes devolvidos a natureza.

- Basílica Nossa Senhora Auxiliadora
- Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem
- Igreja Nossa Senhora da Conceição
- Igreja São Lourenço dos Índios
- Parque da Serra da Tiririca
- Parque Darcy Ribeiro
- Forte Imbuí e Barão do Rio Branco
- Jardim de Icaraí
- Forte Gragoatá
- Casa Oliveira Viana
- Museu de Arqueologia de Itaipu: Inaugurado em 1977, o MAI desenvolve um programa educativo-cultural voltado para as escolas e para a comunidade local, tendo como tema central a arqueologia pré-histórica e histórica.

O seu acervo, composto por objetos dos povos indígenas que viveram no litoral fluminense antes de 1500, tem como destaques blocos-testemunho (entre os quais o do Sambaqui de Camboinhas, datado de 6.000 a.C.), machados de pedra e material lítico em geral, pontas de ossos, lascas de quartzo, polidores, peças de cerâmica e conchas.

O museu organiza cursos e exposições, recebe visitas guiadas e promove diversos eventos culturais.

As visitas podem ser feitas de quarta-feira a domingo, das 13 às 17h.

- Teatro Popular
- Solar do Jambeiro
- Museu Antônio Parreiras
- Palácio de Sande
- Praça JK
- Torre de Niterói
- Araribóia



Figura II.5.3.I-22 - Estatua de Arariboia, fundador do município de
Niterói.

Fonte: www.wikipédia.com.br

- Praça da República: Conjunto arquitetônico, tombado pelo Patrimônio Estadual, todo em estilo eclético, construído no início do século XX, em Niterói. Constituído da praça e prédios do seu entorno: Biblioteca Estadual, Câmara dos Vereadores (antiga Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro), Liceu Nilo Peçanha, sede regional da Polícia Civil e Tribunal de Justiça de Niterói.
- Palácio da Justiça
- Teatro Municipal João Caetano
- Campus do Gragoatá



Figura II.5.3.I-23 - Campos do Gragoatá da UFF
(Universidade Federal Fluminense)

Fonte: www.wikipédia.com.br

- São Domingos
- Praia de Itaipu
- Praia do Sossego
- Praia de Icaraí
- Praia da Boa Viagem :A Ilha da Boa Viagem localiza-se no interior da baía de Guanabara, na cidade de Niterói, estado do Rio de Janeiro, no Brasil.

Encontra-se descrita em diversos relatos e retratada em pranchas dos séculos XVIII e XIX como um local paradisíaco, para o que contribuíram as suas características naturais, com grutas e vegetação submersas, tornando-a em um incoparável pesqueiro.

É ocupada pela Capela de Nossa Senhora da Boa Viagem, sobranceira às águas da Guanabara, erguida no século XVIII, no ponto mais elevado da ilha, pelo Provedor da Fazenda Real, Diogo Carvalho da Fontoura, fruto de uma promessa, em agradecimento por uma graça recebida. O dia da padroeira era festejado na capela votiva com celebração de missa e romaria tanto por marinheiros quanto por viajantes. No início do século XX, a capela passou a ser cuidada pela Sociedade Protetora dos Homens do Mar, que exerceu essas funções até 1937, quando esta a devolveu para a União.

A ilha abrigou ainda uma bateria artilhada, para complemento da defesa da entrada da barra: a Bateria de Nossa Senhora da Boa Viagem. Duramente castigada pelo fogo da Esquadra durante a Revolta da Armada (1893), encontra-se atualmente em ruínas. Ali funcionou, entre 1840 e 1846 a Escola de Aprendizes Marinheiros.

A ilha é ligada ao continente por uma ponte, construída na década de 1970. Atualmente é a sede do 4º Grupo de Escoteiros Gaviões do Mar.



Figura II.5.3.I-24 - Ilha da Boa Viagem, ponto turístico natural e histórico.

Fonte: www.wikipédia.com.br

- Praia de Camboinhas



Figura II.5.3.I-25 – Praia de Camboinhas.

Fonte: www.wikipédia.com.br

- Praia de São Francisco



Figura II.5.3.I-26 – Praia de São Francisco, localizada em Niterói.

Fonte: www.wikipédia.com.br

- Praia Adão e Eva
- Praia da Maçã
- Praia da Várzea
- Praia da Areia Grossa
- Praia de Fora

- Praia de Imbuí
- Praia de Piratininga

A principal iniciativa do município no sentido de incentivar o turismo náutico, consiste na inauguração de uma rota de catamarã, aos sábados, domingos e feriados. A embarcação é totalmente adaptada, com amplo salão climatizado, janelas panorâmicas no convés inferior e um “lounge”. A intenção do turismo náutico é atender, além de niteroienses e cariocas, aos turistas estrangeiros que estão hospedados no Rio de Janeiro, e aqueles que chegam de navio no Píer Mauá.

O turismo de negócio é outra modalidade existente no município, sendo reflexo do crescimento econômico vivenciado a partir da retomada das atividades da zona portuária pela reabertura dos estaleiros, da chegada da indústria de petróleo e da revitalização do Porto de Niterói. Visando incentivar essa modalidade, a prefeitura pretende construir um centro de convenções. A escolha do local foi, de acordo com a NELTUR, estratégica – próxima ao terminal hidroviário – podendo assim receber qualquer convenção de médio porte, sem que seja necessário o deslocamento para o Rio de Janeiro.

O avanço do turismo traz como uma de suas conseqüências, pressões imobiliárias que se manifestam pela proliferação de novos loteamentos ou expansão dos existentes, levando ao parcelamento do solo, resultante da especulação imobiliária, que aumenta ainda mais a demanda sobre os equipamentos urbanos e a estrutura viária. Outra pressão constante está relacionada ao saneamento básico, gerando o aumento de despejos de esgotos “in natura” e da proliferação de moradias em áreas de proteção ambiental, entre outros.

Uma das principais causas da expansão das atividades turísticas diz respeito às formas habituais de vida de grande parte da população urbana, onde, a cada dia, um maior número de pessoas vive cotidianamente confinada em espaços urbanos cada vez mais condensados e menores, com altas taxas de competitividade.

J) Controle e Fiscalização Ambiental

Este item faz referência à descrição das instituições governamentais no âmbito da esfera federal, estadual e municipal, que atuam no controle e fiscalização ambiental na Área de Influência do empreendimento. Quanto à solicitação sobre a celebração de acordo, convênio ou outra forma de cooperação inter-institucional, não foi encontrada nenhuma informação disponível.

- **Âmbito Federal**

No estado do Rio de Janeiro o controle e fiscalização ambiental estão a cargo do IBAMA, localizado no estado do Rio de Janeiro no endereço: Praça Quinze de Novembro, 42 - 8º andar – Centro - Cep: 20010-010 – Rio de Janeiro.

- **Âmbito Estadual**

FEEMA

A FEEMA, fundação instituída pelo poder público do Estado do Rio de Janeiro, é dotada de personalidade jurídica de direito privado.

Responsável pelo monitoramento da qualidade ambiental no Estado do Rio de Janeiro, pelo licenciamento de atividades e pela fiscalização ambiental. Assessorando o poder público na formulação de uma política ambiental adequada à melhoria da qualidade de vida da população e orientando a iniciativa privada no sentido da utilização racional do meio ambiente.

Presidente

Axel Schmidt Graef
Rua Fonseca Teles, 121, 8º andar.
CEP: 20.940-903 - S. Cristóvão
Rio de Janeiro/RJ
Tel/fax: (21)3891-3333

Vice-Presidente

Dionê M. Marinho Castro
Rua Fonseca Teles, 121, 8º andar.
CEP: 20.940-903 - S. Cristóvão
Rio de Janeiro/RJ

Tel/fax: (21)3891-3400

Chefe de Gabinete

Jose Maria de Mesquita Junior
Rua Fonseca Teles, 121, 8º andar.
CEP: 20.940-903 - S. Cristóvão
Rio de Janeiro/RJ
Tel: (21)3891-3324

Diretora

Diretoria de Controle Ambiental
Ana Cristina Rangel Henney
Rua Fonseca Teles, 121, 8º andar.
CEP: 20.940-903 - S. Cristóvão

Diretoria de Planejamento Ambiental

João Batista Dias
Rio de Janeiro/RJ
Tel/fax: (21)3891-3404

Rua Fonseca Teles, 121, 8º andar.
CEP: 20.940-903 - S. Cristóvão
Rio de Janeiro/RJ
Tel/fax: (21)3891-3461

• **Fundação Instituto Estadual de Floresta - IEF**

O IEF é o órgão responsável pelo desenvolvimento e execução da política florestal, de conservação e fiscalização dos recursos naturais renováveis e de proteção à biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro. O IEF administra 10 unidades de conservação, 6 parques, 3 reservas e 1 estação ecológica, desenvolvendo em cada uma delas atividades de gerenciamento, educação ambiental e acompanhamento de pesquisas. 6 hortos florestais também estão sob responsabilidade do IEF.

Acesso pelo site: www.ief.rj.gov.br e o telefone: (21) 2253-2516

- **Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas - SERLA**

A SERLA funciona como um Órgão Técnico e Executor do Estado do Rio de Janeiro em política de recursos hídricos. Tem como objetivos o saneamento e recuperação de bacias fluviais e lacustres, em áreas urbanas e rurais, execução de obras de macrodrenagem, microdrenagem e drenagem subterrânea para a recuperação de áreas protegidas, avaliação e estudo da utilização dos recursos hídricos das bacias ou cursos de águas para uso de entidades públicas e privadas, fiscalização e proteção de terras marginais e de cursos ou coleções de água do domínio estadual.

www.serla.rj.gov.br

Tels.: 3860-5885

Órgãos vinculados a Secretaria de Meio Ambiente - SEAMB

- **Comissão Estadual de Controle Ambiental - CECA**

Vinculada à SEA (Secretaria de Estado do Ambiente), a Ceca (Comissão Estadual de Controle Ambiental) é um órgão colegiado, fundado em 1975, com o objetivo de coordenar, supervisionar e controlar o uso racional do meio ambiente no Rio de Janeiro.

Cabe a CECA, entre outras atribuições, determinar a expedição de licenças ambientais e aplicar penalidades cabíveis aos infratores da legislação de controle ambiental. A CECA tem a última palavra nos casos em que órgãos ambientais e de fiscalização estaduais concedem licença ou multam ou embargam determinado empreendimento.

Essas ações ambientais têm que ser, portanto, referendadas ou não pelos integrantes da CECA. Por isso, a importância da iniciativa da SEA de ampliar e democratizar as decisões da CECA. Além de representantes de órgãos públicos, como FEEMA, SERLA e IBAMA, foram incorporados, a partir de 2007, representantes da UERJ, da FIRJAN e do CREA-RJ.

Com a iniciativa, ficou também mais ágil e precisa a atuação da CECA. O CREA-RJ contribui para aperfeiçoar a análise de projetos que envolvam, por exemplo, conflitos de engenharia. A participação da FIRJAN é importante porque muitas das atividades que buscam a legalidade e licenciamento ambiental são

industriais e, portanto, potencialmente poluidoras. Já os representantes da UERJ trouxeram para a CECA a visão acadêmica de uma universidade reconhecida por sua excelência na gestão de cursos de especialização em meio ambiente.

- **Superintendência de Articulação Institucional**

Vinculada à Subsecretaria de Política e Planejamento Ambiental, da Secretaria de Estado do Ambiente (SEA), a Superintendência de Articulação Institucional tem o papel de representação e de integração institucional: externamente, na interface com os demais órgãos públicos e com a sociedade; e internamente, como facilitadora da interlocução com os órgãos da SEA e suas vinculadas (FEEMA, SERLA e IEF).

A superintendência participa da formulação e rearticulação das políticas e do sistema estadual do ambiente e do fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), representando a SEA na Comissão Tripartite (governo federal, estado e municípios) e no Programa Nacional de Capacitação (PNC-RJ), que visa à formação dos quadros das prefeituras com vistas à descentralização da gestão ambiental. Participa também da coordenação da Conferência Estadual do Meio Ambiente.

- **Superintendência de Instrumentos de Gestão Ambiental**

A superintendência tem por finalidade aprimorar os instrumentos de gestão ambiental em todo o estado, em busca do desenvolvimento sustentável. São suas competências:

Promover a utilização de ferramentas de gestão ambiental que conciliem desenvolvimento e qualidade ambiental.

Promover a utilização de ferramentas inovadoras de gestão ambiental para o aprimoramento da abordagem da variável ambiental pelos processos de formulação de políticas públicas, com vistas à consecução dos objetivos do desenvolvimento sustentável.

Promover a utilização de ferramentas que incorporem a dimensão ambiental

de forma precursora à tomada de decisão, tendo a avaliação ambiental estratégica como instrumento privilegiado.

Dar suporte à formulação dos objetivos de qualidade ambiental desejados para as baías de Guanabara e Sepetiba.

Promover a disponibilização sistemática de informações básicas confiáveis sobre o meio ambiente do estado, por meio de relatórios e mapas temáticos.

- **Superintendência da Qualidade Ambiental**

A Superintendência de Qualidade Ambiental tem por objetivo promover a implementação de projetos e programas da SEA (Secretaria de Estado do Ambiente) que reduzam o impacto negativo da ação do homem no meio ambiente, melhorando a qualidade de vida e a preservação dos ecossistemas.

Espelhada na estrutura do governo federal, a superintendência procura facilitar a integração entre diversos órgãos nas esferas federais, estaduais e municipais, participando dos processos de gestão das ações de gerenciamento coletivo de resíduos sólidos e de segurança química e de riscos ambientais realizadas no Estado do Rio de Janeiro.

Dentre suas principais iniciativas destaca-se o projeto de implantação de aterros sanitários para a destinação final de resíduos sólidos, com o objetivo de se erradicar os lixões existentes em diversos municípios. Embora existam 92 municípios no Rio de Janeiro, há apenas quatro aterros sanitários em todo o estado.

Mas além de buscar solucionar a questão da disposição adequada dos resíduos sólidos, a Superintendência de Qualidade Ambiental ajuda na implementação de ações estaduais ou municipais que visam à melhoria das condições de vida dos cidadãos e da preservação do meio ambiente.

Esse processo de atuação pressupõe a promoção de projetos, programas e outras iniciativas que reduzam o impacto negativo sobre os meios físicos (água, solo e ar), biológicos (fauna e flora) e socioeconômico.

Para a realização de suas metas de trabalho, a superintendência foi dividida em três coordenações distintas: Segurança Química e Riscos Ambientais;

Resíduos Sólidos; e Gerenciamento Costeiro.

Dentre as ações de cada coordenação destacam-se:

Coordenação de Segurança Química e Riscos Ambientais:

- Implantação do Plano Estadual de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos – P2R2;

Mapeamento e controle das áreas de risco ambiental;

Implantação do Plano Estadual de Eliminação de CFCs, conforme o Protocolo de Montreal;

- Elaboração e implantação do Plano de Gerenciamento Integrado de Sítios Contaminados.

Coordenação de Resíduos Sólidos:

- Elaboração do Programa Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;
- Implantação de aterros sanitários como destinação final de resíduos sólidos e a remediação dos lixões existentes;
- Implementação da Política Estadual de Resíduos Sólidos;
- Incentivo à implantação de projetos e programas de coleta seletiva;

Coordenação de Gerenciamento Costeiro:

- Elaboração do Zoneamento Econômico Ecológico Costeiro;
- Implantação do Sistema Estadual de Informações Costeiras;
- Fortalecimento do Projeto Orla, iniciativa do MMA e SPU;
- Implementação da Agenda Ambiental Portuária;
- Fortalecimento do Fórum de Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros;
- Implementação de Plano Estadual de Contingência.

c) Âmbito Municipal

Ambos os municípios incluídos na área em estudo possuem organismos de política, controle e fiscalização ambiental. A gestão ambiental dos municípios, em sua maioria, está a cargo das respectivas secretarias municipais de meio ambiente, com definição de atribuições e estratégias na lei orgânica municipal, conforme apresentadas no item II.5.3 B – Grupos de Interesse.

K) Instrumentos de Gestão Ambiental

A Zona Costeira do estado do Rio de Janeiro é marcada por algumas características comuns como áreas com intensa urbanização, atividades portuárias e industriais relevantes e exploração turística em larga escala em ambientes naturais. Este quadro demanda ações de caráter normativo, preventivo, corretivo, de controle e fiscalização atuando de forma intensa na gestão ambiental, objetivando a mediação entre as divergências relativas entre os espaços e recursos comuns e de controle dos possíveis impactos sobre o ambiente marinho, decorrente de poluição e contaminação por diferentes tipos e fontes.

O setor petrolífero e de derivados direcionou o mercado a um crescimento econômico sem precedentes em determinados municípios, demandando a considerar a importância da implementação de instrumentos de gestão ambiental que possibilitem um desenvolvimento sustentável de seus territórios. Por outro lado, as faixas litorâneas que ainda apresentam baixa densidade de ocupação e ocorrência de ecossistemas com relevante grau de preservação ambiental, que vêm sendo alvo de acelerado processo de ocupação, demandando ações preventivas.

É importante considerar a fragilidade dos ambientes e a complexidade de sua gestão, levando a uma preocupação relacionada à capacitação e mobilização dos diversos níveis envolvidos, tendo como objetivo as intervenções integradas das políticas públicas incidentes na região. Assim sendo, este capítulo busca descrever as principais ações direcionadas à gestão ambiental da área de influência da atividade em questão, no intuito de formar um cenário propício aplicação da Gestão Ambiental.

Nesta seção segue a descrição dos instrumentos de gestão ambiental nas diferentes esferas e o comprometimento dessas ações em seus diferentes níveis de atuação com a atividade em questão.

Âmbito Federal

No âmbito federal, a estratégia, a política e os planos nacionais referentes à gestão integrada da zona costeira e marinha e à proteção desses ambientes são implementados, sob supervisão do Ministério do Meio Ambiente (MMA), pelo Projeto de Gestão Integrada dos Ambientes Costeiro e Marinho, no âmbito da Diretoria de Proteção e Melhoria da Qualidade Ambiental (PQA), da Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos (SQA).

Entre os programas existentes podemos citar o Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro (GERCO) e o Programa de Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva (REVIZEE).

Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC)

O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) foi promulgado pela Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988 e tem sido implementado pelo Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro-GERCO, que tem como objetivo preponderante "planejar e gerenciar, de forma integrada, descentralizada e participativa, as atividades socioeconômicas na Zona Costeira, de forma a garantir sua utilização sustentável, por meio de medidas de controle, proteção, preservação e recuperação dos recursos naturais e ecossistemas costeiros", onde a área de influência da atividade está inclusa.

A operacionalização deste objetivo pressupõe o desenvolvimento de uma estratégia de sistematização da informação, com conhecimento da realidade e planejamento, levando a ações de execução baseadas no envolvimento e na integração intersetorial das ações públicas e entre governo e sociedade.

Nesta estrutura de funcionamento do Programa o Ministério do Meio Ambiente atua como coordenador e os estados litorâneos como executores, os quais buscam integrar suas ações com os municípios. A Coordenação Nacional insere-se no âmbito da Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos (SQA), conforme atribuição descrita em artigo. Os itens VI e VII deste artigo atribuem à Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos

Humanos (SQA) a proposição de políticas e normas, a definição de estratégias e a implementação de programas e projetos nos temas relacionados, respectivamente, com: VII - o ordenamento territorial; e VIII - a gestão integrada dos ambientes costeiro e marinho.

Estes resultados desdobram-se em uma série de projetos integrados, com ações intermunicipais e intersetoriais, voltadas ao atendimento de demandas prioritizadas.

Na esfera federal, além da função coordenadora das ações estaduais e municipais, atua com articulador das políticas públicas da União, cujos efeitos incidem sobre a zona costeira, de forma a compatibilizá-las com diretrizes de desenvolvimento sustentável e com as ações efetivadas por iniciativa dos estados e municípios.

Este Plano foi desenvolvido no âmbito do Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO), fórum de integração das ações federais voltadas à zona costeira, que funciona no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), sob a coordenação do MMA, que conta com a participação de setores federais, de representantes dos estados, municípios e das organizações não-governamentais de regiões costeiras representadas no CONAMA.

O trabalho intersetorial é reforçado, pela Câmara Técnica Permanente do Gerenciamento Costeiro, no âmbito do CONAMA.

Ações do Ministério do Meio Ambiente:

- Macro diagnóstico da Zona Costeira do Brasil na Escala da União (1:2. 500.000, 1:1. 000.000, 1:250. 000).
- Plano de Ação Federal para a Zona Costeira
- Agenda Ambiental Portuária
- Sistema de Informação do Gerenciamento Costeiro - Banco de Dados da Coordenação Nacional
- Publicações e eventos destinados à capacitação das equipes estaduais
- Os Impactos da Política Industrial sobre a Zona Costeira;

- Os Impactos da Política Urbana sobre a Zona Costeira;
- Levantamento e Avaliação da Política Federal de Turismo e seu Impacto na Região Costeira;
- Levantamento e Avaliação das Políticas Federais de Transporte e seu Impacto no Uso do Solo na Região Costeira;
- Avaliação das Normas Legais Aplicáveis ao Gerenciamento Costeiro;
- Caracterização dos Ativos Ambientais em Áreas Selecionadas da Zona Costeira Brasileira;
- Roteiro de Análise Econômica para o Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro;
- Perfil dos Estados Litorâneos do Brasil: Subsídios à Implantação do Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro (incluem arquivos "zipados" em Corel Draw, contendo os mapas dos correspondentes setores costeiros);
- Manual do Projeto Orla - Fundamentos para Gestão Integrada;
- Manual do Projeto Orla - Manual de Gestão;
- Manual do Projeto Orla - Subsídios para um Projeto de Gestão;
- Planos de Intervenção do Projeto Orla.

Além dos instrumentos de gerenciamento ambientais previstos no artigo 9º da Lei 6938/81, que trata da Política Nacional do Meio Ambiente, são considerados, para o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, os seguintes instrumentos de gestão:

- O Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro - PEGC, legalmente estabelecido, que deve explicitar os desdobramentos do PNGC, visando a implementação da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro, incluindo a definição das responsabilidades e procedimentos institucionais para a sua execução;
- O Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro - PMGC, legalmente estabelecido, que deve explicitar os desdobramentos do PNGC e do PEGC, visando a implementação da Política Municipal de

Gerenciamento Costeiro, deve incluir as responsabilidades e os procedimentos institucionais no que se refere ao Piloto do Sistema de Produção e Escoamento de Óleo e Gás na Área de Tupi, Bloco BM-S-11 da Bacia de Santos para a sua execução. O PMGC deve guardar estreita relação com os planos de uso e ocupação territorial e outros pertinentes ao planejamento municipal;

- O Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro - SIGERCO, integrante do Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente (SINIMA), possibilita a interação de informações do PNGC, proveniente de banco de dados, sistema de informações geográficas e sensoriamento remoto, devendo propiciar suporte aos subsistemas gerenciados pelos Estados e Municípios;
- O Sistema de Monitoramento Ambiental da Zona Costeira - SMA-ZC apresenta uma estrutura operacional de coleta de dados e informações, de forma contínua, de modo a acompanhar os indicadores de qualidade socioambiental da Zona Costeira e propiciar o suporte permanente dos Planos de Gestão;
- O Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira - RQA-ZC que consiste no procedimento de consolidação periódica dos resultados produzidos pelo monitoramento ambiental e, sobretudo, de avaliação da eficiência e eficácia das medidas e ações da gestão desenvolvidas. Esse Relatório será elaborado, periodicamente, pela Coordenação Nacional do Gerenciamento Costeiro, a partir dos Relatórios desenvolvidos pelas Coordenações Estaduais;
- O Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro - ZEEC que é definido como sendo o instrumento balizador do processo de ordenamento territorial necessário para a obtenção das condições de sustentabilidade ambiental do desenvolvimento da Zona Costeira, em consonância com as diretrizes do Zoneamento Ecológico-Econômico do território nacional;
- O Plano de Gestão da Zona Costeira - PGZC que compreende a formulação de um conjunto de ações estratégicas e programáticas,

articuladas e localizadas, elaboradas com a participação da sociedade, que visam orientar a execução do Gerenciamento Costeiro. Esse plano poderá ser aplicado nos diferentes níveis de governo e em variadas escalas de atuação.

As atribuições do PNGC estão partilhadas em nível Federal, Estadual e Municipal e discriminam-se: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA), em função de sua área de competência e como órgão central do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), coordenará a implementação do PNGC, e terá ainda as seguintes atribuições:

- Acompanhar e avaliar permanentemente a implementação do PNGC, observando a compatibilização dos Planos Estaduais e Municipais com o PNGC e as demais normas federais, sem prejuízo da competência dos outros órgãos;
- Promover a articulação intersetorial e inter institucional;
- Promover o fortalecimento institucional, mediante ao apoio técnico, financeiro e metodológico;
- Propor normas gerais, referentes ao controle e manutenção de qualidade do ambiente costeiro;
- Promover a consolidação do Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro (SIGERCO);
- Estabelecer procedimentos para ampla divulgação do PNGC;
- Estruturar, implementar e acompanhar os Programas de Monitoramento.

Controle e Ordenamento nas Áreas de sua Competência.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), de acordo com sua área de competência e como órgão executor federal das políticas e diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente, tem as seguintes atribuições:

- Executar a parte federal do controle e manutenção da qualidade do ambiente costeiro, em estrita consonância com as normas estabelecidas pelo CONAMA;
- Apoiar e participar da consolidação do Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro (SIGERCO); articulando-se com o MMA e os demais órgãos integrantes do SISNAMA nas ações necessárias à sua plena operacionalização;
- Executar e acompanhar os Programas de Monitoramento, Controle e Ordenamento;
- Propor ações e projetos para inclusão no Plano de Ação Federal;
- Executar ações visando a manutenção e a valorização das atividades econômicas sustentáveis nas comunidades tradicionais da Zona Costeira;
- Executar as ações do PNGC segundo as diretrizes definidas pelo MMA;
- Elaborar Planos Operativos Anuais referentes às atividades de sua competência, de forma compatível com as prioridades definidas no Plano de Ação Federal;
- Subsidiar informações e resultados obtidos na execução do PNGC, com vistas ao Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira;
- Colaborar na compatibilização das ações do PNGC com as políticas públicas que incidem na Zona Costeira;
- Proceder ao licenciamento ambiental dos empreendimentos ou atividades de repercussão regional ou nacional incidentes na Zona Costeira, em observância às normas vigentes; e
- Promover, em articulação com os estados e municípios, a implantação de unidades de conservação federais e apoiar a implantação de unidades de conservação estaduais e municipais na Zona Costeira.

Os Estados, na esfera de suas competências e nas áreas de sua jurisdição, planejarão e executarão suas atividades de Gerenciamento Costeiro em

articulação inter governamental, com os municípios e com a sociedade. São atribuições dos Estados:

- Designar o Coordenador do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro;
- Elaborar, implementar, executar e acompanhar o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, obedecidas as normas legais federais e o PNGC;
- Estruturar e consolidar o sistema estadual de informação do Gerenciamento Costeiro;
- Estruturar, implementar, executar e acompanhar os programas de monitoramento, cujas informações devem ser consolidadas periodicamente em Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira Estadual;
- Promover a articulação intersetorial e interinstitucional no nível estadual, na sua área de competência;
- Promover o fortalecimento das entidades diretamente envolvidas no Gerenciamento Costeiro, mediante apoio técnico, financeiro e metodológico;
- Elaborar e promover a ampla divulgação do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro e do PNGC;
- Promover a estruturação de colegiado estadual.

Os municípios, observadas as normas e os padrões federais e estaduais, planejarão e executarão suas atividades de Gerenciamento Costeiro em articulação inter governamental e com a sociedade, possuindo as seguintes atribuições:

- Elaborar, implementar, executar e acompanhar o Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro, observadas as diretrizes do PNGC e do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro;
- Estruturar o sistema municipal de informações do Gerenciamento Costeiro;

- Estruturar, implementar e executar os programas de monitoramento;
- Promover o fortalecimento das entidades diretamente envolvidas no gerenciamento costeiro, mediante apoio técnico, financeiro e metodológico; e
- Promover a estruturação de colegiado municipal.

A seguir, endereço de contato do Ministério do Meio Ambiente - Projeto de Gestão Integrada dos Ambientes Costeiro e Marinho - Esplanada dos Ministérios - Bloco "B" - 8º andar- Sala 831 - CEP: 70068-900 - Telefone: (061) 4009.1161 / 1160 / 1158 / 1156 / 1025 - FAX: (061) 4009-1766. E-mail: gerco@mma.gov.br - Brasília/DF – Brasil

Âmbito Estadual

Nos últimos dez anos, o Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da FEEMA, tem participado do Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC, instituído pela Lei Federal nº 7.661, de 16/5/88. O engajamento do Estado do Rio de Janeiro no Programa se justifica por duas razões básicas: primeiro, pela importância do litoral fluminense, seja do ponto de vista econômico, seja do ambiental; segundo, para atender ao que estabelece a Lei Estadual nº 1.204, de 7/11/87, que instituiu o Comitê de Defesa do Litoral - Codel/RJ e fortaleceu as atribuições do Estado na gestão do processo de uso e ocupação do litoral.

Conforme definido pelo Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, a zona costeira corresponde à soma dos territórios dos municípios litorâneos e adjacentes, acrescida de uma faixa marinha de 12 milhas náuticas (mar territorial). Ações no estado:

- Apoio à Regulamentação da Lei nº 7661, que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, em apoio ao Ministério do Meio Ambiente;
- Participação em grupo de trabalho para implementação de projeto piloto de controle de água de lastro no Porto de Sepetiba;

- Apoio na implementação do Projeto Orla, que visa o ordenamento desta fração da zona costeira, envolvendo o aperfeiçoamento do arcabouço normativo e a integração dos diversos atores na gestão integrada da orla;
- Apoio na implementação da Agenda Ambiental Portuária que visa fortalecimento da capacidade dos portos brasileiros para o controle ambiental;
- Apoio à estruturação do Programa de Proteção do Ambiente Marinho no Atlântico Sudoeste, vinculado ao Programa de Ação Global de Proteção do Ambiente Marinho frente às Atividades Baseadas em Terra, coordenado pelo Pnuma/ONU;
- Plano de Gestão Costeira da Baía de Guanabara - desenvolvido no âmbito do convênio entre o Ministério do Meio Ambiente e o Instituto Terra de Preservação Ambiental - ITPA, sob supervisão da Feema/SEMADS (Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente/Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável), tendo como principal objetivo fortalecer os instrumentos e procedimentos de gestão na região, integrando em sua estrutura os diversos segmentos sociais que direta ou indiretamente se relacionam com a Baía de Guanabara;
- Apoio permanente ao processo de Gestão Ambiental envolvendo a sistematização de informações sobre aspectos físicos, bióticos e socioeconômicos da zona costeira, perícias e avaliações ambientais, o planejamento de unidades de conservação, o apoio aos municípios no ordenamento do solo, dentre outros;

Como perspectivas para o futuro o Gerenciamento Costeiro do Estado planeja a implementação das seguintes ações:

- Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro - Integração, sob o ponto de vista metodológico e cartográfico, dos diversos instrumentos de ordenamento do uso do solo existentes;

- Planos de Gestão da Zona Costeira - Proposição do Plano de Gestão da Zona Costeira do Estado integrando as diversas ações setoriais que incidem sobre a zona costeira;
- Sistema de Informação do Gerenciamento Costeiro – Continuidade ao processo de implantação da base de dados e integração com outros bancos de dados;
- Monitoramento da Qualidade Ambiental - Modernização e ampliação da rede de monitoramento da qualidade ambiental, sobretudo no que se refere aos aspectos faunísticos, florísticos e sócio-econômicos. Incorporação da tecnologia de sensoriamento remoto no processo de acompanhamento das interferências antrópicas sobre o meio ambiente;
- Plano Estadual de Gestão Costeira - Proposição de projeto de lei integrando os instrumentos legais existentes e definindo o modelo institucional para gerenciamento da costa;
- Plano Municipal de Gestão Costeira - Programa de Apoio à Gestão Ambiental nos Municípios.

Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (Fecam)

O Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (FECAM) foi criado pela Lei 1060, de 10 de novembro de 1986 – mais tarde alterado pelas leis 2575, de 19 de junho de 1996; 3520, de 27 de dezembro de 2000; e 4143, de 28 de agosto de 2003, com o objetivo de atender às necessidades financeiras de projetos e programas ambientais e de desenvolvimento urbano em consonância com o disposto no parágrafo 3º do artigo 263 da Constituição Estadual.

Os recursos do FECAM são oriundos, dentre outros, de 5% dos royalties do petróleo, atribuídos ao Estado do Rio de Janeiro, bem como do resultado de multas administrativas aplicadas e condenações judiciais por irregularidade constatadas pelos órgãos fiscalizadores do meio ambiente.

O FECAM é representado por um secretário-executivo e reporta-se ao titular

da Secretaria de Estado do Ambiente. É gerido por um conselho superior, presidido pelo titular da Secretaria do Ambiente e integrado por um representante das secretarias estaduais de Fazenda, de Planejamento e Gestão e das seguintes entidades:

Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN); Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA); Assembléia Permanente das Entidades de Defesa do Meio Ambiente (APEDEMA); e Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (SERLA).

O FECAM financia projetos ambientais e para o desenvolvimento urbano em todo o Estado do Rio de Janeiro, englobando diversas áreas, tais como reflorestamento, recuperação de áreas degradadas, canalização de cursos d'água, educação ambiental, implantação de novas tecnologias menos poluentes, despoluição de praias e saneamento.

O FECAM busca, assim, atender as necessidades ambientais do estado, minorando seu passivo ambiental.

Secretário Executivo: SAINT CLAIR ZUGNO GIACOBBO

Tel: (21) 2533-7346 / 2299-2217

Acesso pelo site: fecam@ambiente.rj.gov.br

Os municípios do Rio de Janeiro e Niterói em relação ao estado são os que apresentam a melhor estrutura para gestão ambiental de seus territórios. Além de possuírem Secretarias Municipais de Meio Ambiente estruturadas, dispõem de Planos Diretores, os quais estabelecem as diretrizes de ocupação costeira e de preservação de seus patrimônios ambientais.

No município do Rio de Janeiro, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAC) é o órgão central do Sistema Municipal de Gestão Ambiental. Estão vinculadas à Secretaria a Fundação RIO ZOO e a Fundação Parques e Jardins. Os principais programas e projetos em curso na SMAC são:

- Agente Jovem;
- Educação Ambiental;
- Monitoramento da Cobertura Vegetal da Cidade;
- Campanha "Limpendo o Ar";

- Ar Limpo;
- Cicloviárias Cariocas;
- Controle da Poluição Sonora;
- Programa de Energia;
- Mudanças Climáticas;
- Programa Mutirão Reflorestamento;
- Monitoramento da Qualidade das Águas de praias e lagoas;
- Monitoramento da Qualidade das Areias da Praia de Copacabana.

O Sistema de Informações Ambientais da SMAC constitui-se de um outro importante instrumento para a gestão ambiental do município, pois disponibiliza informações sobre o meio ambiente da cidade, organizado em bancos de dados e em mapeamentos digital. São emitidos também relatórios contemplando os seguintes aspectos ambientais: Solos, Cobertura Vegetal, Unidades de Conservação e Áreas Protegidas, Bacias Hidrográficas, Monitoramento da Qualidade de águas de praias e lagoas, Espécies Ameaçadas, Indústrias Extrativas, Áreas de Reflorestamento e Relatórios (Boletins de Qualidade Ambiental).

O município conta, ainda, com o Conselho Municipal de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro (CONSEMAC), órgão deliberativo, normativo e fiscalizador, integrante do sistema municipal de gestão ambiental e instrumento de aplicação do Plano Diretor Decenal.

- Secretaria de Estado de Meio Ambiente

Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente – FEEMA. Coordenador do GERCO: João Batista Dias - Rua Fonseca Teles, 121 - 16º Andar - Sala 1616 A - São Cristóvão - Rio de Janeiro – RJ - CEP: 20940-200 - Fax: (21) 2236-2364 - Tel: (021) 3816-6239. E-mail: jobdias@nitnet.com.br. www.feema.rj.gov.br.

L) Principais Recursos Naturais Utilizados e sua Importância no Contexto Socioeconômico

O processo de ocupação do Brasil caracterizou-se pela falta de planejamento e conseqüente destruição dos recursos naturais, particularmente das florestas. Ao longo da história do País, a cobertura florestal nativa, representada pelos diferentes biomas, foi sendo fragmentada, cedendo espaço para as culturas agrícolas, pastagens e as cidades. A noção de recursos naturais inesgotáveis, dadas as dimensões continentais do País, estimulou e ainda estimula a expansão da fronteira agrícola sem a preocupação com o aumento ou, pelo menos, com uma manutenção da produtividade das áreas já cultivadas. Assim, o processo de fragmentação florestal é intenso nas regiões economicamente mais desenvolvidas, ou seja, o Sudeste e o Sul, e avança rapidamente para o Centro-Oeste e Norte.

Os conflitos decorrentes de ações humanas na exploração dos recursos naturais ao longo de todo litoral brasileiro são fáceis de serem observados. Vários problemas ambientais são comuns a todas as regiões do estudo. Esta situação só não tem sido pior porque a partir de 1998 com a aprovação da Lei de Crimes Ambientais nº 9.605 os instrumentos de controle e fiscalização têm sido aplicados com mais rigor e as comunidades que vivem nestas áreas têm se organizado, participando juntamente com poder público local na sua gestão.

As cidades do Rio de Janeiro e Niterói possuem uma boa diversidade de recursos naturais. Apesar da intensa ocupação urbana destes municípios e constantes agressões ao meio ambiente, ainda é possível encontrar ao longo do litoral do Rio de Janeiro e Niterói paisagens naturais bem preservadas, como os costões rochosos, restingas, manguezais, mata atlântica e praias.

O uso destes recursos representa uma importante fonte de capitação financeira, quer seja na exploração dos bens naturais, ou no seu uso turístico.

Entende-se por Recursos Naturais todas as matérias-primas, tanto aquelas renováveis como as não renováveis, obtidas diretamente da natureza, e aproveitáveis pelo ser humano. São recursos naturais os solos, o ar, a água, a fauna, a flora e os bens minerais. Os recursos ambientais nas áreas litorâneas do

estado do Rio de Janeiro têm sido apropriados pelo homem ao longo de sua história, a partir das atividades de pesca, lazer e recreação, além de desmatamentos para o desenvolvimento de atividades agropecuárias e a especulação imobiliária.

Diversos são os problemas relacionados à exploração dos recursos ambientais em áreas costeiras, a saber:

- Deficiência de sistemas de esgotamento sanitário;
- Disposição inadequada de resíduos sólidos;
- Degradação de áreas de preservação;
- Redução da cobertura arbórea;
- Proliferação de vetores;
- Ocupações irregulares (clandestinas);
- Refúgios de flora e fauna ameaçados;
- Poluição e assoreamento de corpos hídricos;
- Poluição do ar;
- Poluição das praias e mangues.

O Rio de Janeiro e Niterói tiveram suas paisagens alteradas em decorrência do processo de urbanização. Praias e lagoas foram aterradas recuando a linha do litoral, rios retificados e canalizados, montanhas destruídas para aumentar o espaço urbano. A ocupação desordenada atinge também a Mata Atlântica que vem sendo devastada desde o início da colonização brasileira.

M) Qualidade da Paisagem Natural

A Área de Influência do Piloto do Sistema de Produção e Escoamento de Óleo e Gás Natural e Petróleo no Bloco BM-S-11 na Área de Tupi na Bacia de Santos é composta por um sistema costeiro formado por praias, dunas, restingas, lagoas, mangues, baías, ilhas e enseadas. Esses ambientes podem se apresentar naturais ou modificados pelo homem.

A paisagem natural da área de influência atrai grande contingente de turistas devido à sua beleza cênica. No entanto, o que atrai pode se tornar um fator de afastamento por conta do processo de degradação ambiental.

A degradação ambiental dos ecossistemas da área de influência compromete também a atividade pesqueira, principalmente a desenvolvida nas lagoas, rios, mangues e no litoral em áreas mais próximas à costa.

Rio de Janeiro e Niterói, na Região Metropolitana, tiveram suas paisagens alteradas em decorrência do processo de urbanização. Praias e lagoas foram aterradas recuando a linha do litoral, rios retificados e canalizados, montanhas destruídas para aumentar o espaço urbano. A ocupação desordenada atinge também a Mata Atlântica, que vem sendo devastada desde o início da colonização brasileira.

A alta densidade demográfica aliada à ocupação desordenada tem comprometido a qualidade da paisagem na Região Metropolitana. Apesar de quase 80% dos domicílios do município do Rio de Janeiro possuir rede geral de esgoto, algumas de suas praias constantemente encontram-se impróprias para o banho, principalmente nos trechos próximos às línguas negras.

Atualmente existem poucas lagoas na cidade do Rio de Janeiro, as maiores são: Rodrigo de Freitas, Marapendi, Jacarepaguá, Camorim e Tijuca. Em Niterói, há a Lagoa de Itaipu e Piratininga que representam 3,5% da área total do município. Todas passam por intensa agressão aos seus ecossistemas naturais.

No geral, as lagoas presentes na área de influência encontram-se com suas margens alteradas em decorrência do processo de urbanização, a partir de aterros, desmatamentos, despejos de resíduos e esgoto sanitário. As conseqüências são assoreamento, mortandade de peixes, alterações na

qualidade das águas, crescimento da população de algas, enchentes, dentre outras.

O estado do Rio de Janeiro apresenta, em seus municípios, uma variedade de patrimônios naturais, caracterizados por praias, enseadas, lagoas, arquipélagos, cachoeiras e rios, que estão distribuídos em toda extensão da costa, cada um com suas características e atrativos próprios. A qualidade da paisagem, em alguns casos, encontra-se bastante alterada devido a ocupação ao longo dos anos. Os remanescentes mais expressivos de áreas naturais encontram-se nas Unidades de Conservação.

Para a conservação e a melhor utilização dos recursos naturais foram criadas as Unidades de Conservação (Dados detalhados sobre as Unidades de Conservação da Área de Influência do empreendimento podem ser analisadas no Item II.4.2.2-A, deste estudo). Por definição é o “espaço territorial instituído pelo poder público, com características naturais relevantes, com o objetivo de conservação dos recursos naturais”. Podem ser de uso direto e uso indireto:

Unidade de Conservação de Uso Direto - UC caracterizada como área natural sob ocupação ou exploração humana que tem como objetivo de manejo compatibilizar, sob o conceito de uso múltiplo e sustentado e através de normatização de uso, a utilização e a conservação dos recursos naturais. Neste grupo se enquadram as seguintes categorias: Reserva Extrativista, Área de Proteção Ambiental, Floresta Nacional.

Unidade de Conservação de Uso Indireto - UC caracterizada pela proteção total dos recursos naturais, com a manutenção dos ecossistemas ou parcelas dos mesmos em estado natural, sendo permitida apenas a utilização da área para atividades de pesquisa não consideradas predatórias, e atividades de recreação e educação ambiental em áreas selecionadas. Enquadram-se nesta categoria os Parques Nacionais, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas.

É imperativo que as UC's sejam vistas como áreas que proporcionam a proteção de recursos naturais como importantes pilares para o desenvolvimento sustentável. Essas áreas têm legislação e instrumentos de planejamento próprios, estão sob a administração de entidades públicas e privadas. Desta forma, ao incluir áreas protegidas em roteiros ecoturísticos é imprescindível que o uso seja

compatível com o regulamento interno da Unidade de Conservação e que seja devidamente autorizado pelos gestores competentes.

No planejamento da Unidade de Conservação, será inserido o item relacionado ao uso público da área, com parâmetros em:

- Zoneamento os espaços destinados à instalação de infra-estrutura e serviços;
- Definição de infra-estrutura necessária à gestão e ao uso público;
- Elaboração e avaliação de programas de ecoturismo, inserindo:
- Gestão da atividade ecoturística;
- Zona de uso público e de apoio;
- Estrutura e serviços ecoturísticos;
- Identificação das atividades e sistemas de monitoramento;
- Levantamento de trilhas;
- Montagem de programas receptivos;
- Identificação e planejamento para a redução de impactos
- Capacidade de carga, etc.

Para um maior detalhamento das Unidades de Conservação existentes na Área de Influência do empreendimento, podem ser analisadas no Item II.5.2 – Meio Biótico, deste estudo.

A degradação dos recursos naturais no estado do Rio de Janeiro é um dos seus principais problemas ambientais. Os municípios que apresentam os mais expressivos percentuais de áreas degradadas no estado, com taxas acima de 10%, são: São Gonçalo com 16,4%; Belford Roxo com 15,2%; Magé (13,2%); Nova Iguaçu (11,7%); e Duque de Caxias (10,6%). Esta condição está associada a sua ocupação urbana desordenada, principalmente nas cercanias de favelas, que variam entre 18,9% (Nova Iguaçu, ocupação urbana) e 51,7% (Belford Roxo).

O município do Rio de Janeiro consegue manter em seu interior e entorno uma exuberante paisagem natural caracterizada pela presença da Floresta da Tijuca, do Jardim Botânico, que abriga as mais raras espécies de plantas da flora brasileira; e do aterro do Flamengo, com 1.200.000 m² de área verde à beira da Baía de Guanabara; além de suas praias, restingas e manguezais.

A Floresta da Tijuca, considerada a maior floresta urbana do mundo, incorpora o Parque Nacional da Tijuca junto com parte da Serra da Carioca e mais recentemente o Parque Lage e a área chamada de Conjuntos Pretos Forros/Covanca. Este conjunto foi anexado de acordo com o Decreto 03/2004, conferindo ao Parque uma área de 3.950 ha.

A área da Serra da Carioca que é protegida pelo Parque abrange o Morro do Corcovado, com 710 metros de altura, onde está instalado o Cristo Redentor, o Morro do Sumaré e o conjunto Pedra Bonita-Pedra da Gávea. Na Pedra Bonita está localizada a rampa de asa delta, utilizada também para saltos de parapente, além de trilhas que dão acesso ao topo da Pedra, muito utilizada por excursionistas. No passado, a região era coberta por mata atlântica. Atualmente possui áreas desmatadas resultante de queimadas e da má utilização das trilhas. Outras atrações da Serra da Carioca são os mirantes Dona Marta, Vista Chinesa e a Mesa do Imperador.

A Serra dos Pretos Forros e a Floresta da Covanca estão situadas entre os bairros de Água Santa e Jacarepaguá. Os responsáveis pelo Parque Nacional da Tijuca o expandiram englobando essa área, pois ela apresenta resquícios de Mata Atlântica havendo, portanto a necessidade de proteger a fauna e a flora local.

A Baía de Guanabara serve de pano de fundo para maioria das paisagens que representam o nosso país no exterior. O Cristo Redentor, o Pão de Açúcar, as montanhas que a emolduram são as imagens brasileiras mais conhecidas mundo afora. E é através dela que cerca de dois milhões de turistas estrangeiros anualmente tem o primeiro contato com Brasil. Os dois aeroportos - o Santos Dumont e o internacional Tom Jobim estão dentro da Baía de Guanabara, assim como o cais onde desembarcam os que chegam de navio ao Rio de Janeiro.

Para a temporada de viagens de outubro de 2005 a abril de 2006 foram registradas 113 escalas de navios no Porto do Rio de Janeiro, trazendo 186.351 turistas, sendo 38 navios de cruzeiros internacionais. (www.piermaua.com.br).

Além do carnaval, dos eventos culturais e desportivos dos municípios do seu entorno, muitas são as atrações oferecidas aos turistas, nacionais e estrangeiros, pela inigualável natureza da própria Baía e da sua Região Hidrográfica.

Os aspectos históricos podem ser conhecidos através de visitas aos antigos fortes que defendiam a sua entrada contra as invasões estrangeiras assim como às antigas igrejas existem em todo o seu entorno.

No recôncavo da Baía existem os vestígios da primeira estrada de ferro do país, dos portos e dos diversos caminhos percorridos pelos escravos que traziam o ouro das Minas Gerais para a capital.

A própria Baía de Guanabara pode ser melhor conhecida através de inúmeros roteiros à disposição dos turistas. A saída das embarcações é geralmente na Marina da Glória onde também estão sediadas as empresas que oferecem o serviço.

O Pão de Açúcar constitui em formação montanhosa com 396 metros de altura. Está localizado no bairro da Urca, na entrada da Baía de Guanabara e representa um dos pontos mais conhecidos da cidade. Nele está instalado o ponto final do teleférico também conhecido como Bondinho. O termo “Pão de Açúcar” não é exclusivo desta formação do município carioca. Segundo Ab’ Saber (2001), a expressão pão de açúcar é utilizada internacionalmente para designar massas rochosas resistentes que emergem isoladamente no entremeio de morros e colinas recobertas por florestas. **(Figura II.5.3.M-1)**



Figura II.5.3.M-1 – Enseada de Botafogo com o a Formação Rochosa do Pão de Açúcar ao fundo.

Fonte: www.wikipédia.com.br

Para se chegar ao morro mais alto, o Pão de Açúcar, utiliza-se um segundo bondinho, inaugurado em 1913.

Anualmente o Pão de Açúcar recebe cerca de 650.000 turistas, sendo um dos pontos turísticos mais apreciados no Rio de Janeiro. A sua infra-estrutura local conta com restaurantes, estacionamento, sanitários, lojas de souvenirs e sinalização turística.

Muito procurada pelos turistas a Ilha de Paquetá pode ser alcançada por uma linha regular de barcas que partem da Praça XV de Novembro, no Rio de Janeiro.

Em versos, Paquetá foi cantada como um "Céu profundo, que começa neste mundo e não sabe onde acabar". É um bairro da cidade, distante aproximadamente 15 km da cidade do Rio de Janeiro. Pela sua importância histórica, cultural e paisagística foi transformada em Área de Proteção Ambiental e Cultural - APAC .

Chamada de Ilha dos Amores é zona turística na sua totalidade, com 1.096.100 m² de área, onde despontam 12 praias no coração da Baía de Guanabara.

A população permanente na ilha gira em torno de 4000 moradores e nas férias esse número pode chegar a uma ocupação de mais de 30.000 pessoas num final de semana com a vinda dos turistas. A locomoção na ilha se dá em charretes, bicicletas, "trenzinho" turístico, barcos ou bucólicas caminhadas.

Para se ter acesso à ilha: barcas e aerobarcos saem da Praça XV. Os horários estão disponíveis em folheteria da RIOTUR :

- *Barcas e aerobarcos: saída de hora em hora, a partir das 5h15min.*
- *A última saída de Paquetá é às 22h15min.*
- *Tels.: 21 2533-7524 - Barcas S/A / 21 2533-4343 - Aerobarcos.*

Do mesmo terminal partem também as barcas que fazem o trajeto Rio-Niterói com dois destinos: Centro da Cidade ou Terminal Charitas, no Saco de São Francisco.

Dentre suas praias, destacam-se as de Copacabana, conhecida mundialmente; Arpoador - com pequena faixa de areia, utilizada para a prática do surfe; Ipanema - uma das mais procuradas e badaladas praias cariocas; Leblon - com areias claras e fofas e ondas fortes; São Conrado – boa para o surfe; do

Pepino - local de pouso de asas deltas; Barra da Tijuca - a mais extensa praia carioca, com cerca de 18 Km apresenta ondas fortes, sendo comum a prática de surfe, bodyboard e windsurf; Recreio dos Bandeirantes – com águas calmas e areias claras; Prainha - excelente para o surf; e Grumari - cercada pela vegetação de restinga.

Localizada na enseada da Glória, a Marina da Glória foi construída sobre área de aterro. Tem o intuito de incentivar o turismo náutico e funcionar como atracadouro de embarcações turísticas e desportivas. Está localizada a poucos minutos do centro da cidade e do aeroporto Santos Dumont.

A enseada de Botafogo, localizada no bairro de mesmo nome, é mais um ponto da cidade em que se avista uma bela paisagem, além de ser palco de shows e eventos que atraem turistas ao local. A enseada também foi aterrada e faz parte do Parque do Flamengo, situado na orla da Baía de Guanabara desde o Aeroporto Santos Dumont até o morro da viúva, em Botafogo.

A Lagoa Rodrigo de Freitas é cercada pelos bairros da Lagoa, Ipanema, Leblon, Gávea e Jardim Botânico. Possui uma longa extensão circundada por ciclovia pavimentada. Abriga atividades de clubes de remo e diversos tipos de atividades de esporte e lazer.

A cidade de Niterói, localizada na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, apresenta como principais praias do interior da Baía de Guanabara as de Gragoatá - junto ao Forte de mesmo nome; Vermelha - boa para a pesca de arremesso; Boa Viagem - com águas esverdeadas e frias, e areia clara e fina; das Flexas - onde se situa a Pedra de Itapuca, símbolo da cidade.

Icaraí - a mais famosa do município; São Francisco - muito usada para passeios e a prática do cooper, devido à existência de calçadão em toda a sua orla; Charitas - com mar calmo e areias claras, também utilizada como local de pouso para praticantes de asa delta; e Jurujuba - onde se situa uma colônia de pesca. Além destas destacam-se ainda as belezas naturais das praias oceânicas.

A praia de Itacoatiara, uma das mais belas e preservadas da região oceânica, é voltada para o mar aberto e adorada por surfistas. Possui águas geladas, sua orla é recoberta por vegetação de restinga e é cercada por costões rochosos. À esquerda da praia está localizado o relevo rochoso popularmente conhecido como

“costão”. Na praia, à direita do costão, está a pedra do pampo que divide a praia de Itacoatiara, também chamada de “Praião”, da “Prainha” onde se encontra água mais calma e propícia para o banho.

A praia oceânica de Niterói que possui águas calmas é a de Itaipu. O Morro das Andorinhas divide naturalmente esta e a praia de Itacoatiara. Da praia avistam-se as três ilhas: Ilha da Menina, da Mãe e do Pai.

A Praia de Piratininga é formada na realidade por duas praias: Praião, com ondas fortes, areia e águas claras e Prainha, na extremidade norte, mais adequada para banho.

A Praia de Camboinhas é uma extensão da Praia de Itaipu, formando uma única paisagem até a construção do canal artificial de Itaipu, que atualmente as separa. É bastante procurada pelos praticantes de esportes aquáticos, principalmente de windsurf e da pesca de arremesso.

Num extremo da Praia encontra-se um costão onde, quase oculta, está localizada a praia do Sossego, de difícil acesso, mantendo preservada sua vegetação de Restinga.

N) Caracterização da Atividade Pesqueira

Esta seção apresenta o diagnóstico da atividade pesqueira na área de influência do empreendimento. Os dados usados para a caracterização foram obtidos de fontes oficiais, como o Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Sudeste e Sul (CEPSUL), Centro de Pesquisa e Gestão dos Recursos Pesqueiros Lagunares e Estuarinos (CEPERG), publicações especializadas, estudos anteriormente conduzidos pela PETROBRAS na Bacia de Santos e consultas diretas, dentre outras fontes.

Dois estudos de monitoramento foram utilizados como base para a caracterização da atividade pesqueira deste estudo: Projeto de Monitoramento elaborado pelo ESTATPESCA, 2006, realizado em 2005, e o Relatório Técnico sobre o Censo Estrutural da Pesca Artesanal Marítima e Estuarina nos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, realizado em 2004.

Também foram realizadas entrevistas com o representante da FEPERJ e Colônias de Pescadores Z-8 (Jurujuba), Z-13 (Copacabana) e Z-12 (Caju) no mês de junho.

Uma das grandes limitações presentes na caracterização da atividade pesqueira na área de influência do empreendimento diz respeito a desatualização dos dados disponíveis para consulta, que se estendem até o ano de 2002.

Panorama Geral da Pesca no Brasil

De acordo com a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP, 2006) a produção de pescado estuarino e marinho na região Sudeste do Brasil é predominantemente industrial, setor que responde por cerca de 70% da produção pesqueira total na região. As espécies tradicionalmente capturadas na Região Sudeste são os peixes demersais (Serranídeos e Lutjanídeos), os camarões e a sardinha-verdadeira (*Sardinella brasiliensis*). A possibilidade de expansão da atividade pesqueira na Região pode depender de espécies emergentes como o

peixe-sapo (*Lophius gastrophysus*), anchoita (*Engraulis anchoita*), e o caranguejo de profundidade (*Chaceon* sp.).

Segundo a SEAP (2006) a frota pesqueira estuarina e marinha que atua no litoral brasileiro, tanto na zona costeira quanto na pesca oceânica está estimada em torno de 30.000 embarcações, das quais 10% são consideradas de médio e grande porte formando a frota industrial. Isto indica que cerca de 27.000 embarcações são utilizadas pela pesca dita artesanal, composta por embarcações de pequeno porte (jangadas, canoas, botes, etc.) que, pelas suas próprias características, tem um raio de ação limitado, e pouca autonomia no mar.

Segundo a definição do Centro de Pesquisa e Extensão Pesqueira da Região Sudeste e Sul - CEPESUL a pesca artesanal é caracterizada por sistemas de pesca que utilizam embarcações menores que 8 metros de comprimento total, geralmente sem sistema de conservação, e com menor poder de pesca, tendo conseqüentemente uma menor autonomia no mar, ficando assim restritas as atividades de pesca a uma pequena área, nas imediações do ponto de residência das embarcações. Pode-se inferir de tal definição que o espaço marítimo utilizado por este tipo de pesca estaria associado às cercanias da unidade municipal onde se dá a ancoragem ou guarda das embarcações e na qual normalmente situa-se também o ponto de desembarque do pescado.

A pesca artesanal atua nas capturas com o objetivo comercial, associado à obtenção de alimentos para as famílias dos participantes, sendo realizada principalmente pelos grupos familiares dos pescadores. Na maioria dos casos, a propriedade dos meios de pesca (embarcação, petrechos) é mantida pelos próprios pescadores.

Segundo a SEAP (2006) algumas das modalidades de pesca praticadas na costa Brasileira, principalmente na região costeira e estuarina estão sendo sujeitas a restrições ao aumento de frota, devido à intensa exploração de alguns estoques, a saber:

- a) Arrasto de camarões (litoral norte e sudeste/sul);
- b) Arrasto de Piramutaba (litoral norte);
- c) Linheiros para Pargo (norte/nordeste);
- d) Armadilha para lagosta e pargo (litoral norte/nordeste);

- e) Cerco para sardinha (sudeste/sul);
- f) Arrasto de fundo para peixes demersais (sudeste/sul).

Tais frotas requerem medidas relacionadas com a modernização, incluindo a substituição, conversão ou readequação. O objetivo dessas medidas é a redução do esforço de pesca e a minimização de perdas de pescado desde o processo de captura, passando pelo acondicionamento a bordo e o desembarque.

De acordo com o SEAP (2006) a frota que opera na pesca oceânica, além da isóbata dos 200m é aquela que oferece em curto prazo um potencial de crescimento e expansão de esforço de pesca, podendo absorver novas embarcações. Atualmente, as áreas de pesca profunda onde ocorrem os recursos pesqueiros considerados emergentes, são exploradas por uma frota composta por:

- a) Embarcações nacionais de emalhe de fundo;
- b) Embarcações arrendadas e uma nacional de pesca com covos;
- c) Arrasteiros arrendados e mais de 300 arrasteiros nacionais;
- d) Embarcações nacionais de espinhel de fundo.

De acordo com a SEAP (2006) a produção pesqueira nacional para o período de 1960 a 2001 mostrou crescimento até 1985, quando alcançou cerca de 971.500 toneladas, sendo que 78% desse total (760.000 toneladas) foram geradas no ambiente marítimo.

A partir de 1985 registrou-se um contínuo decréscimo, e em 1990 a produção foi de apenas 640.300 toneladas, das quais 435.400 toneladas foram produzidas no ambiente marítimo. Os últimos dados da série considerada pela SEAP (2006) se referem ao ano de 2001. De acordo com esses dados, houve uma recuperação a partir de 1990, chegando a uma produção estimada em 915.334 toneladas em 2001, das quais 60% (550.829 t) foram geradas no ambiente marítimo. O fato relevante a ser registrado, é que a recuperação observada no período analisado pela SEAP (2006) se deve principalmente à recuperação da produção do ambiente continental, e mais especificamente, ao crescimento contínuo da produção da aquicultura no período da análise.

Os dados do Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Nordeste - CEPENE (2003) para o período compreendido entre os anos de 1996 e 2002 são apresentados na **Figura II.5.3.N-1**.

Os dados da **Figura II.5.3.N-1** mostram um declínio na produção pesqueira entre os anos de 1997 e 1999, seguidos por uma recuperação da produção entre os anos de 2000 e 2001, com uma tendência à estabilização no ano 2002.

De um modo geral, todas as fontes consultadas apontam para um quadro de estagnação ou declínio dos níveis de produção dos recursos pesqueiros tradicionais, situados na região costeira, o que é de certo modo compensado pelo aumento da produção pesqueira oriunda da zona costeira, com a exploração de estoques de espécies demersais e pelágicas de águas profundas. Estes últimos são os principais responsáveis pela recuperação dos níveis de produção registrada entre os anos de 2000 e 2002.

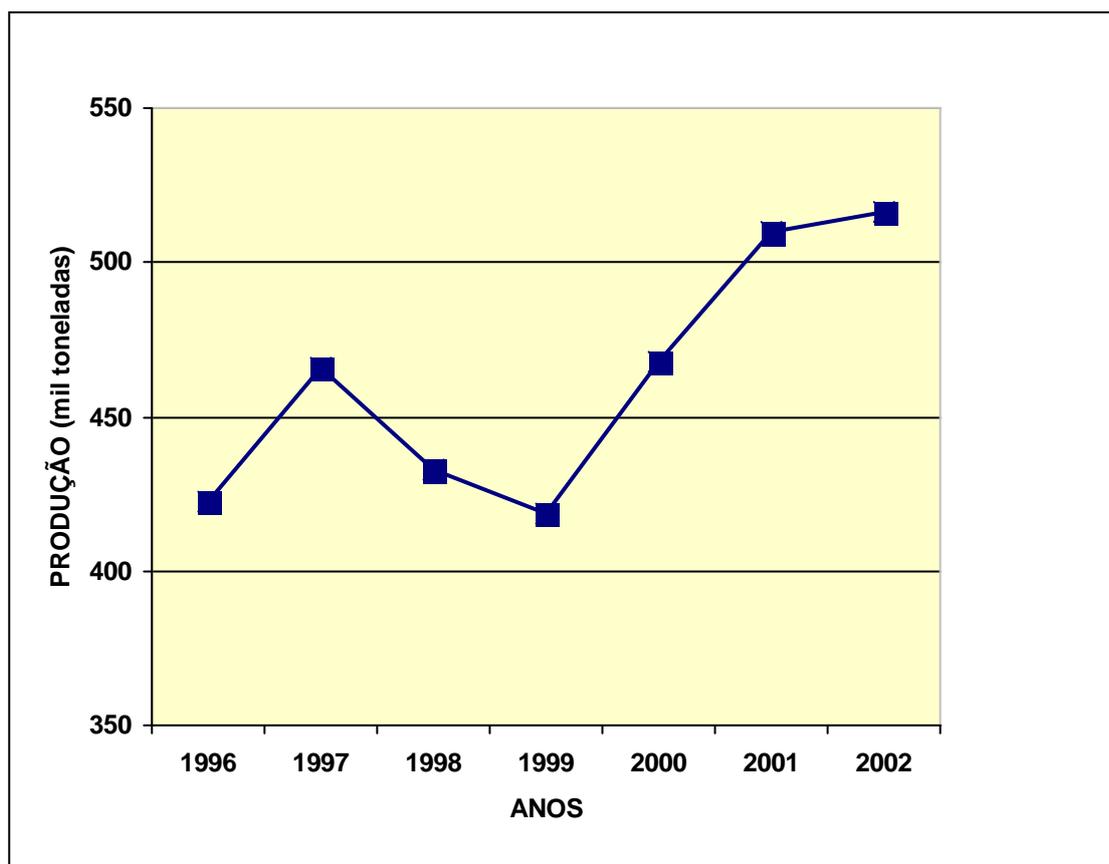


Figura II.5.3.N-1 – Produção da pesca extrativa marinha no Brasil entre os anos de 1996 e 2002.

Fonte: CEPENE, 2003.

Panorama da Pesca na Região Sudeste

Em termos da participação regional na produção estuarino-marinha, e considerando o período de 1980 a 1994, PAIVA (*apud* SEAP, 2006) obteve as seguintes medias regionais de produção percentual: Sudeste 38,6%, Sul: 34,1%, Norte: 15,6% e Nordeste: 11,7%.

Em relação ao ano de 2002, a análise do CEPENE identificou as seguintes tendências para a região sudeste que compõem a área de influência do empreendimento:

Na Região Sudeste, a pesca extrativa marinha em 2002 registrou um decréscimo de 5,8% em relação ao ano anterior, com uma produção de 97.287,50 toneladas. No Estado do Rio de Janeiro, registrou-se um decréscimo de 10,7 % na produção, devido, principalmente, à queda na produção da sardinha-verdadeira. Nos Estados do Espírito Santo e São Paulo o comportamento da produção manteve-se estável.

Em geral, as estatísticas pesqueiras disponíveis para as Regiões Sudeste apresentam indícios do declínio acentuado de estoques costeiros de espécies como a sardinha-verdadeira, além de outras, e, em contraponto, o aumento nos níveis de exploração de outros recursos oriundos da região oceânica, como o peixe-sapo e o bonito-listrado.

Apresenta-se a seguir a caracterização da atividade pesqueira do estado do Rio de Janeiro para os municípios do Rio de Janeiro e Niterói, segundo os dados disponíveis.

A Pesca no Estado do Rio de Janeiro e Municípios da Área de Influência

Os municípios do Rio de Janeiro e de Niterói serão contemplados na área em estudo, em função da Área de Influência do empreendimento.

- **Caracterização Física das Embarcações**

A frota dos estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro foi estimada em cerca de 4.600 embarcações, sendo a maioria de barcos com mais de 8 metros

de comprimento e para o litoral Sul 7.900 embarcações, das quais cerca de 5.500 barcos possuem comprimento inferior a 8 metros. (ESTATPESCA, 2006).

Segundo a SEAP, 2006 a frota pesqueira estuarina e marinha que atua no litoral brasileiro, tanto na zona costeira quanto na pesca oceânica está estimada em torno de 30.000 embarcações, das quais 10% são consideradas de médio e grande porte formando a frota industrial. Isto indica que cerca de 27.000 embarcações são utilizadas pela pesca artesanal, que é composta por embarcações de pequeno porte (jangadas, canoas, botes, etc.) que, pelas suas próprias características, tem um raio de ação limitado, e pouca autonomia no mar aberto.

Em relação às embarcações, o censo estrutural da pesca revelou a existência no estado do Rio de Janeiro de 2.967 embarcações pesqueiras, sendo 75 bateiras, 748 botes sem cabine, 758 botes com cabine, 1.111 caícos, 262 canoas e 13 traineiras. (**Figura II.5.3.N-2**). (ESTATPESCA, 2006).



(A)



(B)



(C)



(D)



(E)



(F)

Figura II.5.3.N-2: Embarcações pesqueiras do Estado do Rio de Janeiro: (a) Arrasteiro (b) Baleeira, (c) Canoas, (d) Barco de espinhel, (e) (f) Traineira.

Fonte: ESTATPESCA, 2006.

A composição da frota pesqueira no Estado do Rio de Janeiro, segundo dados do IBAMA no ano de 1999 está dividida em 5 frotas, a saber: Camaroneira Artesanal, Camaroneira Industrial, Atuneira, de Cerco (traineira) e Espinhaleira. Os dados sobre a frota estão prejudicados devido à grande quantidade de embarcações não cadastradas, e a descontinuidade da estatística pesqueira no Estado. Segundo os dados obtidos a maior frota é a camaroneira artesanal com 1.020 embarcações com registros e cerca de 1.682 sem registros, o tamanho médio destas embarcações é de 8,4 metros, conforme demonstrado no **Quadro II.5.3.N-1**.

Quadro II.5.3.N-1 – Barcos registrados, não registrados e respectivos comprimentos médios.

Frota	Nº de Barcos Registrados	Nº de Barcos não Registrados	Comprimento
Frota Camaroneira Artesanal	1020	1682	8,43
Frota Camaroneira Industrial	90	-	19,64
Frota Atuneira	30	-	18,15
Frota de Cerco	138	-	15,34
Frota Espinhaleira	88	-	-

Fonte: Ibama 1999.

Em relação às embarcações foram cadastradas no censo 3.023 embarcações para todo o estado, sendo que o município do Rio de Janeiro representou 18% e Niterói 15,7%, conforme **Quadro II.5.3.N-2**:

Quadro II.5.3.N-2: Frota pesqueira artesanal do município do Rio de Janeiro e de Niterói.

Municípios	Nº de Embarcações
Rio de Janeiro	543
Niterói	475
TOTAL ESTADO	3.023

Fonte: FUNDAÇÃO PROZEE; SEAP/PR; IBAMA - 2005.

Os municípios de Magé, Rio de Janeiro, São Gonçalo e Niterói possuem cerca de 69% da frota artesanal pesqueira do estado do Rio de Janeiro. Nos **Quadros II.5.3.N-3 e II.5.3.N-4** abaixo, é apresentada a distribuição da frota pesqueira fluminense e municipal por comprimento e tipo de embarcação.

Quadro II.5.3.N-3: Frota Pesqueira por comprimento e tipo de embarcação para o estado do Rio de Janeiro.

TIPO DE EMBARCAÇÃO	CLASSES DE COMPRIMENTO						TOTAL	%
	<=4 m	4 a 6	6 a 8m	8 a 12m	>12	NI		
Baleeira	40	41	21	11	9	4	126	4,2
Bateira	4	33	16			1	54	1,8
Canoa	16	119	93	11	1	7	247	8,2
Chalupa			1				1	0
Bote com Cabine	4	35	71	221	14	2	347	11,5
Caico	45	212	175	1	1	5	439	14,5
Bote sem cabine	19	168	71	53	6	14	331	10,9
Não identificado	61	349	269	147	25	456	1307	43,2
Barco de Arrasto Camarão			8	110	3	6	127	4,2
Barco Emalhe Costeiro		6	20	15	1		42	1,4
Prancha	1	1					2	0,1
Total ESTADO	190	964	745	569	60	495	3023	100

Fonte: FUNDAÇÃO PROZEE; SEAP/PR; IBAMA - 2005.

Quadro II.5.3.N-4 Caracterização da Frota pesqueira marinha por tipo de embarcação, classe de comprimento nos municípios da Área de Influência.

MUNICÍPIO	TIPO DE EMBARCAÇÃO	CLASSES DE COMPRIMENTO						TOTAL
		<=4 m	4 a 6m	6 a 8m	8 a 12m	>12	NI	
Rio de Janeiro	Baleeira	2	9	8	2	1	1	23
	Canoa	1	5	17	1	0	0	24
	Bote com Cabine	3	17	34	33	1	1	89
	Caico	10	103	27	0	0	2	142
	Bote sem cabine	2	41	12	7	1	3	66
	Não identificado	13	58	22	15	1	66	175
	Barco de Arrasto Camarão	0	0	4	2	0	0	6

(continua)

Continuação do quadro II.5.3.N-4

MUNICÍPIO	TIPO DE EMBARCAÇÃO	CLASSES DE COMPRIMENTO						TOTAL
		<=4 m	4 a 6m	6 a 8m	8 a 12m	>12	NI	
	Barco e malhe Costeiro	0	2	12	4	0	0	18
Total Rio de Janeiro		31	235	136	64	4	73	543
Niterói	Baleeira	36	23	1			3	63
	Canoa		2	12	2			16
	Bote com Cabine		1	3	7	1		12
	Caico	12	7					19
	Bote sem cabine	3	7	1	13	4		28
	Não identificado	11,15	59	39	119	19	80	337
Total Niterói		72	99	56	141	24	83	475
Total Estado		190	964	745	569	60	495	3023

Fonte: SEAP, 2006.
NI : não identificado.

A **Figura II.5.3.N-5** a seguir, apresenta os valores em percentual da frota pesqueira para os municípios do Rio de Janeiro e Niterói em relação ao seu total, ao Estado e a Área de Influência, onde é possível observar que as embarcações não identificadas apresentaram os maiores valores (50,3%) na AI, seguido da embarcação tipo caico com 15,8%.

Quando se calcula o percentual em relação ao total do município, obtém-se a representação de 26,15% das embarcações tipo caico para o Rio de Janeiro, enquanto que as embarcações não identificadas representaram 32,2%. Em Niterói, a frota de caico representou apenas 4% sendo a frota baleeira representante do maior percentual (13,3%), depois das embarcações não identificadas (70,9%).

O município do Rio de Janeiro concentra o maior número de embarcações, com 543 unidades, representando 18% da frota do estado e Niterói, 15,7%.

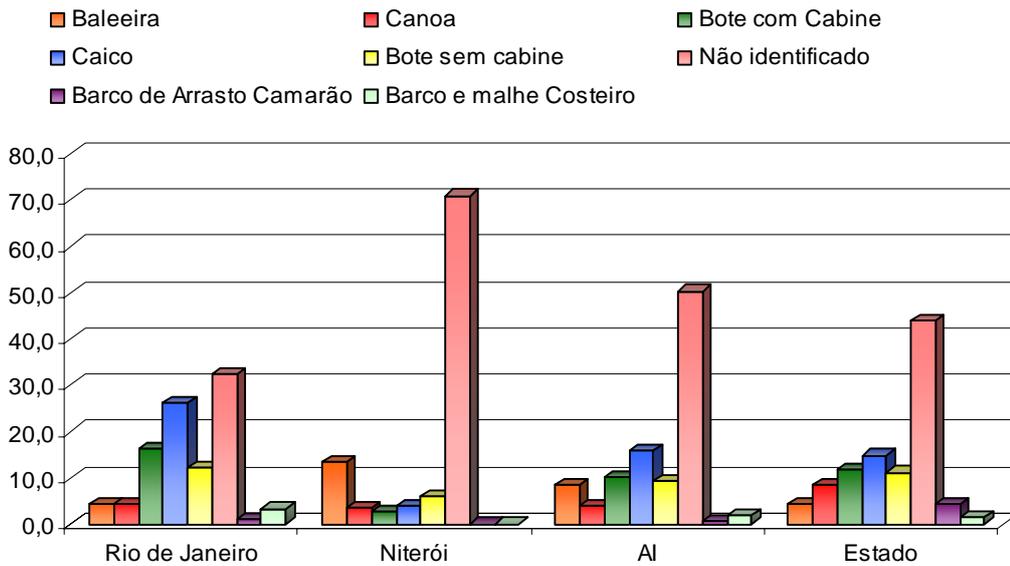


Figura II.5.3.N-5 Caracterização da Frota dos municípios do Rio de Janeiro, Niterói, Área de Influência e Estado (%).

Fonte: SEAP, 2006.
NI : não identificado.

Em grande parte dos municípios litorâneos existem estaleiros para construção, reforma e manutenção de embarcações, ainda que alguns em condições precárias. Os de melhor estrutura estão localizados no Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo, Angra dos Reis e Paraty; outros dispõem apenas de carpinteiros navais para reparo e manutenção dos barcos. **Quadro II.5.3.N-5.**

Quadro II.5.3.N-5 – Estruturas disponíveis no município do Rio de Janeiro e de Niterói.

MUNICÍPIOS	REPARO DE EMBARCAÇÕES		
	Estaleiro	Carpintaria	Outros
Rio de Janeiro	6	20	11
Niterói	5	8	7
TOTAL ESTADO	27	123	68

Fonte: FUNDAÇÃO PROZEE; SEAP/PR; IBAMA - 2005.

• Conservação e Comercialização do Pescado

Os insumos para a pesca – panagens de redes, cordas, bóias etc. – são, geralmente, adquiridos no comércio local. O gelo para conservação do pescado acaba se constituindo em um dos maiores entraves a essa atividade, uma vez que, por ser produzido em locais distantes das praias, sua aquisição é muito difícil. Em vista disso, geralmente os próprios atravessadores que adquirem o pescado é que suprem a falta de gelo, recurso esse utilizado pelos atravessadores como uma maneira de criar uma relação de dependência dos pescadores com eles e, assim, manter “fiéis” os pescadores.

Encontram-se umas poucas câmaras frias (0–5 °C), de propriedade de pescadores ou de suas associações, nas próprias praias. Existem, também, algumas estruturas de armazenamento, ligadas a colônias de pescadores ou a prefeituras, que, em centros urbanos, centralizam o armazenamento nos pontos de desembarque.

Em relação ao sistema de conservação do pescado a bordo (67,84%) utiliza gelo. A conservação in natura corresponde a 31,62% e apenas 0,54% possui um sistema de conservação como freezer (FUNDAÇÃO PROZEE; SEAP/PR; IBAMA – 2005).

O pescado capturado é mantido em caixas com gelo nas embarcações menores, e nos porões das embarcações maiores, resfriados em gelo (**Quadro II.5.3.N-6**). Geralmente, a produção é repassada para intermediários ou empresas de pesca e frigoríficos. Os intermediários normalmente comercializam o pescado adquirido com peixarias, restaurantes, consumidor final e, eventualmente, com outros estados. (SEAP, 2005).

Quadro II.5.3.N-6: Sistema de conservação do pescado por tipo de embarcação.

TIPO DE EMBARCAÇÃO	GELO	IN NATURA	FRIGORÍFICO
Baleeira	X	X	
Bateira	X	X	X
Canoa	X	X	X
Chalupa	X		
Bote com Cabine	X	X	X

(continuação)

continuação do Quadro II.5.3.N-6

TIPO DE EMBARCAÇÃO	GELO	IN NATURA	FRIGORÍFICO
Caico	X	X	
Bote s/ Cabine	X	X	
Barco Arrasto Camarão	X	X	
Barco Emalhe Costeiro	X	X	
Prancha, Caique, Chata	X		

Fonte: SEAP/IBAMA/PROZEE, 2005.

Praticamente inexistente a industrialização do pescado capturado, estando o processamento restrito à retirada da carapaça dos camarões e eventuais filetagem ou evisceração do pescado não vendido imediatamente após a captura.

Nenhuma empresa de porte considerável está ligada à pesca de pequena escala. Observam-se algumas pequenas empresas, com estrutura familiar voltadas, principalmente, ao descascamento e embalagem do camarão-sete-barbas.

A grande maioria da produção pesqueira no estado do Rio de Janeiro é comercializada na forma de pescado inteiro e/ou resfriado, pois, não existe nenhuma unidade de processamento de pescado na maioria dos municípios do Estado.

As empresas de pesca que adquirem produtos da pesca artesanal geralmente agregam algum valor aos mesmos antes da comercialização, sob a forma de postas, filés ou simples evisceração. Apenas no caso de tunídeos, o produto é repassado sem qualquer beneficiamento para outros mercados, principalmente os de São Paulo e Santa Catarina. No **Quadro II.5.3.N-7** são apresentados os valores agregados para os municípios do Rio de Janeiro e Niterói.

Quadro II.5.3.N-7: Valor agregado do pescado nos municípios da Área de Influência.

MUNICÍPIOS	PEIXE (%)			CAMARÃO (%)		
	Consumidor	Intermediário	Empresa	Consumidor	Intermediário	Empresa
Rio de Janeiro	25	50	25	25	75	0
Niterói	40	40	20	50	50	0

Fonte: SEAP/IBAMA/PROZEE, 2005.

A comercialização é feita, em geral, diretamente com o consumidor, nas temporadas turísticas ou em fins de semana, ou com intermediários (peixarias, atacadistas, atravessadores), no restante do ano, principalmente nos locais de desembarque afastados dos centros urbanos.

- **Descrição das Pescarias e Petrechos de Pesca**

Quanto ao tipo de pescaria e apetrechos utilizados podemos destacar a pesca com armadilha, de arrasto, de cerco, de rede de espera e pesca de linha.

Pesca com Armadilha: utiliza potes presos a uma linha mestre, destinado a captura de polvos. Permissão: Sudeste-Sul, com principal área de atuação no Sudeste do Rio de Janeiro de Maricá a Norte da Ilha de Santana, de profundidades de 60 até 120 metros.

Pesca de Arrasto: Embarcações em sua maioria de casco de madeira e casario de proa, destinadas a captura de camarões e peixes diversos com a utilização de 2 redes de arrasto de portas de aproximadamente 20 metros de abertura de boca. Embarcações apelidadas como “chifrudas” devido as suas estruturas laterais (tangones) de sustentação e separação das redes na operação, que no cais ficam em posição vertical. Principais espécies capturadas: Camarão-rosa, Camarão-cinza, Peixe-sapo, Trilha, Raia, Linguado, Congro-rosa, Namorado, Cherne, Polvo, Pescadinha, Pargo, Corvina, Castanha, Lagostim, Cavaca entre outros. Permissão: Sudeste-Sul, com principal área de atuação no Sudeste do Rio de Janeiro de Maricá a Norte da Ilha de Santana, de profundidades de 40 até 100 metros e em menor escala nas proximidades da Ilha Grande e divisa do Estado com São Paulo e outros.

Pesca de Cerco: Maiores embarcações pesqueiras do Estado, sendo em sua maioria de casco de madeira e casario de proa, destinadas a captura da sardinha verdadeira. Conhecidas como traineiras, utilizam uma rede de normalmente 300 m de comprimento por 60 m de largura, que é lançada com o auxílio de uma pequena embarcação de aço, a panga, provida de uma potente motorização. Esta arte de pesca foi a que mais sofreu com a redução e extermínio da industrialização da sardinha do RJ. Principais espécies: Sardinha-verdadeira, xerelete, tainha, etc. Permissão: Sudeste-Sul, com principal área de atuação no

Sudeste do Rio de Janeiro em cabo Frio, Angra dos Reis, proximidades de Itajaí/SC e do Rio Grande/RS.

Pesca de rede de Espera: Embarcações pesqueiras em sua maioria construída em madeira e com casario de popa. Principais espécies capturadas: Tainha, Corvina, Namorado, Linguado, etc. Permissão: Sudeste-Sul, com principal área de atuação no Sudeste do Rio de Janeiro em Cabo Frio, Angra dos Reis, proximidades de Itajaí/SC e do Rio Grande/RS.

Pesca de Linha: Compreende o 2º maior grupo de embarcações pesqueiras de grande porte do Estado, contando com as embarcações conhecidas como atuneiras, de espinhel e algumas pocas de linha de caída. Principais espécies capturadas: Atuns e afins, bonitos, xerelete, Meca, Espadarte, cações, Palombetas/Dourados. Permissão Sudeste-Sul, com principal área de atuação no Sudeste do Rio de Janeiro de Maricá a Norte da Ilha de Santana, em diferentes cotas batimétricas. Em menor escala esta frota também atua nas proximidades da Ilha Grande e divisa do Rio de Janeiro com São Paulo.

Segundo relatório da SEAP/IBAMA/PROZEE, o município de Niterói que compõe a Baía de Guanabara têm na pesca com rede de emalhe a principal pescaria, com grande diversificação de tipos de redes (redes de fundeio, de volta, caça e malha e caceio). Na área oceânica prevalecem as redes de emalhe para enchova, corvina e tainha.

Já a rede de cerco é empregada principalmente para a captura das sardinhas boca torta, verdadeira e laje. O arrasto costeiro, na captura do camarão rosa, pescadinha e corvina. Na pesca de linha e anzol as principais espécies-alvo são o cherne, corvina, enchova e piraúna; o espinhel é empregado na pesca de corvina, pescadas e enchova.

Nas principais pescarias do Rio de Janeiro são utilizadas redes-de-arrasto, redes-de-emalhar (caça e malha) e redes-de emalhar fundeadas, tendo como espécies-alvo os camarões branco, rosa e sete-barbas, corvina, bagre, enchova, pescadas e robalo. O município conta com trapiche e carpinteiros, para reparo de embarcações da pesca artesanal.

Assim como o número de pescadores, a produção pesqueira da Baía de Guanabara é difícil de precisar. Algumas embarcações pescam também em mar aberto e utilizam os mesmos pontos de desembarque sendo o pescado é pesado e comercializado em conjunto.

Além da atividade pesqueira tradicional, a coleta de caranguejos nas áreas dos manguezais, e de mexilhões, nos costões rochosos, constituem-se em fonte de renda de um número relativamente importante de pessoas. Se para a pesca tradicional, os dados disponíveis são pouco precisos, para as atividades de coleta, as informações são praticamente inexistentes.

Os mexilhões são coletados, em sua grande parte, por pescadores filiados à Associação Livre dos Maricultores de Jurujuba e a coleta é feita na região mais externa da baía, ao sul da ponte Rio-Niterói, especialmente nos costões da Praia das Flexas, Boa Viagem, Cotunduba, Itaipu, alcançando até as ilhas Cagarras.

A sardinha boca-torta, pescada pela frota de cerco, é um dos peixes mais capturados na Baía. Juntamente com a savelha, têm destinação industrial e são processadas por fábricas de pescado nos municípios de São Gonçalo e Niterói. A corvina, tainha e parati, e os bagres constituem os grupos dominantes. Outras espécies importantes são a enchova, espada, pescadas, pescadinha, robalo, xerelete, savelha e outras sardinhas.

O mexilhão, o caranguejo e o siri constituem objeto de pescarias e cadeias de comercialização específicas e apresentam produção bastante significativa. Os principais petrechos de pesca utilizados na Baía de Guanabara são o Cerco; o emalhe; o curral; a escavadeira (para a extração de mexilhões); o arrasto; o espinhel; o laço; a linha; o puçá; a rede camarão; a tarrafa; o zangarelho e a garatêa. O caniço também é utilizado.

Existem mais de 200 currais de pesca na Baía de Guanabara. Os currais são artes de pesca fixas, confeccionados com esteiras de bambu e tendo como fundação, troncos de árvores dos manguezais ou de eucalipto. A madeira do mangue, cuja utilização constituía prática comum até há bem pouco tempo, vem sendo substituída pelo eucalipto.

Os aparelhos de pesca são divididos em quatro áreas ("espia", "gancho", "sala do meio" e "viveiro"), com uma conformação tal que tende a direcionar o

pescado para a última seção, denominada de "viveiro". Para a construção de um curral são necessários 150 a 180 troncos, com diâmetro variando de 3 a 8 cm e altura entre 5 e 7 metros.

Na Área de Influência foi identificada a Associação Livre dos Maricultores de Jurujuba - ALMARJ: A comunidade de Jurujuba, Niterói é o grupo mais tradicional que atua na extração de mexilhões dentro e fora da Baía de Guanabara, com um contingente de aproximadamente 70 famílias de marisqueiros, relacionados direta ou indiretamente com a atividade.

A produção é vendida para os restaurantes de Niterói e Rio de Janeiro, sendo que aproximadamente 80% desta produção é destinada, pelos atravessadores, ao consumo em São Paulo, sem qualquer controle sanitário.

O maior problema na comercialização do mexilhão foi sempre a falta de garantia da sua qualidade, já que os grupos extratores de uma maneira geral, não observam normas de higiene e sanidade do produto. Tais condições inadequadas podem ter origem na extração em áreas não recomendáveis, no alto grau de poluição dos bancos mexilhoneiros, no processo de beneficiamento e embalagem, incluindo o tempo entre sua extração/cocção e consumo. O produto é vendido sem identificação de produtor e de origem. Notícias sensacionalistas veiculadas pelos veículos de comunicação, por vezes, contribuem para aumentar o receio dos consumidores, elevando, assim, os prejuízos da comunidade de marisqueiros (Teper, 1998).

O grande fator limitante ao desenvolvimento sócio-econômico daquela comunidade está, principalmente, na super exploração dos bancos naturais e costões, como também na falta de propostas por parte das diversas esferas do executivo (municipal, estadual e federal) através de órgãos que atuem diretamente no atendimento à pesca e pescadores.

É oportuno salientar que em termos organizacionais, foi criada em janeiro de 1992 a Associação Livre de Maricultores de Jurujuba, Niterói, RJ (ALMARJ), como forma de dar início ao processo que garantirá sua gradual evolução.

Exaustivas discussões e negociações, procurando escolher a melhor proposta com as características previstas no programa LIFE/PNUD1 (Local Initiative Facility for Urban Environment/ Programa das Nações Unidas para o

Desenvolvimento) convergiram para a escolha do projeto dos marisqueiros da comunidade de Jurujuba.

- **Desembarque Pesqueiro**

Os dados de desembarque pesqueiro no Estado do Rio de Janeiro para o período entre 1995 e 2002 são apresentados no **Quadro II.5.3.N-8**.

Quadro II.5.3.N-8 Desembarques pesqueiros no Estado do Rio de Janeiro entre os anos de 1995 e 2002.

ANO	1995	1996	1997	1998	1999	2002
TOTAIS ANUAIS (toneladas)	59.422,50	69.999,00	74.417,00	49.930,00	49.513,00	56.698,50
PEIXES	57.417,50	68.272,50	71.680,50	47.463,50	47.264,00	54.219,50
Nome Vulgar						
Abrotéa	37,5	47,5	276,0	203,0	207,5	292,5
Agulha	-	-	-	-	-	0,5
Agulhão branco	10,5	32,0	37,5	42,0	74,5	62,5
Agulhão negro	0,5	-	-	-	-	-
Albacora – branca	8,5	8,5	66,0	321,0	339,0	212,0
Albacora – laje	2.252,0	1.563,5	1.086,0	879,5	1.286,5	1.444,0
Albacorinha	146,0	265,5	95,0	129,0	140,0	118,5
Badejo	10,0	19,0	40,0	29,0	33,5	30,0
Bagre	74,5	83,5	149,5	80,5	74,0	163,5
Baiacu	4,0	15,5	15,0	12,5	10,5	12,0
Batata	688,5	608,0	608,0	371,0	322,5	462,5
Bonito – cachorro	503,5	664,0	140,0	93,5	135,5	155,5
Bonito – listrado	2.776,5	2.660,0	3.682,5	4.294,5	5.082,0	4.766,0
Bonito – pintado	689,0	820,0	798,5	296,5	645,0	490,0
Cabra	4,0	7,0	20,5	37,5	49,0	35,5
Cação	468,0	238,0	649,5	783,0	361,0	-
Cação anequim	0,5	3,0	1,0	0,5	6,0	1,0
Cação anjo	4,0	26,0	54,5	35,5	28,5	18,0
Cação azul	-	-	-	0,5	6,5	1,5
Cação martelo	-	0,5	1,5	0,5	7,0	2,5
Cação viola	164,5	117,0	86,0	37,0	38,0	25,5
Cações (outras espécies)	1,0	158,5	-	7,0	10,0	676,0
Caranha	1,0	1,5	1,5	1,0	1,0	10,5

Continua

Continuação do Quadro II.5.3.N-8

ANO	1995	1996	1997	1998	1999	2002
Castanha	398,5	247,5	141,5	122,5	248,5	211,5
Cavala	76,0	86,0	149,0	28,5	26,5	61,5
Cavalinha	2.080,0	1.806,0	4.963,5	6.125,0	1.139,0	3.134,0
Cherne	301,5	389,0	342,5	221,5	167,5	222,0
Cioba	-	-	0,5	0,5	1,5	0,5
Congro-rosa	83,0	119,5	223,5	388,5	419,0	341,5
Cocoroca	9,0	27,0	36,5	38,0	21,0	39,0
Corvina	653,5	1.182,0	2.115,5	1.975,0	1.132,0	3.068,0
Dourado	1.785,0	1.076,0	1.774,5	1.476,5	1.310,5	1.584,0
Enchova	950,0	561,0	725,0	816,0	856,5	1.310,0
Espada	230,5	193,5	320,0	299,5	508,0	595,0
Espadarte	-	0,5	0,5	3,0	12,5	5,0
Galo	2.244,5	1.454,0	1.679,0	1.256,0	1.244,0	1.028,0
Garoupa	-	-	-	-	-	27,5
Goete	230,0	640,5	308,5	375,5	393,0	389,0
Linguado	236,0	198,5	356,0	432,5	531,0	470,5
Manjuba	51,0	61,0	86,5	115,5	23,0	42,0
Merluza	-	-	-	-	-	386,0
Namorado	570,0	493,5	436,5	341,5	393,0	412,0
Olhete	49,0	38,5	60,0	43,5	62,0	58,0
Olho de boi	29,0	36,0	77,0	66,5	68,5	81,5
Olho de cão	69,0	52,0	38,5	26,0	42,5	38,0
Oveva	-	0,5	-	0,5	-	
Palombeta	59,0	75,0	188,0	143,5	268,0	209,5
Pampo	4,0	2,0	48,5	32,5	9,5	33,0
Papa terra	1,5	6,0	6,0	13,5	22,0	13,5
Parati	211,5	139,0	135,5	191,5	408,0	250,5
Pargo rosa	847,5	680,5	1.139,5	1.303,0	1.297,0	1.202,5
Parú	13,0	-	-	-	-	15,5
Peixe porco	1.192,5	2.013,0	4.326,5	4.187,0	4.395,0	4.742,5
Peixe sapo	317,0	231,5	366,0	508,0	542,5	1.272,0
Pescada	-	-	45,5	52,0	16,5	65,0
Pescada - amarela	9,5	20,5	66,0	68,0	88,5	64,5
Pescada branca	116,5	79,0	92,5	97,5	122,5	118,5
Pescada cambuçu	-	5,0	6,5	0,5	0,5	2,0
Pescada olhuda	291,5	219,5	-	-	581,0	215,0
Pescadinha real	181,5	377,5	571,0	524,0	525,5	533,0

Continua

Continuação do Quadro II.5.3.N-8

ANO	1995	1996	1997	1998	1999	2002
Pescadas (outras espécies)	-	48,0	212,0	386,5	6,0	17,0
Pirajica	1,0	2,5	1,0	0,5	1,0	131,0
Prejereba	0,5	1,5	1,0	3,5	5,5	10,0
Raia	250,5	185,0	215,5	215,5	276,0	257,0
Robalo	13,5	20,5	24,0	27,5	20,0	28,5
Roncador	31,0	61,5	67,5	77,0	24,0	40,5
Salteira (guaivira)	21,0	41,5	82,0	58,0	66,0	60,5
Sarda (serra)	122,5	135,5	197,0	92,5	124,0	140,5
Sardinha boca torta	183,5	145,0	-	327,0	3.238,5	8.617,0
Sardinha cascuda	6,0	20,0	11,5	0,5	52,5	26,0
Sardinha laje	1.132,5	1.052,0	2.999,0	2.093,0	3.266,0	1.473,5
Sardinha verdadeira	19.046,5	34.915,5	30.588,0	8.376,0	7.235,5	4.498,50
Savelha	10.758,0	6.188,0	2.384,5	2.453,0	2.137,5	540,0
Sororoca	36,0	35,5	86,0	20,0	29,0	36,5
Tainha	377,0	321,5	423,0	374,0	544,0	1.113,0
Tira vira	425,0	366,0	309,5	380,5	549,5	382,5
Trilha	402,5	385,5	518,5	389,5	601,5	628,5
Xaréu	86,0	484,5	900,5	235,0	315,5	329,0
Xerelete	565,0	1.716,0	2.428,5	955,0	638,0	2.199,0
Xixarro	34,5	20,0	10,5	14,0	2,5	9,0
Outros	2.790,5	2.277,5	1.586,5	2.057,5	2.398,0	297,5
CRUSTÁCEOS	1450,5	1266,5	1845,5	1937,5	1359	1.408,0
Camarão barba ruça	115,5	110,5	301,5	176,0	194,5	216,5
Camarão branco	119,0	94,5	93,0	177,0	102,5	121,0
Camarão rosa	425,0	272,5	423,0	280,5	260,5	299,5
Camarão santana	62,5	42,0	167,5	93,5	100,0	114,5
Camarão sete barbas	670,0	666,0	731,5	1.052,0	487,5	410,0
Camarão (outras espécies)	14,5	10,0	14,5	17,5	17,5	18,5
Caranguejo	-	-	-	-	-	41,5
Lagosta	-	-	-	-	-	2,0
Lagostim	2,0	1,0	2,5	1,5	1,0	60,5
Siri	29,0	43,0	56,5	57,5	99,5	96,5
Outros	13,0	27,0	55,5	82,0	96,0	27,5

Continua

Conclusão do Quadro II.5.3.N-8

MOLUSCOS	554,5	460	891	529	890	1.071,0
Lula	389,5	322,0	592,5	265,0	473,0	476,0
Mexilhões	-	-	-	-	-	242,0
Polvo	165,0	137,5	298,5	264,0	417,0	353,0
Vieira	-	0,5	-	-	-	-

Fonte: IBAMA/Estatística Pesqueira - NRPA/GEREX- IBAMA / RJ (1995 – 1999) e CEPENE (2002).

Os dados de desembarques pesqueiros disponíveis indicam que no Estado do Rio de Janeiro, a produção pesqueira é dominada pelos peixes, sendo que os desembarques registrados de crustáceos e moluscos foram pouco representativos no período avaliado. Os dados sumarizados na **Figura II.5.3.N-6** indicam, no período avaliado, aumento na produção pesqueira entre 1995 e 1997, seguido, por uma forte redução em 1998, à qual se segue uma recuperação, até o ano de 2001. Os dados disponíveis para o ano de 2002 demonstram uma nova redução da produção pesqueira em relação ao ano anterior.

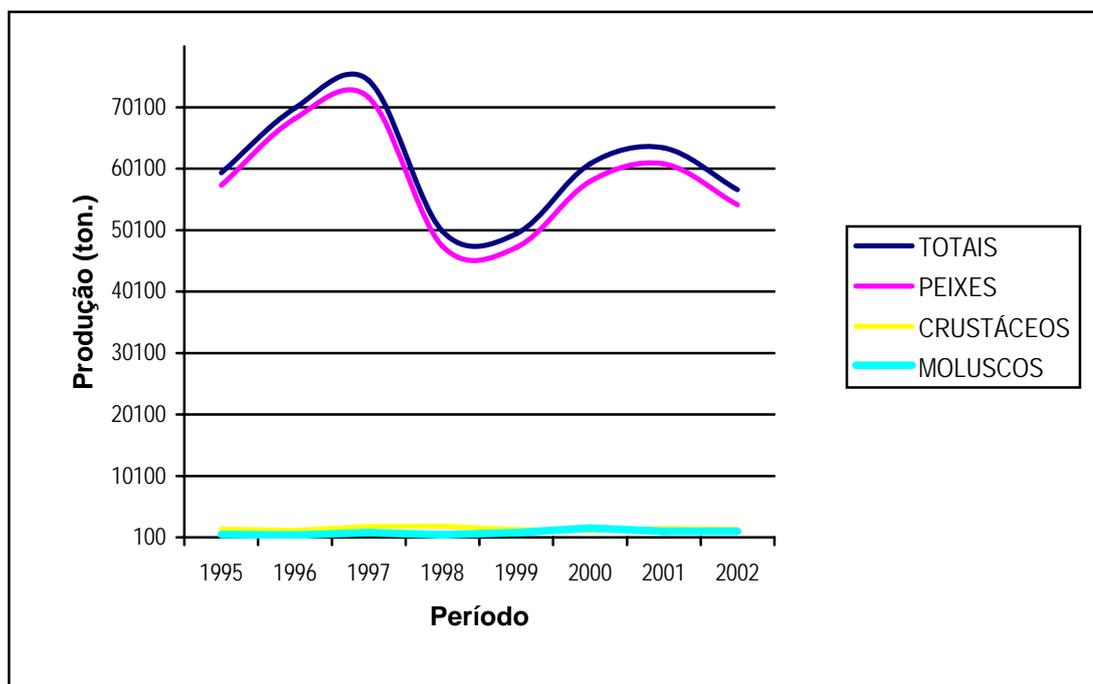


Figura II.5.3.N-6 – Dados de desembarques pesqueiros no estado para o período entre 1995 e 2002.

Fontes: IBAMA/Estatística Pesqueira - NRPA/GEREX- IBAMA / RJ (1995 – 1999) e CEPENE (2000 a 2002).

Na avaliação dos dados do **Quadro II.5.3.N-8** um aspecto que chama a atenção é a intensificação dos desembarques das espécies que ocorrem na região oceânica como a Abrótea (*Urophycis brasiliensis*), Bonito listrado, Peixe-sapo e Peixe porco (*Balistes capriscus*). Por outro lado, essa intensificação foi acompanhada de forte redução nos desembarques de espécies tipicamente costeiras como a Sardinha verdadeira (*Sardinella brasiliensis*), Savelha, Peixe galo (*Selene setapinnis*) e outras espécies.

Segundo levantamento de campo, as principais espécies capturadas pelos pescadores nos municípios do Rio de Janeiro e Niterói são: linguado, tainha, corvina, robalo, anchova, pescada bicuda, cações, arraia, xerelete, olho-de-cão, espada, bonito, serra e siri.

Embora declinante em toda a área analisada por fatores ambientais e econômicos, a retração da produção pesqueira no estado do Rio de Janeiro tem também como determinantes fatores ligados à evolução do uso do espaço urbano da metrópole.

Assim, durante muitas décadas, o estado do Rio de Janeiro foi o principal produtor de pescado do país, vendendo sua produção fresca para consumo imediato ou para a indústria de enlatados. Paralelamente, crescia o consumo de pescado, o que induziu a implantação na praça XV, centro da cidade do Rio de Janeiro, de um terminal/entrepasto para a comercialização do pescado fresco. Para este entreposto convergia a maior parte da produção pesqueira do estado, sendo consideravelmente menor a parcela destinada a “mercados de peixe” existentes em Niterói e outras cidades costeiras.

No final da década de 80, em função da expansão do aumento da demanda de pescado e da restrição imposta pelo crescimento do centro urbano do Rio de Janeiro, o entreposto já não tinha mais capacidade e infra-estrutura suficientes para o volume de pescado que era dirigido e a venda passou a ser feita também pelas ruas vizinhas, sem maiores condições de higiene. As condições precárias de operação fizeram com que o entreposto fosse desativado em maio de 1991. A desativação do entreposto aliada ao envelhecimento da frota pesqueira e ao florescimento da pesca em outros estados propiciou a queda na produção do estado.

Com a desativação do entreposto da Praça XV, observou-se uma maior dispersão dos pontos de desembarque, voltada para o mercado de “peixe fresco”. Sendo que os desembarques se distribuíram por Jurujuba, Ilha da Conceição, Ponta da Areia e Praia Grande, e atualmente direcionam o pescado para o Mercado São Pedro, localizado na Ponta da Areia no Município de Niterói. Este entreposto comercializa por semana, nos seus 39 boxes, cerca de 60 toneladas de peixes, crustáceos e moluscos. Há cerca de 30 anos funciona na Rua Visconde do Rio Branco, nº 5. Outros locais de desembarque da pesca artesanal na Baía de Guanabara são: Ramos (Rio de Janeiro), Mauá (Magé), Suruí (Magé) e São Gonçalo.

As descargas no entreposto da Ilha da Conceição e nas indústrias de processamento de pescado são realizadas pela chamada “frota industrial”, existe um grande número de pontos de menor importância, especialmente na área da baía da Guanabara, onde se concentram os desembarques “artesaniais”. Dentre esses se destacam Jurujuba, Ilha da Conceição, Ponta da Areia, Praia Grande, Gradim, Itaoca, Ramos, Ilha do Governador, Mauá, Piedade e Suruí.

Fora da baía da Guanabara, mas ainda na área da Região Metropolitana, tem-se Maricá, Itaipú, Copacabana, Barra de Guaratiba, Pedra de Guaratiba e Sepetiba, esses dois últimos, no interior da baía de Sepetiba.

Grande parte do pescado desembarcado nos primeiros seis pontos listados acima, situados nos municípios de Niterói e São Gonçalo, é transportada para o entreposto da Colônia de Pescadores Z-8, na Praia Grande, onde o produto é leiloadado, indo em quase sua totalidade para o Mercado de São Pedro, onde é vendido diretamente ao público.

Os principais pontos de desembarques da pesca no Estado são hoje os entrepostos da Baía de Guanabara, Angra dos Reis e os portos de Cabo Frio e Arraial do Cabo.

Na pesca artesanal do Estado do Rio de Janeiro foram identificados 156 pontos de desembarque, conforme o Relatório Técnico sobre o Censo Estrutural da Pesca Artesanal Marítima e Estuarina nos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e na Área de Influência foram 34 localidades, conforme demonstrado no **Quadro II.5.3.N-10**.

Quadro II.5.3.N-10: Desembarque da Pesca Artesanal.

Municípios	Nº de Localidades
Rio de Janeiro	19
Niterói	15
TOTAL ESTADO	156

Fonte: FUNDAÇÃO PROZEE; SEAP/PR; IBAMA - 2005.

Na maior parte dos 156 locais de desembarque a infra-estrutura de conservação de pescado é bastante precária. Fábricas de gelo, câmaras frigoríficas e túneis de congelamento somente são encontrados nas localidades que contam com empresas de pesca ou nas sedes dos municípios. Onde existem peixarias, algumas possuem câmara frigorífica; no entanto, na maioria dos casos a conservação do pescado é feita em pequenos congeladores do tipo “freezer” o em caixas de isopor com gelo (**Quadro II.5.3.N-11**).

Quadro II.5.3.N-11: Conservação do Pescado.

Municípios	Fábrica De Gelo	Freezer
Rio de Janeiro	15	70
Niterói	5	5
TOTAL ESTADO	55	315

Fonte: FUNDAÇÃO PROZEE; SEAP/PR; IBAMA - 2005.

- **Período de Defeso para o Estado do Rio de Janeiro**

Defeso é um período de paralisação obrigatória da pesca sobre um determinado recurso pesqueiro. No litoral Sul e Sudeste temos os defesos da Sardinha e do Camarão conforme **Quadro II.5.3.N-12** apresentado a seguir.

No caso da Sardinha, a medida serve para proteger a espécie nas fases vulneráveis de seu ciclo de vida, ou seja, no período de pico da desova e do recrutamento da espécie. A sardinha-verdadeira (*Sardinella brasiliensis*) é o mais tradicional recurso pesqueiro das regiões Sul e Sudeste. É uma espécie costeira e de fácil captura, sendo pescada entre o Cabo de São Tomé/ RJ e o Cabo de Santa Marta Grande/ SC.

Os períodos do defeso da Sardinha são: de 01 de novembro a 01 de março e de 21 de julho a 20 de setembro. A desova da sardinha ocorre anualmente, entre o final da primavera e todo o verão. Caracteriza-se pelo tipo de desova parcelada, ou seja, cada fêmea desova mais de dez vezes durante o seu período reprodutivo. Garantir todas as fases é importante, mas o início da desova é fundamental, pois garante várias contribuições entre as sucessivas desovas.

Já o defeso do Camarão é de 01 de março a 31 de maio e serve também para proteger a época de reprodução da espécie. Entre as espécies proibidas, estão os camarões: rosa (*Farfantepenaeus paulensis*, *Farfantepenaeus brasiliensis* e *Farfantepenaeus subtilis*), sete-barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*), branco (*Litopenaeus schimitti*), santana (*Pleoticus muelleri*) e barba ruça (*Artemesia longinaris*).

Quadro II.5.3.N-12: Períodos de Defeso de Espécies Marinhas/Estuarinas para o Estado do Rio de Janeiro.

Mês/Início	Espécie	Defeso (Período)
10	Caranguejo Guaiamum	01/10/2007 a 31/03/2008 (anualmente)
11	Sardinha Verdadeira	17/11/2007 a 24/02/2008
01	Lagosta Vermelha e Lagosta Cabo Verde	01/01/2008 a 31/05/2008 (anualmente)
03	Camarão Rosa	01/03/2008 a 31/05/2008 (anualmente)
06	Sardinha Verdadeira	18/06/2008 a 06/08/2008 12/11/2008 a 20/02/2009 06/06/2009 a 25/08/2009
09	Mexilhão	01/09/2008 a 31/12/2008 (anualmente)
10	Camarão Sete Barbas	01/10/2008 a 31/12/2008 (anualmente)
10	Caranguejo Guaiamum	01/10/2008 a 31/03/2009 (anualmente)
10 / 12	Caranguejo - Uca, do Mangue, Verdadeiro ou Catanhão	I - 01/10/2008 a 30/11/2008 II - 01/12/2008 a 31/12/2008 (anualmente)

Fonte: IBAMA/CEPSUL, 2008.

• Organização Social

A organização social do setor pesqueiro no Rio de Janeiro está dividida de acordo com os segmentos que representa, como: pescadores, armadores e indústrias de pesca. As informações requeridas a Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro - FEPERJ sobre os dados da pesca artesanal, como número de pescadores, número da frota, nome e endereço das colônias de pescadores, etc, não foram disponibilizadas pela direção da instituição. Desta forma não foi possível a obtenção de dados mais atualizados sobre a organização social da pesca, sendo utilizados dados estatísticos para os anos de 2000, 2005 e 2006, disponibilizados na SEAP, IBAMA, CEPSUL entre outros conforme citados ao longo do documento. Segundo estimativas da Federação de Pescadores do Rio de Janeiro, para cada pescador registrado, existem 3 pescadores que exercem a atividade sem nenhum tipo de registro.

O número estimado de pescadores em atividade na pesca marítima artesanal do estado, segundo a FEPERJ, é de 20.000, estando as maiores concentrações nas localidades da Baía de Guanabara e Região dos Lagos. Quanto ao número de pescadores colonizados ou com registro na SEAP/PR, ainda está sendo levantado pelo Recadastramento dos Pescadores Artesanais. Os pescadores estão organizados em 25 colônias, congregadas na Federação das Colônias de Pescadores do Estado do Rio de Janeiro (FEPERJ); 53 associações ligadas à Federação das Associações dos Pescadores Artesanais do Estado do Rio de Janeiro (FAPESCA); 3 cooperativas de pesca e Sindicato dos Pescadores dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Cita-se na seqüência o contato da FEPERJ, federação voltada para as atividades relativas à pesca artesanal atuante no estado.

Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro – FEPERJ

Rua Visconde de Rio Branco, nº 10 – A Centro - Niterói – RJ

CEP: 24.020-000

Tel.: (21) 2618-0032 Fax: (21) 2621-8488.

Contato: José Maria Pugas – Presidente.

O **Quadro II.5.3.N-13** a seguir, apresenta a relação das Colônias de Pesca artesanais nos municípios do Rio de Janeiro e Niterói.

Quadro II.5.3.N-13: Federações e colônias de pescadores e respectivos contatos.

Região	Colônia De Pescadores	Telefones
Niterói - Itaipu	Z-7	2609-4232
Niterói - Jurujuba	Z-8	2618-0032
Rio de Janeiro – Ilha do Governador	Z-10	2396-9317
Rio de Janeiro – Ramos	Z-11	9183-1882
Rio de Janeiro - Caju	Z-12	2580-2116
Rio de Janeiro - Copacabana	Z-13	2522-1768
Rio de Janeiro – Pedra de Guaratiba	Z-14	2417-1874
Rio de Janeiro - Sepetiba	Z-15	2419-6021

Fonte: Levantamento de Campo em Junho de 2008.

Mulheres na ALMARJ: Mulheres e crianças normalmente têm importante papel no trabalho em terra dentro da ALMARJ (nas operações de cozimento, desconchamento, ensacamento e confecção de equipamento) para o parque de cultivo marinho.

Cerca de 50 mulheres encontram-se ligadas à Associação e a faixa etária varia de 17 a 50 anos. 80% são alfabetizadas e 80-90% possuem experiência anterior no setor pesqueiro. O ganho/dia/percapita gira em torno de R\$ 10,00 (dez reais) (US\$ 5,40). Os cursos de manipulação de alimentos (higiene, sanidade e tecnologia) ministrados por professores da UFF atraíram cerca de 90% das mulheres trabalhadoras do setor.

Todas possuem jornada única de trabalho dentro da Associação e desenvolvem, paralelamente, atividades domésticas comuns.

Contextualização da Interface entre a Atividade e as Áreas de Exclusão de Pesca

Conforme definido na Normam 08 (Marinha do Brasil), a área de exclusão para a atividade pesqueira se encontra no raio de 500 m em torno do navio plataforma que irá atuar na Área de Tupi. As rotas de deslocamento também ocorrerão conforme pode ser observada no **Mapa II.5.3-1 - Pesca Artesanal**, apresentado ao final desta seção. O fluxo de embarcações ficará delimitado a esta rota, partindo da base de apoio no Rio de Janeiro, e será diretamente proporcional a dinâmica requerida pela atividade a ser realizada.

O Sistema de Produção e Escoamento de Óleo e Gás Natural a ser desenvolvido no Pólo Tupi do Bloco BM-S-11 da bacia de Santos ocorrerá em área de profundidades acima de 2.200 m, e a partir de distâncias maiores que 280 km da costa, o que funcionará como fator limitante para as atividades de pesca artesanal na região, e conforme os dados levantados em campo para a atividade pesqueira, pode-se ainda constatar que a frota pesqueira artesanal não atua dentro ou acima dos limites supracitados (**Figura II.5.3-1**).

Tendo em vista o acima exposto não haverá, portanto, interferência entre os pesqueiros utilizados pela pesca artesanal e industrial, atividades de turismo e esporte náutico e as atividades a serem desenvolvidas no Pólo Tupi.

O) Identificação e Caracterização de etnias Indígenas e Populações Extrativistas

Para identificação das comunidades indígenas, quilombolas e extrativistas, foram consideradas apenas as localizadas na região costeira da Área de Influência, ou seja, aquelas que possuem parte de suas áreas na faixa litorânea.

Comunidades Indígenas

Em consulta junto a FUNAI e Museu do Índio, atualmente não existem aldeamentos indígenas na Área de Influência.

Estrutura Administrativa no estado do Rio de Janeiro:

- **Museu do Índio**

Rua das Palmeiras, 55 Botafogo – Rio de Janeiro

CEP: 22.270-070

Telefone: 21 2286-2097

E-mail: levinho@museudoindio.org.br

Diretor: José Carlos Levinho

Povos Indígenas - Os Primeiros Habitantes

Na região atual do Estado do Rio de Janeiro, os habitantes que os colonizadores europeus primeiro encontraram foram os TUPINAMBÁS, da família TUPI, espalhados, aos milhares, em aldeias formadas por cerca de 500 a 3000 indígenas cada.

Os povos da família TUPI e os da família PURI (menos conhecidos, mas ocupando grande extensão do território do Estado do Rio) foram os que contribuíram, decisivamente, para a formação étnica do povo fluminense.

Pode-se dizer que nas terras do estado do Rio de Janeiro de hoje viveram indígenas de pelo menos vinte idiomas diferentes, pertencendo todos (menos um não classificado) a quatro grandes famílias lingüísticas (Tupi, Puri, Botocudo e Maxacali). Sua localização é imprecisa: a procura de novas terras para plantio e territórios para caça, os conflitos intertribais, a busca legendária “Terra Sem Males” ou “Paraíso Terrestre” e, sobretudo, a fuga da escravidão pelos

colonizadores, provocaram sua constante movimentação.

A seguir é apresentada a lista dos grupos indígenas no Estado do Rio de Janeiro em diferentes momentos da Colônia. (Pesquisa realizada pelo Programa de Estudos dos Povos Indígenas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro):

- A família Tupi ou Tupi-Guarani Tupinambá ou Tamoyo nas zonas de lagunas e enseadas do litoral do Cabo Frio até Angra dos Reis;
- Temiminó ou Maracajá, na Baía de Guanabara;
- Tupinikim ou Margaya, no litoral norte fluminense e Espírito Santo;
- Ararape ou Arary, no vale do Paraíba do Sul;
- Maromomone ou Miramomim, na antiga missão de São Barnabé.
- A família Puri (vinculada pelo pesquisador Aryon Rodrigues ao tronco Macro-Jê).
- Puri, Telikong ou Paqui, nos vales do Itabapoana e Médio Paraíba e nas serras da Mantiqueira e das Frecheiras, entre os rios Pomba e Muriaé. Estava dividida em três sub-grupos: Sabonan, Uambori e Xamixuma;
- Coroado, em ramificações da Serra do Mar e nos vales dos rios Paraíba, Pomba e Preto. Subdividida em vários grupos entre os quais, Maritong, Tamprum e Sasaricon;
- Coropó no rio Pomba e na margem do Alto Paraíba;
- Goitacá, Guaitacá, Waitaka ou Aitacaz, nas planícies e restingas do Norte Fluminense, em áreas próximas ao Cabo de São Tomé, no território entre a Lagoa Feia e a boca do rio Paraíba. Subdividida em quatro grupos: Goitacá-Mopi, Goitacá-Jacoritó, Goitacá-Guassu e Goitacá-Mirim;
- Guaru ou Guarulho, falada na Serra dos Órgãos e também nas margens dos rios Piabanha, Paraíba e afluentes, incluindo o Muriaé, com suas ramificações por Minas Gerais e Espírito Santo;
- Pitá, na região do rio Bonito;
- Xumeto, na Serra da Mantiqueira;
- Bacunin, no rio Preto e próximo à atual cidade de Valença;
- Bocayú, nos rios Preto e Pomba;
- Caxiné, na região entre os rios Preto e Paraíba;
- Sacaru, no vale do Médio Paraíba;
- Paraíba, também no Médio Paraíba.
- A família Botocudo (pertencente ao tronco Macro-Jê), Aimoré ou Batachoa, nos vales do rio Itabapoana e na região do rio Macacu) A família Maxacalí

ou Mashakali (vinculada por Aryon Rodrigues ao tronco Macro-Jê).

- Maxacalí ou Mashakali, falada na área do rio Carangola, nas atuais fronteiras do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais.
- Língua não-classificada .Goianá, Guaianá ou Guaianã, cujos falantes estavam concentrados na Capitania de São Vicente. Alguns foram localizados na Ilha Grande, em Angra dos Reis e em Parati.

Os Tupis: Alegres, apaixonados pela música e pela dança, os Tupi praticavam a agricultura, cultivando mandioca, abóbora, amendoim, feijão, pimenta, tabaco e árvores frutíferas. Fabricavam redes com o algodão que plantavam e teciam. Os Tupinambás previam as chuvas e as grandes marés, conheciam as relações entre os seres no meio ambiente, as propriedades medicinais dos vegetais e selecionavam sementes para a melhoria das espécies.

Os indígenas só consideravam propriedade pessoal suas armas e enfeites. Partilhavam o restante: os produtos da caça, pesca e colheita. Essa generosidade abrangia todos que estivessem sob o seu teto.

Os Tupis do litoral foram dizimados por epidemias, escravidão e guerras nos séculos XVI e XVII.

Os Puris: Da família Puri, os Goitacá, na região do hoje município de Campos, eram exímios nadadores, habilíssimos na corrida e na utilização do arco e flecha. Desde o início da colonização, combateram portugueses e franceses. Mas acabaram sendo exterminados sem deixar vestígio escrito de qualquer palavra de seu idioma, assim como aconteceu com os Guarulhos, também da família Puri. Registrados foram os idiomas dos Coroados, Coropó e Puri. Habitando o interior, em local de difícil acesso, não tiveram contato permanente com o colonizador até o século XVIII. Esses três povos, não tão bons agricultores quanto os Tupinambás, eram imbatíveis nas técnicas de rastreamento e na caça. Alguns desses grupos foram contatados somente no século passado. Os Puris resistiram até os séculos XVIII e XIX.

O projeto colonial português se afirmava desenvolvendo duas formas de intervenção drásticas para a sobrevivência dos povos indígenas: usurpação de suas terras e exploração da sua força de trabalho.

“O Recôncavo da Guanabara, onde florescia dezenas de aldeias indígenas,

foi rapidamente retalhado em sesmarias e começou a ser ocupado por engenhos desde meados do século XVI. Com a fundação da vila de São Sebastião do Rio de Janeiro, vastas sesmarias foram concedidas para a constituição do patrimônio da cidade, incluindo parte da Baía de Guanabara e adjacências. Para fora do núcleo urbano, estendia-se uma zona agrícola e pastoril, com lavouras, engenhos e campos de pastagem.

No final do século, além das sesmarias concedidas a particulares, três dos quatro morros que marcariam os limites do centro urbano do Rio de Janeiro já estavam ocupados: o do Castelo, pelos jesuítas; o de São Bento, pelos beneditinos e o de Santo Antonio, pelos franciscanos, pouco sobrando das antigas aldeias.” (Bessa, J. e Malheiros, M. em “Aldeamentos Indígenas do Rio de Janeiro”).

A colonização portuguesa não se realizou de forma pacífica. Os índios Goitacá, em Campos, por duas vezes destruíram a povoação e os engenhos de açúcar construídos em seu território, obrigando o donatário Pero de Góes a abandonar a região. (1545).

Os Tamoios ou Tupinambás (Família Tupi), que ocupavam a região do Rio de Janeiro até Ubatuba, grandes guerreiros, formaram uma confederação de tribos, a Confederação dos Tamoios que, aliada aos franceses durante dez anos (1555-1565), ameaçaram o povoamento português das capitanias do sul. Só foram derrotados após várias ações de governadores gerais, com reforço do Espírito Santo e São Vicente e dos índios Temiminós, liderados por Araribóia, aliados dos franceses que viviam na Baía de Guanabara.

Os franceses foram expulsos e os índios Tupinambás tiveram suas aldeias destruídas e suas terras ocupadas e distribuídas entre portugueses. Os que conseguiram sobreviver, fugiram para além da Serra do Mar.

Como recompensa, Araribóia, líder dos Temiminós, obteve da Coroa Portuguesa as terras onde hoje fica situada a cidade de Niterói. Apesar de aliados, foram sendo progressivamente expulsos da região pelos próprios colonos portugueses. Seus últimos remanescentes sobreviveram em grande miséria até o século XIX, na aldeia de São Lourenço.

Na realidade, os primeiros escravos do Brasil foram os índios, também

chamados, na documentação oficial, de “negros da terra” ou “gentío da terra”.

Eram usados como força de trabalho em tempo de guerra e em tempo de paz: soldados contra o invasor não português e trabalhadores na construção de obras públicas, engenhos, fortalezas, nas plantações do colonizador. Sua mão-de-obra foi decisiva na construção do Aqueduto da Carioca (Arcos da Lapa), a Casa de Fundição, do Senado, do “Caminho Novo” para o escoamento de ouro das Minas Gerais.

Os portugueses procuraram dominar os índios através da “Guerra Justa”, do “resgate” ou do “descimento”.

“O balanço feito pelo padre José de Anchieta em 1580 sobre o que havia acontecido com os índios da Bahia pode muito bem ser aplicado aos índios do Rio de Janeiro: “a gente que de vinte anos a esta parte é gastada nesta Baía, parece cousa que não se pode crer: porque nunca ninguém cuidou, que tanta gente se gastasse nunca, quanto mais em tão pouco tempo”.

O sistema colonial gastou também os índios do Rio de Janeiro, dizimados pelas tropas de guerra e de resgate, pelos descimentos, pelo trabalho forçado, pelas epidemias e pela fome, numa catástrofe demográfica de grandes proporções. Primeiro, foram os povos Tupi no Litoral, nos séculos XVI e XVII. Depois, nos séculos XVIII e XIX, foi a vez dos Puri, Coroado e Coropó, que haviam resistido até então na área da bacia do Rio Paraíba. A **figura II.5.3.O-1** apresenta a localização das aldeias existentes no Rio de Janeiro no Século XIX.



Figura II.5.3.O-1 - Localização das aldeias existentes no Rio de Janeiro no Século XIX

Dos inúmeros aldeamentos existentes no Rio, formados em sucessivas datas ao longo de um período colonial, muitos deram origem a atuais cidades e sedes de municípios. Apenas quinze conseguiram chegar ao século XIX conservando elementos da identidade tribal: (Bessa, J. e Malheiros, M. em “Aldeamentos Indígenas do Rio de Janeiro”).

- Aldeia de São Lourenço - Niterói;
- Aldeia de São Barnabé - Itaboraí;
- Aldeia de São Francisco Xavier - Itaguaí;
- Aldeia Nossa Senhora da Guia - Mangaratiba;
- Aldeia de São Pedro - Cabo Frio;
- Aldeia Sacra Família de Ipuca - Casemiro de Abreu;
- Aldeia Nossa Senhora das Neves - Macaé;
- Aldeia de Santa Rita - Cantagalo;
- Aldeia Santo Antônio de Guarulhos - Campos;
- Aldeia de São Fidélis de Sigmaringa - São Fidélis;
- Aldeia São José de Leonissa ou Aldeia da Pedra - Itaocara;

- Aldeia Santo Antonio de Pádua - Santo Antonio de Pádua;
- Aldeia de São Luis Beltrão - Resende;
- Aldeia Nossa Senhora da Glória - Valença;
- Aldeia de Santo Antonio do Rio Bonito - Conservatória.

“No século XIX, índios das mais diferentes etnias, em um número incalculável, migraram, quase sempre compulsoriamente, para a Corte do Rio de Janeiro, onde faziam pequenos biscates ou passavam a trabalhar em serviços domésticos, na construção civil e nas obras públicas, no arsenal da Marinha, na pesca da baleia, como marinheiros e remeiros de canoas do Serviço da Galeota Real ou do Escaler da Ribeira.

Estes índios urbanos, quase sempre sem emprego e sem domicílio certo, formavam uma “tribo” desfigurada que vagava pelas tabernas e vendas dos principais bairros, sobretudo Candelária, Santa Rita e São José, entrando em conflito permanente com a polícia...

Durante todo o período republicano, no século XX, os índios deixam de figurar no mapa da cidade e do Estado do Rio de Janeiro e na documentação oficial. “Reapareceram apenas na década de 1950, quando os índios Guarani, migrando do sul do país, estabelecem três aldeias em Angra dos Reis e Parati, onde permanecem até os dias de hoje.” (Bessa, J. e Malheiros, M. em “Aldeamentos Indígenas do Rio de Janeiro”).

Comunidades Quilombolas

Foram identificadas através da Fundação Cultural Palmares 2 comunidades quilombolas na Área de Influência, no município do Rio de Janeiro.

- Terra Remanescente de Quilombo Pedra do Sal

Situação jurídica: reconhecida

Data da Publicação no DO: 20/01/2006

- Terra Remanescente de Quilombo Sacopã

Situação jurídica: em processo de reconhecimento

Data da Publicação no DO: aguardando o reconhecimento.

As denominações quilombos, mocambos, terra de preto, comunidades remanescentes de quilombos, comunidades negras rurais, comunidades de terreiro são expressões que designam grupos sociais afros-descendentes trazidos para o Brasil durante o período colonial, que resistiram ou, manifestamente, se rebelaram contra o sistema colonial e contra sua condição de cativo, formando territórios independentes onde a liberdade e o trabalho comum passaram a constituir símbolos de diferenciação do regime de trabalho adotado pela metrópole.

O Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, em seu artigo 2º, considera os remanescentes das comunidades dos quilombos, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra, relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

A Comunidade Quilombola da Pedra do Sal recebeu a certidão de auto-reconhecimento da Fundação Cultural Palmares/MinC no dia 12 de fevereiro de 2005. A certidão é o passo inicial para a promoção das ações de identificação, reconhecimento e titulação de terras quilombolas, conforme garante o Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003. Cinco famílias participaram do processo de certificação feita em conjunto com a Fundação Cultural Palmares. (Atlas do Quilombo do Rio de Janeiro: www.africaeafrikanedades.wordpress.com).

A Pedra do Sal, que fica no pé do Morro da Conceição, no mesmo bairro, nas cercanias da Praça Mauá, era o local onde os negros foram negociados como escravos logo que desembarcavam no Porto do Rio de Janeiro, vindos da África e da Bahia. Mais tarde, livres, fizeram ali seu ponto para rituais, cultos religiosos, batuques e rodas de capoeira. Sambistas e chorões, como João da Baiana, Donga e Pixinguinha também se reuniam na Pedra do Sal. A Pedra do Sal, assim chamada devido ao sal que ali era desembarcado e comercializado, foi o berço do Samba carioca no final do século XIX.

Na Zona Sul do Rio, uma área de Mata Atlântica é alvo de uma disputa: um terreno, onde hoje existe um parque municipal vai ser entregue a uma família que diz ser descendente de escravos remanescentes de um quilombo, Família Pinto.

A Justiça já havia negado a eles a posse do terreno. Isso foi há quase três anos. Mas, agora, o Incra reconheceu a área como sendo uma comunidade quilombola.

A localização é privilegiada: de frente para a Lagoa, pertinho de Copacabana, com vista para o mar e uma reserva de Mata Atlântica. A decisão para que a área de 23 mil metros quadrados se transforme no primeiro remanescente de quilombo urbano do Rio já foi publicada nos diários oficiais da União e do estado.

A Comunidade Remanescente de Quilombo da Ilha da Marambaia está localizada no litoral de Mangaratiba (RJ), em uma área considerada de segurança nacional e controlada por militares. Distribuídas pelos dois pontos extremos da ilha, as antigas casas de alvenaria e estuque abrigam uma população de cerca de noventa famílias descendentes, direta ou indiretamente por meio dos casamentos, de escravos. Durante o período da escravidão, a ilha era mantida por seu dono como local de "engorda" de escravos, antes de serem vendidos para outras fazendas. Os atuais moradores contam que, pouco antes de morrer, o Comendador Breves teria doado, verbalmente, toda ilha para os ex-escravos que ainda permaneciam nela.

Depois de passar por muitos administradores, em 1971, a Marinha do Brasil, retoma a administração da ilha, inaugurando dez anos depois o Centro de Adestramento da Ilha da Marambaia - CADIM. Em 2002, o procurador Daniel Sarmento solicita ao Projeto Egbé/Territórios Negros um relatório preliminar sobre a área e dá entrada em uma Ação Civil Pública pedindo o reconhecimento da comunidade como remanescentes de quilombo, assim como a suspensão das derrubadas de casas, expulsões e proibições impostas pela Marinha. A liminar da juíza suspendeu as demolições e expulsões dos moradores da ilha e solicitou que a FCP se pronunciasse sobre o reconhecimento dos ilhéus como comunidade remanescente de quilombo. Em março de 2003, depois de muitos obstáculos, o Projeto Territórios Negros inicia seus trabalhos para produção do laudo antropológico solicitado pela FCP, que é entregue em dezembro daquele mesmo

ano, mas até o momento não houve qualquer ação para regularização fundiária daquelas famílias.

Atualmente vivem 90 famílias com sua terra em situação de litígio.

Populações Extrativistas

Na Área de Influência foi identificada como atividade extrativista a atividade de pesca artesanal, caracterizada no item N (Caracterização da Atividade Pesqueira), deste documento, considerada uma das atividades econômicas mais antigas da humanidade, mantendo-se ainda nos dias atuais.

A pesca artesanal é um tipo de pesca caracterizada principalmente pela mão-de-obra familiar, com embarcações de porte pequeno, como canoas ou jangadas. Sua área de atuação está nas proximidades da costa e nos rios e lagos. Os equipamentos variam de acordo com a espécie a se capturar (rede de cerco, emalhe, arrasto simples, arrasto duplo, tarrafa, linha e anzol, armadilhas e outras).

Pesca Artesanal é a pesca que se realiza única e exclusivamente pelo trabalho manual do pescador - mesmo em todas as variantes de espera. Nela a participação do homem em todas as etapas e manipulação dos implementos e do produto é total, ou quase total, prescindindo-se de tração mecânica no lançamento, recolhimento e levantamento das redes ou demais implementos. Baseada em conhecimentos transmitidos ao pescador por seus ancestrais, pelos mais velhos da comunidade, ou que este tenha adquirido pela interação com os companheiros do ofício, é sempre realizada em embarcações pequenas (botes e canoas) a remo ou a vela ou mesmo motorizada, sem instrumentos de apoio à navegação, contando para a operação tão somente a experiência e o saber adquiridos - a capacidade de observação dos astros, dos ventos e das marés... Não se apóia na grande produção ou na estocagem. *(Fonte: Manual de normas do FNO - Fundo Constitucional do Norte do Banco da Amazônia).*

As atividades laborais dos pescadores artesanais são bem diversificadas e dependem do tipo de manancial onde atuam (mar, estuário, lago, rio, mangue, etc.), das artes de pesca que utilizam (anzol, espinhel, rede, tarrafa, armadilhas, curral como o da foto ou outro) e do objetivo principal de sua captura (peixes,

mariscos, crustáceos, etc.).

No entanto, cada vez mais são desenvolvidas tecnologias pesqueiras alterando a característica artesanal da pesca. Muitas embarcações já possuem motor ou equipamentos de navegação e de pesca, o que proporciona maior captura do pescado atingindo a escala comercial.

A pesca artesanal (ou extrativa) no Brasil, infelizmente, apresenta limitadas condições de expansão, seja pela falta de políticas públicas, pobreza natural das águas, diminuição dos estoques naturais, sobrepesca, poluição dos mananciais por esgoto doméstico, industrial, agrotóxicos e outros.

P) Identificação e Caracterização de Tombamentos

O tombamento é um instrumento legal específico de proteção de bens culturais, criado em 1937, que possibilitou ao Estado, desde então, salvaguardar da destruição bens móveis e imóveis considerados de interesse público em função de sua importância cultural ou natural, conforme site do Instituto Nacional do Patrimônio Cultural - INEPAC. O tombamento pode ocorrer em três esferas: federal, estadual e municipal. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é o órgão federal vinculado ao Ministério da Cultura, responsável pela preservação do acervo patrimonial, tangível e intangível, do país.

Entre os bens tombados pelo IPHAN na Área de Influência estão igrejas históricas, fortalezas, chafarizes coloniais, palácios, casas e prédios, antigos aquedutos, a Quinta da Boa Vista, as praias de Paquetá, os morros da cidade, o Parque Lage, o monumento a D. Pedro I. A relação completa de bens tombados pelo IPHAN encontra-se no Arquivo Noronha Santos. Ao Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) cabe a preservação do patrimônio cultural do estado do Rio de Janeiro.

Na Área de Influência, foram identificados dois bens reconhecidos pela UNESCO como Patrimônio de Reserva Natural da Humanidade:

De propriedade da União, o Parque Nacional da Tijuca é um monumento público natural destinado à preservação de espécies faunísticas e florísticas. Inicialmente com o nome de Parque Nacional do Rio de Janeiro, foi criado pelo Governo Federal em 6 de julho de 1961, numa área que hoje corresponde a 3.972 hectares. Abriga uma biota de grande riqueza em quase toda sua extensão, abrangendo as regiões mais elevadas e pitorescas da cidade – inclusive a floresta da Tijuca, replantada artificialmente no século XIX a mando de D. Pedro II. Entre os pontos turísticos do Parque, grutas, trilhas e cachoeiras, encontram-se marcos famosos da cidade, como a Pedra da Gávea, o Corcovado e o pico da Tijuca (ponto culminante da reserva, elevando-se 1.022 metros acima do nível do mar). De relevo montanhoso, inclui áreas do maciço da Tijuca. Foi considerado Patrimônio Ambiental e Reserva da Biosfera pela UNESCO, em 1991.



Figura II.5.3.P-1 – Floresta da Tijuca

Fonte: www.wikipédia.com.br

O Jardim Botânico foi fundado em 13 de junho de 1808 pelo então Príncipe-Regente de Portugal, D. João. A empreitada tinha por objetivo aclimatar o terreno da antiga fábrica de pólvora (anteriormente ocupado pelo Engenho Rodrigo de Freitas) ao cultivo de gêneros produtores de especiarias das Índias Orientais. Atualmente, desenvolve trabalhos teóricos e empíricos em diversos setores da Botânica, além de catalogar e estudar a vegetação brasileira e suas relações com o meio, e o comportamento de espécies exóticas ou indígenas. Em área aberta à visitação pública, a instituição mantém coleções de plantas vivas destinadas a pesquisa, que englobam mais de 6.500 espécies, algumas em estufas (ou ameaçadas de extinção). O Jardim compreende ainda fragmentos inteiramente preservados de Mata Atlântica, monumentos de valor histórico, artístico e arqueológico, e um importante centro de pesquisa, que inclui a mais completa biblioteca do país especializada em Botânica, com mais de 32 mil volumes (maior banco de dados do mundo sobre a Mata Atlântica). Em 1991, foi considerado pela UNESCO uma Reserva da Biosfera, e rebatizado como "Instituto de Pesquisas Jardim Botânico" em 1998. Finalmente, em 2002, tornou-se uma autarquia.



Figura II.5.3.P-2 – Jardim Botânico
Fonte: www.wikipédia.com.br

A seguir são apresentados os principais tombamentos identificados no município do Rio de Janeiro.

- Morros do Pão de Açúcar, Urca, Cara de Cão e Babilônia: Formam o esporão sul da barra da Baía de Guanabara. São uns dos mais característicos e marcantes elementos da paisagem carioca. Fazem parte da Serra da tijuca ou Carioca, dela separado por vales e pela enseada de Botafogo. O conjunto forma volumes isolados, o morro cara de Cão separado do conjunto Pão de Açúcar e Urca pela restinga onde foi fundada a Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, este por sua vez se destaca do morro da Babilônia pelo vale da Praia Vermelha (IPHAN, 2007).
- Sistema Serra do Mar/Mata Atlântica: Com aproximadamente 656.700 ha, a área tombada engloba os territórios de 38 municípios fluminenses. A Serra do Mar possui diversidade de formações geológicas recobertas por floresta tropical, recortando o litoral com escarpas abruptas, baías sinuosas, restingas, lagunas, manguezais e praias. (INEPAC, 2007).
- Pedra do Sal: situada no bairro da Saúde na zona portuária do Rio de Janeiro, é testemunho cultural secular da africanidade brasileira,

é o mais antigo monumento vinculado à história do samba carioca (INEPAC, 2007).

- Forte De São João: A primitiva Fortaleza de São João foi erguida por Estácio de Sá, fundador da cidade do Rio de Janeiro, em 1565. Ampliada e reformada ao longo do tempo, entrou em serviço em 1618, tendo participado de vários episódios da história do país sendo guarnecida por vários grupos de Artilharia de costa até 1991. Atualmente ali funcionam o Centro de Capacitação Física do Exército e a Escola Superior de Guerra.

Endereço: Av. João Luis Alves, s/nº - Urca

Telefone: (21) 2543-3323

Horário: Seg-Sex, 9-16h

- Forte De Copacabana: Inaugurado em 1914, no promontório da antiga igreja de Nossa Senhora de Copacabana, foi construído com o intuito de reforçar a defesa da Baía de Guanabara. A casamata conserva as características originais, com suas muralhas de 12 metros de espessura voltadas para o mar e armamento da fábrica Krupp. Foi palco de um dos episódios de maior heroísmo da História Militar - "Os 18 do Forte"-, ocorrido em 5 de julho de 1922. O Forte abriga, ainda, o Museu Histórico do Exército.

Endereço: Praça Coronel Eugênio Franco, 1 - Posto 6 - Copacabana

Telefone: 21 2521-1032

- Forte Duque De Caxias: Construído entre 1776 e 1779, por ordem do Vice-Rei, Marquês do Lavradio, o Forte do Vigia tinha a missão de alertar as demais fortificações da aproximação de embarcações inimigas e terminava sua linha de defesa com um portão de pedra até hoje existente na Ladeira do Leme. O Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, ali serviu em 1789, como integrante da Cia. de Dragões de Minas, que então guarnecia a fortificação. Reformado pelo Capitão Augusto Tasso Fragoso em 1895, passou a ter o nome de Forte do Leme, recebendo a partir de 1918, oito obuseiros gigantes Krupp (280mm), de origem alemã. Em 1935 recebeu o nome Duque de Caxias por decreto de Getúlio Vargas.

Desativada a fortificação em 1965, ali foi instalado, em 24 de abril, o Centro de Estudos de Pessoal do Exército Brasileiro.

Endereço: Praça Almirante Júlio de Noronha, s/nº - Leme

Telefone: 21 2275-3122

Horário: Sáb-Dom e feriados, 9-17h

- **Museu Naval:** É uma instituição dedicada a mostrar ao público a História Marítima Brasileira, desde o Descobrimento do Brasil até os dias atuais, com ênfase na participação da Marinha brasileira em vários conflitos.

Apresenta as exposições “A Evolução do Armamento desde a Era do Descobrimento até o Início do Século XX” e “Almirante Tamandaré, Patrono da Marinha”.

Ao percorrer o Pátio das Armas, o visitante poderá estar pisando em uma mina utilizada na Segunda Guerra Mundial ou em um torpedo B-57 de 1894. Esses exemplares estão em grandes vitrines construídas no piso do Pátio das Armas.

Endereço: Rua D. Manuel, 15, Centro, RJ,

está aberto à visitação de terça a sexta-feira, das 12h às 16h.

Telefone: 21 2533-7626

- **Espaço Cultural Da Marinha:** Localizado próximo ao Cais Pharoux, sua construção é notada pelo bom tratamento e conservação e seu interior abriga excelente acervo da história da navegação brasileira. Atracado ao lado, pode ser visto o Museu Flutuante Bauru. O Espaço Cultural da Marinha promove passeios para a Ilha Fiscal e pela Baía de Guanabara realizados a bordo do Rebocador Laurindo Pitta, construído na Inglaterra em 1910 para o governo brasileiro, tendo participado da Primeira Guerra Mundial. O trajeto, acompanhado por guia, tem duração de uma hora e meia e permite ao visitante conhecer a história das ilhas das Cobras, Fiscal, das Enxadas e Villegagnon, as principais características dos navios de guerra ali atracados além de pontos turísticos e históricos.

Endereço: Av. Alfredo Agache, s/nº - Praça Quinze de Novembro – Centro

Telefone: 21 2104-6992 / 21 2233-9165 / 21 2104-6879

Email: admin@sdm.mar.mil.br

Website: <http://www.sdm.mar.mil.br>

- **Ilha Das Cobras:** Atualmente, mais de 3.500 pessoas trabalham em várias organizações militares sediadas na ilha. As principais são: Hospital Central da Marinha, Serviço de Documentação Geral da Marinha, Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro, Presídio da Marinha, Comando do Corpo dos Fuzileiros Navais e Centro de Controle de Estoque da Marinha.
A Ilha das Cobras está incluída nos roteiros turísticos dos saveiros e nos folderes da RIOTUR.



Figura II.5.3.P-3 - Ilha das Cobras (Rio de Janeiro, Brasil): vista panorâmica com o complexo do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. Ao fundo vê-se a Ponte Rio-Niterói.

Fonte: www.literaturaeriodedejaneiro.blogspot.com

- **Ilha De Villegaignon:** Chamada pelos índios de Sergipe pelos portugueses das Palmas, passou a ser o Forte Coligny, em função do reduto erigido por Villegaignon, que aí instalou, em 1555, a França Antártica, então sob o nome de Ilha Henri II, homenagem ao rei da França. Hoje a Ilha de Villegaignon é ligada ao continente e é utilizada como campus da Escola Naval.
Assim como a Ilha das Enxadas, a de Villegaignon está incluída nos roteiros de turismo náuticos, nos passeios de saveiro pela baía, e nas folheterias oficiais da RIOTUR.
Recentemente a Ilha de Villegaignon foi ligada ao continente por mais um aterro a descaracterizar a Orla da Baía de Guanabara.

- Ilha Das Enxadas: Entre a Ponte Rio Niterói e o Cais do Porto, é um destaque entre as ilhas da baía, tendo sido sede da Escola Naval, depois, da Aviação Naval. Atualmente, ali funciona o Centro de Instrução Almirante Wandekolk.

A Ilha das Enxadas está incluída em roteiros turísticos náuticos, sem desembarque, em passeios de saveiros pela Baía de Guanabara, sendo indicada na folheteria oficial da RIOTUR.

- Ilha Fiscal: Transferida para a Marinha pelo Ministério da Fazenda, em 1914, a Ilha é hoje parte do Complexo Cultural do Serviço de Documentação da Marinha. Cenário do evento que ficou conhecido como "O Último Baile do Império", realizado alguns dias antes da Proclamação da República, a Ilha Fiscal continua sendo um elo entre o presente e o passado. Décadas se passaram e o castelinho, que testemunhou tantos fatos históricos, é hoje uma das principais atrações turísticas do Rio de Janeiro. No castelo, aberto à visitação, destacam-se o Torreão e a Ala do Cerimonial. Três exposições permanentes também são atração no Castelinho: A História da Ilha Fiscal, A Contribuição Social da Marinha e A Contribuição Científica da Marinha.

Conhecida desde o século XVII como Ilha dos Ratos e situada a pequena distância do ponto, foi transformada em alfândega no século XIX, durante o Segundo Reinado, passando a adotar a denominação de Ilha Fiscal. Ocupa atualmente uma área de 7000 m² e consta de um imponente prédio construído em pedra (gnais) em estilo gótico-provençal ocupando o centro de uma praça. O conjunto foi edificado sobre material rochoso e pavimentado com paralelepípedos.

As visitas a Ilha são realizadas com um guia e consta de 3 momentos: Sala do Almirante (1o piso), Cerimonial (térreo) e Exposição Permanente (térreo). Realce é dado ao fato histórico de ter sido o local onde se realizou o último baile da Monarquia - 9 de novembro - que seria destituída pela proclamação da República, a

15 de novembro de 1889. Em realidade, sendo a Ilha Fiscal uma repartição pública, a grande festa havia sido organizada em homenagem aos oficiais da marinha chilena, com a qual as relações amistosas eram dominantes.



Figura II.5.3.P-4 - Museu da Marinha - Ilha Fiscal - tombamento estadual.

Fonte: www.literaturaeriodedejaneiro.blogspot.com

Endereço: Av. Alfredo Agache s/n , próximo à Praça XV, Centro, RJ.

Telefone: 21 2233-9165 ou 21 2104-6992.

Visitação: de 5a feira a domingo.

Horários: 13h, 14h30 e 16h.

- Igreja de N. S^a da Lapa dos Mercadores



Figura II.5.3.P-5 - Igreja de N. S^a da Lapa dos Mercadores - Rua do Ouvidor, 35 - tombamento federal (IPHAM), incluindo todo o acervo.

Fonte: www.literaturaeriodedejaneiro.blogspot.com

- Igreja de N. S^a Glória do Outeiro



Figura II.5.3.P-6 - Igreja de N. S^a Glória do Outeiro - Pça N.S^a da Glória, 135 - tombamento federal.

Fonte: www.literaturaeriodedejaneiro.blogspot.com

- Antiga Casa da Marquesa de Santos, atual Museu do 1^o Reinado



Figura II.5.3.P-7 - Antiga Casa da Marquesa de Santos, atual Museu do 1^o Reinado - Av. Pedro II, 293 - federal.

Fonte: www.literaturaeriodedejaneiro.blogspot.com

- Palácio Tiradentes (Assembléia Legislativa)



Figura II.5.3.P-8 - *Palácio Tiradentes (Assembléia Legislativa) - Av. Presidente Antônio Carlos, 641 - federal & municipal.*

Fonte: www.literaturaeriodejaneiro.blogspot.com

- Hospital Geral da Santa Casa da Misericórdia



Figura II.5.3.P-9 - *Hospital Geral da Santa Casa da Misericórdia - Rua Santa Luzia, 206 - federal.*

Fonte: www.literaturaeriodejaneiro.blogspot.com

- Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM)



Figura II.5.3.P-10 - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) - Av. Pasteur, 404 - tombamento municipal; único remanescente dos pavilhões da exposição de 1908.

Fonte: www.literaturaeriodejaneiro.blogspot.com

- Antigo Instituto João Alves Afonso, atual Creche da Stª Casa da Misericórdia



Figura II.5.3.P-11 - Antigo Instituto João Alves Afonso, atual Creche da Stª Casa da Misericórdia - Rua Ipiranga, 70 - estadual.

Fonte: www.literaturaeriodejaneiro.blogspot.com

- Antigo Palácio Episcopal, atual Serviço Geográfico do Exército



Figura II.5.3.P-12 - Antigo Palácio Episcopal, atual Serviço Geográfico do Exército - Morro da Conceição - federal.

Fonte: www.literaturaeriodedejaneiro.blogspot.com

- Igreja do Convento de Santo Antônio



Figura II.5.3.P-13 - Igreja do Convento de Santo Antônio - Largo da Carioca - federal.

Fonte: www.literaturaeriodedejaneiro.blogspot.com

- Casa da Fundação França Brasil, antiga Praça do Comércio e depois Alfândega



Figura II.5.3.P-14 - Casa da Fundação França Brasil, antiga Praça do Comércio e depois Alfândega - Rua Visconde de Itaboraí, 78 - federal.

Fonte: www.literaturaeriodedejaneiro.blogspot.com

- Paço Imperial



Figura II.5.3.P-15 - Paço Imperial - Praça Quinze de Novembro, 48 - federal.

Fonte: www.literaturaeriodedejaneiro.blogspot.com

- Biblioteca Nacional



Figura II.5.3.P-16 - Biblioteca Nacional - Av. Rio Branco, 219 - federal.

Fonte: www.literaturaeriodedejaneiro.blogspot.com

- Palácio do Catete, que abriga o Museu da Republica



Figura II.5.3.P-17 - Palácio do Catete, que abriga o Museu da Republica - Rua do Catete, 153.

Fonte: www.literaturaeriodedejaneiro.blogspot.com

Em Niterói, O Departamento de Preservação e Reabilitação do Patrimônio Cultural (DePAC) tem a função de promover ações de preservação da arquitetura e do ambiente urbano da cidade de Niterói.

Além das Áreas de Preservação do Ambiente Urbano (APAU) do Centro, Ponta da Areia, São Domingos, Gragoatá e Boa Viagem, definidas pela lei 1967/02, o DePAC, juntamente com o Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural (CMPC), tem como função a salvaguarda dos bens tombados municipais.

A seguir são apresentados os principais tombamentos identificados no município de Niterói.

- Fortaleza De Santa Cruz: O francês Villegaignon, em 1555, improvisou uma fortificação para a defesa da França Antártica. Tomada por Mem de Sá em 1567, esta fortificação foi ampliada e transformada no principal ponto de defesa da Baía de Guanabara, recebendo o nome de Nossa Senhora da Guia. A partir de 1632 foi denominada Fortaleza de Santa Cruz da Barra, passou por obras de remodelação, com pedras já cortadas e numeradas vindas de Portugal, que só terminaram em 1870 e participou de momentos importantes da História do Brasil. Usada como presídio, recebeu figuras ilustres, como José Bonifácio de Andrada e Silva, Bento Gonçalves e Euclides da Cunha.
Tombada pelo Patrimônio Histórico Nacional, em 4 de outubro de 1939, a Fortaleza de Santa Cruz tem atraído turistas do mundo inteiro. É um marco da entrada da Baía de Guanabara, com o Pão de Açúcar na margem oposta, oferece visitas guiadas de Segunda a Domingo, das 9 às 17 horas. Em sua infra-estrutura local, conta com uma lanchonete, telefone público, estacionamento e alguns produtos de souvenirs (camisetas, postais e bonés).

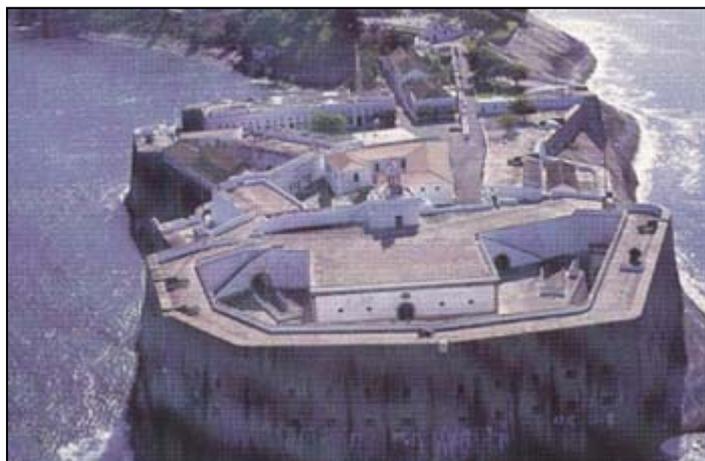


Figura II.5.3.P-18 – Fortaleza de Santa Cruz
Fonte: www.culturanageroi.com.br

Endereço: Estrada Gen. Eurico Gaspar Dutra s/nº - Niterói

Telefone: (21) 2711 0166

Horário: Ter-Dom, 9-16h

- Forte Do Imbuhy: A construção do Forte do Imbuhy começou em 1863. A sua função era ligar-se a outros fortes para proteger a entrada da baía. Em 1877 as obras de construção foram paralisadas, para serem retomadas em 1894, quando foi incluído no projeto uma torre encouraçada armada com dois canhões de tiro rápido Krupp de 280mm e 75mm. Oferece uma bonita vista do Rio de Janeiro.

Aberto à visitação aos sábados e domingos das 9 às 17. Para se ter acesso ao Forte do Imbuhy é preciso deixar o carro no estacionamento do Forte Barão do Rio Branco e subir em uma van especial para o transporte dos turistas.



Figura II.5.3.P-19 – Forte do Imbuhy

Fonte: www.culturanageroi.com.br

Endereço: Al. Mal. Pessoa Leal, 265, Jurujuba - Niterói

Telefone: (21) 2711 0366

Horário: sab-dom e feriados, das 10 as 16 horas.

- Forte De São Luiz: Teve origem em um posto de vigilância estabelecido em 1567. A construção do forte, no entanto, só foi iniciada em 1770. Foi modernizado em 1918, quando recebeu 4 canhões de 150 mm. Em 1938 ganhou a denominação de Forte Barão do Rio Branco. Oferece uma belíssima vista do Rio de Janeiro, num ponto mais alto que as demais fortalezas.

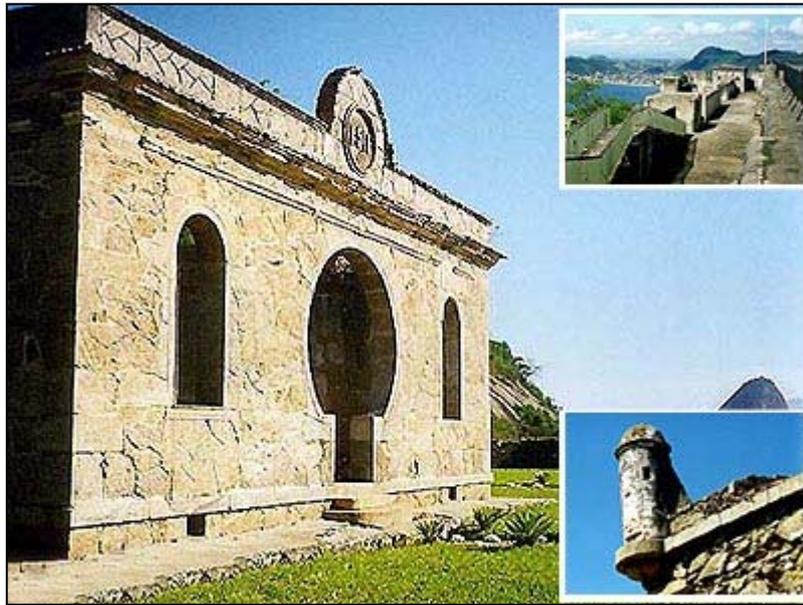


Figura II.5.3.P-20 – Forte do São Luis
Fonte: www.culturanageroi.com.br

Jurujuba – Niterói

Telefone: (21) 2711 0566

- Câmara municipal

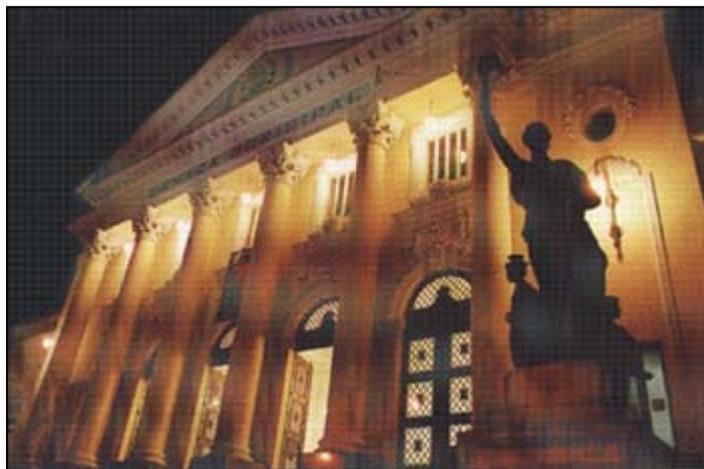


Figura II.5.3.P-21 – Câmara Municipal
Fonte: www.culturanageroi.com.br

- Biblioteca Estadual



Figura II.5.3.P-22 – Biblioteca Estadual
Fonte: www.culturanyiteroi.com.br

- Prédio dos Correios



Figura II.5.3.P-23 – Prédio dos Correios
Fonte: www.culturanyiteroi.com.br

- Solar dos Jambeiros



Figura II.5.3.P-24 – Solar dos Jambeiros

Fonte: www.culturaniteroi.com.br

- Reitoria da Universidade Federal Fluminense - UFF



Figura II.5.3.P-25 – Reitoria da UFF

Fonte: www.culturaniteroi.com.br

- Igreja de São Lourenço



Figura II.5.3.P-26 – Igreja de São Lourenço
Fonte: www.culturanageroi.com.br

- Campo de São Bento



Figura II.5.3.P-27 – Campo de São Bento
Fonte: www.culturanageroi.com.br

- Forte Gragoatá

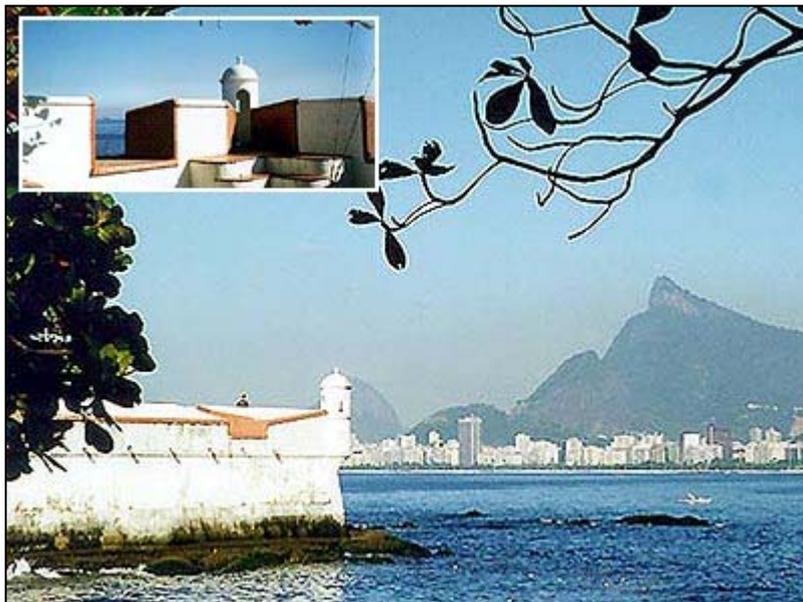


Figura II.5.3.P-28 – Forte Gragoatá

Fonte: www.culturaniteroi.com.br

Na Área de influência, encontram-se ainda 10 sítios arqueológicos identificados em Niterói, sendo cinco sambaquis e 90 sítios identificados no Rio de Janeiro, sendo 44 sambaquis.

O Sambaqui na língua Tupi, tamba significa conchas e ki amontoado. Este tipo de sítio, na forma de pequenas montanhas, encontra-se geralmente próximo a superfícies aquosas como mar, rios, mangues, lagunas, etc. Os grupos pré-históricos sambaqueiros construíram estes montes utilizando conchas, restos de habitações, alimentos, dentre outros elementos que, junto com os sedimentos (areia), formaram esta elevação. Este tipo de sítio pode atingir tamanhos variados, sendo, como anteriormente citado, de 2 a 30 metros de altura e, aproximadamente 100m de diâmetro.

Portanto, sambaqui significa monte de conchas e na paisagem apresentam-se de forma peculiar e característica: elevações artificiais com a forma de calotas. Tais elevações são resultantes, predominantemente, do acúmulo de carapaças de moluscos, vestígio mais volumoso da dieta alimentar dos grupos que o habitavam. Neles também podemos encontrar grande variedade de utensílios, como armas, ferramentas e adornos, confeccionados basicamente a partir da pedra, do osso, e da concha, utilizando complexas e elaboradas técnicas de manufatura. Os

sambaquis também encerram em seu interior uma vasta gama de outros vestígios materiais da cultura que o ocupou, como os enterramentos humanos e os vestígios representativos da variada dieta alimentar (ossos de animais, sementes, etc).

Atenção para os três aspectos que diferenciam os sambaquis dos demais sítios arqueológicos: por possuírem uma grande quantidade de carapaças de moluscos; pelo fato dos mortos serem sepultados no seu interior, dividindo o espaço cotidiano com os vivos; e, segundo Gaspar (1999, p. 160), “por serem o grupo que deixou a maior quantidade e diversidade de testemunhos de sua permanência no território brasileiro”.

Nenhum dos Sítios do Patrimônio Histórico e Cultural e Sítios do patrimônio Mundial Natural, identificados na Área de Influência sofrerão interferências pelas atividades previstas no empreendimento. A atividade ocorrerá fora dos limites da faixa litorânea, além de no caso de um potencial acidente, ter sido descartada a possibilidade de toque de óleo na costa.

Segundo levantamento realizado no site do IPHAN foram encontrados 100 registros de sítios arqueológicos na Área de Influência, divididos em Histórico, Pré-Colonial e de Contato, conforme apresentados no **Quadro II.5.3.P-1** a seguir:

Quadro II.5.3.P-1 - Registros Identificados na Área de Influência

Rio de Janeiro
Registros encontrados: 26 Histórico
A Fazenda
Água mineral Santa Cruz
Aldeia Tupi da Estação de Rádio da Marinha*
Aldeia Tupi do Centro de Instrução*
Antigo Aldeamento Tupi-Guarani*
Antigo Cais da Praça XV
Aqueduto da Carioca
Casa do Trem
Casa Rural de Guaratiba*
Cemitério da Capela de Nossa Senhora do Desterro

Continua

Continuação do Quadro II.5.3.P-1

Engenho da Pedra
Jardim das Princesas
Metropolitano do Rio de Janeiro
Metropolitano do Rio de Janeiro – Estação Central do Brasil
Metropolitano do Rio de Janeiro – Estação Glória
Metropolitano do Rio de Janeiro – Estação Largo da Carioca
Paço Imperial
Rochedo
Sítio “Casa dos Pilões”
Sítio Cerâmico da Ponta do Marinheiro*
Sítio do Rangel*
Sítio Fazenda do Viegas*
Sítio São Tomé*
Sociedade Amante da Instrução
Vale do Elefante
Vale do Mosquito
Registros encontrados: 62 Pré-Colonial
Aldeamento Tupi da Tropa de Reforço
Aldeia Tupi da estação de Rádio de Marinha*
Aldeia Tupi do Centro de Instrução*
Aldeia Tupi do Instituto de Pesquisa da Marinha
Antigo Aldeamento Tupi-Guarani
Beira da Estrada
Caetés
Capão da Bananeira
Capão da Benta
Capão do Surucaí
Gruta da Fundação
Itapuca
Milagres
Sambaqui Brocoió

Continua

Continuação do Quadro II.5.3.P-1

Sambaqui Cabeça do Índio I
Sambaqui Caminho da Guarda
Sambaqui Capão da Bananeira
Sambaqui da Cabeça do Índio II
Sambaqui Embratel
Sambaqui da Estação de Rádio Receptora I
Sambaqui da Estação de Rádio Receptora II
Sambaqui da Estação de Rádio Receptora III
Sambaqui da Lagoa de Marapendi
Sambaqui da Matriz
Sambaqui da Panela do Pai João
Sambaqui da Praia do Espinheiro
Sambaqui da Praia do Malhador
Sambaqui das Piteiras
Sambaqui de Paquetá
Sambaqui de Telles
Sambaqui de Vila Mar
Sambaqui do Aterrado da Pedra
Sambaqui do Atolador
Sambaqui do Caminho do Cajazeiro
Sambaqui do Canal
Sambaqui do Capão do Gentio
Sambaqui do Capãozinho
Sambaqui do Cerâmio
Sambaqui do Cural das Pedras
Sambaqui do Meio
Sambaqui do Piaí
Sambaqui do Piracão
Sambaqui do Piraquê
Sambaqui do Poço das Pedras
Sambaqui do Porto da Cinza
Sambaqui do Posto 5
Sambaqui do Vaso

Continua

Conclusão do Quadro II.5.3.P-1

Sambaqui do Zé Espinho
Sambaqui Lagoa Rodrigo de Freitas
Sambaqui Ponta dos Marinheiros*
Sambaqui Porto das Pitangueiras
Sambaqui Porto do Teixeira
Sítio Abacateiro
Sítio Arqueológico do Ipiranga
Sítio Arqueológico Morro da Viúva
Sítio Arqueológico Morro das Pixunas
Sítio da Bica
Sítio do Marco
Sítio do Rangel*
Sítio Fazenda do Viegas*
Sítio São Tomé*
Registros encontrados: 2 de contato
Casa Rural de Guaratiba*
Sítio Cerâmico da Ponta do Marinheiro*
NITERÓI
Registros encontrados: 1 Histórico
Sítio Arqueológico Histórico do Condomínio Ubá Itacoatiara
Registros encontrados: 9 Pré-Colonial
Aldeia Tupi do Saco de São Francisco
Sambaqui da Boa Vista
Sambaqui da Chácara do Vintém
Sambaqui da Ilha do Cafubá
Sambaqui de São Lourenço
Sambaqui do Cafubá
Sítio Arqueológico de Itaipu
Sítio de Camboinhas
Sítio do Sossego

(*) Sítios comuns em mais de uma categoria

Fonte: IPHAN, 2007